



Eletrobras
Eletrosul



**Relatório Anual e
de Sustentabilidade
Eletrosul**



Eletrobras
Eletrosul

RELATÓRIO ANUAL
E DE SUSTENTABILIDADE
ELETROSUL **2012**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Valter Luiz Cardeal de Souza
Presidente

Eurides Luiz Mescolotto
Cláudia Hofmeister
William Rimet Muniz
Celso Knijnik
Dinovaldo Gilioli

CONSELHO FISCAL

Sônia Regina Jung
Antonio Gomes de Farias Neto
Suzana Teixeira Braga

DIRETORIA EXECUTIVA

Eurides Luiz Mescolotto
Diretor-Presidente

Antonio Waldir Vituri
Diretor Financeiro
Diretor Administrativo

Ronaldo dos Santos Custódio
Diretor de Engenharia
Diretor de Operação

Missão das empresas Eletrobras (GRI 4.8)

Atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável.

Visão das empresas Eletrobras

Em 2020, ser o maior sistema empresarial global de energia limpa, com rentabilidade comparável às das melhores empresas do setor elétrico.

Declaração de Posicionamento Estratégico da Eletrosul

Eletrosul 2020: uma empresa sustentável e competitiva, padrão de excelência em geração e transmissão de energia elétrica.

Valores das empresas Eletrobras

- Foco em resultados
- Empreendedorismo e inovação
- Valorização e comprometimento das pessoas
- Ética e transparência

Princípios Éticos da Eletrosul

- I Dignidade Humana e Respeito às Pessoas
- II Integridade
- III Sustentabilidade
- IV Transparência
- V Impessoalidade
- VI Legalidade
- VII Profissionalismo

Sumário

1. Mensagem da Administração	7
2. Sobre este Relatório	13
3. Perfil da Empresa	19
4. Governança Corporativa	43
5. Dimensão Econômico-Financeira	61
6. Dimensão Social	93
7. Dimensão Ambiental	133
8. Premiações	157
9. IBASE	163
10. Perspectivas	171
11. Agradecimentos	175
12. Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas	179



Lagoa da Conceição – Santa Catarina

“Um pedacinho de terra,
perdido no mar!...
Num pedacinho de terra,
beleza sem par...

Jamais a natureza
reuniu tanta beleza
jamais algum poeta
teve tanto pra cantar

...

Tua lagoa formosa
ternura de rosa
poema ao luar,
cristal onde a lua vaidosa
sestrosa, dengosa
vem se espelhar...”

Rancho de Amor à Ilha

Cláudio Alvim Barbosa (Zininho)



Serra do Rio do Rastro – Santa Catarina

1. Mensagem da Administração

(GRI 1.1; 1.2)

Serras são terrenos acidentados com fortes níveis, frequentemente aplicados a escarpas assimétricas, possuindo uma vertente mais e outra menos inclinada. Podem variar de 600 a 3 mil metros e se expandem ao longo do Brasil, apesar de o Brasil não ter montanhas, mas, sim, cadeias de montanhas. As serras são de importante valor para a flora e fauna de nosso país. Uma serra se distingue de um maciço pelo fato de possuir montanhas singulares em vez de agrupadas.



O ano de 2012 foi marcado por acontecimentos importantes para a Eletrosul, a começar pelo reposicionamento da empresa no mercado de geração hidrelétrica, com o início da operação da Usina Passo São João (77 MW), no Rio Grande do Sul, e da Usina Mauá (361 MW), no Paraná. Ao mesmo tempo, a Eletrosul deu continuidade aos aportes de recursos correspondentes à sua participação em obras estruturantes para o país, como as usinas Jirau e Teles Pires. Como marco da expansão dos negócios da Eletrosul para além dos estados tradicionais de atuação, foram iniciadas as obras do segundo circuito da Linha de Transmissão Porto Velho (RO) – Araraquara (SP) e foi entregue a Subestação Coletora Porto Velho, parte importante do complexo de transmissão das usinas do Rio Madeira. Todos esses empreendimentos, previstos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), reforçam o compromisso do Governo Federal com o desenvolvimento sustentável do Brasil, a partir de uma matriz limpa e renovável.

A entrega do Complexo Eólico Cerro Chato e o início das obras dos parques do entorno, em Sant’Ana do Livramento, e do Complexo Eólico Geribatu, em Santa Vitória do Palmar, todos no Rio Grande do Sul, também foram fatos que vieram reafirmar a meta da Eletrosul de se tornar um dos maiores players de energia eólica do país. No segmento de transmissão, iniciamos a implantação da linha de extra-alta tensão, interligando os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, entre a Subestação Salto Santiago e a Subestação Santa Vitória do Palmar. A obra terá aproximadamente 1,3 mil quilômetros de extensão e será importante para reforçar o suprimento de energia para o Rio Grande do Sul.

Ainda em 2012 demos um importante passo para nos tornarmos referência, também, em geração fotovoltaica com o início da implantação do Megawatt Solar – a primeira usina de grande porte integrada a um prédio público. O ano de 2012 foi de grandes mudanças para o setor elétrico, especialmente a partir do anúncio da Medida

Provisória n.º 579, que criou um cenário favorável para o Brasil acelerar seu ritmo de crescimento econômico, com tarifas mais competitivas para o setor industrial e a conta de luz mais barata para a população. Essa medida fez com que tivéssemos que discutir bastante, rever nossas estratégias empresariais e buscar mais eficiência.

O bom desempenho operacional da Eletrosul, nos últimos anos, favoreceu a empresa na definição, pelo Ministério de Minas e Energia (MME), do novo valor da Receita Anual Permitida (RAP), a partir da prorrogação da concessão de seus ativos. A Eletrosul foi a transmissora que teve a menor redução das tarifas porque os cálculos do MME levaram em conta a qualidade dos serviços de transmissão prestados. Nas referências técnicas, que embasaram o MME na definição das novas RAPs (Receita Anual Permitida), a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) criou um ranking entre as empresas, estabelecendo uma classificação em cinco grupos de qualidade, a partir da relação entre parcela variável e receita. A Eletrosul foi a empresa que obteve o melhor desempenho e a única classificada no Grupo 1, servindo, portanto, de referência, em termos de Parcela Variável, para o cálculo da RAP das demais transmissoras.

Esse reconhecimento é fruto de nosso esforço e comprometimento com a qualidade na prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica e não só reafirma a competência técnica do quadro de profissionais da Eletrosul, como também valida as políticas de operação e manutenção adotadas pela empresa. Norteada pelos princípios de eficiência empresarial e responsabilidade socioambiental, a empresa deu continuidade,

em 2012, aos investimentos nessas áreas, comprometendo-se com a preservação dos recursos naturais e com a redução das desigualdades sociais e regionais. Destacamos o desenvolvimento do Programa Hortas Comunitárias, uma estratégia da empresa para a conservação e segurança das áreas sob as linhas de transmissão. São ações que proporcionam inclusão social e produtiva por meio da educação e conscientização das comunidades sobre os riscos da ocupação irregular e que estimulam a melhoria da qualidade de vida a partir de uma alimentação mais saudável.

Acreditar na expansão da energia limpa no país tem projetado a Eletrosul a um patamar de confiança e credibilidade frente a grandes financiadores. Até 2012, o saldo dos empréstimos obtidos com renomadas organizações, como o banco de fomento alemão KfW Bankengruppe e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), foi superior a R\$ 2 bilhões. Neste mesmo ano, a empresa assegurou recursos da ordem de R\$ 121,75 milhões junto ao BNDES e outros R\$ 113,85 milhões junto à Eletrobras. Soma-se a este cenário a incorporação de aportes da própria *holding* que, no período, totalizaram R\$ 2,2 bilhões, alavancando o capital social da Eletrosul para R\$ 3,7 bilhões. Em 2012, a empresa investiu R\$ 2,4 bilhões em empreendimentos de geração e transmissão próprios e investimentos realizados por meio das controladas em obras de geração e transmissão. E é assim, acreditando no potencial energético do país e fazendo adaptações necessárias aos novos rumos do setor elétrico, que a Eletrosul prioriza o compromisso com o seu futuro e com o do Brasil.

Conselho de Administração

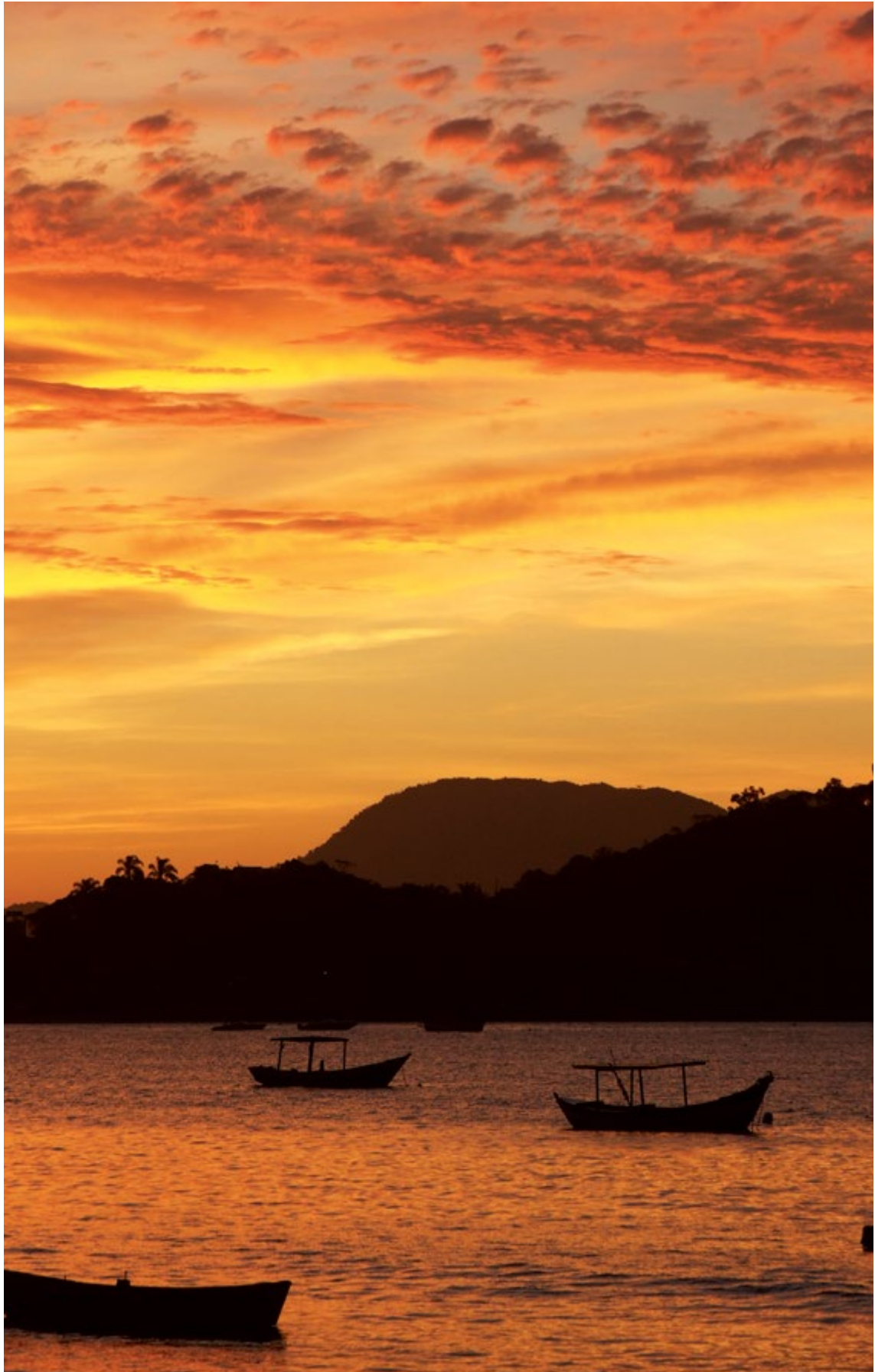
Diretoria Executiva

Mensagem aos acionistas

A Administração da Eletrosul Centrais Elétricas S.A., em conformidade com a legislação societária brasileira e as disposições estatutárias, apresenta o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2012 acompanhados dos pareceres dos auditores independentes e do Conselho Fiscal.

Encontram-se, neste Relatório, as principais informações sobre o desempenho empresarial, com números que demonstram a consolidação da empresa em sua função de concessionária de serviços públicos de transmissão e produtora independente de geração de energia elétrica – sem deixar de lado o consistente trabalho realizado para promover o desenvolvimento econômico e social em sua área de atuação.

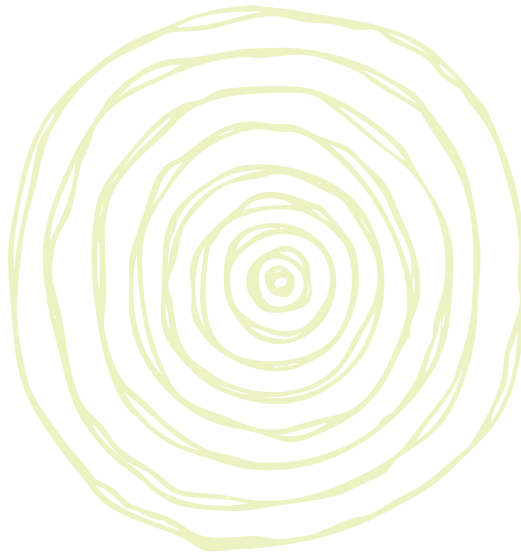
A Administração da empresa, com o propósito de corresponder às expectativas do governo, dos acionistas, dos parceiros e da comunidade onde atua, se coloca à disposição para prestar esclarecimentos adicionais necessários.



Baia de Porto Belo – Santa Catarina

2. Sobre este Relatório

Baía é uma reentrância da costa litorânea por onde o mar avança para o interior do continente. Porção de mar ou oceano rodeada por terra, em oposição a um cabo, as baías detiveram e detêm importância econômica e estratégica uma vez que são, normalmente, locais ideais para construção de portos e docas.



Para informar a diversos públicos os principais resultados de suas atividades e decisões, a Eletrosul publica o Relatório Anual da Administração e, desde 2008, o Relatório de Responsabilidade Socioambiental, destinado à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A partir de 2011, a empresa optou por utilizar as diretrizes propostas pela Global Reporting Initiative (GRI) para a elaboração de ambos os relatórios que, compilados em um único documento, passaram a ser denominados Relatório Anual e de Sustentabilidade Eletrosul. Essa decisão teve como finalidade incorporar padrões internacionais ao relato de sua gestão e atender às necessidades administrativas, às especificações governamentais e aos padrões da *holding* Eletrobras, dando continuidade ao processo de relacionamento e comunicação de forma transparente e eficiente com todos os seus públicos estratégicos (GRI 3.2; 3.3; 3.11).

A aplicação da metodologia da GRI no Relatório de Sustentabilidade visa, ainda, aprimorar a qualidade e a transparência na apresentação de

desempenho e de práticas de gestão da Eletrosul, buscando um impacto positivo e abrangente no mundo dos negócios.

Dessa forma, este documento destaca as principais práticas adotadas pela empresa, alinhadas com o Plano Estratégico da atual gestão, e os respectivos desempenhos nas dimensões econômica, social e ambiental, compreendidos entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2012 (GRI 3.1). Os dados aqui apresentados foram baseados em levantamentos periódicos desenvolvidos por meio de indicadores de desempenho próprios, bem como a partir do estudo de documentos internos e de entrevistas realizadas com gestores da instituição (GRI 3.5; 3.7; 3.8).

Salvos os dados econômicos, este balanço não contempla os indicadores das Sociedades de Propósito Específico, das quais a Eletrosul participa com controle acionário superior a 20%. Em sua totalidade, tais empresas são tratadas de forma autônoma em termos de administração.

O relatório abrange toda a administração com principais operações próprias da Eletrosul, que possui sede em Florianópolis e atua nos estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e Rondônia (GRI 3.6; 2.7).

Nível de aplicação B da GRI/G3 – AUTODECLARADO

A Eletrosul autodeclara ter atingido nível de aplicação B da GRI/G3 em seu Relatório de Sustentabilidade 2012. Nesta publicação, somou 88 indicadores. O total de indicadores apresenta 40 essenciais, 29 adicionais e 19 setoriais. O Relatório descreve também 42 indicadores de perfil.

Classificação:

- Econômico (EC) – 08;
- Meio Ambiente (EN) – 26;
- Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente (LA) – 15;
- Direitos Humanos (HR) – 07;
- Sociedade (SO) – 09;
- Responsabilidade pelo Produto (PR) – 04;
- Setorial (EU) – 19.

Alinhada ao conceito de sustentabilidade, a Eletrosul pelo primeiro ano optou por imprimir um número restrito do relatório com vistas a poupar recursos naturais e financeiros. Uma versão completa e interativa, nos idiomas português, inglês e espanhol, encontra-se disponível para consulta no site www.eletrosul.gov.br. Eventuais comentários ou esclarecimentos sobre o documento podem ser enviados para a Assessoria de Gestão Empresarial (ASG) da Eletrosul, por meio dos seguintes contatos (GRI 3.4): (48) 3231-7690 ou (48) 3231-7131 e do e-mail sustentabilidade@eletrosul.gov.br.

Os indicadores e as informações relatadas no modelo GRI não passarão inicialmente por processo de asseguarção. No entanto, considerando que o relatório atenderá também à divulgação de informações constantes no Relatório de Administração, parte dos dados passará por verificação

externa. Ainda, quase a totalidade dos indicadores será reportada no relatório de sustentabilidade da *holding* Eletrobras, que será objeto de asseguarção (GRI 3.13).

Indicadores Econômicos-Financeiros

R\$ Milhões

Indicador	2012
Receita Operacional Bruta	1.969,7
Receita Operacional Líquida	1.824,9
Lucro Operacional Bruto	799,6
Lucro Líquido	68,5
Ativos Totais	12.667,8
Patrimônio Líquido	4.659,8

Indicador	2012
Liquidez corrente (%)	3,07
Participação de capital de terceiros* (%)	43,02
Margem Líquida (%)	5,72
Rentabilidade do capital próprio (médio) (%)	1,36
EBITDA (R\$ Milhões)	1.004,8

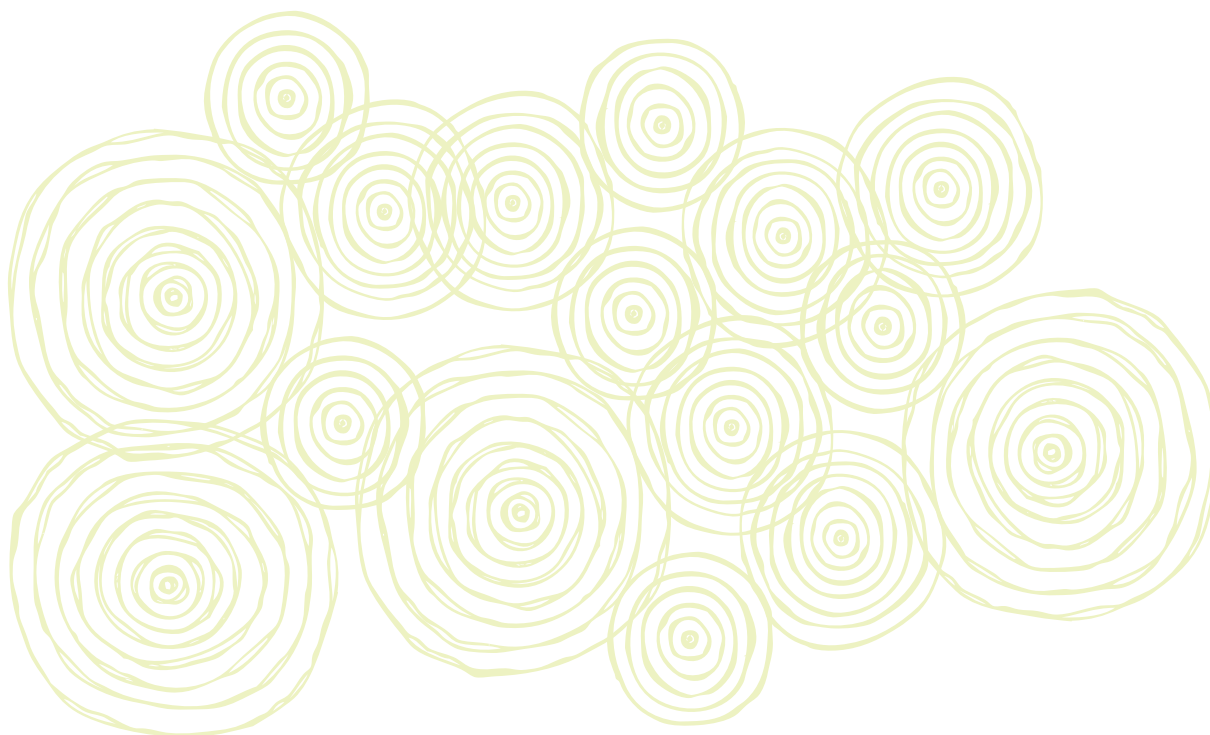
* O AFAC foi considerado no PL.

Indicadores Ambientais

Indicador	2012
Número de empregados treinados nos programas de educação e conscientização ambiental.	31
Percentual de empregados treinados nos programas de educação e conscientização ambiental. (%)	2,00
Número de alunos atendidos em programas de educação e conscientização ambiental	16.583
Recursos Aplicados em P&D Voltados ao Meio Ambiente (R\$ Mil)	1.058,3
Recursos Aplicados em Cultura, Esporte e Lazer (R\$ Mil)	2.634
Recursos Aplicados em Saúde (comunidade) (R\$ Mil)	4.116

Indicadores Sociais

Indicador	2012
Número total de empregados	1.546
Empregados até 29 anos de idade (%)	9,38
Empregados com idade entre 30 e 50 anos (%)	66,11
Empregados com idade a partir de 51 anos (%)	24,51
Número de mulheres em relação ao total de empregados (%)	17,34
Mulheres em cargos gerenciais em relação ao total de cargos gerenciais (%)	13,33
Empregadas negras (pretas e pardas) em relação ao total de empregados (%)	0,52
Empregados negros (pretos e pardos) em relação ao total de empregados (%)	5,30
Empregados negros (pretos e pardos) em cargos gerenciais em relação ao total de cargos gerenciais (%)	2,22
Estagiários em relação ao total de empregados (%)	14,17
Jovens Aprendizizes em relação ao total de empregados (%)	5,30
Empregados portadores de deficiência (%)	1,68





Dunas da Praia da Joaquina – Santa Catarina

3. Perfil da Empresa

Duna é uma montanha de areia criada a partir de processos eólicos (relacionados ao vento). Quando o vento sopra, leva a areia que, com o tempo, forma dunas. Dunas não precisam ser necessariamente grandes, muitas delas são bem pequenas. O vale entre as dunas é chamado slack.

Evolução da Marca



3.1 Histórico

Criada em 1968, a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. construiu o início de sua história como uma empresa pública, transpondo crises financeiras no setor elétrico e profundas transformações políticas no país. Em 1998, como parte do processo de privatização que ocorria no país, toda a área de geração da empresa foi vendida para a iniciativa privada, ficando a Eletrosul com os negócios de transmissão de energia. Após um período de dificuldades, em 2004, a

empresa, sempre controlada pela Eletrobras, recebeu a licença para voltar aos negócios de geração e a partir daí tem trabalhado com foco na sustentabilidade. Afinal, o setor elétrico, principalmente nos empreendimentos de geração hidrelétrica, apresenta forte interferência ambiental e social na comunidade de entorno. Por isso, metodologias e tecnologias têm sido desenvolvidas no sentido de mitigar e/ou compensar os efeitos socioambientais dos empreendimentos.



Prédio sede

Linha do Tempo Eletrosul

1968 a 1974

- Criação da Centrais Elétricas do Sul do Brasil – Eletrosul S.A., subsidiária da Eletrobras, de âmbito regional, com sede em Brasília e escritório central no Rio de Janeiro.
- Início das atividades de geração e transmissão de energia elétrica nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.
- Construção das Usinas Hidrelétricas Salto Osório e Salto Santiago, ambas no Rio Iguaçu, no Paraná, com trabalho pioneiro e sistemático para a redução dos impactos ambientais e a preservação dos recursos naturais.
- Construção do sistema de transmissão interligando os três estados da Região Sul.
- Funcionamento de 492 km de Linhas de Transmissão.
- Início da operação da Usina Hidrelétrica de Passo Fundo, localizada no Rio Grande do Sul.

1975 a 1979

- Entram em funcionamento as primeiras unidades do Complexo Termelétrico de Jorge Lacerda e UHE Salto Osório.
- Ampliação em 1.637 km de novas Linhas de Transmissão.
- A sede e o escritório central da empresa passam a operar em Florianópolis (SC).

1980 a 1984

- Mato Grosso do Sul passa a integrar a área de atuação da Eletrosul.
- A capacidade instalada nominal de geração de energia elétrica da empresa alcança 3.222 MW. A extensão das Linhas de Transmissão, nas diferentes tensões, soma 6.047 km. A capacidade de transformação atinge os 4.662 MVA instalados, em 15 subestações.

1985 a 1989

- Criação do Conselho de Administração, órgão colegiado de funções deliberativas que passa a dividir a gestão empresarial com a Diretoria Executiva.
- Entram em funcionamento mais quatro subestações, ampliando a capacidade em 1.706 MVA.

1990 a 1994

- A Eletrosul inicia o programa de implantação do telecontrole de 16 subestações de 230 e 138 kV.
- Formação do Núcleo da Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria e pela Vida, fruto da solidariedade dos empregados da Eletrosul.
- Inauguração da Conversora de Frequência de Uruguaiana, interligando os sistemas elétricos argentino e brasileiro até a potência de 50 MW.

1995 a 1999

- Inclusão da Eletrosul no Programa Nacional de Desestatização (PND).
- Inauguração da UTE Jorge Lacerda IV, com potência de 350 MW e aumento de 11% na capacidade de geração da empresa. Jorge Lacerda, com suas quatro unidades somando 832 MW, torna-se o maior complexo termelétrico da América Latina.
- Privatização da Geração da Eletrosul.
- A Eletrosul se transforma numa empresa de transmissão de energia elétrica, com cerca de 30% de sua dimensão original, e encerra o período com 1.325 empregados.
- A Eletrosul, como primeira estatal federal de transmissão de energia elétrica, passa também a atuar, provisoriamente, como Operador Nacional do Sistema (ONS) para a Região Sul.
- Queda de 13 torres da Linha de Transmissão Areia-Campos Novos, de 525 kV, provocada por ventos com rajadas superiores a 170 km/h. Os trabalhos de recuperação foram executados por um efetivo de 248 pessoas, de forma ininterrupta e em parceria com outras empresas do setor, possibilitando um recorde nacional com a recuperação de todas as torres em apenas 13 dias.
- Implantação da Subestação Santo Ângelo (RS).

2000 a 2004

- Retomada a condição de participar do segmento de geração de energia elétrica em março de 2004 (Lei nº 10.848), concomitantemente com a aprovação do Novo Modelo do Setor Elétrico.
- Autorização para realizar, emergencialmente, obras para reconectar a parte insular de Florianópolis ao sistema interligado nacional, em virtude de acidente ocorrido durante a manutenção na rede de distribuição, que deixou a ilha às escuras por 52 horas.
- Recebimento do Prêmio Valor 1000, oferecido pelo jornal *Valor Econômico*, como empresa de melhor desempenho no setor elétrico.
- A Regional do Paraná recebe o reconhecimento na faixa bronze, no ciclo 2002, e ouro, nos ciclos 2003 e 2004, do Prêmio do Programa de Qualidade do Governo Federal (PQGF), coordenado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- Publicação do primeiro Balanço Social da Eletrosul.

2005 a 2009

- Inauguração do novo Centro de Operação do Sistema Eletrosul (COSE), um dos mais modernos do país.
- Conquista, no leilão de energia nova, da implementação da Usina Hidrelétrica Passo São João (77 MW), no Rio Grande do Sul.
- Conquista do lote para construção da Usina Hidrelétrica de Mauá, no terceiro leilão de energia nova, em consórcio formado com a Copel.
- ANEEL transfere para a Eletrosul a concessão da Usina Hidrelétrica São Domingos, em Mato Grosso do Sul.
- Vence em parceria o leilão da UHE Jirau, primeiro empreendimento fora de sua área de atuação, e conquista três lotes das Linhas de Transmissão do Rio Madeira.
- A Eletrosul, em parceria com a Wobben, sagrou-se vencedora na disputa para a implantação e exploração do Complexo Eólico Cerro Chato, composto por três parques de 30 MW cada, localizado no município de Sant'Ana do Livramento (RS).

- Prêmio de Melhor Empresa de Energia Elétrica do país, da revista ISTOÉ Dinheiro, por cinco anos consecutivos.
- Geração do primeiro MWh da Eletrosul, de energia solar acumulada na planta-piloto (cobertura fotovoltaica), na Sede.
- Adesão ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU).
- Inauguração da Casa Eficiente, que está entre os projetos certificados durante o lançamento da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia, direcionada a residências e edifícios multifamiliares.
- Interligação energética completa da ilha de Santa Catarina via cabos submarinos, com o Sistema Interligado Nacional.
- Certificação NBR ISO 9001:2008 – Oficina Central de Equipamentos e recertificação da área de suprimentos.

2010 a 2012

- Vence o leilão para a construção da Usina Hidrelétrica Teles Pires, com capacidade de 1.820 MW, em Mato Grosso (participação da Eletrosul é de 24,5% da obra, ou seja, 445,9 MW).
- Lançamento da Nova Marca do Sistema Eletrobras e, conseqüentemente, da Eletrosul.
- Classificada entre as 150 melhores empresas para trabalhar no Brasil, segundo o Guia Você S/A – EXAME.
- Uma das 58 empresas a receber o Selo da 3ª Edição Pró-Equidade de Gênero e também uma das nove organizações que ganharam o selo pelo terceiro ano consecutivo, o que rendeu uma homenagem especial.



Eletrobras
Eletrosul

Destaques do Ano de 2012

Inauguração da UHE Passo São João

Foi inaugurada no dia 21/12/12 a primeira usina da Eletrosul – a Usina Hidrelétrica Passo São João – localizada no noroeste gaúcho. Com capacidade de gerar 77 MW (equivalente ao consumo de aproximadamente 580 mil habitantes), entrou com a primeira unidade em operação comercial em março e a segunda em julho. É um empreendimento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no qual foram investidos R\$ 600 milhões. É um marco histórico para a empresa, pois representa a retomada da estatal no segmento de geração hidráulica de empreendimento próprio.

Inauguração da UHE Mauá

No dia 12/12/12 foi inaugurada a UHE Mauá, localizada no Paraná, com capacidade para gerar 361 MW, sendo 177 MW da Eletrosul, suficientes para atender mais de 1 milhão de pessoas. A concessão da usina pertence ao Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, formado por Copel (51%) e Eletrosul (49%), que, juntas, investiram cerca de R\$ 1,4 bilhão no empreendimento que integra o PAC do governo federal. A usina foi inaugurada com duas de suas cinco unidades geradoras operando comercialmente. O evento de inauguração marca a volta da Eletrosul à geração de energia com a primeira usina de grande porte.

Entregue à operação a primeira unidade geradora da PCH Barra do Rio Chapéu

A partir do dia 3/12/12 a Eletrosul iniciou os procedimentos para enchimento do reservatório da PCH Barra do Rio Chapéu, localizada em Santa Catarina. No dia 19/12/12, a Eletrosul entregou à operação a primeira unidade geradora da PCH. A máquina, que já estava faturando em testes, aguarda a emissão da Licença de Operação pela Fundação do Meio Ambiente (Fatma), para a entrada em operação comercial.

Entrada das últimas unidades geradoras do Complexo Eólico Cerro Chato

Em 20/01/2012 foi concluída a entrada das

duas últimas unidades geradoras do Complexo Eólico Cerro Chato I, II e III, de 90 MW, com seis meses de antecipação em relação ao cronograma do edital ANEEL.

Início das obras dos novos parques eólicos

Em janeiro, com a abertura dos acessos, foram iniciadas as obras de implantação dos novos parques eólicos de Sant'Ana do Livramento – Cerro Chato IV, V e VI, Cerro dos Trindade e Ibirapuitã 1, de 78 MW. Em dezembro, todos os acessos, bases e plataformas estavam concluídas. O início da montagem dos 39 aerogeradores está previsto para março de 2013.

Brasil e Uruguai assinam Ata de Compromissos de Gestão de empreendimento de interconexão elétrica

A Eletrobras e a Administración Nacional de Usinas y Trasmisiones Eléctricas – UTE do Uruguai, assinaram Ata de Compromissos de Gestão do empreendimento de interconexão elétrica entre Brasil e Uruguai. Do lado uruguaio está em construção uma LT 525 kV, com 65 km de extensão; uma estação conversora de frequência em Melo (60/50HZ), de 500 MW; uma LT 500 kV, com 283 km; e a ampliação da SE San Carlos. Do lado brasileiro, o empreendimento está em fase de licenciamento ambiental (linhas e subestações), sendo que os projetos executivos das linhas estão em elaboração, e da SE Candiota em contratação de projeto, fornecimento e construção. A Eletrosul, por meio de um Contrato de Cessão Parcial junto à Eletrobras, possui direitos e obrigações referentes a 39,6% do total das obras no Brasil, sendo responsável pela implantação das linhas de transmissão e pela engenharia do proprietário das obras nas subestações Presidente Médici e Candiota.

Eleito representante dos empregados ao Conselho de Administração

Com 59,06% dos votos, foram eleitos, em eleição organizada pela empresa em conjunto com as entidades sindicais, o representante dos empregados ao Conselho de Administração, e seu respectivo suplente. A chapa obteve 675 votos.

Eletrobras no ISE pela sexta vez consecutiva

Pelo sexto ano consecutivo, a Eletrobras integra o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo. A Eletrosul participa desse processo respondendo ao questionário do ISE e enviando-o à Eletrobras para consolidação das informações de todas as empresas do sistema.

Divulgada nova RAP da Eletrosul pelo Governo Federal

Os acionistas da Eletrosul aprovaram, por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 03/12/2012, a renovação do contrato de concessão dos ativos de transmissão, de acordo com as novas regras da Medida Provisória n.º 579. O valor da RAP da Eletrosul, levando em conta os percentuais referentes ao PIS/PASEP e COFINS, passa a ser de R\$ 447,5 milhões, o que representa uma redução de 50,1% da receita atual das instalações de transmissão e de 35,7% considerando o total das receitas, incluindo as de geração. O valor da indenização dos ativos não amortizados será de R\$ 1,98 bilhão. De acordo com as regras estabelecidas na Medida Provisória n.º 591, a Eletrosul terá ainda uma indenização dos ativos não depreciados existentes em 31/05/2000, registrados pela empresa e reconhecidos pela ANEEL.

O bom desempenho operacional da Eletrosul nos últimos anos favoreceu a empresa na definição, pelo MME, do novo valor da RAP, que passa a valer a partir de janeiro de 2013, com a prorrogação da concessão de seus ativos. A Eletrosul foi a transmissora que teve a menor redução das tarifas porque os cálculos do MME levaram em conta a qualidade dos serviços de transmissão prestados.

Nas referências técnicas que embasaram o MME na definição das novas RAPs a ANEEL criou um ranking entre as empresas, estabelecendo uma classificação em cinco grupos de qualidade, a partir da relação entre parcela variável e receita. A Eletrosul foi a empresa que obteve o melhor desempenho e a única classificada no Grupo 1,

servindo, portanto, de referência, em termos de Parcela Variável, para o cálculo da RAP das demais transmissoras.

Back-to-back da SE Coletora Porto Velho transmite em potência máxima

A primeira unidade do sistema de alta tensão de corrente contínua HVDC – *Back-to-back* 2 – concluiu seus testes de transmissão de potência no dia 20/12/12. De acordo com a Porto Velho Transmissora de Energia S.A. (PVTE), foram transmitidos 400 MW da geração do Rio Madeira para o sistema Acre-Rondônia, que está conectado ao Sistema Interligado Nacional (SIN). A transmissão de potência máxima, com sucesso, coloca essa subestação como uma das maiores já construídas no Brasil, com área total de 524 hectares aproximadamente, equivalente a 750 campos de futebol.

Erguida primeira torre do “Linhão Madeira”

A Norte Brasil Transmissora de Energia, formada pela Abengoa (51%), Eletrosul (24,5%), e Eletronorte (24,5%), iniciou a construção da LT 600 kV Porto Velho–Araraquara 2. Com 2.412 km de extensão, o “linhão”, que trará energia das usinas Jirau e Santo Antônio ao SIN, teve concluída a montagem da primeira torre da LT (das 4.332 estruturas ao longo do traçado) em 14/09/2012, no município de Nipoã, em São Paulo.

Novas concessões de linhas de transmissão e subestações

A Eletrosul, em parceria com a Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul (CEEE), arrematou o principal lote do leilão de transmissão da ANEEL n.º 05/2012. Os empreendimentos do Lote A somam R\$ 710 milhões e são essenciais para integrar a região Sul do Rio Grande do Sul ao SIN. São 490 quilômetros de linhas de transmissão (525 kV de tensão), três novas subestações – Povo Novo, Marmeleiro e Santa Vitória do Palmar – a serem implantadas pela Transmissora Sul Litorânea de Energia (TSLE) e a ampliação de uma unidade existente. O consórcio liderado pela Eletrosul, com 51% de participação, conquistou o lote com tarifa cheia: R\$ 77,4 milhões de RAP.

A Eletrosul assinou a concessão que permitirá à Sociedade de Propósito Específico (SPE) Costa Oeste, Eletrosul (49%) e Copel (51%), construir obras de reforço do sistema de transmissão no noroeste do Paraná. Será implantada a LT de 143 km, em 230 kV, e a Subestação Umuarama Sul.

A Eletrosul assinou dois contratos de concessão que irão reforçar o SIN e dar mais segurança energética à região Sul. Um empreendimento com aproximadamente 800 km de extensão de LT's, e a Subestação Camaquã 3, que serão construídos pela Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. (TSBE), Eletrosul (80%) e Copel (20%), e outro empreendimento referente a LT 525 kV Curitiba-Curitiba Leste, de 28 km de extensão, e a Subestação Curitiba Leste, a serem implantados pela Marumbi Transmissora de Energia, Copel (80%) e Eletrosul (20%).

Planta Solar

No dia 24/08/12, a Eletrosul assinou com o Consórcio Efaced Megawatt Solar o contrato para implantação do projeto Megawatt Solar – a usina fotovoltaica de um megawatt-pico (MWp), a ser instalada na sede e que se constituirá na primeira planta solar fotovoltaica conectada à rede e integrada à arquitetura de um prédio público no Brasil.

Seis SPEs deverão ser incorporadas aos ativos da Eletrosul

A Diretoria da empresa obteve autorização do Conselho de Administração para incorporar as SPEs RS Energia, Porto Velho Transmissora de Energia S.A. (PVTE), Eólica Cerro Chato I S.A., Eólica Cerro Chato II S.A., Eólica Cerro Chato III S.A. e Artemis S.A..

Eletrosul conclui rede de fibra óptica para atender Programa Nacional de Banda Larga (PNBL)

O PNBL já pode chegar ao Sul do país. A Eletrosul concluiu a implantação de seu sistema de comunicação óptica de alta capacidade (DWDM), que sai de Araraquara, em São Paulo, e passa pelo Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, disponibilizando a estrutura

necessária para que a Telebras leve internet de baixo custo para esses estados.

Eletrosul na Rio +20

A Eletrosul marcou presença na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio +20, que reuniu delegações dos 193 países-membros, no Rio de Janeiro, com o propósito de debater e definir a agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas. As empresas Eletrobras tiveram espaço para apresentar seus projetos no estande montado pela *holding* no Parque dos Atletas. A Eletrosul mostrou seus investimentos em inovação tecnológica, eficiência energética e de geração de energia limpa a partir de fontes alternativas.

Lançamento da segunda etapa do Projeto Alto Uruguai

Aproveitar os resíduos da suinocultura e transformar um passivo ambiental em fonte alternativa de energia. Esse é o propósito central do Projeto Alto Uruguai – Cidadania, Energia e Meio Ambiente, idealizado pela Eletrobras e Eletrosul para atender à região que responde por aproximadamente 35% da produção nacional de suínos. O início da execução das ações socioambientais e de incentivo à geração de energia a partir de biomassa e à conservação energética foi oficializado no dia 06/07/2012, com a assinatura dos termos de cooperação com os 55 municípios de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que serão abrangidos nessa segunda etapa do projeto. O investimento previsto é de mais de R\$ 11,5 milhões, a serem aplicados ao longo de quatro anos.



Mapa Sistema Eletroenergético



3.2 A Empresa

Apresentação dos dados gerais e de informação técnicas e legais da empresa. (GRI 2.1; 2.2; 2.4; 2.6)

Nome Completo da Unidade e sigla	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	sigla: Eletrosul
CNPJ	00.073.957/0001-68	
Natureza jurídica	Sociedade de Economia Mista	
Vinculação ministerial	Ministério de Minas e Energia (MME)	
Endereço completo da sede	Rua Deputado Antônio Edu Vieira, 999, Bairro Pantanal, Florianópolis, Santa Catarina, CEP 88040-901 telefone (48) 3231-7000, fax (48) 3234-5678	
Endereço da página institucional na internet	www.eletrosul.gov.br	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional, regimento interno ou estatuto e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União (DOU)	Constituída em 23/12/1968 e autorizada a funcionar pelo Decreto nº 64.395 de 23/04/1969.	
Função de governo predominante	Energia	
Tipo de atividade	Concessionária de serviços públicos de transmissão e produtora independente de geração de energia elétrica.	

A Eletrosul Centrais Elétricas S.A. é uma sociedade de economia mista de capital fechado, concessionária de serviços públicos de transmissão e produtora independente de geração de energia elétrica constituída em 1968 e autorizada a funcionar pelo Decreto nº 64.395 de 23/04/1969. Subsidiária das

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) e vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), apresenta, em 31/12/2012, um ativo total de R\$ 9,231 milhões (R\$ 12.725,6 milhões quando consolidado com o ativo das SPEs) e a seguinte composição acionária (GRI 2.3):

Acionistas	Quantidade de ações	Capital Social	% de participação
Eletrobras	90.136.442	3.735.245	99,8619
USIMINAS	57.901	2.398	0,0641
CEEE	49.519	2.054	0,0549
Copel	14.195	587	0,0157
Celesc	1.544	64	0,0017
CSN	1.194	49	0,0013
Outros	320	15	0,0004
Total	90.261.115	3.740.410	100,00

Além disso, a Eletrosul assumiu, **em 2012**, 100% do controle societário da Artemis e 75% da Uirapuru, a qual teve os 25% de ações restantes assumidos pela Fundação Elos (**GRI 2.8; 2.9**).

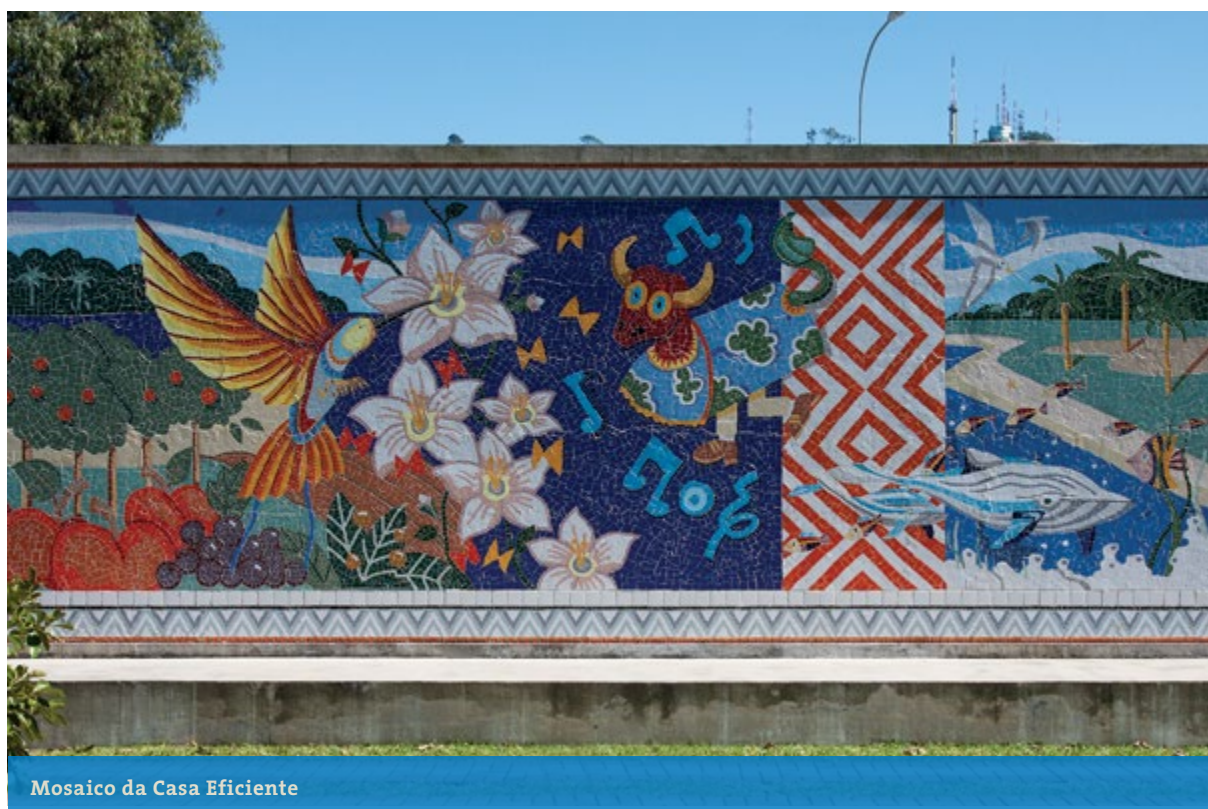
A empresa tem sede em Florianópolis, estado de Santa Catarina, e atuação no Brasil, nos três estados da Região Sul, no Mato Grosso do Sul e em Rondônia por meio da participação no Consórcio Energia Sustentável do Brasil (ESBR), Norte Brasil Transmissora de Energia (NBTE), Porto Velho Transmissora de Energia (PVTE), e no Mato Grosso e no Pará por meio do Consórcio Teles Pires Energia Eficiente (**GRI 2.5; 2.7; 2.8**).

Contando com 1.546 empregados próprios, 469 terceirizados e 205 anistiados¹, realiza estudos e projetos, constrói e opera instalações de transmissão de energia elétrica, está construindo instalações de geração, presta serviços de telecomunicação e pratica outros atos de comércio decorrentes dessas atividades. Além disso, investe em pesquisa e desenvolvimento, fomentando o uso de fontes alternativas de energia.

1. Empregados que retornaram ao serviço nos termos da Lei nº 8.878, de 11/05/1994.

No que se refere ao planejamento energético, cabe ao Ministério de Minas e Energia, por meio da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a responsabilidade de realizar os estudos que subsidiam o planejamento energético brasileiro, sejam eles para planejamento da expansão do mercado, geração ou transmissão de energia elétrica. A EPE trabalha em parceria com os agentes na definição da expansão dos segmentos de mercado e transmissão, nos quais a Eletrosul atua fortemente, seja na consolidação dos dados de mercado da Região Sul, seja participando dos grupos de estudos que definem a expansão dos principais sistemas de transmissão no país (**GRI EU10; EU19**).

O portfólio da Eletrosul contempla como segmentos de negócio a transmissão, a geração e a comercialização de energia elétrica, bem como a prestação de outros serviços associados ao setor, como operação e manutenção de transmissão e telecomunicações. No mercado em que a empresa atua os clientes são, em sua maioria, empresas distribuidoras de energia que, em 31/12/2012, totalizavam 20.



Alinhada às políticas públicas do Governo Federal, a Eletrosul investiu, em 2012, **R\$ 82,7 milhões** na área de transmissão própria e **R\$ 560,7 milhões** na área de geração própria que, somados aos investimentos realizados por meio das controladas em obras de geração e transmissão, alcançaram o valor de **R\$ 2,4 bilhões**.

Em 2012, a Eletrosul se reposicionou no mercado de geração hidrelétrica com a entrada em operação da primeira usina própria, a Usina Hidrelétrica Passo São João, localizada no Rio Ijuí, no Rio Grande do Sul. Também foram concluídos os empreendimentos referentes à Porto Velho Transmissora de Energia (PVTE), que compreendem a LT 230kV Coletora Porto Velho/SE Porto Velho e a SE Coletora Porto Velho 525/230kV, essenciais para o escoamento da energia produzida na Amazônia aos grandes centros consumidores do país (**GRI EU1; EU4**).

A área de atuação preponderante da Eletrosul compreende os três estados da Região Sul e o Mato Grosso do Sul. Segundo Contas Regionais do Brasil 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), essa área de atuação responde por aproximadamente 17,7% do PIB nacional e 17,9% do mercado total de energia elétrica brasileiro, abrigando uma população da ordem de 30,5 milhões de habitantes, o que representa 15,6% da população brasileira. Também responde por 28,9% da produção agropecuária, 21,8% da indústria e 20,8% do comércio nacional.

As associações e instituições das quais a Eletrosul participa estão descritas abaixo (**GRI 4.13**):

- Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)
- Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)
- Associação Brasileira de Concessionária de Energia Elétrica (ABCE)
- Associação Brasileira de Gerência de Riscos (ABGR)
- Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)
- Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH)
- Associação dos Integrantes do Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infantojuvenil
- Associação Brasileira de Empresas Geradoras de Energia Elétrica (ABRAGE)
- Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (ABRATE)
- Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica)
- Brix Energia e Futuros S.A.
- Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)
- Comitê Brasileiro da Comissão de Integração Energética Regional (BRACIER)
- Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (CIGRE – Brasil)
- Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina (COREN-SC)
- Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina (CRM-SC)
- Fundação Comitê de Gestão Empresarial (Fundação COGE)
- Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS)
- Fundação Nacional da Qualidade (FNQ)
- Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
- Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
- Instituto para o Desenvolvimento das Energias Alternativas na América Latina (IDEAL)
- International Hidropower Association (IHA)
- Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS)
- Memória da Eletricidade



3.3 Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional da Eletrosul é composta dos níveis e órgãos correspondentes, apresentados a seguir e representados no organograma da empresa:

Administração Superior

ASSEMBLEIA GERAL DOS ACIONISTAS –

Assembleia com poderes para decidir sobre todos os negócios da empresa e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

CONSELHO FISCAL – Órgão responsável pela fiscalização dos atos dos administradores da Eletrosul e verificação do cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – Órgão colegiado de mais alto nível da administração da Eletrosul, cuja finalidade é estabelecer as diretrizes e as políticas maiores da empresa.

DIRETORIA EXECUTIVA – Órgão colegiado responsável pela direção geral da Eletrosul, respeitadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

PRESIDÊNCIA E DIRETORIAS – Órgãos responsáveis pelo planejamento, pela coordenação e pelo controle de atividades específicas à sua área de atuação, definidas na Lei das Sociedades Anônimas, no Estatuto Social e no Manual de Organização da empresa. Comportam a função de Assistente Executivo e Assessor Especial.

Assessoramento

Órgãos que prestam assessoramento ao Conselho de Administração, à Presidência

e às Diretorias na formulação de estratégias e planos de ação: Auditoria, Assessorias, Secretaria Geral e Ouvidoria.

Administração Intermediária

Órgãos que constituem as unidades administrativas, organizados por meio de departamentos e coordenações, responsáveis pela operacionalização dos programas de trabalho, que têm subordinados a si órgãos de gerências operacionais.

Administração Operacional

Órgãos que executam os planos de trabalho previamente estabelecidos referentes às suas atividades específicas, e organizados por meio de divisões ou coordenadorias.

Órgãos Especiais

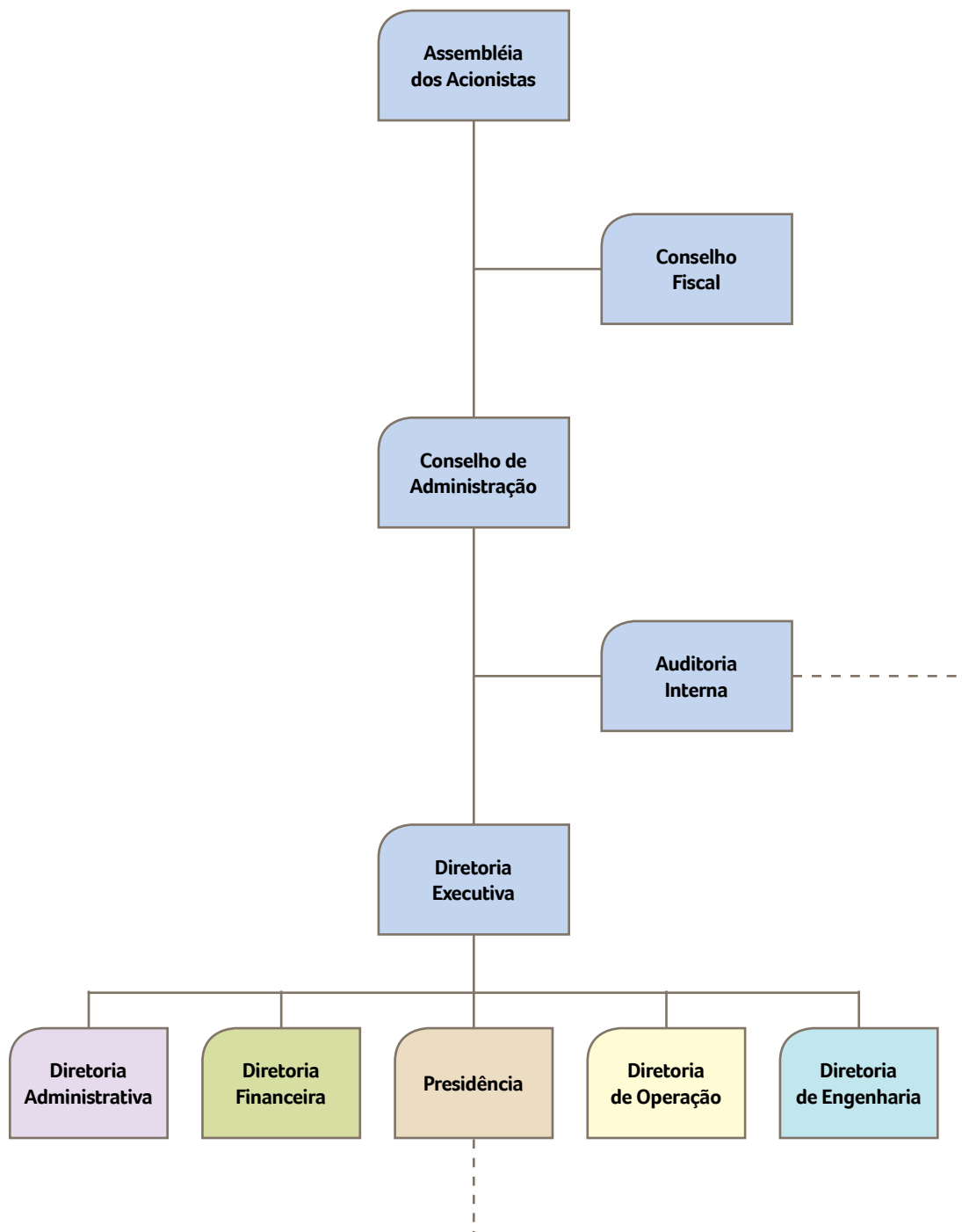
COMITÊ – Órgão colegiado permanente, designado formalmente por resolução da Diretoria Executiva, que tem como função analisar, estudar, propor e avaliar as políticas da empresa.

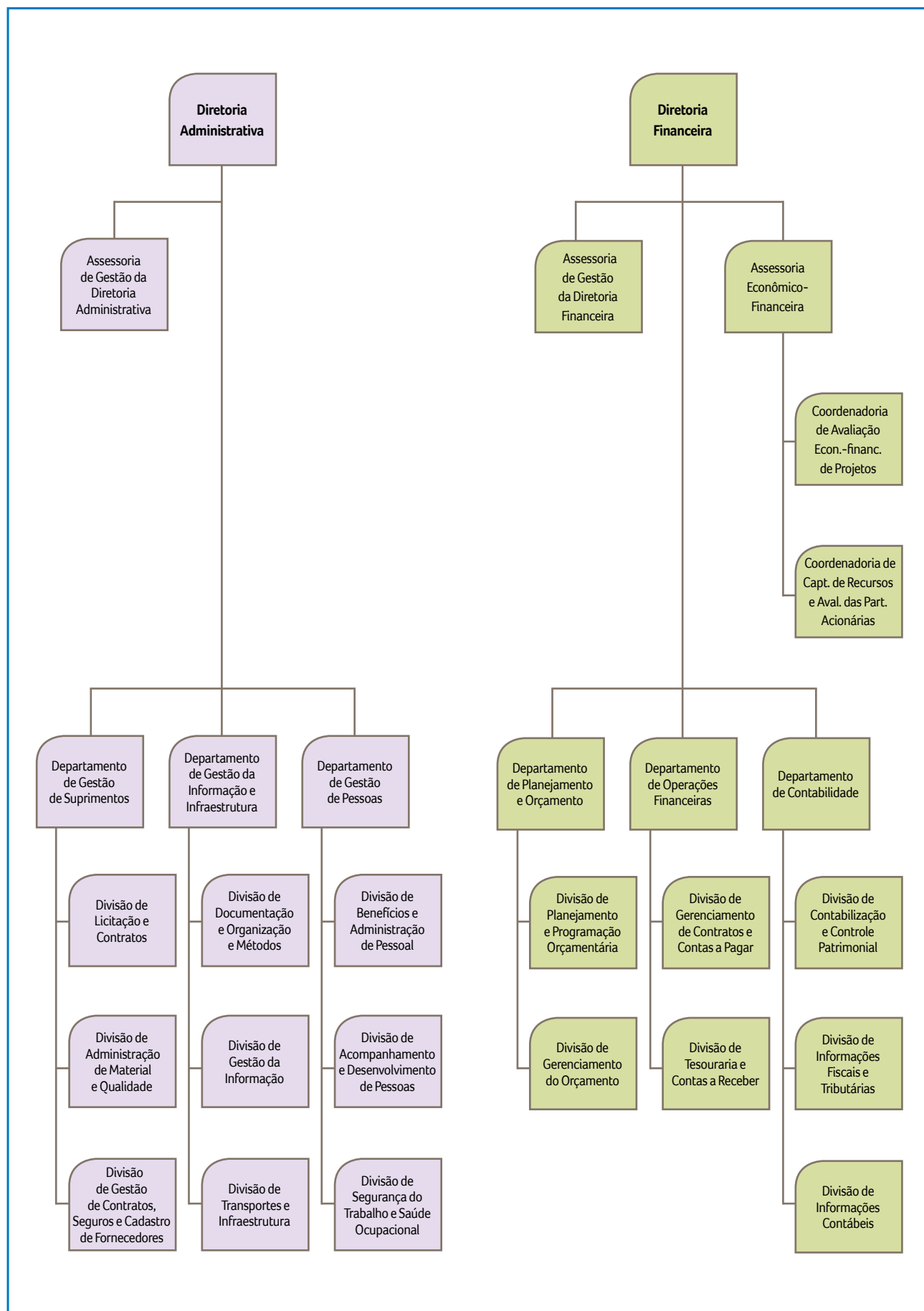
COMISSÕES, GRUPOS DE TRABALHO e

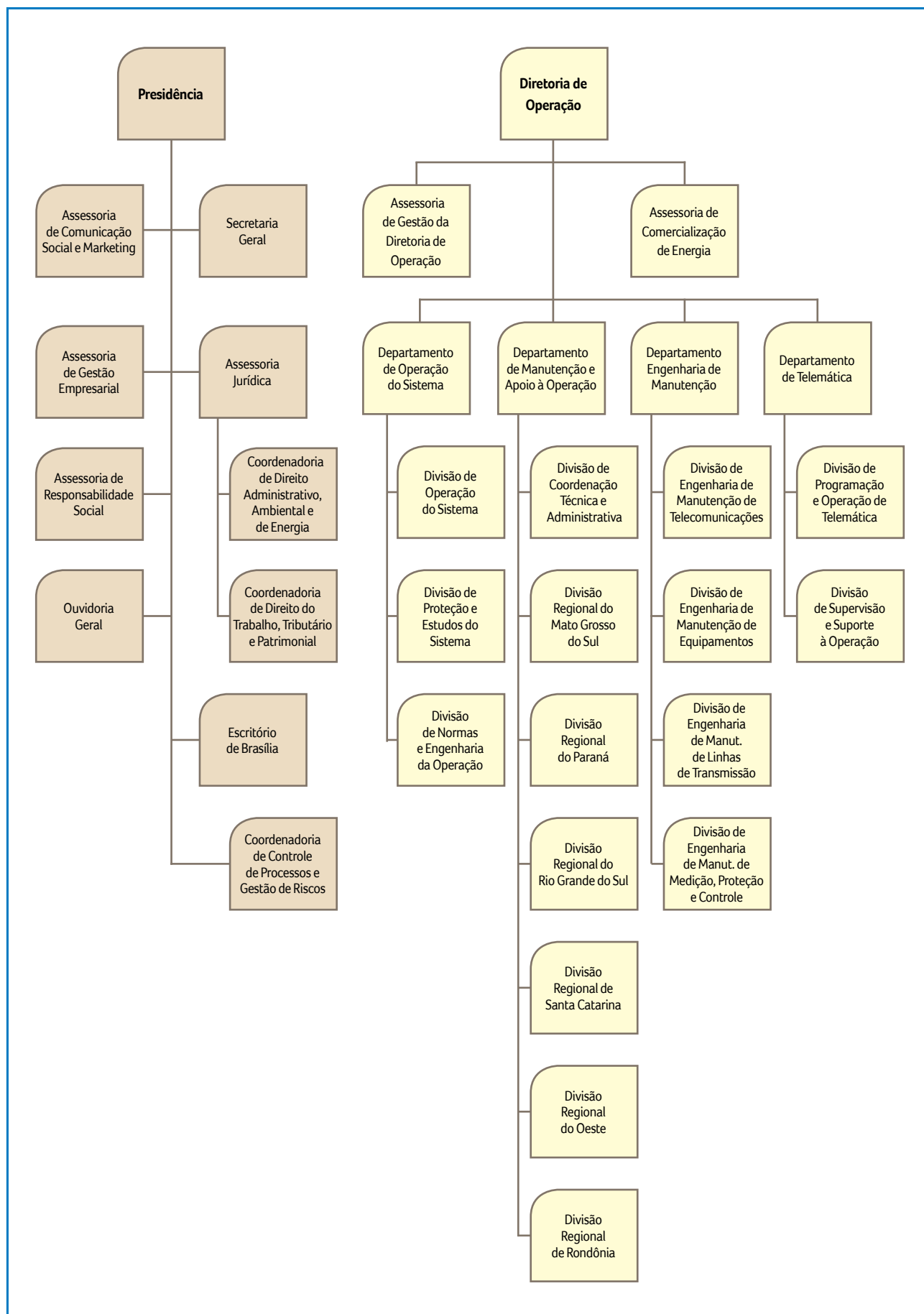
FORÇAS-TAREFA – Órgãos colegiados temporários, designados formalmente por resolução da Diretoria Executiva, que têm como função analisar, estudar, propor e avaliar alternativas para a solução de problemas específicos da empresa.

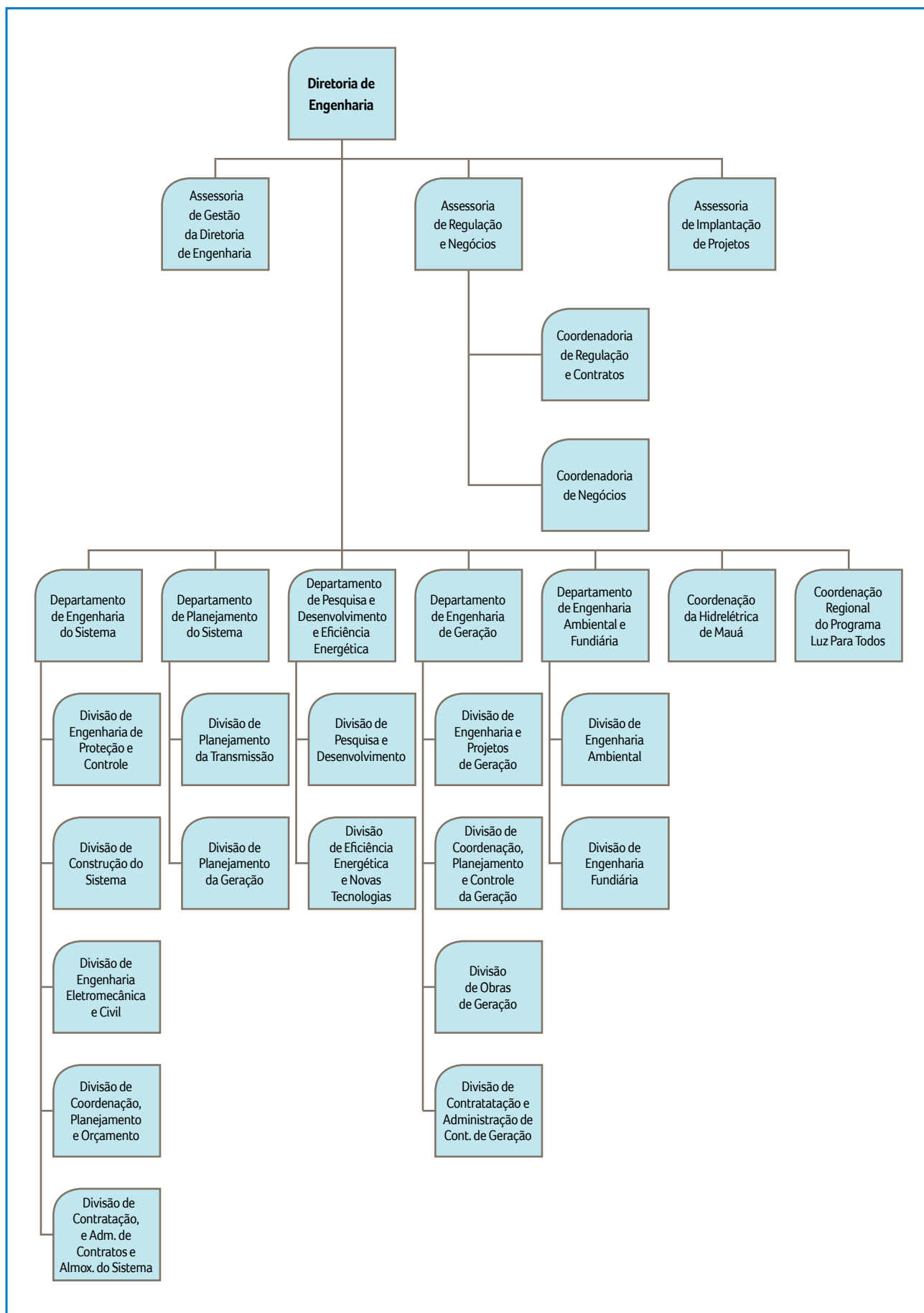
Os Órgãos Especiais não comportam subordinação.

A seguir é apresentado o organograma da Eletrosul.









Perfil dos Empregados (em 31/12/2012) (GRI 2.8)

A Eletrosul possui um total de 1.546 empregados efetivos e 205 empregados anistiados em conformidade com a Lei n.º 8.878/94, os quais estão cedidos para Órgãos ou Entidades da Administração Pública Federal, totalizando 1.751 empregados do quadro próprio. Em 2012, ingressaram 9 empregados e 88 anistiados, e se desligaram 18 empregados e 4 anistiados.

3.4 Confiabilidade do sistema (GRI EU6)

As responsabilidades, as regras e os procedimentos que envolvem a operação do sistema sob o comando e a execução da Eletrosul são normatizados no Manual de Operação, alinhados com os Procedimentos de Rede estabelecidos pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). As intervenções no sistema elétrico são analisadas, documentadas e otimizadas por uma equipe de programação de desligamentos, objetivando maximizar a disponibilidade do sistema. Para tanto, a empresa mantém uma equipe de engenharia especializada em estudos elétricos que assegura a operação dentro dos padrões de segurança sistêmica, visando garantir confiabilidade e disponibilidade dos seus ativos.

Os técnicos operadores da Eletrosul são treinados e certificados sistematicamente para, em caso de contingência, restabelecer o sistema no menor tempo possível. Todas as manobras executadas pela operação em tempo real seguem rígidos critérios desenvolvidos para mitigar erros e assegurar a confiabilidade e a disponibilidade do sistema elétrico. A Eletrosul coordena a operação, ininterruptamente, por meio do Centro de Operação do Sistema Eletrosul (COSE), dividido em Centro de Operação da Transmissão (COT), Centro de Operação da Geração (COG) e Centro de Operação de Telecomunicações (CCT). Os comandos de operação são executados por Centros Regionais de Operação de Instalações (CROI), com o auxílio de assistentes de operação local nas instalações, com a possibilidade de operação em *backup* por

meio do Centro de Operação de Contingência (COC), centralizado no COSE.

Todas as ocorrências no sistema sob a responsabilidade operativa da Eletrosul, sejam desligamentos intempestivos ou procedimentos operativos, são objeto de análise detalhada, através de uma rotina de análise do desempenho dos procedimentos da operação.

Nessa rotina, os procedimentos executados e o tempo de recomposição do sistema são classificados e avaliados com vista à qualidade da operação. Além disso, o desempenho das proteções aplicadas nas instalações da Eletrosul, sempre que requisitadas pelo sistema elétrico, é alvo de análise detalhada, garantindo a eficiência e a segurança dos serviços de transmissão.

As equipes de manutenção são descentralizadas e a logística e o dimensionamento destas são desenvolvidos continuamente, através de análises e cálculos feitos pela área de Engenharia de Manutenção da empresa. As equipes de Coordenação Técnica e de Engenharia de Manutenção realizam análises sistemáticas do desempenho das instalações, com base nos dados disponíveis nos sistemas de gestão. Dessas análises resultam as definições de melhorias e reformas a serem implantados nas instalações, com o objetivo de manter a confiabilidade do sistema.

A empresa possui um aprimorado estoque reserva de torres, equipamentos e acessórios, com o intuito de minimizar ao máximo os tempos de indisponibilidade, sem onerar os ativos da empresa.

Em decorrência de seu excelente desempenho operacional, a Eletrosul tem tido um dos melhores índices de Parcela Variável (PV)²

2. A PV, estabelecida na Resolução Normativa n.º 270/2007 da ANEEL, é a parcela da receita deduzida do Pagamento-Base das Funções de Transmissão – FT por conta de indisponibilidades, restrição operativa temporária, cancelamento de intervenções fora do prazo estabelecido e atraso na entrada em operação de novas FT, de responsabilidade da concessionária de transmissão.

do Brasil, segundo os relatórios do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), obtendo posição de destaque em relação às demais concessionárias.

3.5 Pesquisa e Desenvolvimento (GRI EU8)

Por ser um processo contínuo, o desenvolvimento e a inovação tecnológica são permanentemente fomentados por políticas, estratégias e diretrizes vinculadas aos negócios da empresa e da Eletrobras. Dessa forma, priorizam as pesquisas em novas tecnologias nas áreas de geração e transmissão de energia elétrica que atendam às demandas exigidas pelo ambiente competitivo em que está inserida.

A Eletrosul possui uma Política de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D+I), alinhada com seu plano estratégico, temas relevantes ao país definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e pelas diretrizes da *holding*.

Em consonância com as diretrizes da Política de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da Eletrobras, as empresas do sistema realizam seguidos encontros para avaliar ações e propostas de novos projetos de pesquisa, além de verificar a possibilidade de cooperação entre empresas.

Os projetos que compõem a carteira de Pesquisa & Desenvolvimento na ANEEL são desenvolvidos com universidades e centros de pesquisas conceituados, promovendo-se, assim, condições para a geração de conhecimento científico, o desenvolvimento tecnológico e a internalização do conhecimento.

A parceria de mais de 30 anos com o Centro de Pesquisa de Energia Elétrica (Cepel)³ possibilita a realização de encontros, reuniões técnicas e projetos específicos, abrangendo estudos energéticos e econômico-financeiros de sistemas elétricos, supervisão, controle e proteção de sistemas elétricos, planejamento e operação elétrica e tecnologia de equipamento

de transmissão. Os projetos de pesquisa contam cada vez mais com a participação de equipes técnicas da Eletrosul.

Com relação aos programas P&D, em 2012, a Eletrosul concluiu os seguintes projetos:

Análise PV: avaliação da adequação da parcela variável como mecanismo de remuneração da qualidade do serviço de transmissão.

Energia por Indução: obtenção de fonte de energia por indução nos para-raios ao longo da linha de transmissão.

Biogás-H: obtenção de hidrogênio através da reforma do biogás para conversão em energia renovável.

Bio-óleo: estudo da utilização de bio-óleo em motores diesel para geração termelétrica distribuída.

Monitoramento da Água: monitoramento em tempo real da qualidade da água na alça de vazão reduzida da UHE Passo São João pelo uso de uma rede de sensores sem fio.

Replantar: reintrodução das espécies ameaçadas de extinção.

Dos programas de P&D em andamento, podemos destacar os seguintes projetos:

Purificação do Silício ao Grau Solar: visa obter o silício purificado ao grau solar, o qual é a matéria prima necessária para fabricação de células fotovoltaicas, para utilização em módulos solares permitindo o domínio em toda a cadeia de produção dos módulos para gerar energia limpa a partir de luz solar.

Tratamento de Vinhaça: visa o desenvolvimento de um sistema de digestão anaeróbica de alto desempenho para o tratamento de vinhaça, objetivando o aproveitamento energético do biogás, referente ao Programa 2009 – P&D ANEEL e desenvolvido em 36 meses com o

3. Na parceria com o Cepel, vem sendo aplicado um valor similar ao estabelecido pela Lei nº 9.991/2000 para desenvolvimento tecnológico, reforçando o processo de inovação.

Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento – LACTEC. Envolve estudos relacionados à produção de biogás da vinhaça resultante de processo de fermentação da cana de açúcar, abrindo espaço para o estudo em duas grandes áreas referentes ao tratamento de resíduos industriais e energias renováveis.

Tratamento de Resíduos Agrícolas: consiste no desenvolvimento de pesquisa de tecnologia de biodigestão para o processamento de resíduos agrícolas adequados ao contexto rural brasileiro. A linha de pesquisa visa obter o aumento de produção de gás metano utilizando técnicas de biodigestão inovadora e menor custo.

Rede de Sensores Passivos: desenvolvimento de uma rede de sensores passivos para medição de integridade de equipamentos em sistemas de energia com transmissão sem fio.

Torre de Emergência: desenvolvimento de protótipos de torres de emergência para serem utilizados como alternativa para atendimento em ocorrências no sistema de transmissão da empresa.

Aproveitamento da Bauxita: pretende utilizar a tecnologia de plasma para desenvolver um processo que permita o tratamento da bauxita impregnada com óleo mineral isolante. Atualmente, essa bauxita, que resulta do processo de regeneração do óleo de transformadores, é um resíduo tóxico que precisa ser descartado em aterros industriais adequados. Esse tratamento permitirá transformá-la em um material não tóxico e com possíveis aplicações industriais.

Célula Microbiana: prevê o desenvolvimento de uma Célula Combustível Microbiana destinada à geração de energia elétrica de forma distribuída. Pretende-se que esta célula empregue micro-organismos específicos que realizem a degradação de efluentes industriais nocivos ao meio ambiente e gerem, com essa degradação, energia elétrica.

Eólico Magnus: visa o desenvolvimento de protótipo de gerador eólico de eixo horizontal baseado no efeito Magnus. Espera-se melhorar o rendimento da geração eólica, ao longo do ano, em regiões de ventos extremamente variáveis,



Projeto Alto Uruguai

através do emprego de turbina dotada de, ao invés de pás, cilindros girantes ao redor de seu próprio eixo por motorização controlada (também conhecidos como rotores de Flettner). Por efeito Magnus espera-se produzir o binário necessário à rotação do gerador em ventos com baixa velocidade e assim obter um gerador eólico com velocidade de corte inferior (*cut-in*) menor que a de um gerador convencional, à hélice.

Substituição de Banco de Baterias em Subestações: prevê o desenvolvimento um sistema de *backup* elétrico, baseado na utilização de hidrogênio, capaz de substituir os bancos de baterias em subestações. Para tanto será desenvolvido um eletrolisador com tecnologia nacional dimensionado para produzir hidrogênio pressurizado em quantidade suficiente para alimentar uma célula a combustível e que permita o armazenamento do gás sem a utilização de compressores.

Medidor Portátil: desenvolvimento de um sistema de medição de alta sensibilidade, seletividade e portabilidade para uso em pátio de subestações. O foco do projeto será em relação aos sistemas de aterramento (malha e conexões) relevante do ponto de vista de segurança para os empregados que atuam em subestações e proteção de equipamentos.

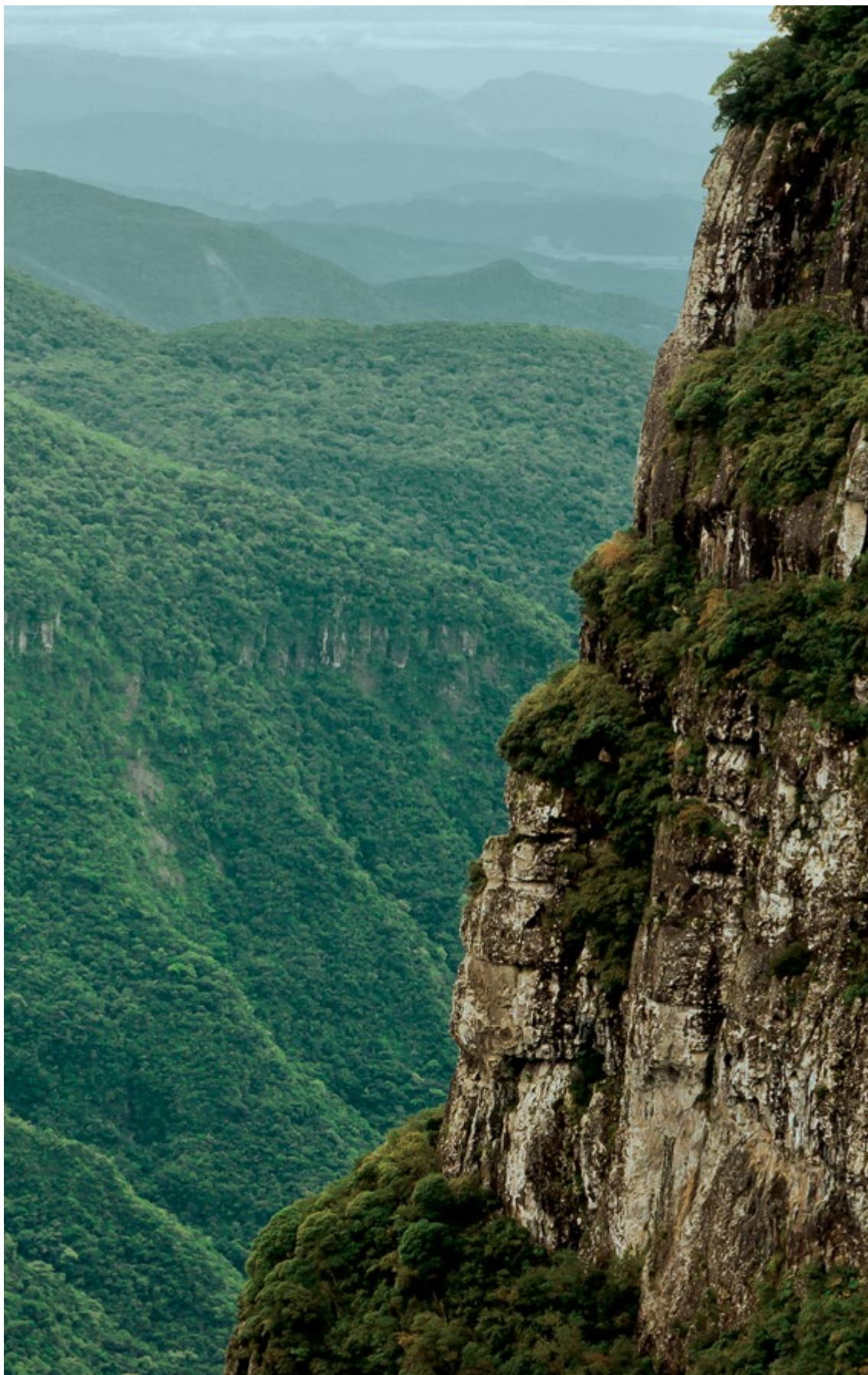
Monitoramento de Disjuntores: desenvolvimento de um sistema de monitoramento, Detecção e Diagnóstico de Falhas em Disjuntores de Alta-Tensão. O sistema envolve tecnologias atuais e outras a serem desenvolvidas unindo conceitos de processamento de sinais e microeletrônica.

Além dos projetos de P&D, acima citados, a Eletrosul também está desenvolvendo o seguinte projeto com recursos próprios:

Eletrisol II: desenvolvimento de processos industriais para fabricação de células solares com pasta de alumínio.

Essas ações foram resultados de um investimento total de R\$ 2,6 milhões em pesquisa e desenvolvimento no ano de 2012. Dessa forma, a empresa reafirma seu compromisso de contribuir com a educação, o estudo de novas fontes de energia e o desenvolvimento sustentável do país.





Aparados da Serra – Rio Grande do Sul

“Todos os tons de verde e azul parece terem marcado encontro neste recanto do Rio Grande, para minha delícia e tortura. Vivo na alvoroçada ânsia de querer levar para a tela o azul dessas montanhas, céus, sombras e lagunas; o verde dessas árvores, colinas, roças, relvas e florestas; a transparência dessas águas, distâncias e neblinas; o tépido ouro deste sol.”

Saga – Érico Veríssimo



Cerro Chato – Rio Grande do Sul

4. Governança Corporativa

Pampa é um bioma caracterizado por uma vegetação de gramíneas, plantas rasteiras e algumas árvores e arbustos encontrados próximos a cursos d'água não abundantes. Os pampas têm importante contribuição na preservação da biodiversidade, principalmente por atenuar o efeito estufa e auxiliar no controle da erosão.



A Eletrosul cumpre suas atribuições, definidas pela Lei nº 6.404, das Sociedades por Ações, em que apresenta sua Administração Superior, constituída pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva.

Com vistas à plena transparência e publicidade dos atos da administração e contribuindo para o efetivo controle social da gestão pública, a Ouvidoria Geral da Eletrosul tem como finalidade ser um canal permanente de comunicação com os empregados e com a sociedade, contribuindo para o desenvolvimento da empresa, para a cultura da cidadania e para a preservação dos direitos individuais e coletivos.

A Auditoria Interna, por sua vez, vinculada ao Conselho de Administração, tem a função de assessorar a Administração da empresa na verificação dos atos, procedimentos e processos empresariais, sob a ótica da legalidade, moralidade, economicidade, ética e transparência.

A Eletrosul, além de integrar o Comitê de Sustentabilidade do Sistema Eletrobras, tem em sua estrutura de gestão o Comitê de Sustentabilidade Empresarial Eletrosul (CSEE), vinculado ao Conselho de Administração e coordenado pelo Diretor-Presidente. Observadas as restrições decorrentes de sua condição de empresa de capital fechado, alinha-se às melhores práticas de Governança Corporativa, de acordo com os princípios estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

A Eletrosul conta também com a Coordenadoria de Gestão de Processos e de Riscos (CCPR), órgão vinculado à Presidência que tem o objetivo de identificar, analisar, avaliar e monitorar, de forma integrada com as áreas de negócios, os riscos críticos entre os pilares estratégico, financeiro, operacional e de *compliance*, além de revisar, implantar, acompanhar e avaliar os controles internos dos processos da empresa.

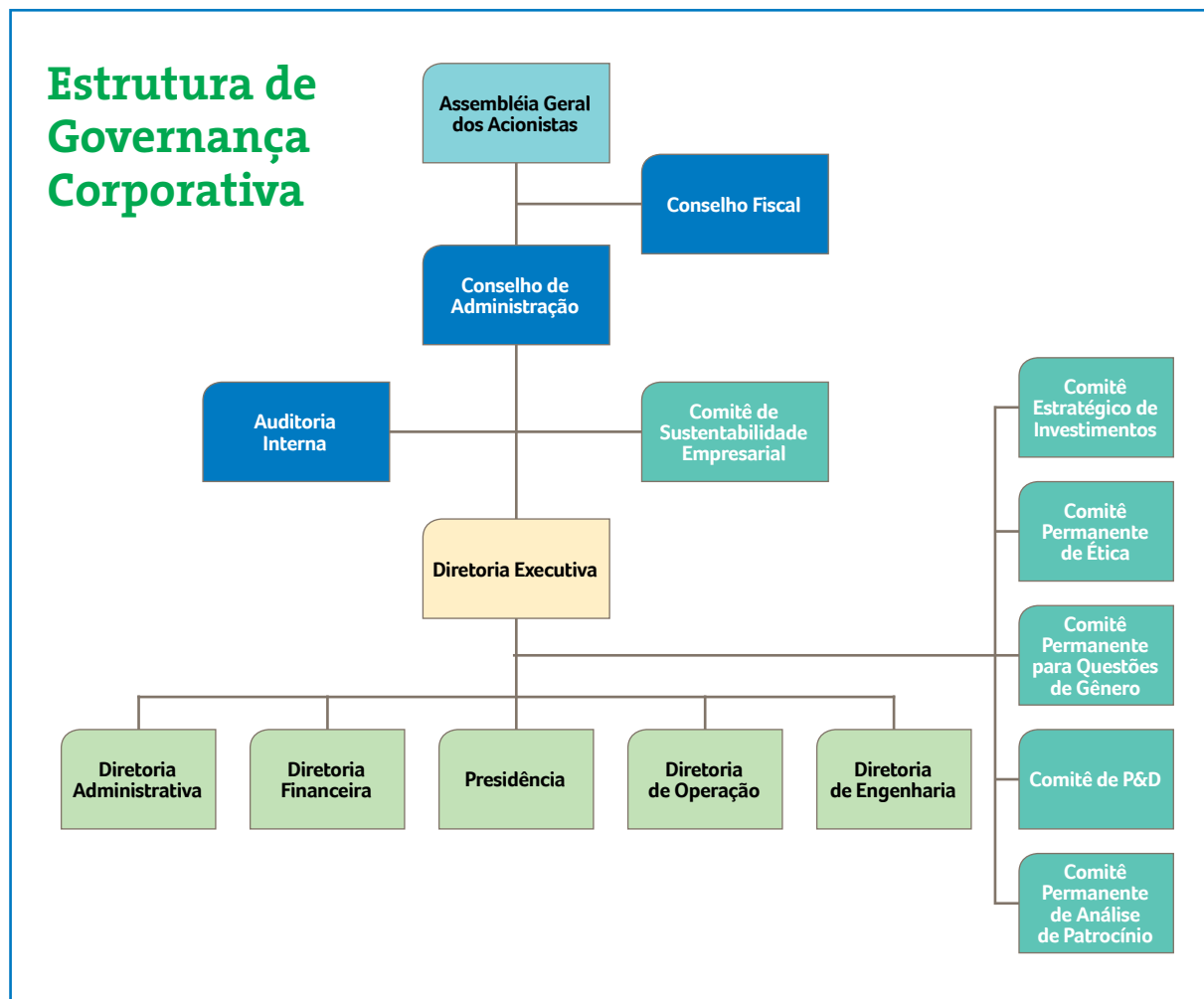
É importante salientar que a auditoria independente é realizada em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, referendada pelo Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007, de 14/02/2007. Para tal, foi contratada a empresa PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes exclusivamente para a prestação de serviços técnicos especializados de auditoria das Demonstrações Financeiras, compreendendo os exercícios de 2009 a 2013.

Apesar de se tratar de uma empresa de capital fechado, a gestão da Eletrosul impacta na valorização da Eletrobras, que tem ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (BM&FBOVESPA), de Madri (Latibex) e de Nova Iorque (NYSE), fonte importante para captação de recursos para novos investimentos. Sendo assim, a Eletrosul vem aprimorando

seu Modelo de Gestão, refinando a aplicação de boas práticas de governança corporativa, utilizando como modelo o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa instituído pelo IBGC, bem como a incorporação de valores de desenvolvimento sustentável, aspectos de responsabilidade social e ambiental com as partes interessadas e critérios de excelência de gestão exigidos pelo mercado de crédito.

4.1 Estrutura de governança da organização (GRI 4.1)

A estrutura da governança corporativa da Eletrosul é constituída pela Assembleia Geral de Acionistas, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva, e conta com o apoio de órgãos de assessoramento e comitês estratégicos, conforme apresentado na figura abaixo:



Em 2012, a Administração Superior realizou 3 reuniões de Assembleia Geral, sendo uma ordinária e duas extraordinárias; 13 reuniões do Conselho Fiscal; 18 reuniões do Conselho de Administração; e 50 reuniões de Diretoria Executiva.

ASSEMBLEIA GERAL DOS ACIONISTAS – A Assembleia Geral dos Acionistas, convocada e instalada de acordo com a lei pertinente e o Estatuto Social da Eletrosul, tem poderes para decidir sobre todos os negócios da empresa e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e seu desenvolvimento.

CONSELHO FISCAL – Órgão colegiado responsável pela fiscalização dos atos dos administradores da Eletrosul e verificação do cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – Órgão colegiado de funções deliberativas, previstas em Lei e no Estatuto Social da empresa. O Conselho de Administração é integrado por até seis membros, com reputação ilibada e idoneidade moral, eleitos pela Assembleia Geral, os quais designam, dentre eles, o Presidente, todos com prazo de gestão de um ano, admitida a reeleição. Destes, três são considerados Conselheiros Independentes por não possuírem vínculo com o segmento de energia elétrica. Um dos membros do Conselho de Administração é indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (**GRI 4.7**).

Após a alteração do Estatuto Social, ocorrida em setembro de 2011, o Conselho de Administração passou a contar, a partir de maio de 2012, com um membro eleito pelos empregados e seu respectivo suplente, escolhidos pelo voto direto de seus pares dentre os empregados ativos, em eleição organizada pela empresa em conjunto com as entidades sindicais que os representem, nos termos da legislação vigente. Também se

estabeleceu que o conselheiro representante dos empregados não participe de discussões e deliberações de assuntos que envolvam relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, hipóteses em que fica configurado o conflito de interesse (**GRI 4.6**).

A remuneração dos conselheiros é fixada em 10% da remuneração média dos diretores da empresa, não havendo remuneração variável (**GRI 4.5**).

Em 2012, a Eletrosul elaborou processo formal de avaliação de seus conselheiros de administração, sendo que está prevista sua aplicação em 2013, referente ao desempenho do ano anterior (**GRI 4.10**).

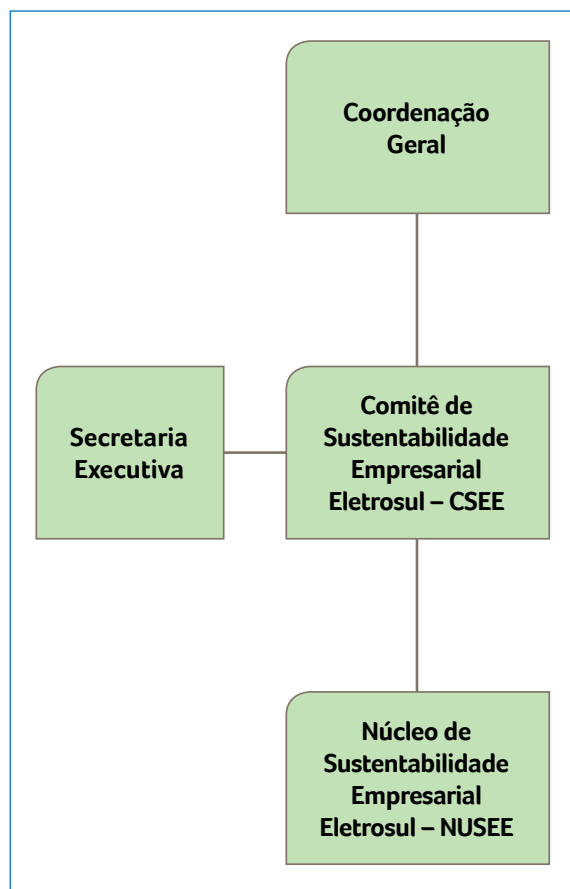
DIRETORIA EXECUTIVA – Órgão colegiado responsável pela direção geral da Eletrosul, respeitadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

Para assuntos de natureza estratégica são constituídos grupos específicos, conforme descritos a seguir:

Comitê de Sustentabilidade Empresarial da Eletrosul (CSEE) (GRI 4.9)

Criado em 10/07/2007, o Comitê sofreu alterações no Regimento Interno e estrutura a partir de 2012. Órgão de assessoramento ao Conselho de Administração e coordenado pelo Diretor-Presidente, que tem por objetivo promover e garantir todos os aspectos relacionados à sustentabilidade (dimensão econômica, social e ambiental), mediante identificação, abordagem e tratamento de assuntos críticos que representem riscos ou possam ter impacto relevante nos negócios, nos resultados de longo prazo, no relacionamento com os públicos de interesse e na imagem da empresa. Além disso, a Eletrosul integra o Comitê de Sustentabilidade do Sistema Eletrobras.

A estrutura do CSEE é apresentada na figura abaixo:



Comitê Estratégico de Investimento (CEI)

O CEI foi criado com a responsabilidade de assessorar a Diretoria Executiva na constituição de macro-orientações e em tomadas de decisão relativas a investimentos em ativos do sistema elétrico, sejam eles próprios, em regime de consórcio ou sociedade de propósito específico, com a responsabilidade de:

- desenvolver uma proposta de macro-orientações para a composição do Programa Plurianual de Expansão Empresarial, estruturada de forma a atender às estratégias empresariais e propiciar a tomada de decisão da Diretoria Executiva;
- definir as macro-orientações de forma a contemplar premissas e critérios a serem utilizados para prospectar e priorizar oportunidades de investimento, orientar as projeções de fluxo de caixa, compor a estrutura de capital e

delinear alternativas de financiamento necessárias para imprimir ritmo adequado aos projetos que vierem a ser selecionados;

- propor a composição do Programa Plurianual de Expansão Empresarial, tendo como direcionador o plano estratégico empresarial;
- revisar o Programa Plurianual de Expansão Empresarial, sistematicamente, visando propiciar a melhor proposta para a Carteira de Investimentos; e
- apresentar à Diretoria Executiva a evolução do Programa Plurianual de Expansão Empresarial.

Comitê Permanente para Questões de Gênero e Raça

A consciência e o compromisso com a responsabilidade social numa empresa passam cada vez mais pela incorporação de valores como igualdade, dignidade e justiça. Nesse sentido, a Eletrosul vem buscando promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, respeitando as suas diferenças biológicas e erradicando as desigualdades socioculturais. Para tanto, foi instituído o Comitê para Questões de Gênero e Raça da Eletrosul, formalizado em 2006 e composto atualmente por 17 empregados e empregadas de diversas áreas da empresa. O comitê tem por atribuição conscientizar, sensibilizar e estimular os gestores (as) e empregados (as) nas questões de gênero e raça, fomentar debates, implantar e monitorar projetos e ações voltadas para a mulher e contribuir para o desenvolvimento sustentável na região em que atua, por meio da proposição da política de equidade de gênero e raça. Com essa perspectiva, a empresa aderiu à quarta edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça 2011/2012, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), com o objetivo de dar continuidade às ações que vem desenvolvendo. Dessa forma, foi observada a ampliação do número de mulheres em cargos de chefia e decisão, com uma valorização da diversidade social dentro da empresa, também por meio de um processo preventivo

às questões de discriminação no ambiente de trabalho, promovendo maior sensibilização, socialização de conhecimento e garantia de direitos sociais.

Comitê de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica

Criado em 2002, o Comitê de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica da Eletrosul tem a responsabilidade de avaliar e decidir sobre Projetos de Pesquisa realizados pela empresa.

O comitê é coordenado pelo Departamento de Pesquisa, Desenvolvimento e Eficiência Energética (DPE) e composto por dez empregados, com oito suplentes, todos designados pela Diretoria Executiva da Eletrosul e por profissionais e/ou entidades vinculadas direta ou indiretamente a atividades de pesquisa e desenvolvimento e à inovação tecnológica. Poderão participar de reuniões do Comitê, mediante convite feito pelo Coordenador-Geral, outras personalidades que, notoriamente, possam contribuir nas decisões.

Comissão Permanente de Ética (GRI 4.8)

A Comissão Permanente de Ética da Eletrosul foi criada em 2001 com o propósito de disseminar conhecimento e esclarecer dúvidas quanto à conduta ética entre seus empregados, administradores e prepostos. Assim, é possível minimizar a subjetividade das interpretações pessoais sobre princípios morais e éticos, bem como fortalecer a imagem da empresa e de seus empregados perante a sociedade.

Além disso, a comissão é responsável por apurar, de ofício ou mediante denúncia, fato ou conduta em desacordo com as normas éticas e recomendar, acompanhar e avaliar, no âmbito do órgão ou entidade a que estiver vinculada, o desenvolvimento de ações, objetivando a

disseminação, a capacitação e o treinamento sobre o tema. A Comissão é formada por três membros efetivos, com mesmo número de suplentes, contando também com uma pessoa responsável pela Secretaria Executiva.

Comissão Permanente de Análise de Patrocínio Institucional

A Comissão Permanente de Análise de Patrocínio Institucional tem o objetivo de aprovar projetos para patrocínio e apoio da Eletrosul, de acordo com a Tabela de Níveis e Limites de Competência (NLCR). Para que os projetos sejam aceitos é preciso que tenham caráter estruturante para comunidades de baixa renda, visando novas oportunidades de trabalho e renda, e que sejam voltados à formação profissional, visando propiciar maior empregabilidade dessa população. Além disso, são aceitos aqueles que revelem e mantenham novos atletas que já tenham se destacado em sua modalidade esportiva, bem como projetos educacionais ou de formação cultural em comunidades de baixa renda.

A comissão é constituída pelo Chefe de Gabinete do Diretor-Presidente, o Gerente da Assessoria de Gestão Administrativa, o Gerente da Assessoria de Gestão da Diretoria de Engenharia e o Gerente da Assessoria de Gestão da Diretoria de Operação.

4.2 Responsabilidade com Partes Interessadas (GRI 4.4; 4.14 a 4.17)

A comunicação e a divulgação relacionadas à Governança Corporativa da Eletrosul para as partes interessadas são atendidas no conjunto dos procedimentos de gestão, como os relatórios de Gestão e Administração, publicação de Balanço, de Relatórios Financeiros e dos objetivos constantes do Plano Estratégico. O plano de comunicação da empresa é apresentado no quadro abaixo.

Plano de Comunicação Eletrosul			
Partes Interessadas	Instrumento	Objetivo	Periodicidade
Acionista	RD – Resolução de Diretoria PRD – Proposta de Resolução de Diretoria DCA – Deliberação do Conselho de Administração Mapa Estratégico e Correspondências Internas e Externas	comunicar planos, estratégias, metas e resultados	Anual
Agência Reguladora (ANEEL)	Reuniões Relatórios	comunicar planos, estratégias e resultados sobre questões institucionais, técnicas e desempenho econômico, social e ambiental	Anual
Financiadores (bancos)	Reuniões técnicas	comunicar indicadores financeiros sobre questões institucionais e técnicas	Quando necessário
Órgãos Fiscalizadores (TCU, CGU)	Relatórios de Administração e Gestão Balanços Financeiros Reuniões técnicas Demonstrações Financeiras	comunicar planos, estratégias e resultados sobre questões institucionais e técnicas	Anual
Clientes	Reuniões Técnicas Relatórios Pesquisa de Satisfação de Clientes	receber e fornecer informações sobre questões técnicas e de satisfação dos clientes	Anual
Parceiros (SPEs)	Reuniões técnicas Relatórios	comunicar planos, estratégias e resultados sobre questões institucionais e técnicas	Anual
Fornecedores	Reuniões técnicas	esclarecer dúvidas	Quando necessário
Sociedade	Jornal de grande circulação (release) Relatórios Internet Ouvidoria	Atender a consultas e solicitações de informações	Frequente
Público Interno	Seminários Reuniões técnicas Caderno de Gestão Portal de Gestão Banner Intranet SAIBA MAIS SAIBA Jornal da Eletrosul Ouvidoria Lotus Notes Filmes de pequena duração Blog da Diretoria	dar conhecimento aos empregados sobre os planos, estratégias e resultados	Quando necessário

Principais órgãos ambientais com os quais a Eletrosul mantém relacionamento

Órgão	Descrição
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Fatma	Fundação do Meio Ambiente/SC
Fepam	Fundação Estadual de Proteção Ambiental/RS
Defap	Departamento de Florestas e Áreas Protegidas
IAP	Instituto Ambiental do Paraná/PR
Imap	Instituto de Meio Ambiente Pantanal/PR
Imasul	Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul
Sedam	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental/RO

Obs.: além dos órgãos ambientais, outras instituições são envolvidas na elaboração dos documentos, como as prefeituras municipais, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

A Eletrosul possui inúmeras práticas de relacionamento com seus principais públicos de interesse. Uma pesquisa realizada com os *stakeholders* da empresa em 2012 mostrou que os principais temas de interesse são:

- Desempenho econômico: 28%
- Energia: 20%
- Comunidade: 20%
- Impactos econômicos indiretos: 17%
- Biodiversidade: 15%



No quadro a seguir, apresentamos as principais ações sobre a atuação da Eletrosul referentes aos temas abordados:

Partes interessadas	Principais interesses	Ações da Eletrosul para atender
Acionistas	Desempenho econômico, imagem positiva perante clientes e sociedade, transparência e integridade das informações	Prestação de Contas e Relatórios (Administração, Anual e de Sustentabilidade)
Comunidade	Práticas de investimento, processos de compra, emissões de gases de efeito estufa (GEE), efluentes e resíduos	Maior divulgação sobre as questões levantadas em seus Relatórios Corporativos e Inventário de GEE
Cliente	Baixa indisponibilidade do sistema elétrico	Efetividade na operação do sistema
Demais integrantes da força de trabalho	Composição da tarifa, questões referentes à comunidade e desempenho econômico	Maior divulgação das ações efetivadas pela empresa nos canais de comunicação interna
Empregados	Desempenho econômico e regulamentação do setor de energia	Representante dos empregados no Conselho de Administração e divulgação das ações de mudanças para adequação das regulamentações
Fornecedores	Questões referentes a aquisições da empresa e impactos econômicos indiretos	Manutenção de uma Central de Atendimento ao Fornecedor e criação do Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável
Governo	Atendimento à regulamentação do setor de energia e composição tarifária	Atendimento aos procedimentos de rede e demais regulamentos do setor e otimização de custos
Sociedade	Questões sobre biodiversidade e desempenho econômico	Maior divulgação sobre as questões levantadas em seus Relatórios Corporativos

Canais de Comunicação Interna

Os empregados contam com o informativo eletrônico diário *SAIBA MAIS*, disponibilizado no início das manhãs. O *SAIBA MAIS* apresenta informações sobre novos empreendimentos, andamento das obras, investimentos financeiros, ações, projetos e programas de sustentabilidade desenvolvidos pela Eletrosul. Os empregados ainda contam com o *Jornal da Eletrosul*, publicação impressa mensal que também aborda todos os assuntos supracitados, porém com um grau maior de

aprofundamento e esclarecimento, uma vez que se trata de um veículo de comunicação de durabilidade maior do que o *SAIBA MAIS*.

Outro canal de comunicação é o *SAIBA*, comunicado eletrônico extraordinário enviado aos empregados quando da necessidade de divulgação de fatos relevantes.

Além desses canais voltados aos empregados, a Eletrosul conta ainda com um *e-mail* institucional da Assessoria de Comunicação

Social e Marketing para envio de notas aos empregados e de uma mídia, denominada TV Corporativa, com telas espalhadas por diversos locais de circulação na sede da empresa, que permite também a divulgação de informações importantes de forma bastante sintética.

A publicidade realiza uma função de apoio na divulgação ao público interno, por intermédio da distribuição de fôlderes informativos, *banners*, vídeos institucionais e cartilhas de gestão e políticas da Eletrosul.

Como ferramenta de divulgação de fatos relevantes, a empresa possui um sistema de videoconferência que garante comunicação em tempo real com todas as unidades e seus empregados. Para acompanhar e aprimorar o relacionamento com seus empregados, a Eletrosul realiza a aplicação de Pesquisa de Clima Organizacional.

4.3. Satisfação de Clientes (GRI PR5)

Pela característica do mercado de energia elétrica brasileiro, com regulamentações definidas por ANEEL, ONS e CCEE, a empresa não tem uma concorrência efetiva na sua área de atuação.

Os clientes da Eletrosul são empresas do mesmo setor de atuação, que promovem o relacionamento comercial e técnico conforme os contratos estabelecidos entre as partes, que seguem todas as determinações dos órgãos reguladores e regulamentadores, além de considerar as especificidades técnicas das instalações do contratante e do contratado.

Mesmo já sendo estabelecidas todas as tratativas, seja pelo órgão regulador ou pelos contratos, a Eletrosul busca melhorar seus serviços utilizando diversos mecanismos para identificar as necessidades e expectativas dos clientes:

Mecanismos	Detalhamento
Participação em fóruns técnicos	Identificação de tendências e novas tecnologias para agregar valor ao produto visando antecipar as necessidades dos clientes
Visitas periódicas ao cliente	Discussão sobre as expectativas futuras dos clientes para evitar reclamações
Plano Determinativo de Expansão da Transmissão – PDET	Análise da capacidade de equipamento para atender às necessidades futuras do Sistema de Transmissão
Reuniões de Análise Crítica do Desempenho Operacional	Acompanhamento das ações programadas e identificação de novas demandas
Reuniões do Comitê de Sustentabilidade Empresarial Eletrosul	Priorização de atendimento aos clientes
Comissionamentos	Atividades de testes e ajustes de equipamentos e sistemas antecedentes à operação comercial
Questionário de Pesquisa da Satisfação de Clientes	Perguntas específicas aos clientes sobre necessidades ainda não atendidas

Para focar os esforços no atendimento às necessidades dos clientes, desde 2001, a Eletrosul, por meio de empresa especializada, aplica a Pesquisa de Satisfação de Clientes. Desde 2003, os índices obtidos na satisfação geral estão acima dos 91%. Em 2011, esse índice chegou a 95,5%, em contrapartida aos 95,2% de 2010, o que demonstra que está sendo efetiva a gestão da satisfação dos clientes da Eletrosul. Em 2011, no conceito “muito satisfeito”, foi alcançado o patamar de 53,3%.

Com o amadurecimento e a incorporação, na cultura da empresa, da importância da satisfação dos clientes, no que se refere aos serviços e produtos disponibilizados, bem como o bom relacionamento com os mesmos, a Eletrosul definiu aplicar a pesquisa bianualmente, sempre utilizando os diversos mecanismos para continuar melhorando seus serviços e mantendo os índices de satisfação.

4.4. Transparência (GRI PR6; PR7; PR9)

A transparência na divulgação das informações é ingrediente fundamental na formação da imagem de qualquer organização. Nesse sentido, a Eletrosul entende que é essencial um comprometimento cada vez maior com uma boa política de divulgação de suas informações. Enquanto empresa de economia mista, a instituição está obrigada a publicar três relatórios anuais, além das demonstrações financeiras, sendo: Relatório de Gestão, Relatório de Administração e Relatório de Responsabilidade Socioambiental que, sob orientação da ANEEL, substituiu, a partir de 2008, o Balanço Social, produzido desde 2003. Em 2011 a Eletrosul publicou seu primeiro Relatório Anual e de Sustentabilidade no modelo GRI, incluindo indicadores específicos da ANEEL (GRI 3.2; 3.3).

Relatório	Descrição
Administração	É elaborado em conformidade com a legislação societária brasileira (Lei nº 6.404/76) e as disposições estatutárias. O relatório contempla as principais informações relativas ao desempenho empresarial, que consolida ainda mais sua função de concessionária de serviços públicos de energia elétrica, com ações direcionadas ao desenvolvimento econômico, ambiental e social.
Gestão	É atribuição do Tribunal de Contas da União (TCU) analisar, julgar e aprovar as contas da Eletrosul e, para isso, ele emite Instruções Normativas e Decisões Normativas anuais orientando a elaboração do Relatório de Gestão. A Controladoria Geral da União é quem recebe a documentação, faz auditoria da gestão no período de que trata o relatório e encaminha o resultado com todo o processo para o TCU, que analisa o material por meio da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), aprovando-o ou não.
Anual e de Sustentabilidade	De 2003 a 2007, a Eletrosul produziu o Balanço Social para prestar contas sobre as questões sociais e ambientais. Esse documento foi substituído, em 2008, pelo Relatório Socioambiental das empresas concessionárias e permissionárias do serviço de energia elétrica – modelo ANEEL. Em 2011, para descrever as práticas no que tange a sustentabilidade empresarial, foi adotado como padrão de relato o modelo GRI.

A Auditoria Interna da empresa tem suas atribuições e competências estabelecidas em regulamento próprio, aprovado pelo Conselho de Administração, estando vinculada, estatutariamente, ao referido Colegiado. Suas atividades são realizadas com base nas

melhores práticas de auditoria, preconizadas internacionalmente, e estão previstas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT), que se fundamenta em Matriz de Riscos específica, elaborada tendo em vista critérios de materialidade, relevância,

vulnerabilidade e criticidade pretérita. Conforme disposição estatutária, o PAINT é aprovado pelo Conselho de Administração da Eletrosul e pela Controladoria Geral da União – CGU, que, nos termos do art. 15 do Decreto nº 3.591/2000, exerce orientação normativa e supervisão técnica sobre as unidades de Auditoria Interna das entidades da Administração Pública Federal Indireta.

As atividades da Auditoria Interna têm por finalidade básica assegurar a legalidade e a legitimidade dos atos e fatos praticados pela Administração, bem como avaliar a eficácia da gestão, do ambiente de controle interno e das práticas administrativas, orientando-se por uma filosofia de atuar preventivamente no sentido de adicionar valor à empresa e estimular o aperfeiçoamento contínuo das práticas gerenciais, auxiliando a empresa no alcance de seus objetivos estratégicos.

Os resultados das atividades da Auditoria Interna são reportados, mensalmente, aos Conselhos de Administração e Fiscal, à Presidência da Eletrosul e à CGU, por meio do Relatório Mensal de Atividades da Auditoria, e, anualmente, através do Relatório de Atividades de Auditoria Interna (RAINT).

A Auditoria Interna atua de forma centralizada e independente, preservando sua isenção e imparcialidade, com livre acesso a todas as dependências, documentos e registros da empresa considerados indispensáveis ao cumprimento de suas atribuições.

Dentre as diversas competências atribuídas à Auditoria Interna está a participação em reuniões dos Conselhos Fiscal e de Administração, quando convocada, para manifestação sobre assuntos de sua área de atuação; acompanhar, apoiar e manter relacionamento institucional com a Controladoria Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU); bem como examinar e emitir parecer sobre a prestação de contas anual da empresa e sobre as tomadas de contas especiais que venham a ser instauradas.

A empresa obedece às diretrizes da Política de Comunicação Integrada, da Política de Patrocínio e do Código de Ética Único das empresas Eletrobras. Ao mesmo tempo, atende à legislação específica, como o Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária, além dos instrumentos normativos, leis e decretos regulamentados pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM). Em 2012, não houve registro de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing.

4.5 Código de Conduta da Empresa (GRI 4.8)

Com a finalidade de estabelecer regras de conduta a serem observadas pelos empregados nas relações de trabalhos, a Eletrosul dispõe de uma Norma de Gestão Empresarial, aprovada em 2001. A Norma inclui orientações éticas e morais, deveres, proibições e penalidades, que são aplicados a todos os empregados da empresa.

As dúvidas em relação a essa Norma são sanadas formalmente pela Comissão Permanente de Ética da Eletrosul que, por sua vez, é orientada sob observância do Código de Conduta da Alta Administração Federal, aprovada pelo Presidente da República em 21/08/2000.

Em 2010 foi criado o Código de Ética Único das empresas Eletrobras, um documento único que visa nortear as ações e decisões em todos os âmbitos, respeitando os princípios e compromissos de cada uma das controladas. Aplicado em todas as subsidiárias, reforça a importância da dimensão ética nas decisões e práticas empresariais do grupo.

4.6 Controle Interno

Em atendimento à lei Sarbanes-Oxley, a Securities and Exchange Commission – SEC determina que administradores das empresas que negociam títulos e valores mobiliários nas bolsas de valores norte-americanas apresentem avaliações de seus controles internos e certificações de auditores independentes atestando a eficácia desses controles.



Centro de Operação do Sistema Eletrosul – COSE

Em decorrência das exigências impostas pela lei as empresas Eletrobras vêm implementando nos últimos anos ações e estratégias que focam na avaliação, monitoramento e melhorias dos seus controles e procedimentos internos.

Além de adequar as empresas à legislação, essas ações e estratégias têm por objetivo aperfeiçoar os processos das empresas e desenvolver um ambiente que relaciona controles internos com os objetivos estratégicos da empresa a fim de assegurar os resultados desejados com um razoável grau de segurança.

Como resultado as empresas vêm definindo um ambiente de controles internos bem estruturado, fortalecido e qualificado, com práticas que privilegiam a otimização e a eficiência dos processos.

No âmbito da Eletrosul foi estruturada a área de controles internos e gestão de riscos que, em conjunto com as áreas de negócios da

empresa, trabalha a identificação, a avaliação e o monitoramento integrado dos riscos da empresa, e desenvolve o acompanhamento dos controles internos dos processos corporativos.

Sob a coordenação da Auditoria Interna, anualmente a Eletrosul realiza testes de eficácia de seus controles ao longo do ciclo dos testes da Administração. Além disso, a Eletrosul foi incluída nos anos de 2010 e 2011 no ciclo de Certificação SOX das empresas Eletrobras, realizada por auditoria independente, e que teve por objetivo testar o ambiente de controle interno para a emissão de relatórios financeiros às partes interessadas (SEC, CVM).

A meta da Eletrosul para os próximos anos é intensificar a implantação de ações para aprimorar a sua estrutura de controles internos com o objetivo de manter os bons resultados nos testes de eficácia e, especialmente, mitigar de forma eficiente os riscos os quais a empresa está exposta.

4.7 Gestão de Risco (GRI 4.11)

Observando os princípios da sustentabilidade, a Eletrosul desenvolve ações com o objetivo de proteger pessoas e ecossistemas envolvidos nos negócios de geração e transmissão, aplicando o princípio da precaução, que prevê medidas eficazes para corrigir riscos críticos e com impactos irreversíveis, quando materializados. As ações desenvolvidas durante o ano de 2012 surgiram pela preocupação que a empresa tem em respeitar o meio ambiente, a saúde, o meio social e as atividades econômicas dos agentes afetados pelos empreendimentos de energia.

Isso indica que a Eletrosul acolhe o princípio da precaução com o objetivo de reduzir o impacto negativo dos riscos operacionais, financeiros, estratégicos e de conformidade, quando materializados, bem como identificar novas oportunidades de negócios, melhorias de processos e desenvolver projetos de aproveitamento de fontes energéticas.

Em relação ao desenvolvimento das atividades laborais é importante destacar que a empresa busca desempenhar as suas atividades com uma visão de sustentabilidade, buscando sempre a salubridade do meio ambiente do trabalho e o equilíbrio físico e psíquico dos trabalhadores que atuam na empresa. Destaca-se também a preocupação em promover o desenvolvimento social, econômico e humano das comunidades do entorno dos empreendimentos com o objetivo de fortalecer a prevenção de riscos e de disseminar conceitos de solidariedade, senso comum, prevenção e preservação do meio ambiente.

Dentro da estratégia de gestão de riscos ambientais destaca-se a atuação da área de Engenharia Ambiental e Fundiária que, em 2012, seguiu com sua atuação no sentido de planejar a implantação dos empreendimentos da empresa de forma sustentável, observando os aspectos ambientais, sociais e econômicos das áreas afetadas pelos empreendimentos.

Em termos ambientais, nota-se, ainda, a atuação da Eletrosul seguindo a orientação da

Política Ambiental das empresas Eletrobras, que define princípios para o tratamento das questões ambientais e sociais, relacionados aos empreendimentos de energia. Nesse aspecto, ressaltam-se diretrizes para ações e políticas para preservação do meio ambiente, dos recursos hídricos e do bem estar social da população afetada. Todas as ações desenvolvidas pela empresa estão alinhadas à Convenção do Clima, à Agenda 21, ao Protocolo de Quioto, entre outros, dos quais o Brasil é signatário.

Em relação à expansão dos negócios de geração e transmissão destaca-se a preocupação da Eletrosul em implantar empreendimentos calcada na responsabilidade socioambiental e nas premissas de sustentabilidade. Nesse enfoque ressaltam-se as práticas e ações de recuperação de áreas degradadas, gerenciamento de resíduos, reposição florestal, educação ambiental e o monitoramento e controle de processos erosivos.

Dentre outras ações e programas voltados à preservação do meio ambiente chamam a atenção os Projetos de Reciclagem de Resíduos, a Campanha Anual Contra Queimadas, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), oportunidade de comercialização de créditos de carbono, Programa Hortas Comunitárias e o Programa de Gestão Ambiental, que propõe trabalhar na sistematização, uniformização e adequação do gerenciamento deste enfoque.

4.8 Iniciativas Voluntárias (GRI 4.12)

Alinhada com as diretrizes globais de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental, a Eletrosul participa de maneira voluntária dos seguintes movimentos:

Pacto Global e Metas do Milênio: a empresa aderiu ao Pacto Global em 26/11/2006, comprometendo-se com princípios básicos de defesa dos direitos humanos, direitos do trabalho, proteção do meio ambiente e combate à corrupção. No mesmo ano, ocorreu a assinatura de memorando de entendimento com o Programa das Nações Unidas para o

Desenvolvimento (PNUD), comprometendo-se a alavancar ações para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual: em conformidade com as diretrizes estratégicas da Política de Investimento Social, a Eletrosul aderiu ao Fórum, que promove a realização de ações sociais voltadas à proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade social, maus-tratos, abuso, exploração sexual e/ou moral.

Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo: a empresa formalizou, em dezembro de 2011, a sua adesão ao Comitê de Coordenação e Monitoramento do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, fundado em 2005 pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, pelo Instituto Observatório Social, pela ONG Repórter Brasil e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) com o objetivo de implementar ferramentas para orientar o setor empresarial

e a sociedade brasileira a não comercializarem produtos de fornecedores que utilizem o trabalho escravo.

Movimento Nós Podemos Santa Catarina: em 2012, a empresa apoiou o projeto para disseminação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) no estado de Santa Catarina, por meio de formação de comitês regionais, com o propósito de intensificar esforços para o alcance dos ODM em âmbito local, alinhado aos princípios do Pacto Global na promoção de políticas públicas.

COEP Nacional – Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida: criado em 1993, a partir da mobilização da sociedade civil, deflagrada pelo Movimento pela Ética na Política e pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, o comitê tem por objetivo reunir empresas para somar esforços na articulação e implementação de ações voltadas para o combate à fome e à miséria. O COEP é um dos principais articuladores de organizações públicas e privadas para a promoção de



iniciativas visando o desenvolvimento humano e social, em especial as realizadas em comunidades de baixa renda de todo o país.

Programa Ações Integradas: em 2012, a Eletrosul não apresentou nenhum caso de violação dos direitos dos povos indígenas, pois se empenha em estreitar cada vez mais o seu relacionamento com esta comunidade, assim como com quilombolas, agricultores familiares e atingidos por barragens. Desde 2006, o Programa Ações Integradas, coordenado pela empresa em sua área de atuação, desenvolveu 30 projetos sociais voltados às comunidades indígenas, como cursos de capacitação e a implementação de Centros Comunitários de Produção nas áreas beneficiadas pelo Programa Governamental Luz para Todos (GRI HR9).

Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça: o programa tem por objetivo a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, no âmbito das organizações públicas e privadas, baseadas no desenvolvimento de novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional, para alcançar a equidade de gênero e raça no mundo do trabalho e a eliminação de todas as formas de discriminação no acesso, remuneração, ascensão e permanência no emprego. O programa também busca garantir o exercício dos direitos laborais das trabalhadoras e trabalhadores ao distinguir, com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça, as organizações comprometidas com a justiça social, a igualdade de gênero, étnicorracial e o trabalho decente, conjugando a lógica do exercício dos direitos com a lógica dos negócios, considerando que a igualdade entre homens e mulheres constitui, atualmente, um pilar fundamental da gestão organizacional e do êxito empresarial.

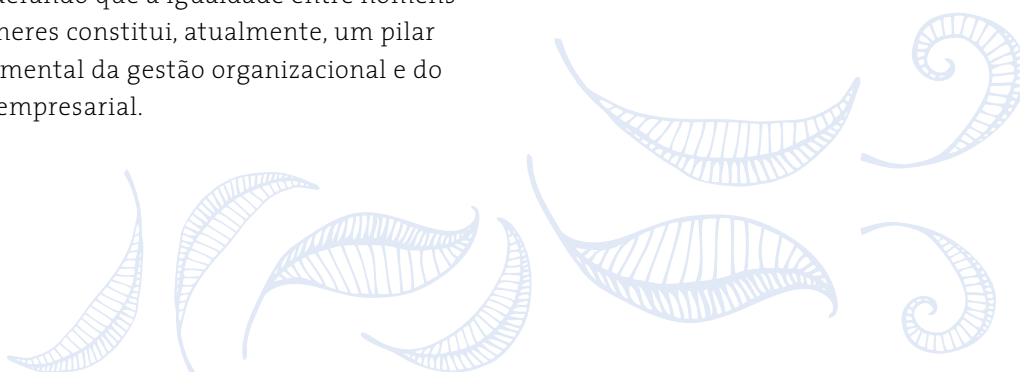
Princípios de Empoderamento das Mulheres:

em outubro de 2010, a Eletrosul assinou a adesão da empresa na lista de signatárias da declaração de apoio a esses princípios, estabelecidos pelo Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento das Mulheres (UNIFEM) e pelo Pacto Global das Organizações das Nações Unidas (ONU), com o intuito de ampliar a promoção da igualdade de gênero no ambiente de trabalho.

Mão de Obra Infantil na Empresa e Cadeia Produtiva

Em 2012 a Eletrosul promoveu ações visando a conscientização sobre o tema, tais como:

- ✓ sensibilização dos seus empregados para o engajamento na Campanha Nacional de Luta contra o Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, com a distribuição e divulgação de material da campanha estimulando a proteção e a defesa dos direitos da criança e do adolescente a uma vida digna, contra o abuso sexual;
- ✓ adesão à campanha de combate ao trabalho infantil, disponibilizando em sua página institucional informações e orientações a respeito dessa temática;
- ✓ mobilização no Dia Nacional de Luta Contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, 18 de maio, através da exibição do filme *Preciosa, uma história de esperança*, que trata da trajetória de uma adolescente de 16 anos que sofre privações e abusos desde a infância, abrindo oportunidade para a discussão e reflexão dos empregados da empresa sobre essa temática.





Cachoeira do Caracol – Rio Grande do Sul

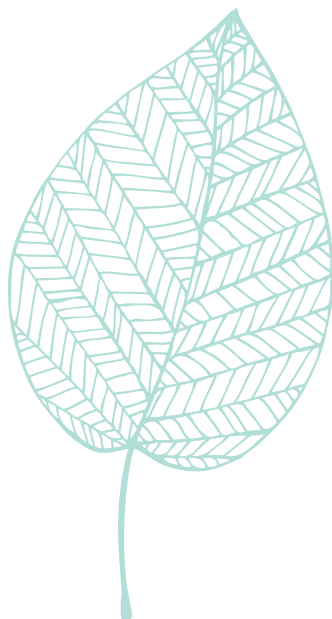
5. Dimensão Econômico-Financeira

Cachoeira é uma formação geomorfológica na qual o curso de água corre por cima de uma rocha de composição resistente à erosão, formando uma súbita quebra na vertical. Tipos de cachoeira:

Catarata é o nome dado à queda de água de grande caudal e em forma de cortina. A força extrema da água corrói as rochas na parte baixa da catarata, até formar uma espécie de piscina.

Salto é o nome da queda em forma de esguicho e ininterrupta de grande altura.

Cascata é quando a queda provem de uma massa de rochas de inclinação irregular, no sentido vertical, e na qual a água desliza sobre uma série de declives acidentados.



Em 2012, dando continuidade ao seu plano de expansão sempre direcionado a projetos que contribuam para o desenvolvimento do país, a Eletrosul investiu fortemente em novos empreendimentos, bem como em manutenção e melhorias em seu sistema.

Esses avanços tiveram como base a previsão de crescimento do PIB brasileiro para 2012, estimado em 1,0%⁴, e o aumento de 3,8%⁵ no consumo do mercado nacional de energia elétrica. Somente para o mercado regional onde a empresa possui empreendimentos próprios, que compreende a Região Sul e Mato Grosso do Sul, projeta-se um crescimento de 4,9% no consumo total de energia elétrica em relação ao ano de 2011⁶. Espera-se um crescimento de demanda no setor ainda maior para os próximos anos, especialmente com a Copa do Mundo de Futebol a ser realizada no Brasil em 2014.

É importante ressaltar o potencial de desenvolvimento da economia regional

e a consequente expansão do mercado de energia elétrica, para o qual estudos coordenados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) apontam um crescimento médio anual de 4,3% para os próximos dez anos.

Para atingir suas metas de desenvolvimento em infraestrutura, a empresa conta com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, como a principal fonte de captação de recursos. Além disso, a Eletrosul pode recorrer a financiamentos de outros bancos e à *holding* Eletrobras, que, como empresa de capital aberto, acessa fontes estrangeiras de capital.

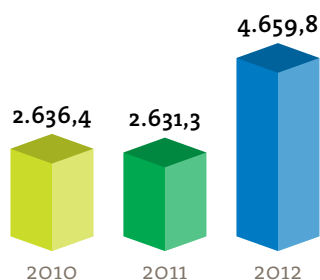
4. Focus – relatório de mercado de 07/12/12.

5. ONS – PEN 2012-2016 – 2ª Revisão Quadrimestral das Projeções da Demanda de Energia Elétrica (setembro de 2012).

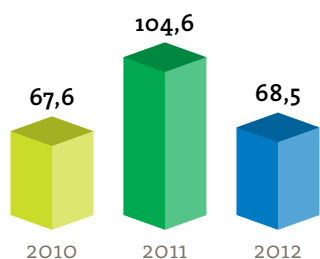
6. EPE – Plano Decenal da Expansão de Energia 2021.

A Eletrosul, com Capital Social de R\$ 3.740,4 milhões, apresenta, após consolidar suas Demonstrações Financeiras, Patrimônio Líquido de R\$ 4.659,8 milhões. Obteve em 2012 Receita Operacional Bruta de R\$ 1.969,7 milhões e Lucro Líquido de R\$ 68,5 milhões.

Patrimônio Líquido (em R\$ Milhões)



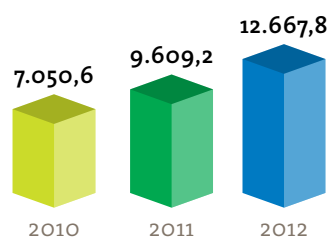
Lucro Líquido (em R\$ Milhões)



A performance da Eletrosul na gestão empresarial tem possibilitado, de forma significativa, aumentar a receita de transmissão de energia elétrica em termos reais, o que permite ampliar de modo continuado seu volume de investimentos, totalizando um montante de R\$ 2,4 bilhões em geração e transmissão, incluindo os investimentos realizados em Sociedades de Propósito Específico (SPes) em obras de geração e transmissão e no consórcio em parceria com a Copel, no ano de 2012.

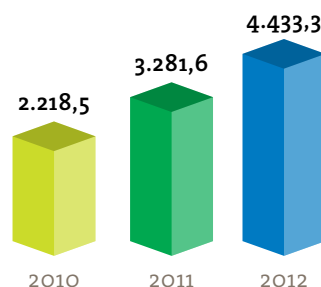
Os empréstimos e financiamentos atingiram um saldo de R\$ 5.046,7 milhões, perante um patrimônio líquido de R\$ 4.659,8 milhões e um ativo total de R\$ 12.667,8 milhões. Essa estrutura de capital, aliada à capacidade interna de geração de recursos, possibilita a alavancagem financeira necessária para custear novos investimentos.

Ativos Totais (em R\$ Milhões)



Como resultado desses investimentos, a Receita Anual Permitida (RAP) da Eletrosul atingiu, em 2012, o montante de R\$ 977,1 milhões. Fazendo uma evolução dos últimos 12 anos, representa mais de 5,1 vezes a receita apurada no exercício de 2000 (R\$ 193,3 milhões).

Dívida Líquida (em R\$ Milhões)



A seguir apresentamos quadro-resumo com os principais Indicadores Econômico-Financeiros consolidados, destacando que os resultados

dos três períodos estão de acordo com as novas normas contábeis:

(R\$ Milhões)

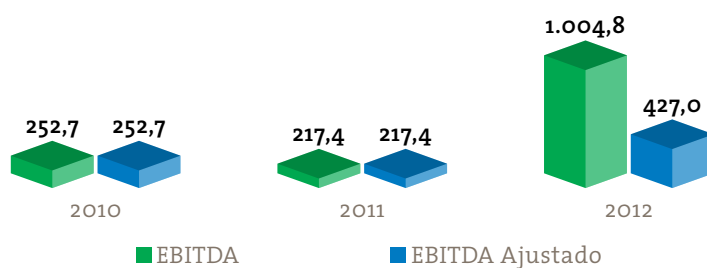
Resultado Consolidado	2010	2011	2012
Receita Operacional Bruta	1.158,6	1.467,9	1.969,7
Deduções à Receita Operacional	(91,6)	(107,5)	(144,8)
Encargos Setoriais	(29,3)	(35,0)	(37,2)
Tributos	(62,3)	(72,5)	(107,6)
Receita Operacional Líquida	1.067,0	1.360,4	1.824,9
Lucro Operacional Bruto	478,0	502,2	779,6
Resultado do Serviço	251,4	267,9	497,2
Resultado Financeiro	(1,2)	(144,7)	(227,8)
Lucro Líquido	67,6	104,6	68,5
Ativos Totais	7.050,6	9.609,2	12.667,8
Patrimônio Líquido	2.636,4	2.631,3	4.659,8
Dívida Bruta	2.577,3	3.905,8	5.046,1
Dívida Líquida	2.218,5	3.281,6	4.433,3

O EBITDA de 2012, da controladora, calculado de acordo com a Resolução CVM nº 527/2012, apresentou crescimento de 362,2%, passando de R\$ 217,4 milhões para R\$ 1.004,8 milhões.

Entretanto, se excluirmos os efeitos da Lei 12.783/13 de R\$ 577,8 milhões obteremos um acréscimo de 96,4%, conforme demonstrado no quadro seguinte:

Cálculo do EBITDA	2010	2011	2012
Lucro Líquido do Exercício	67,6	103,4	65,8
(+) Tributo sobre o lucro	21,6	12,3	(306,0)
(+) Receita financeira líquida	(14,2)	122,2	163,7
(+) Depreciação e amortização	2,4	2,5	14,3
(+) Impairment	135,1	41,6	149,7
(+) Contrato oneroso	15,3	(14,0)	903,2
(+/-) Outras receitas e despesas	24,9	(50,6)	14,1
(=) EBITDA (R\$ milhões)	252,7	217,4	1.004,8
(=) Margem EBITDA(%)	31,8	25,7	87,3
EBITDA Ajustado			
Excluindo-se os efeitos da lei 12.783/13	252,7	217,4	427,0
Margem EBITDA Ajustado (%)	31,8	25,7	37,1

EBITDA (em R\$ Milhões)

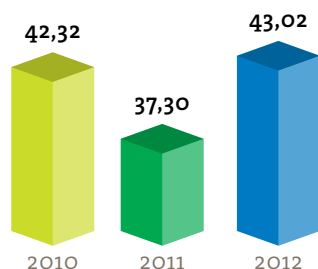


Outros indicadores de performance da controladora no exercício:

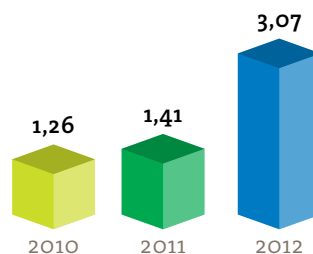
Indicadores Econômico-Financeiros	2010	2011	2012
Liquidez Corrente (%)	1,26	1,41	3,07
Participação de Capital de Terceiros* (%)	42,32	37,30	43,02
Margem Líquida (%)	8,51	12,23	5,72
Rentabilidade do Capital Próprio (médio) (%)	2,18	2,65	1,36

*O Afac foi considerado no PL.

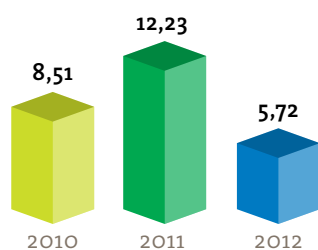
Participação de Capital de Terceiros* (%)



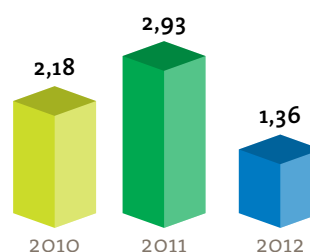
Liquidez Corrente (%)



Margem Líquida (%)



Rentabilidade do Capital Próprio (médio) (%)



A seguir são demonstrados os Indicadores Econômico-Financeiros – Detalhamento da

Demonstração do Valor Adicionado (DVA) da controladora (GRI EC1).

Indicadores Econômico-Financeiros – Detalhamento da DVA (conforme balanço societário)					
Geração de riqueza (R\$ Mil)	2012			2011	
	R\$ Mil	%	Δ%	R\$ Mil	%
RECEITA OPERACIONAL (Receita bruta de vendas de energia e serviços)	1.733.710	100	21,35	1.428.671	100
Receita do serviço de O&M	447.697	25,82	(4,93)	470.923	32,96
Receita de geração de energia	31.432	1,81	–	–	–
Receita de construção de transmissão	82.730	4,77	(10,27)	92.201	6,45
Receita de construção de geração	467.083	26,94	(4,52)	489.194	34,24
Receita com o ativo financeiro	423.875	24,45	32,08	320.932	22,46
Receita de comercialização de energia	266.012	15,34	688,86	33.721	2,36
Receita do serviço prestado a terceiros	16.901	0,97	(11,64)	19.127	1,34
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.477)	(0,55)	321,76	(2.247)	(0,16)
Outras receitas do serviço	7.457	0,43	54,71	4.820	0,34
(-) INSUMOS (Insumos adquiridos de terceiros: compra de energia, material, serviços de terceiros etc.)	1.953.827	100	73,17	823.038	100
Resultado Não Operacional	563.718	100	696,24	50.641	100
= VALOR ADICIONADO BRUTO	343.601	100	11,59	656.274	100
(-) QUOTAS DE REINTEGRAÇÃO (depreciação, amortização)	14.340	100	464,12	2.542	100
= VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	329.261	100	9,91	653.732	100
+ VALOR ADICIONADO TRANSFERIDO (Receitas financeiras, resultado da equivalência patrimonial)	259.336	100	43,42	180.821	100
= VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	588.597	100	16,89	834.553	100

Com a geração de riqueza por meio de crescimento continuado, a Eletrosul proporciona

a distribuição de parte dessa riqueza, conforme demonstra no quadro a seguir:

Distribuição da Riqueza por Partes Interessadas	2012		2011	
	R\$ Mil	(%)	R\$ Mil	(%)
EMPREGADOS	272.954	46,37	298.324	37,74
GOVERNO (impostos, taxas e contribuições e encargos setoriais)	(126.460)	(21,48)	161.045	19,30
FINANCIADORES	376.270	63,93	271.812	32,57
ACIONISTAS	65.833	11,18	103.372	12,39
= VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO (TOTAL)	588.597	100	834.553	100

No quadro a seguir, estão detalhados para a parte interessada “Governo”, de forma segregada, os valores relativos a tributos e contribuições dos encargos específicos do

setor como forma de melhor evidenciar a carga tributária e de encargos sobre a prestação do serviço público de energia elétrica:

Distribuição da Riqueza – Governo	2012		2011	
	R\$ Mil	(%)	R\$ Mil	(%)
TRIBUTOS/TAXAS/CONTRIBUIÇÕES	(162.993)	(27,69)	124.954	14,97
ICMS	338	0,06	204	0,02
PIS/PASEP	16.479	2,80	11.489	1,38
COFINS	75.935	12,90	52.950	6,34
ISS	251	0,04	280	0,03
IRPJ a pagar do exercício	(225.601)	(38,33)	8.488	1,02
CSSL a pagar do exercício	(80.445)	(13,67)	3.799	0,46
INSS	45.546	7,74	44.552	5,34
OUTROS	4.504	0,77	3.190	0,38
ENCARGOS SETORIAIS	36.533	6,21	36.091	4,32
RGR	22.731	3,86	23.418	2,81
CCC	—	—	—	—
CDE	—	—	—	—
CFURH	—	—	—	—
TFSEE	4.554	0,77	4.209	0,50
ESS	—	—	—	—
P&D	9.248	1,57	8.464	1,01
= VALOR DISTRIBUÍDO (TOTAL)	(126.460)	(21,48)	161.045	19,30

Investimentos na Concessão

A realização do programa dos investimentos em geração e transmissão é apresentada a seguir:

Investimentos	2012		2011
	R\$ Mil	Δ%	R\$ Mil
Expansão da Geração/Distribuição/Transmissão (expansão reforço)*	469.684	(24,12)	618.946

* Compõem as ações as implantações dos Complexos Hidroelétricos São Bernardo, Alto da Serra e São João; das Usinas Hidroelétricas de Mauá e São Domingos; do Projeto Megawatt Solar; de ampliações do sistema de transmissão no Sul, ampliação do sistema de transmissão na Região Sul e manutenção do sistema de transmissão de energia elétrica. Os valores apresentados não foram corrigidos (valores históricos).



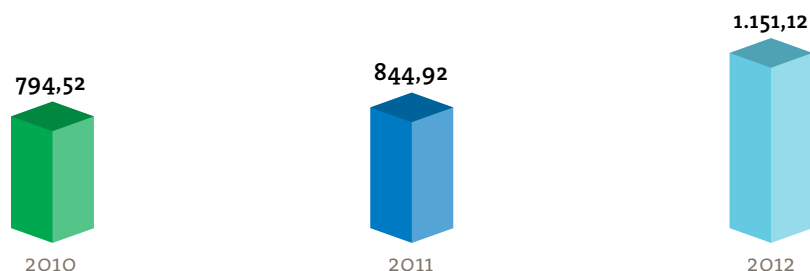
São Domingos – Vertedouro

Outros Indicadores

A seguir são apresentados outros indicadores referentes à Controladora:

Outros Indicadores da Controladora	2012		2011
	valor	Δ%	valor
Receita Operacional Bruta (R\$)	1.276.104	35,51	941.724
Deduções da Receita (R\$ Mil)	(124.982)	29,10	(96.807)
Receita Operacional Líquida (R\$ Mil)	1.151.122	36,24	844.917
Custos e Despesas Operacionais do Serviço (R\$ Mil)	(794.884)	23,34	(649.741)
Receitas Irrecuperáveis (R\$ Mil)	–	–	–
Resultado do Serviço (R\$ Mil)	356.238	82,52	195.176
Participação Societária (R\$ Mil)	49.700	47,59	33.675
Resultado Financeiro (R\$ Mil)	(163.703)	33,91	(122.246)
Outras Receitas/Despesas	(482.448)	(5.428,56)	9.054
IRPJ/CSSL (R\$ Mil)	306.046	(2.590,81)	(12.287)
Lucro Líquido (R\$ Mil)	65.833	(36,31)	103.372
Juros sobre o Capital Próprio (R\$ Mil)	–	–	–
Dividendos Distribuídos (R\$ Mil)	62.541	(36,31)	98.203
Custos e Despesas Operacionais por MWh vendido (R\$ Mil)	–	–	–
Riqueza (valor adicionado líquido) por Empregado (R\$ Mil)	234	10,54	442
Riqueza (valor adicionado líquido) por Receita Operacional (%)	28,29	(62,23)	72,97
Ebitda ou Lajida (R\$ Mil)	1.004.795	309,45	217.373
Margem Ebitda ou Lajida (%)	87,30	253,0	25,70
Liquidez Corrente	3,07	117,73	1,41
Liquidez Geral	1,15	(26,28)	1,56
Margem Bruta (lucro líquido/receita operacional bruta) (%)	5,16	(53,02)	10,98
Margem Líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	5,72	(53,23)	12,23
Rentabilidade do Patrimônio Líquido (lucro líquido/patrimônio líquido) (%)	1,36	(48,09)	2,65
Estrutura de Capital			
Capital próprio (%)	50,92	37,10	37,14
Capital de terceiros oneroso (%) (empréstimos e financiamentos)	22,22	(14,52)	25,99
Inadimplência de Clientes (contas vencidas até 90 dias/Receita Operacional Bruta nos últimos 12 meses)	0,00	–	0,00

Receita Operacional Líquida (em R\$ Milhões)



5.1 Investimentos por tipo de negócio

5.1.1 Geração

Com investimentos previstos de R\$ 7.486,2 milhões, a atual carteira de empreendimentos de geração de energia elétrica totaliza 1.858,14 MW de potência em implantação durante o ano de 2012 e que serão concluídos até 2015. A partir de um planejamento estratégico, essa

capacidade energética representa quase metade do que tinha em operação antes da privatização de seu parque gerador, em 1998. Considerando os investimentos em empreendimentos próprios e em parceria, em 2012 a empresa investiu R\$ 1.109,3 milhões em geração.

Empreendimentos Corporativos

Empreendimentos		Potência Instalada	Previsão de entrada em operação
UHE	Passo São João (RS)	77 MW	2012
	São Domingos (MS)	48 MW	2013
PCH	Complexo São Bernardo (SC)	Barra do Rio Chapéu	15 MW
			UG1: 2012 UG2: 2013
	Complexo Alto da Serra (SC)	João Borges	19 MW
		Coxilha Rica	18 MW
SOL	Megawatt Solar (SC)	Santo Cristo	19,5 MW
			2014
		1 MW	2013

UHE Passo São João (RS)

Com investimento total de R\$ 614,1 milhões, o primeiro empreendimento da Eletrosul, que reposiciona a estatal no mercado de geração hidrelétrica, está em plena operação.

Localizada no Rio Ijuí, entre os municípios de Dezesseis de Novembro e Roque Gonzales, noroeste do RS, a UHE Passo São João tem potência instalada de 77 MW e garantia física de 41,1 MW médios. O empreendimento é constituído de duas unidades geradoras, com conexão feita na SE Missões através de 33,5 km de LT 69 kV. Durante o ano de 2012 o avanço físico acumulado passou de 88,9% para 100% (dez/2011 a dez/2012), incluindo a conclusão da montagem e o comissionamento das duas unidades geradoras e emissão da licença de operação pela FEPAM. A unidade geradora número 1 entrou em operação no mês de março e a unidade número 2 em julho. Em operação no Mercado Regulado do Sistema Interligado Nacional desde março de 2012, apresentou disponibilidade média anual de 97,05 % (GRI EU30).

UHE São Domingos (MS)

Aproveitando a força das águas do Rio Verde para gerar energia e situada entre municípios de Água Clara e Ribas do Rio Pardo, ao leste do estado do Mato Grosso do Sul, à UHE São Domingos tem duas unidades geradoras com potência instalada de 48 MW e garantia física de 36,9 MW médios. Com investimento total previsto de R\$ 475,8 milhões, a estimativa é de que o empreendimento esteja em operação no primeiro semestre de 2013.

O ano de 2012 foi marcado pela realização do desmatamento da área de alagamento da represa da usina e enchimento parcial do reservatório, cujo nível operacional deve ser atingido na metade de janeiro de 2013. Outra importante etapa deste período foi a conclusão e liberação para energização do sistema de conexão da usina, que compreende 53km de LT 138kV até a SE Água Clara (Enersul), bem como adequações nas SEs Água Clara, Mimoso e Jupiá. Em 2012 foi finalizada a montagem da unidade geradora 1 e iniciado o comissionamento dos sistemas auxiliares.



Usina Passo São João

Mesmo com imprevistos ocorridos ao longo de 2012, como excesso de chuvas, incêndio nos alojamentos do canteiro de obras e embargo pelo Imasul (órgão ambiental), o avanço físico acumulado da obra passou de 72,8% para 93,9% (dez/2011 a dez/2012). Por conta desses eventos inesperados, incluindo atrasos acumulados no ano de 2011 que não puderam ser recuperados, o cronograma vigente no início de 2012 (UG1 em set/12 e UG2 em out/12) sofreu postergação para 01/03/2013 (UG1) e 15/04/2013 (UG2).

PCH Barra do Rio Chapéu (SC)

Primeira obra na área de geração em Santa Catarina, após a privatização do parque gerador da empresa, em 1998, a PCH Barra do Rio Chapéu conta 15,15 MW de potência instalada e 8,61 MW médios de garantia física. Localizada no Rio Braço do Norte, entre os municípios de Rio Fortuna e Santa Rosa de Lima, a energia produzida por duas unidades geradoras é escoada para a SE Braço do Norte através de 19,13 km de LT 69 kV. O investimento total previsto é de R\$ 141,4 milhões.

Durante o ano de 2012 foi finalizada a barragem (com vertedouro de soleira livre integrado), concluída a supressão vegetal, realizados o enchimento do reservatório, a escavação e tratamento do túnel de adução. Também tiveram prosseguimento as obras civis da casa de força, da chaminé de equilíbrio e da tomada d'água, bem como o fornecimento e a montagem de todos os equipamentos eletromecânicos. Com exceção de parte da unidade geradora 2, toda a montagem eletromecânica da usina – subestação, unidades geradoras, serviços auxiliares, condutos forçados, tomada d'água e canal de fuga – foi concluída em 2012. Vale ressaltar, ainda, a realização do comissionamento da linha de transmissão e da unidade geradora 1, liberada para operação em dezembro, sendo que a máquina já estava faturando em testes e aguarda a emissão da Licença de Operação, pela Fundação do Meio Ambiente (Fatma), para a entrada em operação comercial. Neste mesmo mês foi entregue a ponte sobre o reservatório que liga a comunidade de Vila Nova Fátima aos acessos principais da cidade de Santa Rosa de Lima. Com avanço físico

acumulado passando de 67,9% para 98,1% (dez/2011 a dez/2012), a expectativa é de que o empreendimento seja concluído no primeiro trimestre de 2013.

PCH João Borges (SC)

Com potência instalada de 19 MW e garantia física de 10,14 MW médios, a PCH João Borges é constituída de três unidades geradoras com capacidade para atender 151 mil habitantes. O empreendimento está localizado no Rio Caveiras, entre os municípios de Campo Belo do Sul e São João do Cerrito, sendo que a sua conexão será feita por meio de uma LT de 34,5 kV, com 13 km de extensão, que se interligará a uma nova subestação transformadora 138 kV/34,5 kV, SE Coletora Itararé, em implantação, com seccionamento na LT 138 kV Herval D'Oeste – Vidal Ramos Jr, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC. O investimento total previsto é de R\$ 169,1 milhões.

Em 2012, foi realizado o desmatamento da área de alagamento do reservatório e concluída a escavação do canal de adução, que possui aproximadamente 1.200 metros. No vertedouro de soleira livre – que terá 140 metros de comprimento – está em fase de conclusão a concretagem dos sete blocos que constituirão a estrutura, prevista para ser entregue em janeiro de 2013. A estrutura da tomada d'água encontra-se em fase de finalização, com 95% de avanço físico. Os condutos forçados estão em fase de montagem, com 50% de conclusão. Em 2012 também foram instaladas as três turbinas e entregues os três geradores na casa de força, que está em fase final de concretagem e iniciando a montagem. O avanço físico acumulado ao longo de 2012 passou de 52,7% para 84,7% (dez/2011 a dez/2012). O empreendimento está previsto para ser concluído no primeiro semestre de 2013. A primeira unidade geradora atrasou a entrada em operação comercial devido aos imprevistos geológicos que motivaram tratamentos e fundações específicas no local da barragem e casa de força. Além disso, foi necessário levantar o nível da casa de força em função das fortes chuvas que romperam a ensecadeira, causando alagamento.

Megawatt Solar (SC)

O Megawatt Solar, com capacidade de 1 megawatt-pico (MWp), é um projeto inédito no Brasil, considerando o modelo, o porte da usina e a forma de comercialização. A usina será conectada à rede elétrica de distribuição de 13,8kV da Celesc e a energia comercializada a consumidores livres por meio de leilões. O projeto tem investimento total previsto de R\$ 9,5 milhões (ref. agosto/2012) e contará com cerca de 4 mil módulos solares a serem instalados no telhado do prédio e sobre a cobertura dos estacionamentos adjacentes, totalizando uma área de aproximadamente 10 mil metros quadrados.

O primeiro processo licitatório de concorrência internacional para a implantação do projeto, lançado em agosto de 2011, fracassou porque todos os proponentes foram inabilitados. Em função

desto, o cronograma inicialmente previsto pela Eletrosul, vigente no final de 2011, foi inviabilizado.

O segundo processo licitatório para implantação do projeto foi lançado pela Eletrosul em fevereiro de 2012, resultando na contratação, seis meses depois, do Consórcio Efacec Megawatt Solar, constituído pela portuguesa Efacec Engenharia e Sistemas e pela Efacec do Brasil. A nova previsão é de operação comercial em abril de 2013.

Em 2012 foram obtidos o alvará da prefeitura autorizando o início das obras e a autorização da FEPAM para o corte de árvores. Além disso, foram definidos, pela EFACEC, os subfornecedores para os módulos fotovoltaicos (QCELLS), para as estruturas metálicas (Estrumaste), para a execução das obras (GM Montagens) e para execução das fundações (Fundasul).

Empreendimentos em Parceria

Empreendimentos		Composição Societária		Potência Instalada	Previsão de entrada em operação
Consórcio	UHE Mauá (PR)	Eletrosul	49%	177,9 MW*	2012
		Copel	51%		
	UHE Teles Pires (MT/PA)	Eletrosul	24,5%	445,9 MW*	UG1: 2014 UG5: 2015
		Neoenergia	50,1%		
		Furnas	24,5%		
		Odebrecht	0,9%		
SPE	UHE Jirau – ESBR (RO)	Eletrosul	20%	750 MW*	UG1: 2013 UG50: 2015
		Suez	60%		
		Chesf	20%		
	Complexo Eólico Cerro Chato (RS)	Eletrosul	100%	90 MW*	AEG1: 2011 AEG45: 2012
	Ampliação do Complexo Eólico Cerro Chato	Eletrosul	49%	38,2 MW*	2013
		Rio Bravo	41%		
		Investimentos	10%		
		Fundação Elos			
	Complexo Eólico Chuí (RS)	Eletrosul	49%	70,5 MW*	2014
		Rio Bravo	51%		
		Investimentos			
	Complexo Eólico Santa Vitória do Palmar (RS)	Eletrosul	49%	126,4 MW*	2014
		Rio Bravo	51%		
		Investimentos			

* Considerando apenas o percentual da Eletrosul.

UHE Mauá (PR)

A UHE Mauá, localizada no Rio Tibagi, logo a montante do local denominado Salto Mauá, nos municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, representa a retomada da geração de energia em um estado onde a Eletrosul já teve uma participação efetiva no aproveitamento hidrelétrico. Com potência instalada de 363 MW e garantia física de 197,7 MW médios, a UHE Mauá é constituída de uma Usina Principal com três unidades geradoras e de uma Usina Complementar com duas unidades geradoras. Sua capacidade instalada é suficiente para atender o consumo de aproximadamente 1 milhão de pessoas e o investimento total previsto é de R\$ 1,4 bilhão.

Para a conexão da usina ao Sistema Interligado Nacional foram construídas as linhas de transmissão LT 230 kV Mauá – Jaguariaíva e a LT 230 kV Mauá – Figueira, e as subestações SE Mauá 230/34, 5 kV, que se conecta com as subestações de Jaguariaíva e Figueira através das duas LT's de 230 kV, e SE Elevadora da Usina Complementar 6,9/34,5 kV, a qual se interliga à SE Mauá através da LT de 34,5 kV.

Durante o ano de 2012 foi concluído o desmatamento da área de alagamento do reservatório e o seu enchimento atingiu a cota mínima operacional. Foi finalizado, também, o Sistema de Conexão da Usina. As três unidades geradoras da Usina Principal estão em operação comercial. A unidade geradora 4 já teve finalizados os ensaios de comissionamento e aguarda autorização para início de operação comercial.

O avanço físico acumulado ao longo de 2012 passou de 97,04% para 98,7% (dez/2011 a dez/2012). A entrada em operação comercial de todas as unidades geradoras está prevista para o final de janeiro de 2013.

UHE Teles Pires (MT)

Para a implementação da UHE Tele Pires, localizada no Rio Teles Pires, entre os municípios de Paranaíta (MT) e Jacareacanga (PA), o Investimento Total Previsto é de R\$ 4.257,8

milhões. Constituída de cinco unidades geradoras, a usina tem potência instalada de 1820 MW e garantia física de 930,7 MW médios. A energia produzida será conectada à SE Coletora Norte por meio de 7 km de LT de 500 kV.

Durante o ano de 2012 foram executadas atividades como a implantação de canteiro de obras, alojamentos, ponte de serviço, programas ambientais, escavação em rocha e comum do emboque e desemboque dos túneis de desvio, área de montagem, casa de força e tomada d'água, bem como escavação subterrânea e tratamento dos túneis. Neste período, teve início a concretagem do circuito hidráulico, área de descarga e montagem, tomada d'água e condutos forçados. Em outubro, foi assinado o contrato de financiamento de longo prazo com o BNDES, com a primeira parcela sendo liberada nesse mesmo mês.

O avanço físico acumulado ao longo de 2012 passou de 9,06% para 30,8 %. O empreendimento está previsto para ser concluído em 2015.

UHE Jirau (RO)

Com capacidade para abastecer mais de 10 milhões de residências brasileiras, a UHE Jirau, em construção no Rio Madeira, em Porto Velho, tem investimento total previsto de R\$ 16.128,9 milhões.

A potência instalada de 3.750 MW e a garantia física de 2.184,6 MW médios representam a importância do empreendimento para o suprimento de energia elétrica no país. A usina é constituída de duas casas de força, uma em cada margem do rio. A primeira, à direita, possui 28 unidades geradoras, e a segunda, à esquerda, 22 unidades geradoras. Cada uma das casas de força apresenta duas áreas equipadas para montagem e manutenção das 50 unidades geradoras, com 75MW de potência cada uma. A conexão é feita por uma Subestação Elevadora SF₆ em 500 kV, e três Linhas de Transmissão de 500 kV com aproximadamente 105 km de extensão, conectando a UHE Jirau à Subestação Coletora Porto Velho.

As atividades de construção do sistema de conexão da usina tiveram continuidade em 2012, sendo que no mês de abril foi emitida a Licença de Operação das Linhas de Transmissão de 500 kV. Ao longo do ano, houve avanço dos trabalhos no vertedouro, com a abertura de todos os vãos ensecados. Também foram priorizadas atividades complementares para conclusão das obras civis e liberação completa para as montagens eletromecânicas. Encontram-se em andamento as obras civis, fabricação, montagem e comissionamento dos equipamentos na margem esquerda e direita. A Licença de Operação da usina foi emitida no mês de outubro.

O avanço físico acumulado ao longo de 2012 passou de 67,66% para 84,03% (dez/2011 a dez/2012). A previsão é de que o empreendimento entre em operação comercial em abril de 2013 e seja concluído no primeiro trimestre de 2015.

Complexo Eólico Cerro Chato (RS)

Para a Eletrosul, o Complexo Cerro Chato representa um marco histórico por ter sido o primeiro empreendimento de geração a entrar

em operação, desde a empresa ter seu parque de usinas inteiramente privatizado em 1998 e por dar início à consolidação da empresa como maior estatal eólica do setor elétrico brasileiro.

A partir de um cuidadoso planejamento e muito empenho de nossas equipes, o Complexo Eólico Cerro Chato iniciou a operação comercial das primeiras unidades geradoras em junho de 2011 e foi concluído em janeiro de 2012, com seis meses de antecipação em relação ao cronograma do edital ANEEL (01/07/2012). Foi o primeiro empreendimento do leilão exclusivo de energia eólica, realizado pelo governo federal em 2009, a entrar em operação comercial.

Ampliação do Complexo Eólico Cerro Chato (Livramento Holding SA)

A Eletrosul tem sido uma das protagonistas do crescimento da energia eólica no Brasil. A ampliação do Complexo Eólico Cerro Chato, objeto do Leilão ANEEL A-3 Nº 002/2011, é prova deste avanço. Formado pelas Centrais Geradoras Eólicas Cerro Chato IV, Cerro Chato V, Cerro Chato VI, Cerro dos Trindade e Ibirapuitã I, o complexo tem potência total de 78 MW,



com garantia Física de 38,5 MW médios. Serão instalados 39 aerogeradores com potência de 2 MW cada. O empreendimento, que tem investimento total previsto de R\$ 290,3 mi; está localizado na cidade de Sant'Ana do Livramento (RS) e confirma o excelente potencial dos ventos do extremo Sul do Brasil.

Durante o ano de 2012 foram iniciadas as obras civis, concretadas todas as 39 bases, concluídas todas as 39 plataformas e todos os acessos internos. Encontra-se em fase de conclusão a ampliação da SE Coletora Cerro Chato e a Rede de Média Tensão. Os primeiros segmentos de torre já foram entregues em obra e a previsão para início da montagem dos aerogeradores é março de 2013.

O avanço físico acumulado ao longo de 2012 passou de 0% para 60,7% (dez/2011 a dez/2012). A previsão é de que o empreendimento seja entregue para operação comercial no primeiro semestre de 2013.

Complexo Eólico Chuí (Chuí Holding SA)

O Complexo Eólico Chuí, objeto do Leilão ANEEL A-3 Nº 002/2011, é formado pelas Centrais Geradoras Eólicas Chuí I, Chuí II, Chuí IV, Chuí V, Minuano I e Minuano II. Parar atingir potência total de 144 MW, com garantia física de 59,85 MW médios, serão instalados 76 aerogeradores com potência de 2 MW cada. O empreendimento está localizado na cidade de Chuí (RS), com investimento total previsto de R\$ 565,3 milhões.

Durante o ano de 2012, as atividades realizadas para iniciar a implantação se resumem as de licenciamento ambiental e negociações fundiárias com os proprietários das áreas onde os parques serão implantados. O empreendimento está previsto para ser concluído no primeiro semestre de 2014.

Complexo Eólico Santa Vitória do Palmar (Santa Vitória do Palmar Holding SA)

Em Santa Vitória do Palmar, no litoral do Rio Grande do Sul, a Eletrosul está implantando o maior complexo eólico da América Latina, com 258 MW de capacidade instalada e garantia

de 108,9 MW médios. Com investimento total previsto de R\$ 983,8 milhões, o Complexo Eólico Santa Vitória do Palmar, objeto do Leilão ANEEL A-3 Nº 002/2011, é formado por dez usinas eólicas (Geribatu I a Geribatu X).

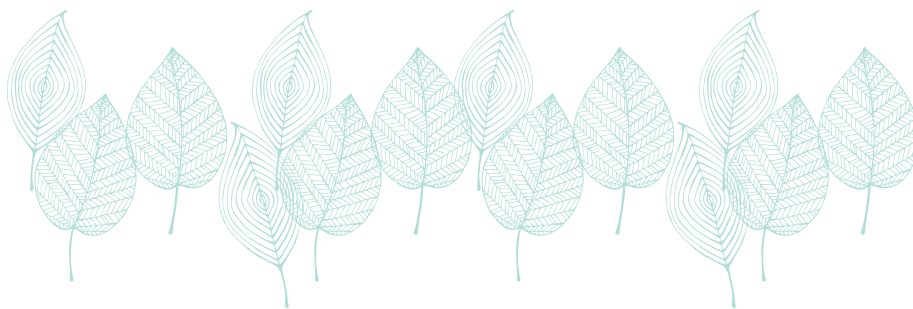
Ao longo de 2012 foram realizadas atividades como processos de atendimento às condicionantes de validade da licença ambiental, negociações fundiárias com os proprietários das áreas onde os parques serão implantados, sondagens e levantamento topográfico nos parques e implantação inicial do canteiro de obras. As obras civis com os serviços de acessos tiveram início no mês de dezembro. O empreendimento está previsto para entrar em operação comercial no primeiro semestre de 2014.

5.1.2 Transmissão (GRI 2.8)

Em 2012 foram contabilizados investimentos na Ampliação do Sistema de Transmissão da Região Sul e estado de Mato Grosso do Sul, no valor de R\$ 57,90 milhões, aplicados na expansão e infraestrutura do sistema de transmissão. No que se refere aos Reforços e Melhorias do Sistema de Transmissão, em 2012, foram contabilizados investimentos de R\$ 13,58 milhões.

Esses investimentos visam à realização das modificações e alterações necessárias nas instalações da Eletrosul para retirar restrições ao sistema de transmissão e melhorar a confiabilidade e flexibilidade da sua operação e manutenção. Para atender às necessidades do Plano de Modernização das Instalações de Interesse Sistêmico (PMIS) e de outras de interesse exclusivo da empresa, foram concluídos 12 empreendimentos previstos no PMIS e nas Resoluções Autorizativas ANEEL nº 2.376/2010 e 2.837/2011.

Essas melhorias e reforços oferecem maior disponibilidade, confiabilidade e flexibilidade ao sistema de transmissão da Eletrosul. Mantendo a regularidade, a continuidade, a segurança e a atualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendem a modernidade das técnicas e



a conservação das instalações de transmissão, em conformidade com o contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica e os Procedimentos de Rede.

Além disso, visando ao aumento de capacidade de transmissão e ao aumento de confiabilidade do Sistema Interligado Nacional (SIN), a Eletrosul foi autorizada a implantar reforços em instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das demais Instalações de Transmissão através da Resolução Autorizativa

ANEEL nº 3.578/2012, realizando três reforços significativos até 2014.

A atual carteira de empreendimentos de transmissão de energia elétrica própria da Eletrosul conta com investimentos previstos de R\$ 2.127 milhões até 2014. O Sistema de Transmissão da Eletrosul conta 71 subestações e uma conversora de frequência, com capacidade total de 24.524,00 MVA de transformação e 11.364,34 km de LT.

Sistema de Transmissão Eletrosul		Próprio	Parceria/ Prestação de serviços	Total
Subestações		40	32	72
Capacidade de Transformação (MVA)		23.087,00	1.437,00	24.524,00
Linhas de Transmissão (km)	Tensão (kV)	km	km	km
	34,5	-	12,71	12,71
	69	56,20	-	56,20
	132	12,50	-	12,50
	138	1.841,30	338,20	2.179,50
	230	5.150,60	251,80	5.402,40
	525	2.949,60	751,43	3.701,03
	Total	10.010,20	1.354,14	11.364,34

Nota: Com a incorporação da Artemis, em janeiro de 2013, a Eletrosul passará a contar com 10.382,10 Km de linhas de Transmissão próprias.

Além de investir em ativos próprios, a empresa participa como parceira em outros empreendimentos de transmissão. Em 2012,

a Eletrosul investiu R\$ 376,6 milhões no segmento, considerando-se os investimentos em empreendimentos próprios e em parceria.

Empreendimentos em Parceria

Empreendimento	Composição Societária		Operação Comercial
Artemis Transmissora de Energia S.A.	Eletrosul	100%	2005
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	Eletrosul Copel	49% 51%	2014
Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S.A. (RS Energia)	Eletrosul	100%	Parte das instalações em operação anterior a 2012, parte entrou em operação em 2012, e parte entrará em operação em 2013
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (Etaú)	Eletrosul Transmissora Aliança CEEE DME Energética	27,4% 52,6% 10% 10%	2005
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	Eletrosul Copel	20% 80%	2014
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. (NBTE)	Eletrosul Eletronorte Abengoa Brasil	24,5% 24,5% 51%	2013
Porto Velho Transmissora de Energia S.A. (PVTE)	Eletrosul	100%	2012
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. (TSLE)	Eletrosul CEEE	51% 49%	2013
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. (TSBE)	Eletrosul Copel	80% 20%	2013
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.	Eletrosul Fundação Elos	75% 25%	2006

Artemis Transmissora de Energia S.A

A Artemis, uma Sociedade de Propósito Específico constituída para explorar a concessão da linha de transmissão em 525 kV, de 167 quilômetros de extensão, com origem na SE Salto Santiago e término na SE Ivaiporã, além da linha de transmissão com extensão aproximada de 209 km entre a SE Ivaiporã e a SE Cascavel Oeste, no Paraná, foi um empreendimento licitado no Leilão de Energia ANEEL nº 0001/2003.

A incorporação da Artemis Transmissora de Energia S.A., prevista para janeiro de 2013, representará um acréscimo de mais de R\$ 280 milhões nos ativos da Eletrosul e um aumento de 13% na Receita Anual Permitida (RAP) de transmissão para 2013. A aquisição da totalidade das ações da Artemis, que tinha participação do grupo espanhol Cymi Holding S.A., começou a ser negociada no final de 2010. Em agosto de 2011, foi oficializado o repasse do controle acionário da empresa para a Eletrosul.

A incorporação da Artemis pela Eletrosul irá simplificar a estrutura legal da empresa e reduzir os custos administrativos, operacionais e fiscais, visando a maximização da eficiência organizacional, administrativa e financeira.

Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.

Os empreendimentos em implantação pela Costa Oeste foram objeto do Leilão ANEEL 004/2011 e compreendem a LT 230 kV Cascavel Oeste/Umuarama, a subestação Umuarama e um módulo de entrada de linha na subestação Cascavel Oeste. Com 143 quilômetros de extensão, a linha passará por nove municípios paranaenses, sendo que a subestação irá receber, transformar e retransmitir a energia para outras subestações do Noroeste do estado. O empreendimento, fundamental para elevar a confiabilidade operacional do sistema de transmissão, conta com investimento total previsto de R\$ 73,8 milhões.

Ao longo de 2012 as atividades em andamento se concentraram nas atividades fundiárias (aquisição do terreno da SE), licenciamentos (com a emissão a Licença Prévia da LT e da SE Umuarama), locação

de torres, serviços de arqueologia e projetos. A previsão é de que o empreendimento esteja em operação em janeiro de 2014.

Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S.A.

A fim de reforçar o sistemas de transmissão de energia e contribuir para o crescimento econômico do Rio Grande do Sul, a RS Energia deu andamento, em 2012, à implantação de empreendimentos que compreendem as subestações Caxias 6, Ijuí 2, Nova Petrópolis 2, Lajeado Grande (ampliação) e Foz do Chapecó, e a Linha de Transmissão 230kV Monte Claro – Garibaldi, que foram objeto dos Leilões ANEEL 001/2010 (Lotes B e C) e 008/2010 (Lote B). Destes empreendimentos, ainda não foram energizadas a SE Ijuí 2 (prevista para fevereiro/2013) e a LT Monte Claro – Garibaldi (prevista para abril/2013), cujas obras sofreram atrasos devido a demora no processo do licenciamento (no caso da LT) e as dificuldades da empreiteira contratada em alocar mão de obra durante a implantação (no caso da SE Ijuí). Juntos, os empreendimentos têm investimento total previsto de R\$137,5 milhões.



Linha de Transmissão



Linha de Transmissão

Marumbi Transmissora de Energia S.A.

O empreendimento em implantação pela Marumbi Transmissora de Energia S.A, referente ao lote F do leilão ANEEL 006/2011, destina-se ao reforço no sistema de transmissão de Curitiba. Compreende a implantação da SE Curitiba Leste 525kV, a LT Curitiba – Curitiba Leste (525 kV 28km), a ampliação na SE Curitiba 525kV e adequações nas subestações Uberaba 230kV, Santa Mônica 230kV, Distrito Industrial de São José dos Pinhais 230kV e Posto Fiscal 230kV, o seccionamento da linha de transmissão 230kV Santa Mônica – Distrito Industrial de São José dos Pinhais e o seccionamento da linha de transmissão 230kV Posto Fiscal – Uberaba. O Contrato de concessão foi assinado em maio de 2012.

Já foram assinados os contratos de construção das linhas e subestações, e estão em andamento os projetos executivos e os estudos ambientais. Em junho de 2012 foi protocolado o projeto básico na ANEEL, em novembro o EIA/RIMA da linha de transmissão e em dezembro o RAS da subestação no órgão ambiental (IAP). As obras dos empreendimentos, que contam

com investimento total previsto de R\$106,1 milhões, devem ter início no primeiro semestre de 2013. A previsão para entrada em operação é maio de 2014.

Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. (NBTE)

Em implantação pela Norte Brasil, o empreendimento objeto do Leilão ANEEL 007/2008, mais conhecido como Linhão do Madeira, compreende a construção da Linha de Transmissão + - 600kV CC – SE Coletora de Porto Velho – RO até Araraquara 2 – SP, com 2.412 km de extensão. A linha passará por 85 municípios nos estados de Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo. O investimento total previsto é de R\$ 2.030,8 milhões. Além da relevância para o Sistema Interligado Nacional (SIN), essa obra terá um viés social importante, pois irá gerar de aproximadamente 17 mil empregos.

Ao longo de 2012 as atividades em andamento se concentraram em atividades fundiárias, licenciamentos (com a emissão a Licença de

Instalação e Autorização de Supressão de Vegetação), locação de torres, resgates dos sítios arqueológicos, projetos, fornecimentos e montagem. A estimativa de conclusão é setembro de 2013. Em 2012, a obra atingiu 45,5% de avanço físico.

SPE Porto Velho Transmissora de Energia S.A. (PVTE)

Essenciais para escoar a energia produzida na Amazônia aos grandes centros consumidores do país, os empreendimentos da PVTE compreendem a LT 230kV Coletora Porto Velho/SE Porto Velho (22km) e a SE Coletora Porto Velho 525/230kV, 2x400MW, que foram objeto do Leilão ANEEL 007/2008, realizado em 26/11/2008 (lote A).

Para efeito de recebimento da Receita Anual Permitida (RAP), a implantação da SE foi considerada concluída em agosto de 2012, quando foram finalizados todos os testes possíveis com as condições sistêmicas existentes naquela data. Desde então, ainda restam alguns testes para permitir a operação com potência nominal da SE, que só poderão ser concluídos em 2013 por dependerem de condições sistêmicas (conclusão de obras de terceiros).

Estes empreendimentos escoarão a energia que será gerada pelas usinas do rio Madeira – Jirau, que terá capacidade instalada de 3.750 megawatts (MW), empreendimento no qual a Eletrosul tem 20% de participação, e Santo Antônio (3.150,4 MW). O investimento total previsto é de R\$ 594,2 milhões.

Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. (TSLE)

Os empreendimentos em implantação pela TSLE compreendem aproximadamente 490 quilômetros de linhas de transmissão e três subestações, além da ampliação de uma unidade já existente. Objeto do Leilão ANEEL 005/2012 (Lote A), o sistema de transmissão é composto pela LT 525kV Nova Santa Rita

– Povo Novo (281 km), LT 525kV Povo Novo – Marmeleiro (154 km), LT 525kV Marmeleiro– Santa Vitória do Palmar (52 km), SE Povo Novo 525/230kV – 672MVA, SE Marmeleiro 525kV (com Síncrono 200MVar), SE Santa Vitória do Palmar 525/138kV – 75MVA e ampliação da SE Nova Santa Rita. Concluído, o sistema de transmissão permitirá o aproveitamento eólico no litoral do Rio Grande do Sul. O investimento total previsto é de R\$ 634,5 milhões.

Ao longo de 2012 as atividades em andamento se concentraram em atividades fundiárias, licenciamentos, projeto e definição dos principais fornecimentos. A entrada em operação está prevista para dezembro de 2013.

Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. (TSBE)

Estratégicos para o Sul do país por reforçar o suprimento energético e dar mais confiabilidade ao atendimento do Rio Grande do Sul, os empreendimentos em implantação pela TSBE compreendem a LT 525kV Salto Santiago – Itá (190 km), LT 525kV Itá – Nova Santa Rita (305 km), LT 230kV Nova Santa Rita – Camaquã 3 (140 km), LT 230kV Camaquã 3 – Quinta (163 km) e SE Camaquã 3 230/69kV – 2x83MVA, além das adequações decorrentes nas SEs existentes onde tais LTs serão conectadas. O sistema de transmissão foi objeto do Leilão ANEEL 006/2011 (Lote A) e contam com investimento total previsto de R\$ 482,1 milhões.

Durante 2012, as atividades em andamento se concentraram em atividades fundiárias, licenciamentos, projeto e definição dos principais fornecimentos. A estimativa é de que empreendimento esteja em operação até dezembro de 2013.

Na gestão dos seus ativos pertencentes à rede básica, a Eletrosul apresenta o seguinte desempenho quanto à disponibilidade:

Valores em %

Instalação	2009	2010	2011	*2012
Linhas de Transmissão	99,93	99,92	99,90	99,89
Banco de Capacitores	99,88	99,81	99,75	99,74
Reatores	99,95	99,89	99,94	99,77
Transformadores	99,92	99,89	99,88	99,87
Disponibilidade Total	99,92	99,89	99,90	99,86

* Valores atualizados até dez/2012.

Nessa área, foram concluídos oito empreendimentos previstos nas Resoluções Autorizativas ANEEL nº 1.535/2008, 2.383/2010, 2.589/2010, 2.879/2011 e 3.232/2011 conforme descrito a seguir:

- SE SIDERÓPOLIS 230/69 kV, 364 MVA – AMPLIAÇÃO “J”: Implantação de dois módulos de conexão de transformador para os transformadores, sendo um para o TF1 e outro para o TF4, em 230kV arranjo barra principal e transferência e complementação do setor de 69kV com alteração do arranjo do barramento do tipo barra simples para barra principal e transferência.
- SECCIONAMENTO DA LT 138 kV JOINVILLE – ILHOTA (ARAQUARI HYOSUNG): Remanejamento e seccionamento de 1,25km da linha de transmissão 138kV Ilhota – Joinville, para a implementação da SE Joinville GM.
- SE JOINVILLE 230/138/69 kV, 691 MVA – AMPLIAÇÃO “K”: Complementação da conexão do Autotransformador TF-5 138/69 kV.
- SE BIGUAÇU 525/230/138 kV, 1644 MVA – AMPLIAÇÃO “D”: Instalação do segundo banco de autotransformadores 525/230kV – 672MVA, com os respectivos módulos de conexão 525 e 230kV.
- SE BIGUAÇU 525/230/138 kV, 1794 MVA – AMPLIAÇÃO “F”: Instalação do terceiro autotransformador trifásico 230/138/13,8kV – 150 MVA, com os

respectivos módulos de conexão 230 e 138kV.

- SE TAPERÁ 2 230/69 kV, 249 MVA – AMPLIAÇÃO “B”: Instalação do terceiro transformador 230/69kV, 83 MVA, com os respectivos módulos de conexão 230 e 69kV e duas entradas de linhas 69kV.
- SECCIONAMENTO DA LT 138 kV BIGUAÇU – CAMBORIÚ MORRO DO BOI: Seccionamento da linha de transmissão Biguaçu – Camboriú Morro do Boi 138kV, na Subestação Tijucas, para correção da derivação simples.
- LT 230 kV CASCAVEL OESTE – GUAÍRA: Remanejamento de 0,6 km da LT 230 kV Cascavel Oeste – Guaíra (Eletrosul) na SE Cascavel Oeste (Copel).

Além disso, a empresa foi autorizada a executar sete novos empreendimentos nos termos das Resoluções ANEEL 2.879/2010, 3.161/2011, 3.339/2012 e 3.815/2012, com conclusão prevista para o decorrer dos anos de 2013 e 2014, conforme descrito a seguir:

- SECCIONAMENTO DA LT 138 kV JORGE LACERDA A-PALHOÇA, em circuito duplo e módulos de conexão associados, para implantação da nova SE Garopaba (Celesc), para viabilizar a implantação da nova Subestação Garopaba 138 kV pela distribuidora Celesc.
- SECCIONAMENTO da LT 138 kV IMBITUBA-PALHOÇA, em circuito duplo e módulos de conexão associados, para

implantação da nova SE Palhoça Pinheira (Celesc), para viabilizar a implantação da nova Subestação Palhoça Pinheira 138 kV pela distribuidora Celesc.

- SE JOINVILLE NORTE – Ampliação “C” para instalação do terceiro autotransformador 230/138-13,8 – 150 MVA, para evitar que na perda de uma das unidades existentes ocorra sobrecarga na unidade remanescente.
- SECCIONAMENTO LT 230 kV PASSO FUNDO-MONTE CLARO, em circuito duplo, para a SE Nova Prata 2 (CEEE), evitando possíveis subtensões na região de Nova Prata, na contingência da LT 230 kV Nova Prata 2-Monte Claro.
- SE NOVA SANTA RITA – Ampliação “F” para instalação do quarto banco de autotransformadores monofásicos, 525/230 kV, 3 X 224 MVA, necessário para evitar sobrecarga na transformação remanescente, na contingência de um dos bancos de autotransformadores desta subestação ou da LT 525 kV Nova Santa Rita – Gravataí.
- SE ITAJAÍ – Ampliação “E” para substituição do autotransformador (TF4) 230/138 kV, 84 MVA, por outro autotransformador 230/138 kV de 150 MVA, para evitar que na perda de uma das unidades existentes ocorra sobrecarga na unidade remanescente.
- SE ALEGRETE – Ampliação “A” para instalação de um transformador trifásico 69/13,8/13,8 kV, 17 MVA e adequação da infraestrutura da SE e substituição dos cubículos 13,8 kV existentes, necessário para evitar corte de carga na contingência na SE Alegrete RS.

Reforços e Melhorias do Sistema de Transmissão

Para atender às necessidades do Plano de Modernização de Instalações (PMI) e de outras de interesse exclusivo da empresa, foram concluídos 12 empreendimentos previstos no PMI e nas Resoluções Autorizativas ANEEL nº 2.376/2010 e 2.837/2011, conforme descrito a seguir:

- SE CURITIBA 525/230 kV, 1344 MVA: Substituição da fase A do autotransformador ATF1, 525/230 kV, 224 MVA.
- SE CAMPO GRANDE 138 kV: Implementação de sistema digital de controle e supervisão Nível III.
- SE SALTO SANTIAGO 525 kV: Recomposição do serviço auxiliar 13,8kV.
- SE ITÁ 525 kV: Implementação de sistema digital de controle e supervisão Nível III.
- SE JOINVILLE 230/138/69 kV, 691 MVA: Substituição do disjuntor 522 (ASEA HLR145).
- SE JOINVILLE 230/138/69 kV, 691 MVA: Substituições dos Barramentos Principal e de Transferência de 230 kV e dos Barramentos I e II de 138 kV.
- SE JOINVILLE 230/138/69 kV, 691 MVA: Substituição dos disjuntores nº 632, 642 e 652 de 138kV.
- SE FARROUPILHA 230/69 kV, 166 MVA: Recapitação do seccionador 735.
- SE JOINVILLE 230/138/69 kV, 691 MVA: Substituição da proteção do transformador TF3.
- SE PALHOÇA 230/138 kV, 384 MVA: Instalação de 2 TPCs 230kV dos TFs 1 e 2.
- SE JOINVILLE 230/138/69 kV, 691 MVA: Substituição dos TCs dos vãos dos TFs 1, 2, 3, 5, 7, e dos vãos das SEs Ilhota, Joinville SC, Tigre, São Bento do Sul e Joinville IV-1.
- SE ILHOTA 138/69 kV, 100 MVA: Substituição do TC do vão Joinville.

Essas melhorias e reforços oferecem maior disponibilidade, confiabilidade e flexibilidade ao sistema de transmissão da Eletrosul. Mantendo a regularidade, a continuidade, a segurança e a atualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendem a modernidade das técnicas e a conservação das instalações de transmissão, em conformidade com o contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica e os Procedimentos de Rede. De acordo com o modelo regulatório brasileiro, a empresa transmissora

proprietária é responsável pela implantação do empreendimento a partir dos estudos realizados, não podendo alterar o projeto, e não tendo, assim, controle sobre o índice de perdas no sistema de transmissão. A Eletrobras, através da Divisão de Gestão da Operação e Manutenção de Transmissão, adota uma metodologia unificada para estimativa das perdas elétricas na transmissão para todas as empresas Eletrobras, baseada em cálculos elétricos utilizando-se casos mensais de fluxo de potência. No ano de 2012, o valor das perdas na transmissão nos ativos da Eletrosul foi estimado em 2,08% (GRI EU12).

Além disso, visando ao aumento de capacidade de transmissão e ao aumento de confiabilidade do Sistema Interligado Nacional (SIN), a Eletrosul foi autorizada a implantar reforços em instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das demais Instalações de Transmissão através da Resolução Autorizativa ANEEL nº 3.578/2012, realizando três reforços significativos até 2014, conforme descritos a seguir:

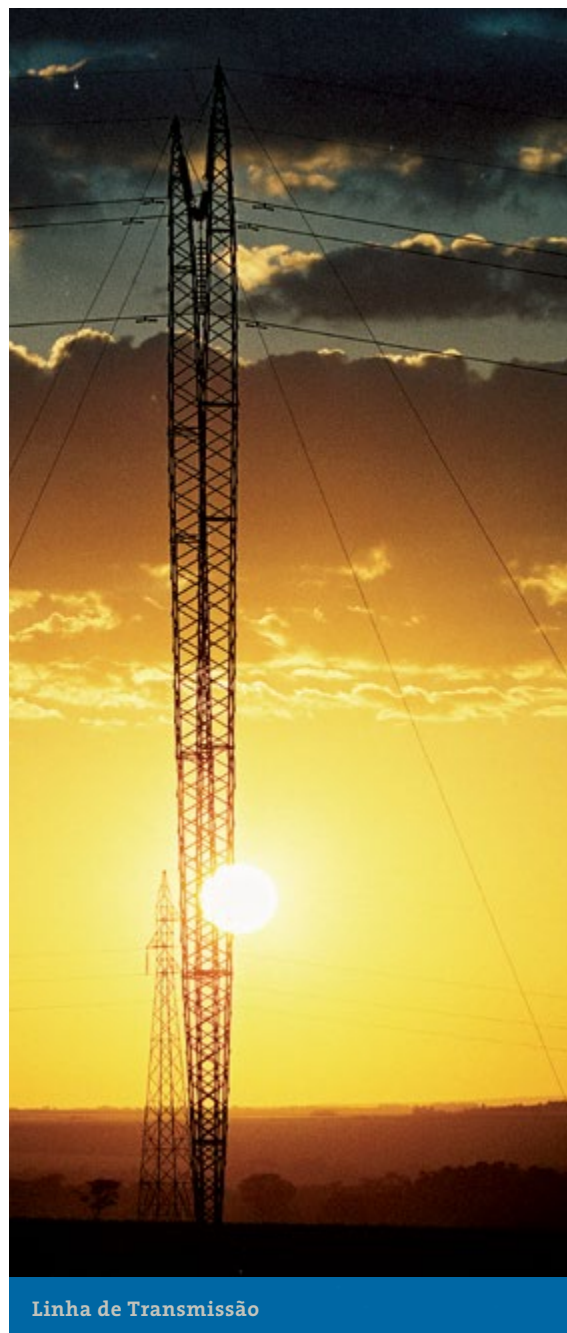
- **SE BLUMENAU:** Substituição de 21 TCs dos circuitos JNO 230kV, JOI 230kV, PAL 230kV e dos TCs 1, 2, 3 e 4 230/138kV do setor de 230kV, da SE BLU.
- **SE ITA:** Aquisição e instalação de PRs 444 kV no módulo de entrada da LT YTA-NSR.
- **SE FLORIANÓPOLIS:** Instalação de 2 TPs de medição 138kV nos circuitos PAL 1 e 2.

Certificação 9001

Em outubro de 2012, completou dois anos a Certificação NBR ISO 9001:2008 dos processos de recapitação de equipamentos de pátio, e regeneração de óleo mineral isolante e gás SF₆, realizados pela Eletrosul. A certificação confere garantia de qualidade aos equipamentos recapitados na Oficina Central da empresa.

Central de Geoprocessamento de Linhas de Transmissão

Em 2012, a Eletrosul iniciou a montagem da Central de Geoprocessamento de Linhas de



Linha de Transmissão

Transmissão (CGLT). Composta por um servidor e uma sala com dois monitores de 42 polegadas, a central tem como objetivo ser uma facilitadora para visualização geográfica de informações relacionadas a linhas de transmissão.

Para que isso seja possível, estão sendo realizados trabalhos de edição, padronização e estruturação de arquivos georreferenciados das Linhas de Transmissão da Eletrosul e a criação de um banco de dados geográfico com vistas ao atendimento da manutenção.

Quando pronta, a CGLT será utilizada para abrigar as seguintes informações:

- dados de geoprocessamento de todas as torres da Eletrosul em operação;
- dados de geoprocessamento de todos os acessos que são utilizados pelas equipes de inspeção e manutenção de linhas;
- mapas contendo as torres e traçados das linhas de transmissão em operação, separados por: tensão, estado, regional, equipe de manutenção;
- mapas dos locais onde estão sendo implementadas as hortas comunitárias na Eletrosul;
- mapas com os pontos onde houve queda de torres na Eletrosul;
- mapas com os locais onde foi realizada a supressão de vegetação separados por ano de realização;
- entre outros.

Relatório de Supressão de Vegetação nas Linhas de Transmissão

Em 2012 foi elaborado o Relatório Anual de Supressão de Vegetação das Linhas de Transmissão da Eletrosul. Este relatório contém o quantitativo de vegetação suprimida nas faixas de servidão das linhas da Eletrosul, informando os vãos onde a atividade foi realizada e os volumes de vegetação exótica e nativa suprimidos ao longo do ano.

O referido Relatório, após concluído, é encaminhado ao IBAMA, em atendimento às condicionantes ambientais da licença de supressão concedida à Eletrosul e, também, é utilizado pela Engenharia de Manutenção de Linhas para o controle desta atividade, visando minimizar a supressão para a perfeita operação das linhas de transmissão.

Interligação Brasil-Uruguai

O Ibama emitiu a Licença Prévia para a Interligação Brasil-Uruguai, com validade de dois anos. A licença atesta a viabilidade ambiental para o traçado apresentado no EIA/RIMA da LT 230 kV Presidente Médici–Candiota (3 km), SE Candiota (525/230-13,8 kV) e a LT 525

kV Candiota–Aceguá (60 km). De acordo com o DEA (Departamento de Engenharia Ambiental e Fundiária), a emissão da Licença de Instalação, que irá autorizar o início das obras, está prevista para ocorrer em fevereiro de 2013.

Por meio de um Contrato de Cessão Parcial a Eletrobras cedeu à Eletrosul os direitos e obrigações referentes a 39,6% (trinta e nove inteiros e seis décimos por cento) do total das Obras no Brasil, equivalente a R\$ 50.703.390,69 mil. Desta forma, a Eletrosul será responsável pela implantação das linhas de transmissão e pela engenharia do proprietário das obras nas subestações Presidente Médici e Candiota.

A Eletrosul já concluiu os processos de licitação para fornecimento de cabos e estruturas e para a execução da obra das linhas de transmissão no trecho brasileiro, assim como a Eletrobras concluiu a licitação das instalações nas SEs Presidente Médici e Candiota.

5.2 Comercialização

A partir de 2012, a Eletrosul passou a ter duas unidades geradoras com potência nominal de 38,5 MW, totalizando 77MW na Usina Hidroelétrica Passo São João (GRI EU1).

No decorrer do mesmo ano, a Eletrosul atendeu plenamente aos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR), todos provenientes da venda da garantia física dos empreendimentos UHE Passo São João, UHE Mauá e UHE São Domingos. Até a entrada em operação comercial das unidades geradoras da UHE Passo São João (julho/2012) e da UHE Mauá (dezembro/12), todo o lastro da energia e potência necessário para cumprir os CCEAR foi assegurado por contratos de compra de energia elétrica (CCVEE) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), todos firmados por meio de leilões públicos promovidos pela Eletrosul.

A partir de duas decisões proferidas pela ANEEL, em 2012, a Eletrosul obteve êxito recuperando aproximadamente R\$ 113,4 milhões em

receitas relativas ao período de 2010 a 2012, consequência da atenuação das regras do preço de repasse dos CCEAR das usinas de Passo São João e Mauá, no caso de atraso da operação comercial. Foram recuperados R\$ 16,2 milhões relacionados à UHE Passo São João e R\$ 97,2 milhões à UHE Mauá.

No caso da UHE São Domingos, cujo início do suprimento dos CCEARs (36 MW médios) iniciou em 1º de janeiro de 2012, todo o lastro do empreendimento foi composto por contratos CCVEE.

A partir de 1/07/2012, entrou em vigor o Contrato de Energia de Reserva (CER), relativo à comercialização da energia produzida pelo complexo eólico Cerro Chato. A Eletrosul tem participação de 90% na sociedade de propósito específico (SPE). No período de janeiro a julho de 2012, toda a energia produzida antecipada pelo complexo foi entregue ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e foi remunerada pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Em dezembro de 2012 se iniciou a operação de testes da PCH Barra do Rio Chapéu. Nesse caso, toda a energia produzida pela usina foi liquidada ao PLD. Em termos de produção líquida total de energia foram gerados 352,347 GWh de energia hidrelétrica e 289,579 GWh de eólica.

5.3 Novos Negócios

No Leilão 005/2012-ANEEL, a Eletrosul, em parceria com a CEEE, arrematou o principal lote do certame, compreendendo a implantação de 487 km em Linhas de Transmissão em 525kV (Nova Santa Rita – Povo Novo – Marmeleiro – Santa Vitória do Palmar) e três subestações: Povo Novo (525/230 kV, 672 MVA), Marmeleiro (525 kV, com compensador síncrono 200 MVar) e Santa Vitória do Palmar (525/138 kV, 75 MVA). Estes empreendimentos permitirão o escoamento da geração dos novos parques eólicos do litoral sul do Rio Grande do Sul, contemplando os Complexos Eólicos Geribatu e Chuí, nos quais a Eletrosul detém participação, fruto do Leilão 002/2011.

Novas autorizações foram obtidas pela Eletrosul em 2012, com destaque para a instalação do quarto banco de autotransformadores 525kV/230kV na SE Nova Santa Rita e a substituição do Transformador 4 – 230/138kV de 75MVA por outro de 150MVA na SE Itajaí, nos termos da Resolução Autorizativa 3339/2012-ANEEL, de 14/02/12, bem como a instalação de um novo transformador 69/13,8kV de 17MVA na SE Alegrete, objeto da Resolução 3815/2012-ANEEL, de 18/12/12.

Mudanças Climáticas (GRI EC2)

A Eletrosul atua nos segmentos de geração e transmissão com foco na sustentabilidade. Para isso são criadas estratégias empresariais que culminam na tomada de decisões e implantação de projetos, incluindo ações em prol de estratégias climáticas. Dentre algumas decisões estão:

1. Produzir energia renovável e com direcionamento voltado à preservação do meio ambiente: energia eólica, solar e hidroelétrica.
2. Reduzir os impactos ambientais no entorno dos empreendimentos de geração e transmissão.
3. Preservar reservas florestais e arqueológicas.
4. Restaurar áreas degradadas e afetadas pelos empreendimentos, permitindo a preservação das atividades econômicas.
5. Possibilitar o aumento da produtividade e a eficiências das atividades econômicas nas áreas de entorno dos empreendimentos através de programas de desenvolvimento local.
6. Propiciar melhores condições sociais através do apoio a programas de desenvolvimento social.

Apesar dos esforços em eficiência e sustentabilidade é importante salientar que a Eletrosul está exposta a riscos decorrentes das mudanças climáticas, com consequentes impactos financeiros. Com isso, são criadas

estratégias empresariais que culminam na tomada de decisões e implantação de projetos para proteger a empresa e aproveitar as oportunidades que surgem ao longo do tempo.

Quanto às implicações financeiras e aos riscos devido às mudanças climáticas às quais a Eletrosul está exposta, destacam-se possíveis aumentos do custo de manutenção em virtude da indisponibilidade de transmissão pela ocorrência de perturbações como vendavais, chuvas e descargas atmosféricas. Nota-se, também, a exposição da empresa a interferências financeiras em decorrência da redução do volume de chuvas e de ventos, que compromete, respectivamente, a produção de energia hidráulica e eólica.

Em relação às oportunidades identificadas pela empresa devido às mudanças climáticas percebe-se a expansão dos empreendimentos de geração de energia na matriz hidráulica, Usinas Hidrelétricas (UHE), Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), eólica (Complexo Eólico Cerro Chato, Complexo Eólico Verace, Eólica Cerro dos Trindades, Eólica Ibirapuitã) e solar (Projeto Megawatt Solar).

Além disso, enfatizam-se algumas estratégias de aproveitamento das mudanças climáticas e que se consolidam com alternativas importantes para a preservação do meio ambiente e para a utilização de resíduos energéticos. Destacam-se o desenvolvimento de um sistema de digestão anaeróbica de alto desempenho para o tratamento de vinhaça visando o aproveitamento energético do biogás; o desenvolvimento de tecnologia de biodigestão para o processamento de resíduos agrícolas adequados ao contexto rural brasileiro; utilização da tecnologia de plasma para tratamento de bauxita impregnada com óleo mineral isolante e a substituição de banco de baterias de subestações por meio de utilização de célula a combustível.

É por isso que a empresa vem desenvolvendo ações com o objetivo de obter vantagens

competitivas na Plataforma de Energia Renovável. Em seu plano estratégico, vem desenvolvendo projetos de expansão de empreendimento em energia hidráulica, eólica e energia solar, bem como o estudo de viabilidade de implantação de empreendimentos com o benefício do crédito de carbono.

5.4 Impactos Socioeconômicos (GRI EC9)

A Eletrosul entende que, além das ações ambientais diretamente relacionadas aos empreendimentos da empresa, o investimento socioambiental realizado nas comunidades faz emergir, mesmo que indiretamente, impactos econômicos consideráveis, como o desenvolvimento dos chamados Centros Comunitários de Produção, nas localidades que receberam benefícios do Programa Luz para Todos. As unidades de produção e acesso a novas tecnologias têm por objetivo melhorar e diversificar as produções nas comunidades tradicionais, difundindo o uso eficiente da energia elétrica e gerando renda a essas comunidades.

As regiões de empreendimentos elétricos passam por profundas mudanças sociais, ambientais e econômicas, com diversos impactos para a economia local. O crescimento demográfico e o aumento da oferta de empregos levam a um impacto direto no mercado de bens e prestação de serviços, principalmente em função de um aumento considerável no número de consumidores potenciais, dinamizando a economia desses municípios. As propriedades atingidas pela implantação de empreendimentos são em sua maioria exploradas para fins econômicos. Assim, desde o início das obras de engenharia essas propriedades terão suas áreas alteradas, influenciando diretamente na renda familiar. Há também um aumento de tráfego rodoviário, rural e urbano, em função da mobilização de equipamentos e do deslocamento de empregados.

A infraestrutura local também é impactada devido a interferências com pontes e estradas situadas dentro da área do futuro reservatório

e APP. O mercado imobiliário regional passa por alterações temporárias, uma vez que surge a necessidade de compra de terras particulares em grande escala, num curto espaço de tempo, elevando valores, acirrando disputas, aquecendo o mercado e desestabilizando a questão fundiária regional.

Além disso, há um aumento temporário das receitas públicas municipais, em função da instalação de diversas empresas na área e consequente aumento da base arrecadatária do município, da compra de equipamentos e materiais para construção e também da prestação de serviços, como alimentação e transporte, para os empregados da obra. Esse aumento significativo, ainda que temporário, colabora para a melhoria de infraestrutura nos municípios atingidos e consequentemente na região como um todo.

A adição de energia firme ao sistema elétrico nacional, a se considerar o aproveitamento da produção energética desses empreendimentos em âmbito regional, possibilita um incremento industrial nos municípios da região, potencializando a geração de demandas de emprego e aumento de renda familiar.

A compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos para fins de geração de energia

elétrica é um percentual que as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos. A ANEEL gerencia a arrecadação e a distribuição dos recursos entre os beneficiários: estados, municípios e órgãos da administração direta da União.

Além disso, a Eletrosul prima por realizar melhorias nas comunidades do entorno de seus empreendimentos, como reassentamentos individuais em estruturas melhores que as anteriores, melhorias na infraestrutura do local, como malhas viárias, entre outras. Tais melhorias podem ser observadas nos programas ambientais voltados à comunidade, por exemplo, os Programas da Usina Hidrelétrica Passo São João, que contaram com os seguintes benefícios:

- Resgate Socioambiental da Paisagem;
- Programa de Apoio ao Desenvolvimento Turístico;
- Programa de Remanejamento da População e Reorganização das Áreas Remanescentes;
- Programa de Recomposição do Sistema Viário e da Infraestrutura Básica;
- Pacuera – Plano de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial;
- Programa de Educação Ambiental envolvendo escolas e a comunidade.



Viveiro de Mudás da Usina de Mauá



Cataratas do Iguaçu – Paraná

“...

A Natureza nos oferece o recorte montanhoso, e toda a gama de verde que existe, seus bosques naturais, com suas árvores centenárias de grande beleza, e um dos mais belos espetáculos da Natureza, proporcionado pelo serpentear de rios e regatos, que vão se juntando, até formar o show incrível, oferecido pelas quedas d'água, que nos fazem quedar absortos, imaginando a cada instante ver o sorriso do Criador, que nesse local colocou especial amor...”

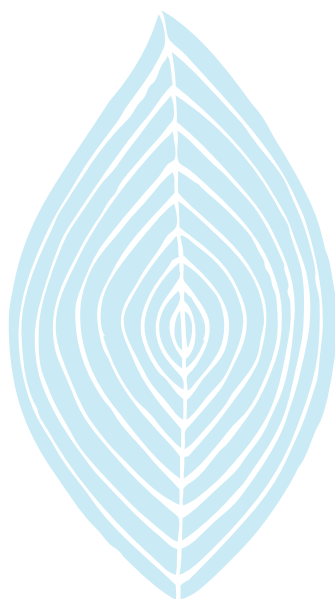
Cataratas do Iguaçu – Marcial Salaverry



Ilha do Mel – Paraná

6. Dimensão Social

Ilha é uma área de terra circundada por água. Há quatro tipos principais de ilhas: continentais, oceânicas, fluviais e vulcânicas, além das ilhas artificiais criadas pelo homem. As ilhas continentais/costeiras situam-se próximas aos continentes, sendo ligadas aos mesmos pela plataforma continental, por exemplo, as Ilhas Britânicas (Grã-Bretanha e Irlanda, entre outras). As ilhas oceânicas são aquelas que se encontram em pleno oceano, distantes dos litorais continentais. Diversas ilhas próximas umas das outras formam um arquipélago.



A Eletrosul, almejando o desenvolvimento sustentável da sociedade, promove ações que têm impacto positivo sobre o meio ambiente e o desenvolvimento econômico, social e cultural das comunidades das áreas de atuação da empresa, sempre pautada em sua Política de Investimento Social, que determina as diretrizes e os focos de atuação de seus investimentos.

Convicta de que Responsabilidade Social é um dos marcos de uma política empresarial baseada em integridade, igualdade e inclusão social, e buscando alcançar os objetivos de inserção e melhor relacionamento da empresa com a sociedade e a comunidade de entorno, a Eletrosul amplia o alcance de seus compromissos mediante o desenvolvimento de diversos programas, com foco em educação em conservação de energia elétrica, promoção de arte regional, educação para acesso ao mercado de trabalho, desenvolvimento de atividades esportivas, desenvolvimento tecnológico e de infraestrutura das comunidades, valorização de empregados

terceirizados, voluntariado corporativo, geração de trabalho, renda e inclusão social.

A Eletrosul apoia formalmente duas iniciativas da Organização das Nações Unidas (ONU): Metas do Milênio e Pacto Global (Global Compact), comprometendo-se com princípios básicos de defesa dos direitos humanos, direitos do trabalho, proteção do meio ambiente e combate à corrupção.

6.1 Público Interno

Em 2012, o quadro de pessoal da Eletrosul contava, ao final do período, com um total de 1.546 empregados próprios e 469 terceirizados. Cinco (5) empregados foram admitidos por intermédio de Concurso Público, em cumprimento a decisões judiciais, dois (2) empregados em decorrência da Lei de Anistia, por determinação judicial, ingressaram como empregados, e um(1) outro empregado também foi reintegrado por decisão judicial, um (1) empregado teve sua aposentadoria por invalidez revogada e 88 empregados anistiados

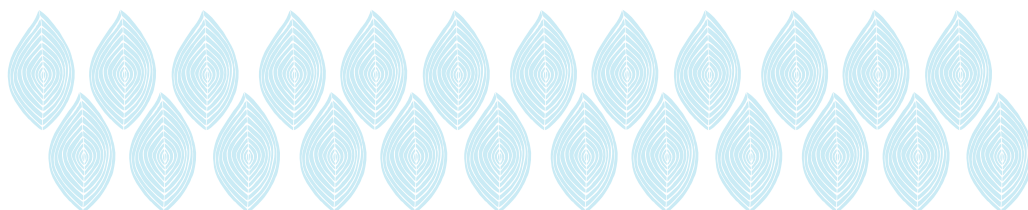
foram readmitidos de acordo com a Lei da Anistia, nº 8.878, de 11/05/1994. Segundo a Orientação Normativa MPOG/RH nº 4 de 09/07/2008, a readmissão dos empregados anistiados não onera o limite de 1.672 vagas estabelecido pela Portaria MP nº 19 de 28/12/2006 do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest). Dessa forma, o índice de ocupação do limite de vagas da empresa em 2012 foi de 92,46% do total estabelecido.

A Eletrosul reserva, no processo do Concurso Público, 5% do quadro de vagas para pessoas com deficiência. Paralelamente, a empresa desenvolve o Programa de Atendimento à Pessoa com Deficiência, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de empregados e dependentes, atendendo às necessidades biopsicossociais e financeiras decorrentes do tratamento de saúde dessas pessoas. Atualmente, são atendidas pelo programa 65 pessoas com deficiência.

Em 2012 foram desenvolvidas ações de sensibilização e de informação sobre a inclusão social de pessoas com deficiência com as palestras: “Viver o diferente faz diferença”, “Não sabendo que era impossível, ele foi lá e fez” e “Atitude ou nada”. Neste contexto a empresa abriu um espaço sócio-ocupacional, no ambiente organizacional, para um jovem com deficiência intelectual (autista), com o propósito de contribuir no processo de formação e aperfeiçoamento profissional, sobretudo auxiliando em sua autonomia e independência. Esta ação só foi possível devido à sensibilização dos trabalhadores na área, visando o engajamento e o comprometimento de todos no processo de inclusão e de respeito às diferenças, oportunizando conhecimentos teórico-práticos e técnicos e acompanhamento

da equipe multidisciplinar da área de gestão de pessoas, bem como troca de informações da equipe com familiares. Como resultados, ressaltam-se a contribuição no processo de formação do jovem autista, fortalecendo uma política de inclusão social, potencializando-o e contribuindo no desenvolvimento de habilidades profissionais, além da melhoria da qualidade de vida, (re)construção da identidade e melhoria da autoestima. Esta experiência foi tema do trabalho “A inserção da ferramenta Lotus Notes na literatura científica brasileira (2000-2012)”, apresentado em conclusão de Curso de Graduação em Biblioteconomia. Para a empresa, esse processo contribuiu para a melhoria do ambiente, do clima organizacional e do relacionamento interpessoal, culminando em uma maior convivência com as diferenças entre os trabalhadores, podendo auxiliá-los na ampliação do autoconhecimento, de modo a perceberem as suas próprias limitações e possibilidades de superação.

Em 2012 ocorreram 18 desligamentos entre os empregados (2 falecimentos, 12 pediram demissão e 4 foram aposentados por invalidez). Entre os 4 aposentados, a lei trabalhista impede que a empresa rescinda o contrato de trabalho, porém deixa-se de contabilizá-los nos relatórios, pois não são mais empregados ativos. Dessa forma, considerando as 9 admissões e o quadro de pessoal de 1.546 empregados, a taxa de rotatividade do quadro funcional da empresa no período ficou em 0,87%. Já entre os anistiados foram 4 desligamentos (3 falecimentos e 1 pedido de demissão). Os 12 empregados requisitados de outros órgãos em atuação na Eletrosul foram alocados em áreas estratégicas de forma a colaborar com os desafios e as metas da empresa (**GRI LA1; LA2**). O quadro 1 apresenta a evolução do número de empregados nos três últimos exercícios:



QUADRO FUNCIONAL	Dez/2010	Dez/2011	Dez/2012
Empregados	1.605	1.555	1.546
Empregados Anistiados (Lei nº 8.878/94)	112	121	205
QUADRO PRÓPRIO DE EMPREGADOS	1.717	1.676	1.751
(+) Admissões	114	83	9
(+) Readmissões de Empregados Anistiados (Lei nº 8.878/94)	88	9	88
(-) Desligamentos	65	134	18
(-) Desligamentos Anistiados	0	0	4
VARIAÇÃO DO QUADRO PRÓPRIO	137	(42)	75
Requisitados	8	11	12

Quadro 1: Evolução do número de empregados.

A distribuição dos empregados ativos, por região, está apresentada no quadro abaixo:

Empregados Ativos	Por Região			
	Sul	Centro-Oeste	Norte	Total
Próprios	1451	69	26	1546
Anistiados	205	0	0	205
Estagiários	215	4	0	219
Jovem Aprendiz	70	12	0	82
Terceirizado	434	27	8	469
PPP	61	5	0	66
Requisitados	11	1	0	12

Quadro 2: Distribuição dos empregados ativos, por região.

O quadro 3 apresenta a distribuição dos empregados desligados, por região.

Empregados Desligados			
Por Região	Sul	Centro-Oeste	Norte
	17	1	0
Por Gênero	Feminino	Masculino	
	0	18	

Quadro 3: Distribuição dos empregados desligados, por região.

A taxa de rotatividade, por região, gênero e faixa etária está apresentada no quadro 4.

Taxa de Rotatividade			
Região	Sul	Centro-Oeste	Norte
	0,90	0,72	0,00
Por Gênero	Feminino	Masculino	
	0,19	1,02	
Faixa Etária	0a 29	30 a 50	Acima de 50
	6,21	0,59	0,79

Quadro 4: taxa de rotatividade, por região, gênero e faixa etária.

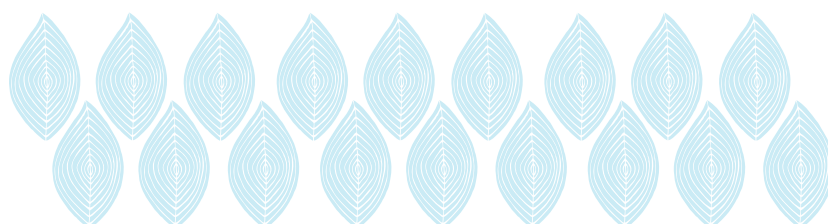


Espaço cultural

O quadro 5 apresenta a composição dos empregados da empresa e do órgão de governança (GRILA13).

Dados quantitativos	2012
1. Número de empregados (por categoria funcional)	
a) Cargos gerenciais	90
b) Cargos com nível superior	539
c) Cargos sem nível superior	917
2. Empregados permanentes por categoria funcional	
Cargos com nível superior – Feminino	140
Cargos com nível superior – Masculino	399
Cargos gerenciais – Feminino	12
Cargos gerenciais – Masculino	78
Cargos sem nível superior – Feminino	116
Cargos sem nível superior – Masculino	801
3. Empregados abaixo de 30 anos (sem incluir 30 anos)	
Feminino	44
Masculino	101
4. Empregados entre 30 e 50 anos (inclui 50 anos)	
Feminino	160
Masculino	862
5. Empregados acima de 50 anos	
Feminino	64
Masculino	315
6. Composição do órgão de governança – faixa etária	
a) Abaixo de 30 anos	0
b) Entre 30 e 50 anos	2
c) Acima de 50 anos	6
7. Composição do órgão de governança – gênero	
Feminino	1
Masculino	7

Quadro 5: Composição dos empregados da empresa e do órgão de governança.



As informações que identificam os grupos minoritários da empresa estão apresentadas no quadro 6.

Grupos Minoritários – Dados Quantitativos	2012
1. Empregados em cargos gerenciais	
Acima de 50 anos – Feminino	4
Acima de 50 anos – Masculino	24
Amarelos – Feminino	0
Amarelos – Masculino	1
Indígenas – Feminino	1
Indígenas – Masculino	0
Negros – Feminino	0
Negros – Masculino	0
Pardos – Feminino	0
Pardos – Masculino	2
Pessoas com deficiência – Feminino	0
Pessoas com deficiência – Masculino	0
2. Empregados em cargos com nível superior	
Acima de 50 anos – Feminino	14
Acima de 50 anos – Masculino	91
Amarelos – Feminino	0
Amarelos – Masculino	3
Indígenas – Feminino	0
Indígenas – Masculino	0
Negros – Feminino	2
Negros – Masculino	11
Pardos – Feminino	0
Pardos – Masculino	6
Pessoas com deficiência – Feminino	0
Pessoas com deficiência – Masculino	2

Continua...

...continuação

Grupos Minoritários – Dados Quantitativos	2012
3. Empregados em cargos sem nível superior	
Acima de 50 anos – Feminino	46
Acima de 50 anos – Masculino	200
Amarelos – Feminino	0
Amarelos – Masculino	4
Indígenas – Feminino	0
Indígenas – Masculino	2
Negros – Feminino	2
Negros – Masculino	16
Pardos – Feminino	4
Pardos – Masculino	47
Pessoas com deficiência – Feminino	6
Pessoas com deficiência – Masculino	18
4. Composição do órgão de governança	
Empregados acima de 50 anos	6
Mulheres	1
Negros, amarelos, pardos e indígenas	0
Pessoas com deficiência	0

Quadro 6: Grupos minoritários.

Em 2012, considerando os empregados do quadro próprio, foram trabalhadas 2.578.732 horas-homem. A Taxa de Absenteísmo foi registrada em 2,10%; a Taxa de Frequência (Lesões) foi igual a 5,14; e a Taxa de Gravidade foi de 2.231, observando-se que não houve ocorrência de doença ocupacional (GRI LA7). A proporção entre o menor salário praticado pela empresa (R\$ 2.225,03) e o salário mínimo

nacional (R\$ 622,00) foi de 3,58 vezes, em 2012. Em relação ao salário médio praticado na empresa essa proporção é de 9,26 vezes (**GRI EC5**). O perfil da remuneração, considerando a

proporção de remuneração de mulheres para homens de acordo com a categoria funcional, está apresentado nos quadros 7 e 8 (**GRI LA14**).

Perfil de remuneração por categoria funcional	
Proporção entre a remuneração de mulheres em relação aos homens	2012
Cargo gerencial	95,79%
Cargo com nível superior	96,51%
Cargo sem nível superior	89,93%

Quadro 7: Perfil de remuneração, por categoria funcional.

Perfil de remuneração, considerando o salário base, por categoria funcional	
Proporção entre o salário base de mulheres em relação aos homens	2012
Cargo gerencial	98,10%
Cargo com nível superior	84,65%
Cargo sem nível superior	103,21%

Quadro 8: Perfil de remuneração, considerando o salário base, por categoria funcional.

O perfil da remuneração por faixa de salários no período de 2010 a 2012 e por gênero está

apresentado nos quadros 9 e 10.

Perfil de remuneração, por faixa de salários no período de 2010 a 2012			
% de empregados em cada faixa de salários	2010	2011	2012
Até R\$ 1.600,00	0,00%	0,00%	0,00%
De R\$ 1.600,01 a R\$ 3.200,00	18,82%	16,92%	12,23%
De R\$ 3.200,01 a R\$ 6.400,00	66,73%	67,05%	68,31%
De R\$ 6.400,01 a R\$ 9.000,00	7,73%	6,63%	8,93%
Acima de R\$ 9.000,00	6,73%	9,40%	10,54%

Quadro 9: Perfil de remuneração por faixa de salários no período de 2010 a 2012.

Perfil de remuneração por faixa de salários e por gênero		
Porcentagem de empregados em cada faixa – por gênero		2012
Até R\$1.600,00	Homem	0%
	Mulher	0%
De R\$1.600,01 a R\$3.200,00	Homem	10,48%
	Mulher	1,75%
De R\$3.200,01 a R\$6.400,00	Homem	55,89%
	Mulher	12,42%
De R\$6.400,01 a R\$9.000,00	Homem	6,79%
	Mulher	2,13%
Acima de R\$9.000,01	Homem	9,51%
	Mulher	1,03%

Quadro 10: Perfil de remuneração por faixa de salários e por gênero.

Os quadros 11 e 12 apresentam o perfil da remuneração por categoria no período de 2010 a 2012 e por gênero.

Perfil de remuneração, por faixa de salários no período de 2010 a 2012 (R\$)			
Por categoria (salário médio nos anos decorrentes)	2010	2011	2012
Cargos de diretoria	27.861,07	29.616,32	31.687,69
Cargos gerenciais	11.451,17	13.884,99	14.525,65
Cargos universitários	5.807,09	5.946,89	6.717,45
Cargos não universitários	3.759,18	3.840,54	4.337,78

Quadro 11: Perfil de remuneração por categoria no período de 2010 a 2012.

Por categoria funcional – salário médio no ano corrente		2012 (R\$)
Cargos de diretoria	Homem	31.687,69
	Mulher	0
Cargos gerenciais	Homem	14.562,54
	Mulher	14.285,90
Cargos universitários	Homem	6.994,40
	Mulher	5.920,44
Cargos não universitários	Homem	4.320,24
	Mulher	4.458,89

Quadro 12: Perfil de remuneração por categoria e por gênero.

A Eletrosul tem a prática de respeitar a livre associação sindical e de categoria para realização de Acordos Coletivos de Trabalho, em conformidade com a legislação vigente (GRI HR5). A totalidade dos empregados é abrangida por acordos de negociação coletiva (GRI LA4). A empresa contrata seguindo a Cláusula de Acordo Coletivo de Trabalho, em que se compromete a discutir previamente com os sindicatos signatários eventuais alterações das normas internas incorporadas aos Contratos Individuais de Trabalho dos Empregados que porventura venham a implicar em diminuição das vantagens já adquiridas, observando-se a legislação vigente. Contudo, na referida cláusula não há prazo mínimo para notificação (GRI LA5).

6.2 Empregados Terceirizados (GRI LA1; EU16; EU17; EU18)

Para manter maior foco em seus negócios, a Eletrosul terceiriza os serviços de limpeza, vigilância, jardinagem, recepção, copa e outras atividades de caráter continuado que não são atendidas pelo Plano de Carreira e Remuneração da empresa. Esses serviços são executados por 469 profissionais que, somados aos 1.546 empregados da empresa, representam 30,34% da força de trabalho. Nos contratos firmados entre a Eletrosul e as empresas prestadoras de serviços são incluídas cláusulas que preveem a obrigatoriedade do cumprimento da legislação relacionada à saúde ocupacional e segurança do trabalho, sendo realizado acompanhamento sistemático do

cumprimento dessas obrigações. Essa é uma das ações previstas no Programa Terceira de Primeira (3D1), que tem como objetivo assegurar o respeito e a proteção à saúde, bem como a integridade dos trabalhadores das empresas contratadas. Por intermédio do programa busca-se atuar nos fatores de risco, promovendo melhoria contínua em saúde, segurança, relações interpessoais e qualidade de vida.

Outras ações de natureza socioeducativa foram desenvolvidas pelo Programa 3D1, como:

- palestra com dentista sobre “Saúde Bucal – Bruxismo, Dor Orofacial e Reabilitação Oral”;
- palestra “Viver o diferente faz diferença”, com a educadora física Suely Araripe, e sessão de cinema com temática relacionada ao autismo;
- a Equipe de Saúde Ocupacional do Consórcio Construtor São Domingos (CCSD) realizou palestras sobre os males do cigarro e álcool na vida das pessoas, como parte da Campanha de Prevenção e Combate ao Alcoolismo e Tabagismo, realizadas no canteiro de obras da Usina Hidrelétrica São Domingos (UHSD) – os trabalhadores da obra também passaram pela campanha de vacinação, recebendo a segunda dose da vacina contra hepatite B e tríplice viral;
- no Dia Mundial sem Tabaco, empregados e terceirizados que atuam na Sede participaram da palestra “Parar de Fumar – Por quê?”, ministrada pela pneumologista Tatiana Prado, que tratou de estatísticas, doenças causadas pelo tabagismo e formas de tratamento – data também foi lembrada entre os trabalhadores da obra da Usina Hidrelétrica Passo São João. Os empregados terceirizados da sede participaram do grupo de mútua ajuda de prevenção à recaída ao tabagismo;
- no Setor de Manutenção de Dourados (SMDOU), os trabalhadores terceirizados participaram de palestra sobre coleta seletiva do lixo;
- a CIPA-Sertão promoveu a palestra “Animais Peçonhentos – Biologia, Identificação e Cuidados”, ministrada pela bióloga Taciana Seemann, do Centro de Informações Toxicológicas de Santa Catarina (CIT-SC).

Ainda em 2012 foram realizados atendimentos do Serviço Social e de Saúde para empregados terceirizados, especialmente os da Sede da empresa.

Destaca-se, também, a continuidade do Projeto de Elevação do Nível de Escolarização dos Empregados Terceirizados da Sede, iniciado em agosto de 2010. Fruto de uma parceria entre a Secretaria de Estado de Educação de Santa Catarina e a Eletrosul, o projeto tem o objetivo de aumentar o nível de escolaridade de terceirizados. A conclusão da primeira turma de Ensino Médio foi realizada em agosto de 2012 e a previsão de formatura da primeira turma do Ensino Fundamental é março de 2013. Está sendo estudada a possibilidade de manutenção do curso para os empregados terceirizados que concluirão em 2013 o Ensino Fundamental e que desejam continuar o Ensino Médio.

Em relação à gestão de serviços contratados, os profissionais do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança em Medicina do Trabalho (SESMT) desenvolveram diversas atividades, como análise de documentos, emissão de pareceres, acompanhamento e fiscalização de aspectos de Segurança e Saúde do Trabalho nas diversas obras da empresa em andamento durante o ano de 2012. As seguintes atividades podem ser ressaltadas:

1. Gestão técnica do contrato nº 91320120073 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO DE SEGURANÇA DO TRABALHO E SAÚDE OCUPACIONAL vinculados ao sistema de transmissão de Integração de Usinas Hidrelétricas (UHE) e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) e Obras do Sistema de Transmissão. Em 2012, os seguintes empreendimentos foram cobertos por este contrato:

SE Caxias 6 / SE Nova Petrópolis 2 / SE Lageado Grande / LT Monte Claro – Garibaldi e conexões; SE Ijuí 2; SE Foz do Chapecó; SE Joinville – ampliação “k”; SE Tapera 2 – ampliação “B”.

2. Análise dos relatórios mensais elaborados pelos fiscais de segurança do trabalho, conforme contrato nº 91320120073.
3. Realização de palestras de integração de segurança do trabalho para prestadores de serviço em diversas obras e serviços contratados.
4. Acompanhamento de Auditoria de Segurança do Trabalho no canteiro de obras da UHE Jirau.

6.3 Treinamento e Desenvolvimento (GRI LA10; LA11; EU14)

A área de Educação Corporativa na Eletrosul, em 2012, teve como destaque as seguintes atividades educacionais:

- Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), ações educacionais decorrentes do resultado das avaliações do Sistema de Gestão do Desempenho (SGD).
- Planejamento de Desenvolvimento de Equipes (PDEquipe) – ações educacionais com o objetivo de consolidar a capacitação e o desenvolvimento dos empregados em competências críticas afetas à área.
- Programa Líder, destinado aos gestores das empresas Eletrobras em todos os níveis, com a finalidade de ampliar os conhecimentos das lideranças, nivelar conceitos e práticas das melhores escolas de negócios e compartilhar informações do contexto das empresas Eletrobras. Coordenado pela Universidade do Sistema Eletrobras (UNISE) em parceria com a MindQuest, o Programa Líder teve início em março/2012 e o seu término está previsto para abril/2013.
- Processo de Certificação dos Técnicos e Assistentes da Manutenção, Proteção e Apoio à Operação, com vistas à qualificação desses profissionais para execução de atividades de apoio à operação do sistema. O Processo teve início em outubro/2012 e seu término está previsto para outubro/2013.
- Revisão da Norma de Gestão que trata da Certificação dos Técnicos e Assistentes da Manutenção, Proteção e Apoio à Operação, que trata da certificação de empregados que



Programa Líder

realizam atividades vinculadas à Operação de Sistemas e de Instalações, com o objetivo de estabelecer diretrizes para o referido processo.

O quadro 13 apresenta os indicadores de treinamento no período de 2011 e 2012, apontando a variação entre os dois exercícios.

Indicadores	2011	2012	Variação(%)
Empregados Treinados	1.494	1.427	-4,5
Homem-Hora Treinado	117.677	121.248	+3,0
Média de Horas de Treinamento	65	85	+30,8
Índices de Empregados Treinados (%)	83	93	+9,6
Força de Trabalho Treinada (%)	3,4	4,1	+17,6
Investimento Total (R\$ mil)	4.004	2.833	- 29,2
Valor Médio Investido por Empregado (R\$ mil)	2,7	2,0	- 25,9

Quadro 13: Indicadores de treinamento no período de 2011 e 2012.

Obs.: Para o cálculo dos indicadores de Educação Corporativa é considerado o total de empregados que estiveram na empresa ao longo do ano de 2012, incluindo os diretores, conselheiros e requisitados.

A média de horas de treinamento, por categoria funcional, no período de 2011 e 2012, apontando

a variação entre os dois exercícios, está apresentada no quadro 14.

Média de horas de treinamento – por categoria funcional			
	2011	2012	Variação (%)
Cargos de diretoria	1	64	63
Cargos gerenciais	102,8	185,1	82,3
Cargos universitários	94,0	83,3	-10,7
Cargos não universitários	72,4	70,6	-1,8

Quadro 14: Média de horas de treinamento no período de 2011 e 2012.

Outro grande foco de 2012 foi a implementação de atividades decorrentes da Gestão do Conhecimento (GC), com destaque para a criação do Comitê de GC. A divulgação dos resultados da Pesquisa de Maturidade de Gestão do Conhecimento realizada no ano anterior, assim como a elaboração/aprovação do Plano de Ação de GC para a Eletrosul, voltado à obtenção do nível 4 (especializado) de maturidade, a partir do diagnóstico apresentado com a aferição do Índice de Maturidade de GC, que apresentou nível 3 (intermediário) de maturidade. A empresa não promoveu, em 2012, cursos específicos em

políticas e procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos, entretanto realiza importantes atividades educacionais que contemplam temas significativos relacionados às políticas de direitos humanos.

Essas atividades de Treinamento & Desenvolvimento (T&D) atingiram em torno de 30% do total de empregados da empresa, a saber:

- Comitê de Gênero e Raça;
- Seminário de Qualidade de Vida;
- Palestra “Viver o diferente faz a diferença” (empregados de Campo Grande, Sertão, Sede e Gravataí);

- Aposentadoria e Pós-Carreira: videoconferência para todas as áreas da empresa sobre construção de quadros de futuro e felicidade nos espaços de vida;
- CIPA;
- Comitê de Ética;

- Comitê de Sustentabilidade;
- Socorrismo e Brigada de Incêndio (800hs) (GRI HR3).

O quadro 15 apresenta o número de cursos de Socorrismo e Brigada de Incêndio realizados em 2012.

Curso	Turmas	Horas/turma	Total
Socorrismo	6	40	240
Brigada de incêndio	6	40	240
Socorrismo e resgate em torres de Telecom	1	64	64
Socorrismo e resgate em linhas e torres de transmissão	4	64	256

Programa de orientação para a aposentadoria

O Programa de Orientação para a Aposentadoria (POPA) é um instrumento de gestão de pessoas e de sucessão profissional permanente que oportuniza aos empregados um processo de orientação para uma nova etapa de vida (pós-carreira) que é a de “estar aposentado”. Os objetivos do programa são construir espaços de suporte psicossocial às múltiplas dimensões da aposentadoria e estabelecer relações de ajuda à (re)construção de projetos de vida na aposentadoria.

Dentre as ações são realizadas oficinas educativas abordando as seguintes temáticas:

1. Aspectos econômicos da aposentadoria (INSS, ELOS) e Gerenciamento Financeiro e Patrimonial na Aposentadoria;
2. Saúde e Aspectos da Saúde do Homem e da Mulher;
3. Fundação ELOS e ELOSAÚDE;
4. Construção de espaços de suporte psicossocial às múltiplas dimensões da aposentadoria;
5. Aposentadoria como início de uma nova etapa de vida;
6. Significados da aposentadoria;
7. Estresse e Qualidade de Vida na Aposentadoria;

8. Aposentadoria como momento de mudança;
9. Associação dos Aposentados e Pensionistas da Eletrosul;
10. A Percepção de sua Saúde Atual e Expectativa na Aposentadoria;
11. De Bem com a Vida – Esporte e Lazer;
12. (Re) Elaboração de projetos de vida;
13. Aposentadoria e envelhecimento: mitos e realidades.

Em 2012, os empregados em fase de pré-aposentadoria foram convidados a participar de uma videoconferência na Sede, com transmissão para as áreas descentralizadas, com o tema “Aposentadoria e Pós-Carreira: Construção de Quadros de Futuro e Felicidade nos Espaços de Vida”. A atividade contou com a participação de 43 empregados da Sede e teve como meta esclarecer, sobre o período de aposentadoria, de que forma essa nova etapa da vida pode ser desfrutada com qualidade de vida, dinamismo e planejamento de acordo com interesses e motivações.

O programa está alinhado às ações empresariais de valorização das pessoas e à política de gestão de pessoas, de reconhecimento e sucessão profissional. As ações contidas nele confirmam o

compromisso social da empresa com seus empregados, gerando satisfação e motivação, melhoria do clima organizacional, das relações interpessoais e dos resultados empresariais, na medida em que esses trabalhadores em fase de aposentadoria participam e

contribuem com sugestões de melhorias do ambiente empresarial.

O quadro 16 apresenta o número de beneficiados com o POPA no período de 2009 a 2012.

Programa de Preparação para a Aposentadoria	2009	2010	2011	2012
Número de beneficiados	94	106	82	43

Quadro 16: Número de beneficiados com o POPA no período de 2009 a 2012.

6.4 Plano de Carreira e Remuneração (PCR)

O PCR é parte integrante do Modelo de Gestão Integrada de Pessoas das empresas Eletrobras, e a concepção metodológica adotada no desenvolvimento do PCR foi baseada no conceito de Competências e Resultados, sendo estes os orientadores da evolução dos empregados nas respectivas carreiras, observando-se o alinhamento com o Plano Estratégico da empresa. As competências subsidiam todos os processos de Gestão de Pessoas, tais como Carreira, Educação Corporativa, Captação, Planejamento de Recursos Humanos, Remuneração e Avaliação de Desempenho.

Este plano foi implantado nas empresas Eletrobras em 2010, e cada empregado teve a opção de migrar para o novo Plano. Atualmente, apenas 4 empregados não optaram por migrar para o PCR e 6 estão afastados desde a implantação do mesmo. Tais empregados têm sua carreira regida pelo PCS.

6.5 Benefícios (GRI LA3)

Em 2012, a Eletrosul investiu R\$ 79.734 mil⁷ em benefícios para todos os seus empregados diretos e dependentes, dos quais se destacam auxílio-creche, auxílio-babá, auxílio-educação, autodesenvolvimento, auxílio-funeral, auxílio-alimentação, vale-transporte, plano de saúde (assistência médica e odontológica), licença-maternidade, ELOS (Fundo de Aposentadoria) e Seguro de Vida em grupo. É importante ressaltar que a empresa não diferencia os benefícios oferecidos para empregados com carga horária diferenciada, nível hierárquico ou cargo.

Em linha com os valores da empresa, os direitos relacionados à maternidade são tratados com a devida importância.

Em 2012, 9 empregadas tinham direito à licença-maternidade (e gozaram dela), das quais todas retornaram à atividade laboral e permaneceram no cargo. No mesmo sentido e com 100% dos resultados, 49 homens gozaram da licença-paternidade, retornando e permanecendo no trabalho.

No que se refere à licença-maternidade estendida, o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) determina que a prorrogação da licença-maternidade seja garantida desde que a empregada apresente requerimento à área de Gestão de Pessoas até o final do primeiro mês após o parto, sendo concedida imediatamente após a fruição da licença-maternidade. Durante o período de prorrogação da licença-maternidade, a empregada terá direito a sua remuneração integral (GRI LA15).

A participação financeira dos empregados nos custos dos programas constantes no Plano de Saúde é específica para cada sistema de utilização, seja credenciamento ou reembolso, conforme segue:

- a) No sistema de credenciamento a empresa participa financeiramente com 80% das despesas e o empregado participa financeiramente com 20% das despesas.

7. Neste valor não estão computados os valores com remuneração variável e transporte fretado dos operadores.

b) No sistema de reembolso, a participação financeira da empresa varia de acordo com o salário-base do empregado em relação ao menor salário da tabela e o número de seus dependentes, conforme os percentuais na tabela abaixo,

aplicados sobre o valor das despesas apresentadas ou até o preço máximo das Tabelas de Serviços.

O quadro 17 apresenta a tabela de participação, que serve de base para o Sistema de Reembolso.

TABELA DE PARTICIPAÇÃO – Sistema de Reembolso				
Número de Dependentes	Salário-Base do Empregado			
	De 0,0 a 3,00 vezes MST*	De 3,01 a 5,00 vezes MST	De 5,01 a 7,00 vezes MST	Acima de 7,00 vezes MST
Nenhum	65%	60%	55%	50%
1 e 2	75%	70%	65%	60%
3, 4 e 5	80%	75%	70%	65%
6, 7 e 8	85%	80%	75%	70%
9 ou mais	90%	85%	80%	75%

Quadro 17: Tabela de Participação – Sistema de Reembolso.
*MST – Menor Salário da Tabela vigente na Eletrosul.

É de responsabilidade do empregado o valor da parcela que ultrapassar a aplicação da Tabela de Participação, sobre os comprovantes, bem como a quantia que exceder o preço máximo constante na Tabela de Serviço adotada pela empresa.

6.6 Sistema de Gestão do Desempenho(SGD) (GRI LA12)

Implantado em 2011, o SGD unificou o sistema para todas as empresas Eletrobras e está estruturado em dois blocos distintos de avaliação: Competências e Resultados. Atualmente são avaliadas apenas as competências gerais vinculadas aos cargos amplos, no entanto um conjunto de competências específicas, relacionadas aos processos de trabalho, está em desenvolvimento e irá direcionar os empregados ao desenvolvimento técnico necessário para atingirem os resultados. Essas ações traduzem, portanto, aspectos mais específicos das atividades exercidas, permitindo melhor planejamento por parte da empresa na alocação de seus quadros e no diagnóstico de ações de desenvolvimento. No que diz respeito aos resultados, foram

estabelecidas meta empresarial e metas de equipe alinhadas às estratégias empresariais. O lançamento oficial do primeiro ciclo foi realizado em 01/06/2011, iniciando assim a etapa de Planejamento (dois meses). Na sequência, o sistema deu continuidade com a etapa de Acompanhamento, que se estendeu até o final de 2011.

Em 2012 foram realizadas as etapas de Avaliação e Desenvolvimento (de janeiro a abril), finalizando o Ciclo de Implantação do SGD. O segundo ciclo será lançado em 2013.

Com base no resultado do desempenho dos empregados obtido na etapa de Avaliação do 1º ciclo do SGD, em 2012 a Eletrosul aplicou as regras de movimentação salarial previstas no PCR. São elas:

- a) Progressão Horizontal:** consiste na evolução salarial dentro do mesmo Nível de Complexidade do Cargo Amplo em que o empregado está enquadrado. Tal movimentação está condicionada ao resultado da Avaliação de Desempenho (SGD) e à disponibilidade de verba.

- b) Progressão Vertical:** consiste na ascensão do empregado para o Nível de Complexidade imediatamente superior ao do seu enquadramento atual e poderá ocorrer durante os 12 (doze) meses subsequentes à Avaliação de Desempenho (SGD), condicionada aos requisitos de acesso do próximo Nível de Complexidade e à disponibilidade de verba.

Como resultado do processo do SGD, a partir de janeiro de 2012, 493 empregados foram movimentados por Progressão Horizontal e 16 empregados foram movimentados por Progressão Vertical. As movimentações alcançaram 32,92% dos empregados da empresa. Em maio de 2011, a Diretoria da Eletrosul também aprovou o ciclo 2011 do Programa de Administração de Desempenho (PAD) para os empregados que não migraram para o PCR e permaneceram no PCS. O resultado foi a indicação, em 2012, de um empregado para a Percepção de Mérito.

6.7 Programas de preparação para o mercado de trabalho

A Eletrosul, consciente de sua responsabilidade social, desenvolve programas de preparação de jovens para o mercado de trabalho, dentre os quais se destacam: Programa de Preparação Profissional (PPP), que em 2012 atendeu 66 jovens com investimento da ordem de R\$ 213.753,27; Programa Jovem Aprendiz, em parceria com o Senai que, no ciclo 2011/2012, capacitou 82 jovens, representando um investimento de R\$ 735.135,09; e Programa Estágio Curricular, destinado ao aprimoramento de estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva nos cursos de Ensino Médio, Técnico ou Superior, que beneficiou, em 2012, 219 estudantes com um investimento de R\$ 870.250,52. Nos três programas foram beneficiados 367 jovens, com um investimento total na ordem de R\$ 1.819.138,88.

6.8 Pesquisa de Clima Organizacional

O Programa de Gestão do Clima Organizacional é uma ferramenta para diagnosticar o grau de satisfação dos empregados, sendo que os resultados podem subsidiar o desenvolvimento de competências organizacionais, a análise situacional das relações de trabalho que interferem na produtividade, no fortalecimento de aspectos motivadores, no potencial criativo e produtivo dos empregados.

Em 2012, a empresa divulgou para todos os empregados os resultados da II Pesquisa Unificada de Clima Organizacional das empresas Eletrobras, que foi aplicada de forma censitária em novembro e dezembro de 2011. Participaram da pesquisa 843 empregados, correspondendo a 54,7% do quadro funcional. Como resultado, obteve o índice geral de favorabilidade de 69,9%.

No quadro 18 estão apresentados os resultados obtidos com a Pesquisa de Clima Organizacional, por dimensão.

Dimensão	Eletrosul
Ambiente de Trabalho	71,79
Filosofia da Gestão	72,0
Gestão de Pessoas	62,94
Motivação	72,29

Quadro 18: Resultado da Pesquisa de Clima Organizacional, por dimensão.

Os três fatores que obtiveram os maiores índices de favorabilidade foram: Benefícios com 83,34; Imagem Institucional com 79,62 e Relacionamento Interpessoal com 79,59.

A empresa participou da elaboração do Plano de Ação Integrado das empresas Eletrobras e, a partir de análise dos resultados específicos, elaborou um Plano de Ação da Eletrosul, contando com a participação dos gestores, assessores, equipe interdisciplinar de gestão de pessoas e diversas áreas afins de abrangência corporativa.

6.9 Saúde e Segurança

(GRI LA6; LA7; LA8; LA9)

No que diz respeito à gestão de saúde, a Eletrosul atua em duas grandes frentes perante seus empregados, considerando os contextos de saúde ocupacional e assistencial.

Quanto à gestão da saúde ocupacional, que compreende segurança do trabalho, bem-estar social e qualidade de vida, a empresa desenvolve um trabalho que visa à preservação da integridade, do bem-estar das pessoas, relações interpessoais e clima organizacional favoráveis à saúde e ao crescimento pessoal, profissional e organizacional.

Para tanto, é desenvolvido um programa de ações integradas denominado Plano Eletrosul de Segurança do Trabalho, Saúde Ocupacional e Acompanhamento Social/Funcional (PESSOAS). Esse programa engloba atividades de prevenção por meio da supervisão e do acompanhamento de segurança, saúde e social das equipes operacionais, bem como programas focados no condicionamento físico, gestão da ergonomia e outros, como Programa Saúde é Vida, Programa de Prevenção e Tratamento à Dependência do Alcool e outras Drogas, Programa de Atendimento à Pessoa com Deficiência, Programa 3D1 – Terceira de Primeira (gestão de segurança e saúde de empregados terceirizados), Programa de Qualidade de Vida e Plano de Atendimento às Situações de Emergência – PASE (GRI LA8).

Em 2012, foram renovadas as 17 Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAS) e mantido o Comitê Permanente da NR-10⁸, formado por 11 empregados que, representando a totalidade das áreas da Eletrosul, têm o objetivo de discutir a adequação em toda a empresa do dispositivo legal relativo à segurança nos serviços em instalações elétricas. Em sua totalidade, os empregados estão representados nas comissões de saúde e segurança (GRI LA6).

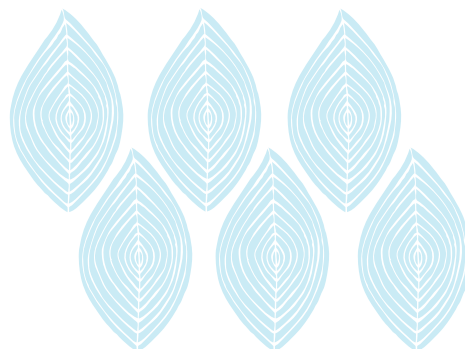
8. Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho que versa sobre segurança em instalações e serviços em eletricidade.

Com o intuito de garantir a segurança em sua cadeia de negócio, a Eletrosul exige a informação dos índices de acidentes para as empresas contratadas e os prestadores de serviço (GRI EU16).

Dentre as ações desenvolvidas em 2012 destacam-se o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO). No PPRA são identificadas, avaliadas e neutralizadas as possibilidades de risco de acidentes/doenças e/ou condições desfavoráveis no processo e/ou ambiente de trabalho, tornando-as conhecidas dos empregados, e adotadas as medidas necessárias a um ambiente laboral seguro e saudável. Por ocasião do levantamento dos riscos ambientais, os empregados são solicitados a trocar informações sobre os métodos e processos de trabalho.

Outra forma de participação dos empregados se dá na elaboração/atualização dos mapas de riscos realizados pelas CIPAS, e ainda por intermédio da revisão global dos PPRA, realizada anualmente pela equipe de Segurança do Trabalho em todos os estabelecimentos. Além disso, nos Encontros Anuais das CIPAS da Eletrosul são discutidas as melhores práticas desenvolvidas pelas comissões e apresentadas, por seus membros, críticas e sugestões de mudanças de situações específicas que afetam ou podem vir a afetar a saúde e segurança dos trabalhadores e o próprio patrimônio da empresa.

No quadro 19 estão apresentados os indicadores de Segurança do Trabalho da Eletrosul em 2012.



DESCRIÇÃO	
Número total de acidentes de trabalho com empregados	14
Total de acidentes típicos	13
Acidente fatal	1
Acidentados típicos da empresa sem afastamento	6
Total de acidentados de trajeto da empresa com afastamento	3
Total de acidentados de trajeto da empresa sem afastamento	1
Média de acidentes de trabalho por empregado/ano 2012	1,16
Número total de dias perdidos em função de acidentes	6.076
Acidentes que resultaram em mutilações ou outros danos à integridade física de empregados e/ou prestadores de serviço, com afastamento permanente do cargo (incluindo LER) (%)	0
Índice TF (Taxa de Frequência) total da empresa no período, para empregados	5,14
Índice TG (Taxa de Gravidade) total da empresa no período, para empregados	2.231

Quadro 19: Indicadores de Segurança do Trabalho da Eletrosul em 2012.

Plano de Atendimento às situações de Emergência – PASE

O PASE tem a finalidade de aprimorar os procedimentos atuais e estabelecer um padrão de atendimento pré-hospitalar em situações de emergência e também um plano de ação para capacitação e aperfeiçoamento dos empregados para atendimento de primeiros socorros. Estabelece protocolos de resgate e orientação em circunstâncias de emergência. Estão sendo desenvolvidas pesquisas aplicadas com apoio de empregados que participam de workshops sobre socorrismo e resgate em altura em linhas de transmissão, torres de telecomunicações, espaços confinados, aerogeradores, usinas, subestações e canteiro de obras da empresa e formação de brigadas de emergência. O projeto disponibilizará indicações de rotas de fuga e saídas de emergência, análise de sistemas preventivos anti-incêndio, georreferenciamento

de hospitais por níveis de complexidade, indicação dos meios de comunicação mais apropriados nas emergências e definição dos kits de primeiros socorros, incluindo um sistema informatizado para dar suporte técnico às equipes durante as ocorrências e uma versão para dispositivos móveis, agregando maior agilidade e efetividade aos atendimentos. O PASE é elaborado com base nas diretrizes das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego e em protocolos internacionais de atendimento a emergências, analisando a realidade, as diversas funções e especificidades da Eletrosul, e tem abrangência para todas as áreas da empresa.

O quadro 20 apresenta os principais indicadores de Previdência Complementar, no período de 2009 a 2012.

Previdência Complementar	2009	2010	2011	2012
Investimentos (em R\$ mil)	13.658	16.185	21.578	23.976
Número de beneficiados pelo programa	1.430	1.556	1.556	1.577

Quadro 20: Principais indicadores de Previdência Complementar no período de 2009 a 2012.

O planejamento para aposentadoria dos empregados da Eletrosul está mapeado e

definido conforme apresentado no quadro a seguir (GRI EU15).

Empregados por categoria funcional que podem se aposentar nos próximos 5 anos (%)	
Cargo gerencial	5,95
Cargos com exigência de nível universitário	3,81
Cargos sem exigência de nível universitário	17,45
Empregados por categoria funcional que podem se aposentar entre 6 e 10 anos (%)	
Cargo gerencial	7,18
Cargos com exigência de nível universitário	6,53
Cargos sem exigência de nível universitário	27,67
Empregados que podem se aposentar nos próximos 5 anos por região (%)	
Região Centro-Oeste	0,97
Região Norte	0,71
Região Sul	25,53
Empregados que podem se aposentar entre 6 e 10 anos por região (%)	
Região Centro-Oeste	2,00
Região Norte	1,03
Região Sul	38,33

Quadro 21: Planejamento de aposentadoria de empregados.

6.10 Previdência Complementar (GRI EC3)

A Eletrosul é patrocinadora da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS), entidade sem fins lucrativos que tem como objetivo básico a complementação de aposentadoria de seus empregados. As contribuições e as responsabilidades da patrocinadora são paritárias com as dos participantes, nos termos da legislação vigente. A fiscalização e o controle da Fundação ELOS são realizados por representantes designados pela alta administração da Eletrosul para o Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e à Diretoria Executiva da fundação, em conjunto com os representantes dos participantes eleitos e indicados para este órgão. Estes, no cumprimento de suas atribuições, suprem as ações de supervisão, fiscalização e controle da patrocinadora, além de auditorias regulares e extraordinárias realizadas pela Auditoria Interna da patrocinadora e por auditoria independente.

Além do Plano de Benefício Definido (BD), existente desde a criação da ELOS e que busca a complementação de aposentadoria com base no salário real médio dos últimos 36 meses de atividade do empregado, em relação ao valor do benefício de aposentadoria da Previdência Oficial, em 2010 teve início o processo de adesão a um novo tipo de Plano, na modalidade de Contribuição Definida (CD).

O Plano CD consiste em pagamento de um benefício em função do saldo de conta individual do participante, constituído pelas contribuições do participante e da patrocinadora, corrigido pela rentabilidade da aplicação desses recursos no mercado financeiro, descontados os respectivos custos do Plano.

A natureza do Plano CD difere da do Plano BD pelo seu caráter individual, visto que o BD tem caráter de mutualismo.

Desde 31/12/2009, o Plano BD está fechado para novas adesões, e os empregados admitidos a partir dessa data podem se inscrever no Plano CD. O plano na modalidade BD apresentou, em 31/12/2012, a seguinte posição:

Ativos Garantidores	R\$ 956.713mil
Exigível Atuarial	R\$ 956.104 mil
Superávit Técnico Acumulado	R\$ 609 mil
Participantes Assistidos	553
Pensionistas	36
Participantes Ativos	673
Participantes Autopatrocinadores	4

Atualmente, a participação no plano de previdência vigente é voluntária, e somente aqueles empregados que se interessam pelo benefício têm a opção de participar. O valor da contribuição pode ser realizado pelo empregado que optar pelo benefício com base em um valor de piso e de teto.

A Fundação ELOS mantém um estreito canal de comunicação com seus participantes. No site www.elos.org.br disponibiliza as informações sobre o resultado mensal de seus Planos e, através de jornal impresso, divulga esses dados trimestralmente. Em 2012, como parte integrante do projeto de Educação Financeira e Previdenciária, a fundação iniciou uma série de apresentações sobre o desempenho de seus planos de benefícios na sede e nas áreas descentralizadas da Patrocinadora.

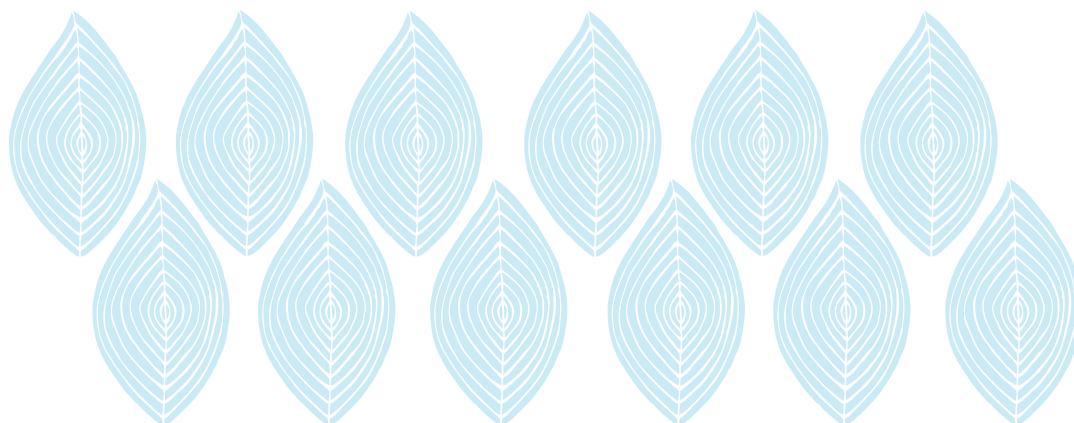
Os participantes do Plano BD-ELOS/Eletrosul têm direito aos seguintes benefícios:

- Complementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição/Serviço, Idade, Especial e Invalidez;
- Institutos de Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade e Resgate;
- Empréstimo;
- Seguro de Vida em Grupo (opcional);
- Auxílio-funeral por morte de dependente.

Os participantes do Plano CD-Eletrosul têm direito aos seguintes benefícios:

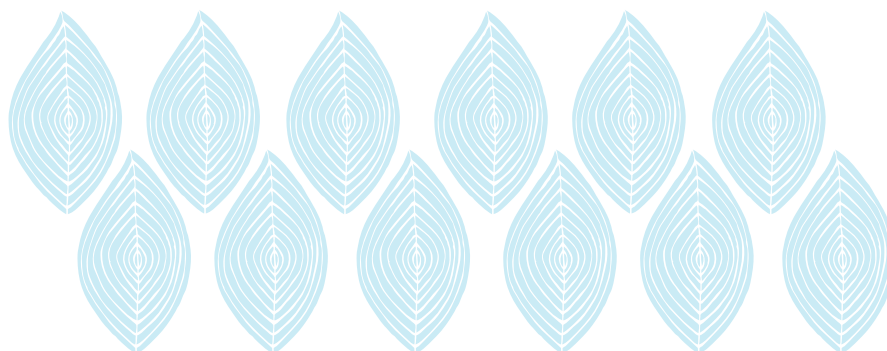
- Benefício de Aposentadoria e Benefício de Pecúlio por Incapacidade;
- Institutos de Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade e Resgate;
- Empréstimo;
- Seguro de Vida em Grupo (opcional).

Sempre que convidada pela patrocinadora, quando da integração dos empregados da Eletrosul, a ELOS realiza uma apresentação sobre a Fundação, bem como dos benefícios por ela oferecidos. A rentabilidade do fundo em comparação aos indicadores de mercado está apontada na tabela anexa. O participante do Plano BD-ELOS/Eletrosul tem direito a portar somente o valor das contribuições pessoais vertidas ao Plano, descontado o valor da despesa administrativa (Reserva de Poupança). O participante do Plano CD-Eletrosul tem direito a portar o total do Saldo de Conta (subconta participante + subconta patrocinadora).



Plano BD-ELOS/Eletrosul				
APLICACÕES	Rentabilidade			Patrimônio
	Mês (%)	No ano (%)	12 Meses (%)	(R\$ Milhões)
ELOS/Eletrosul TOTAL	10,38	29,30	29,30	930.582
Renda Fixa	11,47	29,65	29,65	763.601
Renda Variável	3,95	21,48	21,48	115.041
Investimentos Estruturados	(0,04)	2,67	2,67	6.518
Imóveis	88,11	100,05	100,05	28.401
Empréstimo a Participante	1,14	15,44	15,44	17.021
Meta Atuarial	0,95	11,25		

Plano ELOSPrev CD				
APLICACÕES	Rentabilidade			Patrimônio
	Mês (%)	No ano (%)	12 Meses (%)	(R\$ Milhões)
ELOSPrev CD TOTAL	10,61	28,91	28,91	402.362
Renda Fixa	11,47	29,65	29,65	331.108
Renda Variável	3,95	21,48	21,48	41.237
Investimentos Estruturados	(0,04)	2,67	2,67	2.374
Imóveis	88,11	100,05	100,05	10.205
Empréstimo a Participante	1,14	15,44	15,44	17.437
Índice de Referência	0,54	5,96		
INPC do mês anterior				



Plano ELOSPrev BPDS				
APLICACÕES	Rentabilidade			Patrimônio
	Mês (%)	No ano (%)	12 Meses (%)	(R\$ Milhões)
ELOSPrev BPDS TOTAL	11,50	29,20	29,20	61.616
Renda Fixa	11,47	29,65	29,65	49.869
Renda Variável	3,95	21,48	21,48	8.171
Investimentos Estruturados	(0,04)	2,67	2,67	455
Imóveis	88,11	100,05	100,05	1.969
Empréstimo a Participante	1,14	15,44	15,44	1.152
Índice de Referência	0,54	5,96		
INPC do mês anterior				

Indicadores Financeiros			
Dezembro de 2012			
INDICADORES	Mês (%)	No ano (%)	12 Meses (%)
INPC	0,74	6,20	6,20
IPCA	0,79	5,84	5,84
SELIC	0,55	8,49	8,49
Poupança	0,50	6,58	6,58
IBOVESPA	6,05	7,40	7,40
Dólar	(3,03)	8,94	8,94

6.11 Sociedade (GRI SO1)

As principais comunidades com as quais a Eletrosul se relaciona são proprietários de terras, rurais ou urbanas, diretamente atingidas por seus empreendimentos, e associações denominadas comunidades de entorno, bem como grupos da sociedade civil organizada nas áreas ambiental, social e de transmissão da cidadania e do saber. Ciente dos efeitos que a implantação de um empreendimento do setor

elétrico provoca nas condições ambientais e sociais de uma determinada região, a Eletrosul desenvolve inúmeros programas socioambientais voltados ao benefício da comunidade. Em 2012, 37 programas foram desenvolvidos pela própria empresa ou em parceria com prefeituras e secretarias municipais, órgãos e entidades públicas, bem como entidades classistas e instituições oficiais de crédito. Com o objetivo principal de

minimizar os impactos causados pelas obras, percebe-se que, em muitos casos, as ações da Eletrosul proporcionam uma significativa melhora na qualidade de vida da população.

Para os empreendimentos impactantes, como usinas hidrelétricas, antes da entrada na comunidade, é realizado o EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental/Relatório), que abrange diagnóstico da situação atual da comunidade, enfocando a infraestrutura do local, renda da população, escolaridade, condições de saúde, além de uma pesquisa sobre a Percepção Sócio-Ambiental dos empreendimentos, que permite conhecer os principais anseios e dúvidas das comunidades e estabelecer ações de mitigação, controle, reparação e compensação.

Durante os estudos, a Eletrosul apresenta à população as futuras atividades da empresa e seus potenciais impactos. Portanto, muitas decisões pertinentes são tomadas baseadas em diálogos com a comunidade, a partir de comissões formadas por integrantes residentes na localidade. Presente no processo de licenciamento ambiental, essa articulação acontece especialmente quando há a necessidade de alterações no meio impactado ou realocação de uma parcela dos moradores, bem como a modificação de seu cotidiano. Nesses locais, a empresa garante que todos sejam indenizados e assistidos, preservando suas tradições, cultura e relações sociais.

6.11.1 Projetos sociais por área e por Estado de atuação da empresa

Além da implementação de ações socioambientais definidas pelos requisitos legais com o intuito de

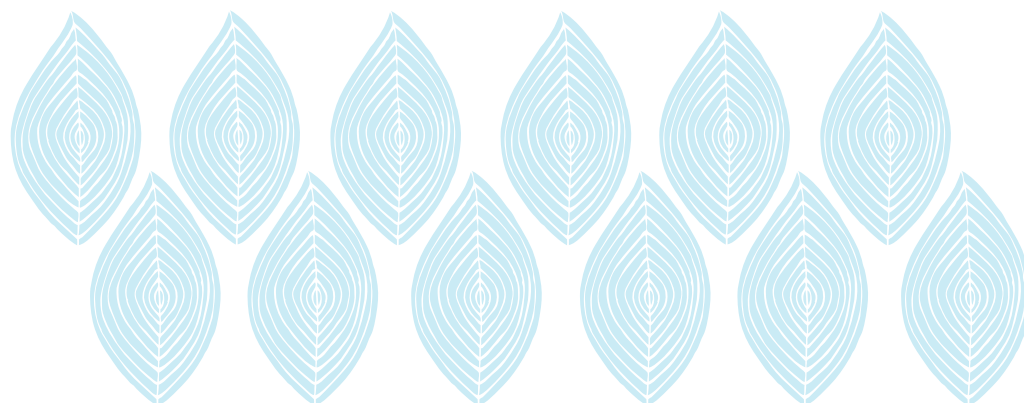
minimizar os impactos dos empreendimentos, a empresa vem desenvolvendo algumas iniciativas para estreitar o relacionamento com a população de convivência.

Há mais de dez anos, o investimento social realizado pela organização ocorre por intermédio do patrocínio a projetos socioambientais próprios e por meio de edital de patrocínio e projetos sociais convidados/parcerias e, ainda, apoio a programas governamentais.

De acordo com a política de investimento social da Eletrosul, as parcerias devem ser estabelecidas com instituições idôneas, mediante Termo de Compromisso, definindo-se as responsabilidades das partes de forma a conferir transparência na utilização dos recursos. Além disso, essas parcerias devem estar alinhadas ao negócio da empresa e ao gerenciamento de impactos socioambientais, assim como a sua corresponsabilidade em relação ao desenvolvimento social do país.

A Eletrosul, juntamente com o Instituto Voluntários em Ação (IVA-SC), oferece à comunidade Oficinas de Capacitação para Elaboração de Projetos Sociais com o objetivo de capacitar entidades interessadas em participar de editais de patrocínio social. As oficinas possibilitam às organizações sem fins lucrativos elaborarem seus projetos de forma técnica e sistematizada, podendo participar de editais de diversas empresas e organizações governamentais.

Os projetos recebidos por meio de edital são avaliados em quatro etapas:



Etapa	Responsável	Objetivo
Triagem administrativa	Assessoria de Responsabilidade Social (ARS)	Verificação da documentação enviada em relação à legislação e aos requisitos do Edital e o formato de apresentação do projeto.
Análise técnica	Comissão Técnica multidisciplinar composta pelos técnicos representando o CSEE, empregados representantes dos estados de atuação da empresa e representantes da sociedade civil organizada de cada estado de atuação, que tenham competência técnica e representatividade na sociedade, sob coordenação da ARS	<p>Avaliar os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) alinhamento às Diretrizes: alinhamento aos objetivos e ao foco do Investimento Social da Eletrosul; b) relevância social: apresenta diagnóstico social que justifique a sua atuação e o grau de importância e abrangência em relação ao atendimento das necessidades e prioridades da comunidade para a inclusão social; c) viabilidade: dispõe de equipe técnica, capacidade operacional e institucional viáveis, em relação ao objetivo proposto, contando com outros recursos financeiros próprios ou de parceiros; d) potencial de continuidade: conta com parcerias de outros setores/empresas ou desenvolve alternativas para a manutenção/continuidade do projeto; e) interação com políticas públicas: atende a uma agenda local, regional ou nacional; f) avaliação de processos e resultados: apresenta indicadores para o monitoramento e a avaliação do processo e dos resultados; g) comunicação: prevê um plano de comunicação que inclui como contrapartida a divulgação da marca Eletrosul; h) oportunidades para o voluntariado: oferece oportunidades para atuação de voluntários.
Análise final	Comissão Permanente de Análise de Patrocínios da Eletrosul	Avaliar selecionar e recomendar preferencialmente os projetos que passaram pela triagem administrativa e pela análise técnica apresentados para serem desenvolvidos nas localidades de empreendimento e prospecção de negócios da empresa.
Ratificação	Diretoria Executiva	Ratificar os patrocínios sociais selecionados e recomendados.

Para as propostas aprovadas, após o processo de formalização do patrocínio, a Eletrosul realiza reuniões nos estados de origem dos projetos com o objetivo de apresentar institucionalmente a empresa e as regras das parcerias, entre outros esclarecimentos. Também organiza visitas in loco aos projetos patrocinados, sendo que os resultados são medidos por meio de relatórios de acompanhamento e relatório final de prestação de contas. Tendo como meta oportunizar as entidades patrocinadas a

coordenarem seus projetos com eficiência, qualidade e sustentabilidade, a Eletrosul oferece um Curso de Gestão de Projetos Sociais, voltado ao gerenciamento de recursos e prestação de contas. Dessa forma, os resultados dos projetos podem ser acompanhados, monitorados e mensurados, permitindo uma melhor avaliação de suas ações. Com foco no aprimoramento de seus processos, ao final do patrocínio a Eletrosul realiza uma avaliação junto às entidades e à população atendida para medir o grau de satisfação e o impacto do investimento.

Para atender às necessidades de um público de diversas faixas etárias, a empresa subdividiu seus eixos de atuação em:

- Educação complementar: projetos complementares à educação formal na rede pública de ensino;
- Educação para qualificação profissional: projetos que propiciem a educação profissional e o desenvolvimento de habilidades para inserção de comunidades de baixa renda historicamente discriminadas no mercado de trabalho;
- Geração de trabalho e renda: projetos de empreendedorismo comunitário que possibilitem a criação de novas unidades produtivas e a expansão de unidades já existentes;
- Conservação do meio ambiente: projetos que tenham a finalidade de conservação de meio ambiente, garantindo a sustentabilidade para as futuras gerações;
- Direitos da criança e do adolescente: projetos sociais aprovados pelos Conselhos da Criança e do Adolescente (municipal, estadual e federal) que visem à proteção de crianças e adolescentes em relação a maus-tratos, abusos e exploração sexual/moral e combate ao trabalho infantil.

Em 2012 a Eletrosul deu um importante passo com a implantação do Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável, que pretende integrar, padronizar e otimizar os processos de gestão dos programas sociais, bem como inserir e fortalecer a imagem da empresa nas comunidades próximas das instalações, empreendimentos e implantação de negócios. O programa se consolida como uma importante ferramenta de gestão alinhada à sua política de investimento social, às diretrizes do Sistema Eletrobras, aos relatórios de gestão empresarial, ao Planejamento Estratégico e ao Programa Nacional Brasil sem Miséria, do Governo Federal.

Além da seleção via edital, a Eletrosul desenvolve projetos próprios, também alinhados à sua Política de Investimento Social, tais como:

Programa de Valorização dos Terceirizados:

os empregados terceirizados que trabalham no edifício Sede da Eletrosul podem contar com auxílio-creche. Através de um convênio firmado com uma creche próxima à empresa, os terceirizados têm a possibilidade de deixar seus filhos de 0 a 5 anos na escola, enquanto estão em horário de trabalho.

Programa de Elevação da Escolarização: por meio de parceria com a Secretaria Estadual de





Educação, os empregados terceirizados da Sede têm oportunidade de completarem seus estudos.

Programa Hortas Comunitárias: desenvolvido nos estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul o programa tem por finalidade oferecer alternativas de renda às comunidades vizinhas às linhas de transmissão e proporcionar o uso adequado e a preservação das faixas de servidão, evitando ocupações irregulares. O projeto prevê o cultivo de culturas de pequeno porte, como leguminosas e hortaliças, e beneficia diretamente as famílias moradoras do entorno das instalações, que passam a ter melhor qualidade de vida.

Programa Eletrosul Casa Aberta: informar e debater aspectos sociais, econômicos, ecológicos e de conservação de energia, abordando os benefícios e os riscos da eletricidade são os principais objetivos do Programa Casa Aberta. A iniciativa, realizada nas dependências da Eletrosul nos estados de SC, PR, MS e RS, compreende um trabalho de educação voltado às crianças na faixa de 10 e 11 anos. Em 2012, participaram do programa 252 escolas, sendo contempladas 12.562 crianças.

Programa Casa Aberta Itinerante: tem por objetivo promover a conscientização das

crianças residentes próximo às instalações da empresa sobre o processo de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, meio ambiente e o combate ao desperdício de energia, além do enfoque específico sobre cuidados e perigos no trato com a eletricidade. Em 2012 foram realizadas apresentações em 18 localidades onde a Eletrosul possui atuação, com a participação de mais de 4.815 crianças.

Coral dos Empregados da Eletrosul: além de integrar empregados, familiares, prestadores de serviço e estagiários, o coral colabora para o fomento da cultura local. Criado em 2004, conta com suporte musical feito pelo maestro Robson Medeiros.

Programa Espaço Cultural Eletrosul: desde 2003, quando foi criado, o programa oportuniza a disseminação de iniciativas culturais locais, propiciando aos empregados, familiares e à comunidade um espaço de lazer, entretenimento, interação e contato com diversas manifestações artístico-culturais locais. Muitos artistas regionais divulgam seus trabalhos no edifício-sede da Eletrosul, por meio de apresentações de teatro, dança, shows musicais, feiras de artesanato e mostras de arte. A participação voluntária de artesãos em eventos como feiras culturais possibilita que

esses profissionais direcionem 10% de suas vendas para os projetos sociais da Transmissão da Cidadania e do Saber (ONG).

Programa Eletrosul de Doações: tem a proposta de estimular o desenvolvimento tecnológico e de infraestrutura por meio da doação de bens móveis para a sociedade civil organizada, prefeituras, instituições que trabalham com a inclusão digital e órgãos do Governo Federal que tenham dificuldades estruturais. São doados carros, mesas, cadeiras, computadores, entre outros.

Programa Voluntariado Corporativo: incentivados pela Eletrosul, os empregados têm a oportunidade de doar parte de seu tempo, trabalho e talento em prol de uma causa comunitária. Associados a entidades sociais dos estados de atuação da empresa, eles podem se cadastrar no Programa de Voluntariado Corporativo da Eletrosul, criado em 2010 com o objetivo de incentivar empregados, ex-empregados, familiares e colaboradores a se engajarem em ações de solidariedade. As atividades acontecem de tal forma que não interfiram na execução de suas atividades profissionais e têm a intenção de contribuir para a transformação da realidade social das comunidades. Em 2012 foi desenvolvido o Projeto Mutirão da Cidadania, que ofereceu, gratuitamente, serviços de utilidade pública e lazer à Vila Aparecida, em Florianópolis (SC). A mobilização envolveu mais de 2.000 pessoas e teve como foco principal contribuir para a organização social e estruturação do local, com o engajamento comunitário das lideranças e a participação de empregados voluntários na identificação e solução de problemas. O programa Voluntariado Corporativo contempla, também, o Projeto Leãozinho da Cidadania, que busca informar, mobilizar e sensibilizar empregados sobre o uso de imposto de renda retido na fonte em benefício de projetos sociais.

Projeto Conhecendo a Eletrosul: como objetivo de dar maior visibilidade à empresa, fomentar a integração entre a empresa e instituições de ensino oportunizando conhecimento

e aprendizagem, em 2011 a Eletrosul criou o projeto Conhecendo a Eletrosul. Este projeto é coordenado pela sua Assessoria de Comunicação Social e Marketing (ACS) e visa também atingir os objetivos que constam no Planejamento Estratégico Eletrosul 2010/2020 (potencializar a reputação, a credibilidade e a confiança perante a sociedade e atrair talentos para as empresas Eletrobras).

No ano de 2012, mais de 550 estudantes de Ensino Fundamental, Médio, Técnico e Superior visitaram instalações da empresa. Os alunos foram recepcionados na Sede, no Sertão, nas subestações Biguaçu, Palhoça, Blumenau, Campos Novos, Gravataí e Londrina, no Setor de Manutenção de Santo Ângelo e na Usina Passo São João. A maior parte das visitas foi motivada por interesse na parte técnica, da geração e transmissão de energia, mas alguns grupos focaram outras áreas, como os alunos de Administração do Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina (CESUSC), que quiseram conhecer o Departamento de Gestão de Pessoas (DGP).

Projetos Culturais e Esportivos por Área e por Estado de Atuação da Empresa: no ano de 2012, a Eletrosul investiu um total de R\$ 1.150.000,00 em projetos culturais e esportivos. Foram nove projetos culturais beneficiados nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul relacionados à Lei Rouanet, três deles por meio de edital da Eletrobras e seis por escolha direta, somando R\$ 1 milhão. O maior deles recebeu R\$ 371.000,00.

Já os projetos esportivos foram patrocinados por meio da Lei de Incentivo ao Esporte, disponibilizando R\$ 150.000,00 para dois projetos beneficiados nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Maior projeto: Centro Cultural de Santa Vitória do Palmar

O Centro Cultural de Santa Vitória do Palmar utilizará um prédio constituído originalmente de duas unidades residenciais geminadas, construídas em 1888, tendo implantação e tipologia no estilo colonial português.

A proposta de intervenção vislumbra a fachada existente na rua Barão do Rio Branco, preservando seus vãos e alvenarias, bem como as bandeiras com caixilhos trabalhados em vidro colorido. A porta de duas folhas será usada como acesso principal do complexo. O antigo salão de festas abrigará o museu de paleontologia, a biblioteca e a Cyber Galeria. O café cultural utilizará um átrio em pé direito duplo, contornado por mezanino aberto no segundo pavimento. O terreno do futuro Centro Cultural, que delimita duas ruas paralelas da cidade, proporciona a implantação de uma

galeria urbana, considerando o transpasse das instalações pelo público. O Centro Cultural contará ainda com estacionamento e um anfiteatro em espaço aberto que poderá receber também atividades culturais e artísticas ou servir como local de estar, descanso, lazer e contemplação.

6.11.2. Participação em Projetos Sociais Governamentais (GRI SO5)

A Eletrosul, como subsidiária da Eletrobras, atua alinhada às diretrizes das políticas governamentais e apoia os seguintes programas:

Projetos Estruturais	Valor Investido 2011 (R\$)	Valor Investido 2012 (R\$)
Programa de Preparação Profissional (PPP)	471.445,21	213.753,27
Programa Jovem Aprendiz	903.822,49	735.135,09
Programa Estágio Curricular	894.925,09	870.250,52
Programa Pró-Equidade de Gênero – Comitê de Gênero	17.676,53	6.650,49
Programa Luz para Todos	5.950.903,83	4.107.204,69
Programa Ações Integradas (LPT)	137.596,00	226.695,09
Total	8.376.369,15	6.159.689,15

A partir das ações desenvolvidas pelo Programa Luz para Todos, destaca-se o programa Ações Integradas, cuja intenção é transformar o acesso à eletricidade em uso social e produtivo.

A iniciativa é um instrumento capaz de alavancar o desenvolvimento de comunidades isoladas e tradicionalmente excluídas do desenvolvimento nacional (indígenas, quilombolas, assentamentos, agricultores com base econômica na agricultura familiar e/ou atingidos por barragens). Os projetos apoiados consistem principalmente no desenvolvimento de Unidades de Inclusão Digital e Centros Comunitários de Produção.

Programa Luz Para Todos (GRI EU23)

Em 2012, a Eletrosul investiu R\$ 4,3 milhões no programa Luz para Todos, tirando da escuridão

mais de 11 mil pessoas da região Sul e do Mato Grosso do Sul. Do total investido, R\$ 220 mil foram destinados ao desenvolvimento das chamadas Ações Integradas, que são iniciativas complementares para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades rurais beneficiadas com a energia elétrica. Criado pelo Governo Federal com a proposta de levar energia elétrica a milhões de lares situados na zona rural do Brasil, o programa Luz para Todos é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) de acordo com art. 7º do decreto nº 4.873, de 11/11/2003, sendo desenvolvido em parceria com os governos estaduais, concessionárias de energia e cooperativas de eletrificação rural. A operacionalização das ações tem ativa participação da Eletrobras e das empresas que compõem o sistema.

Até 2014, a meta nacional é levar energia elétrica a 3,2 milhões de domicílios rurais, atendendo a 16 milhões de pessoas. Nessa busca, a Eletrosul assume um importante papel no apoio logístico para a realização das ligações elétricas, assim como no acompanhamento

das obras e da qualidade do serviço prestado junto às famílias inscritas no programa e o desenvolvimento de oficinas sobre o uso racional da eletricidade. Nos estados de atuação da empresa, 262.542 domicílios (1.312.710 pessoas) deverão ser atendidos até 2014.

Atendimento de domicílios no Programa Luz Para Todos, com participação Eletrosul						
Área de Atuação da Eletrosul	Realizado em 2011		Realizado em 2012		Acumulado até 2012	
	Domicílios	Pessoas	Domicílios	Pessoas	Domicílios	Pessoas
Mato Grosso do Sul	3.043	15.215	687	3.435	40.252	201.260
Paraná	4.263	21.315	513	2.565	79.045	395.225
Santa Catarina	563	2.815	99	495	41.891	209.455
Rio Grande do Sul	3.826	19.130	944	4.720	91.579	457.895
Total	11.695	58.475	2.243	11.215	252.767	1.263.835

Programa Ações Integradas

O programa Ações Integradas, que é parte integrante do Programa Luz para Todos, objetiva que o acesso à eletricidade seja usado de forma social e produtiva. Os projetos apoiados consistem principalmente no desenvolvimento de Unidades de Inclusão Digital e Centros Comunitários de Produção.

Desde 2006, o Programa Ações Integradas, coordenado pela empresa em sua área de atuação, desenvolveu 30 projetos sociais voltados às comunidades indígenas, como por exemplo, os cursos de capacitação indígena e a implementação de Centros Comunitários de Produção nas comunidades beneficiadas pelo Programa Governamental Luz para Todos. A Eletrosul não apresentou, em 2012, nenhum caso de violação dos direitos dos povos indígenas, pois se empenha em estreitar cada vez mais o seu relacionamento com as comunidades indígenas, quilombolas, agricultores familiares e atingidos por barragens.

6.12 Comunidades atingidas (GRI SO9; SO10)

A constante preocupação com a comunidade residente nas áreas de implantação de seus

empreendimentos tem levado a Eletrosul a exercer uma política socioambiental cada vez mais efetiva e abrangente. Com o objetivo de garantir o bem estar da sociedade atual e das gerações futuras, a empresa busca minimizar todos os impactos provocados antes, durante e depois das obras.

As características do empreendimento e do local proposto para sua instalação exigem a avaliação desses possíveis impactos, bem como medidas de prevenção que visam atender os requisitos legais do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Esse diagnóstico prevê a caracterização da área por seus atributos físicos, sociais e econômicos; identificação e avaliação dos impactos socioambientais levando em consideração cada fase do empreendimento – planejamento, construção e operação –, pois essas diferentes fases implicam em diferenças significativas na população e, por fim, a proposição de programas socioambientais.

No caso dos impactos sociais as medidas adotadas pela Eletrosul visam alcançar um padrão além da conformidade legal. Para um

melhor gerenciamento dessas ações, em 2012 a empresa implementou o Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável que, entre outras finalidades, propõe a integração de suas atividades com políticas públicas, de forma a gerir o atendimento aos interesses e às necessidades das comunidades, principalmente nas demandas oriundas dos municípios das regiões impactadas pelos empreendimentos.

Essas medidas são adotadas porque a Eletrosul tem consciência de que a implantação de empreendimentos do setor elétrico, mesmo as de pequenas dimensões, causam alguns desconfortos à população residente próxima as obras. Ao longo das etapas de implantação várias ações podem representar mudanças no cotidiano das pessoas que residem, trabalham, estudam ou circulam nos locais mais diretamente afetados, especialmente com a chegada de trabalhadores de outras regiões, com hábitos e costumes diferentes.

Podemos destacar as expectativas que giram em torno da geração de emprego, a partir de oportunidades de trabalho e negócios não só na comunidade local, mas em pessoas que são atraídas pelas oportunidades de trabalho e negócios, gerando fluxo migratório e transformação do cenário demográfico regional. Outro agravante é o tráfego rodoviário, rural e urbano, que aumenta, em função da mobilização de equipamentos e do deslocamento de trabalhadores.

A instalação de infraestrutura para abrigar operários e o aumento do aporte populacional faz com que a geração de resíduos sólidos e efluentes sanitários seja maior, diminuindo a qualidade ambiental dos municípios envolvidos, principalmente daqueles que carecem de uma estrutura de saneamento básico adequada.

No momento de “pico” da obra, a pressão exercida sobre serviços públicos, como saúde, compromete ainda mais um quadro geral de carência física e estrutural de tratamentos na

medicina tradicional, tipicamente curativa. As propriedades e sua infraestrutura são afetadas diretamente a partir da mobilização para o início das obras de engenharia, especialmente as situadas na área do futuro canteiro de obras, bem como as demais durante a implantação do reservatório e Áreas de Preservação Permanente (APP). As propriedades atingidas pelos empreendimentos hidrelétricos são, em sua maioria, exploradas para fins econômicos. Assim, desde o início das obras de engenharia essas propriedades terão suas áreas alteradas, influenciando diretamente na renda familiar.

O deslocamento compulsório de famílias atingidas, advindo da necessidade de áreas para a construção da usina, além da construção de acessos para as estruturas do empreendimento e, ainda, para a formação do reservatório, e daquelas necessárias para a manutenção da qualidade ambiental – (APP), assumem especial relevância pelo fato de envolver diretamente os seres humanos, no que tange a seus meios de produção, aferição de renda para a sua sobrevivência e desenvolvimento econômico, bem como seus laços afetivos e culturais, pois a adição ou supressão de elementos vivos e construídos, tradicionalmente leva a perda de valores estéticos, históricos e culturais deste patrimônio.

A circulação de máquinas pesadas e a provável utilização de explosivos durante a fase de implantação do empreendimento ocasionam aumento nos níveis de poluição atmosférica e de ruído, principalmente nas áreas próximas ao canteiro de obras dos empreendimentos.

Neste cenário, as ações desenvolvidas pela Eletrosul com o propósito de mitigar todos esses impactos têm feito com que a empresa seja uma impulsionadora da economia local nas regiões onde seus empreendimentos são implantados. Percebe-se uma melhora significativa na qualidade de vida da população, proporcionada pela valorização das terras, pelo incentivo ao turismo regional, pelo incremento econômico e pela expansão da infraestrutura e dos serviços públicos.

Por se tratar de situações complexas e de múltiplos interesses, muitas decisões envolvendo a implantação dos empreendimentos da Eletrosul são tomadas com base em diálogos com a comunidade, por meio de audiências públicas e reuniões. Nesses encontros são elaborados acordos que definem diretrizes para mitigar os impactos socioambientais na região. Nos casos de realocação dos moradores locais também são instalados escritórios para prestação de assistência e esclarecimento de dúvidas. Para garantir negociações coerentes e justas, o primeiro passo antes do início das obras é a realização de um cadastramento com dados dos proprietários e das terras utilizadas para a implantação do empreendimento.

Nas faixas de servidão, como são conhecidas as áreas de segurança localizadas sob as linhas de transmissão de energia, a empresa realiza um registro de uso e indeniza adequadamente o proprietário.

O mesmo cuidado referente às devidas indenizações acontece quando há aquisição de propriedades para implantação de subestações, usinas de geração e reservatórios, quando é analisada a viabilidade da área remanescente e a possibilidade de o proprietário continuar residindo e utilizando o local.

Com vista a propiciar um relacionamento harmônico com os proprietários, a Eletrosul realiza o pagamento de todas as despesas legais sob sua responsabilidade, tais como taxas, certidões, escrituras, registros e impostos e, finalizado o processo de indenizações, uma série de outras ações é realizada para garantir o direito à cidadania, reforçando a responsabilidade social da empresa:

- apoio para que sejam encontradas soluções compatíveis com o poder aquisitivo das pessoas atingidas, como orientação técnica à construção da nova moradia;
- orientação técnica para que haja melhor aproveitamento do material existente na edificação a ser demolida;

- apoio financeiro para realização da mudança;
- pagamento de aluguel durante um período necessário para a realocação do cidadão;
- indenização dos custos necessários à regularização do imóvel a ser desapropriado e daquele a ser adquirido ou construído;
- assistência técnica e jurídica, mesmo que de modo informal, na aquisição de novo imóvel;
- intermediação em acordos entre proprietários e inquilinos;
- busca de parcerias institucionais objetivando soluções e operacionalização das ações necessárias à viabilização das remoções;
- viabilização nas Prefeituras Municipais da isenção do IPTU sempre que se fizer necessário.



Diante das mudanças a serem enfrentadas, técnicos da Eletrosul estabelecem um contato pessoal com as famílias para auxiliá-las em todo o processo. Aquelas a serem realocadas de suas residências recebem uma atenção maior em procedimentos como a composição dos valores indenizatórios, já que é exigida uma readaptação do cidadão a uma nova situação de vida. Neste contexto, a empresa prima por realizar melhorias na comunidade local, como reassentamentos individuais em estruturas melhores que as anteriores, melhorias na infraestrutura da área, entre outras, demonstradas nos Programas Ambientais voltados à comunidade. Como exemplos, citamos os programas desenvolvidos na Usina Hidrelétrica Passo São João, que entrou em operação em 2012:

- Resgate Socioambiental da Paisagem;
 - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Turístico;
 - Programa de Remanejamento da População e Reorganização das Áreas Remanescentes;
 - Programa de Recomposição do Sistema Viário e da Infraestrutura Básica;
 - Plano de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial- PACUERA;
 - Programa de Educação Ambiental envolvendo escolas e a comunidade.
- Programa de Apoio ao Desenvolvimento Turístico;
 - Programa de Remanejamento da População e Reorganização das Áreas Remanescentes;
 - Programa de Recomposição da Infraestrutura Básica;
 - Programa de Negociação e Aquisição de Terras;
 - Programa de Divulgação e Informação;
 - Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório.

Como exemplo, a formação de reservatórios artificiais possibilita novas oportunidades de atividades de lazer para a população do entorno, como balneários, parques urbanos, áreas de pesca e náutica.

Citamos, também a título de exemplo, que no caso da Usina Hidrelétrica Passo São João, foram investidos R\$ 307 mil em programas como Resgate Socioambiental da Paisagem, Apoio ao Desenvolvimento Turístico e Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório, os quais resultam em benefícios públicos. Comprovadamente um dos impactos mais notórios a partir da operação é a valorização das terras nas margens do lago; isso se deve, principalmente, à especulação sobre a viabilidade de balnearização da sua orla para uso como área de lazer. Este impacto contribui substancialmente como um fator positivo da construção do empreendimento (GRI EC8).

Além disso, o componente indígena é contemplado em todos os estudos ambientais dos empreendimentos, quando aplicável, bem como nos diversos relatórios ambientais gerados. A empresa ainda desenvolve uma série de programas relacionados aos aspectos socioeconômicos e ambientais em áreas impactadas pela implantação e operação de empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica, tais como Usinas Hidrelétricas, Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), Usinas Eólicas, linhas de transmissão e subestações.

Alguns Programas voltados ao benefício público estão listados abaixo:

- Programa de Comunicação Social;
- Programa de Resgate Socioambiental da Paisagem;

6.13 Deslocamentos

Nos empreendimentos de Linhas de Transmissão (LTs) os deslocamentos de moradores ocorrem em casos esporádicos, mais especificamente quando a instalação atravessa áreas urbanas. Em áreas rurais, a faixa de servidão da LT corresponde a uma área pequena, ocupando assim menor espaço nas propriedades, não atingindo diretamente a comunidade, mas, caso isso aconteça e não haja possibilidade de deslocamento na mesma propriedade, a Eletrosul se prontifica a reassentar ou indenizar as famílias.

Já na área dos reservatórios das Usinas Hidrelétricas, o deslocamento da população local ocorre com mais frequência e a Eletrosul dá todo o auxílio necessário nesse processo. Primeiramente ocorre a identificação das propriedades ao longo do rio que será represado e, paralelamente ao licenciamento ambiental e à elaboração do Projeto Executivo, há o cadastro socioeconômico, que levanta informações sobre a população afetada.

Além disso, há o cadastro fundiário, que subsidia os processos de desapropriação e apoio à realocação na propriedade remanescente ou realocações para outras áreas. Os valores praticados nas indenizações de terras, culturas, edificações e outros, são fundamentados em pesquisa de preços e valores praticados na região do empreendimento, sendo previamente apresentados em reuniões específicas com a comunidade atingida. Os valores indenizatórios são apresentados individualmente aos proprietários antes mesmo da disponibilização dos recursos, a qual ocorre somente após o aceite. **(GRI EU20)**

Em 2012 não ocorreram deslocamentos físicos ou econômicos de pessoas, no entanto 281 pessoas foram indenizadas. O valor financeiro total desembolsado a título de indenizações de diferentes naturezas relativas aos empreendimentos em implantação e operação em 2012 foi de R\$ 14.554.443,05. **(GRI EU22)**

6.14 Práticas anticorrupção e antipropina (GRI SO2)

A Eletrosul dispõe de uma Norma de Gestão Empresarial que abrange questões sobre Conduta nas Relações de Trabalho, aprovada em 25/09/2001, cuja meta é estabelecer regras de conduta a serem observadas pelos empregados nas relações de trabalho, além de fornecer orientações éticas e morais, deveres, proibições e penalidades, aplicadas a todos os empregados da empresa.

As dúvidas em relação a essa norma são sanadas formalmente pela Comissão

Permanente de Ética da Eletrosul. Esta, por sua vez, é orientada sob observância do Código de Conduta da Alta Administração Federal e foi aprovada pelo Presidente da República em 21/08/2000. A empresa também aderiu ao Código de Ética Único das empresas Eletrobras, que, por meio do alinhamento dos princípios e condutas já consolidados no âmbito dos códigos de ética das subsidiárias, constituiu-se em um documento único que visa nortear as ações e decisões em todos os âmbitos, respeitando os princípios e compromissos das empresas do Sistema. Em seu item 1.9, o Código de Ética ressalta a necessidade de repúdio e denúncia de toda forma ou tentativa de corrupção, suborno, propina e tráfico de influência.

Risco de Corrupção (GRI SO2)

Na Eletrosul os princípios éticos e os compromissos de conduta que norteiam todas as ações da empresa estão dispostos no Código de Ética, que abrange todas as áreas da empresa. Esses princípios valorizam a conduta transparente, impessoal e a utilização dos recursos de forma responsável por todos os profissionais atuantes e partes envolvidas com os negócios da empresa.

No ano de 2012 a Eletrosul não desenvolveu avaliações formalizadas e estruturadas de riscos estratégicos relacionados à corrupção. Todavia, é importante destacar que a empresa tem implantada uma estrutura para promover o desenvolvimento de um ambiente transparente e de inibição da corrupção. Podemos citar a colaboração da Coordenadoria de Controle de Processos e Gestão de Riscos (CCPR), que tem como objetivo identificar, analisar, avaliar e monitorar, de forma integrada com as áreas de negócios, os riscos críticos e o aprimoramento dos controles internos; da Ouvidoria (OVGE), que tem o compromisso com a verdade dos fatos e a apuração dos acontecimentos; a Comissão Permanente de Ética, criada para avaliar denúncias e indicar medidas aos agentes que agiram em desacordo com os princípios éticos; e a Auditoria Interna (AUD),



São Domingos – Tomada d'água

que tem por competência avaliar os processos e procedimentos da empresa.

Conforme previsto em sua matriz de risco, o trabalho da Auditoria Interna abrange o desenvolvimento anual de projetos de auditoria focados, exclusivamente, nas contratações celebradas pela Companhia, verificando, dentre outros itens, a sua legalidade e legitimidade, o que representa importante mecanismo de mitigação de riscos de ocorrência de eventuais desconformidades.

As ocorrências de corrupção apontadas pelo público externo podem ser registradas na Ouvidoria e as identificadas pelos empregados da Eletrosul, além da Ouvidoria, podem ser registradas na Comissão Permanente de Ética. Os casos registrados na Comissão Permanente de Ética são apurados de acordo com o rito da Resolução 10 da Comissão de Ética Pública. Para o tratamento dessas ocorrências a Eletrosul implantou, em 2012, uma ferramenta automatizada de consultas à Comissão de Ética. Está prevista para entrar em operação em 2013 a ferramenta de denúncia de uso exclusivo do público interno, com a proposta de oferecer mais segurança às informações repassadas à Comissão de Ética, melhorar a comunicação entre os colaboradores da

Eletrosul e sistematizar o processo de apuração de denúncias, entre elas as que envolvem corrupção. Os assuntos registrados na Ouvidoria são recebidos, protocolados e classificados pela área. A apuração das denúncias é realizada pelas áreas responsáveis que, dentro do prazo de 15 dias, emitem parecer a ser encaminhado ao autor da ocorrência. Dependendo do tipo de ocorrência é criada uma comissão de apuração do assunto. Nos demais casos, o evento pode ser apurado pela Comissão Permanente de Ética.

Em 2012, não houve treinamento de empregados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização (**GRI SO3**). Também não foi registrada nenhuma ocorrência de corrupção no ano (**GRI SO4**).

6.15 Direitos Humanos (**GRI HR4; HR11**)

No que se relaciona a direitos humanos, a Eletrosul tem especial atenção no sentido de inibir práticas que venham proporcionar a violação desses direitos. A empresa busca sensibilizar seus empregados sobre essa temática mediante a realização de atividades educacionais que contemplam temas relacionados às políticas de direitos humanos.

A eficácia dessas ações contribuiu para que em 2012, houvesse apenas 1 (uma) ocorrência na

Ouvidoria da Eletrosul de queixa relacionada a direitos humanos, registrada, encaminhada e resolvida, por mecanismo formal da empresa. São disponibilizados canais de comunicação

internos e externos para denúncias, a fim de evitar violação de direitos humanos, tanto nas localidades onde atua quanto nas áreas de implantação de novos empreendimentos.

Canais de Comunicação	Formas de Contato
Website	www.eletrosul.gov.br
Atendimento por e-mail das partes interessadas	eletrosul@eletrosul.gov.br
Atendimento telefônico das partes interessadas	telefone: (48) 3231-7300
Ouvidoria – recebe, analisa, encaminha e responde às solicitações de informações, sugestões, reclamações, críticas e denúncias das partes interessadas.	e-mail: ouvidoria@eletrosul.gov.br telefone: (48) 3231-7655 ou 0800.6487822 Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 999 – Pantanal – Florianópolis – SC Atendimento das 8:00 às 17:00 horas
Comissão Permanente de Ética – oportuniza ao seu corpo funcional o esclarecimento de dúvidas quanto à conduta ética dos empregados, administradores e prepostos, minimizando a subjetividade das interpretações pessoais sobre princípios morais e éticos, bem como busca fortalecer a imagem da empresa e de seus empregados junto à sociedade.	e-mail: etica@eletrosul.gov.br telefone: (48) 3231-7117
Assembleia Geral de Acionistas	Convocação, com no mínimo 08 dias de antecedência, publicada na imprensa oficial do Estado de Santa Catarina e no jornal de maior circulação de Florianópolis.
Área de Relações com Investidores – grandes acionistas e potenciais investidores	e-mail: mlongen@eletrosul.gov.br telefone: (48) 3231-7048 e fax: (48) 3234-5678
Serviço de Atendimento aos Acionistas (SAA) – pequenos acionistas	e-mail: mlongen@eletrosul.gov.br telefone: (48) 3231-7048 e fax: (48) 3234-5678
Secretaria da Administração Societária – recebe e encaminha sugestões e solicitações de acionistas.	e-mail: mlongen@eletrosul.gov.br telefone: (48) 3231-7048 e fax: (48) 3234-5678
Conselho de Administração e Conselho Fiscal	e-mail: mlongen@eletrosul.gov.br telefone: (48) 3231-7048 e fax: (48) 3234-5678
Jornal Eletrosul	e-mail: sadrf@eletrosul.gov.br telefone: (48) 3231-7934 e fax: (48) 3234-3494

Direitos Humanos na Gestão de Fornecedores (GRI HR1; HR2; HR5; HR9)

A gestão de Suprimentos na Eletrosul é uma ação compartilhada entre diversas instâncias internas, com perfis, estruturas, atribuições, competências e responsabilidades específicas, ficando a cargo do Departamento de Gestão

de Suprimentos (DGS) a tradução dos preceitos legais em normatização e procedimentos internos. Todas as contratações de obras, serviços e equipamentos na Eletrosul obedecem às legislações de compras nacionais, internacionais e às específicas para convênios.

O volume de aquisições realizadas apresenta os seguintes dados:

Indicadores	2010	2011	2012
Nº de Licitações Finalizadas	1.037	456	1.002
Nº de Itens Contratados	1.970	1.007	2.838
Contratações Formalizadas	1.201	558	1.074
Valor das Contratações – R\$ mil	445.868	170.978	152.654

As principais contratações de obras e equipamentos associados efetivadas no período foram as seguintes:

- Usina Hidrelétrica São Domingos, localizada em Mato Grosso do Sul;
- PCH João Borges, localizada no complexo do Rio Caveiras, em Santa Catarina;
- UHE Passo São João, no Rio Grande do Sul;
- execução do empreendimento da Ampliação “C” e “E” da SE Biguaçu 138 kV, em Santa Catarina;
- LT 138 kV UHE São Domingos – SE Água Clara, em Mato Grosso do Sul;
- ampliação “J”/“J2” da SE Joinville 230 kV, em Santa Catarina;
- ampliação “F” da SE Dourados 230/138 kV, em Mato Grosso do Sul;
- execução da Variante LT 750 kV Ivaiporã-Itaberá – Circuitos I e II, no Paraná.

Em todas as regiões de operação da empresa, a construção de Usinas Hidrelétricas e/ou Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e a limpeza de faixas abaixo das Linhas de Transmissão (LTs) são atividades que apresentam riscos de ocorrências de trabalho infantil e de empregados jovens expostos. Com o intuito de minimizar esses riscos, a empresa realiza ações com seus empregados e fornecedores. Após aderir a um Fórum específico de combate à violência e exploração sexual infantojuvenil, a empresa procura desenvolver iniciativas de sensibilização de seus empregados e demais públicos.

Além disso, em sua Política de Investimento Social, a Eletrosul prioriza a destinação de recursos do Fundo de Amparo à Infância e à Adolescência (FIA) a organizações que desenvolvam projetos de proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes em situação de risco ou vulnerabilidade, aprovados pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente (municipais, estaduais e federais), na proteção contra violência (maus-tratos, abuso, exploração sexual e/ou moral), em projetos de combate ao trabalho infantil, à profissionalização de adolescentes, além de orientação, apoio sociofamiliar e medidas socioeducativas. Ao conscientizar empregados e contratados, estes se tornam multiplicadores na erradicação de ocorrências desse tipo de violência e exploração.

Em atendimento ao Disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que proíbe a utilização de trabalho degradante ou forçado e/ou trabalho infantil, e ao compromisso firmado com o PNUD– Pacto Global, para formalizar tais determinações em suas operações, a Eletrosul exige de seus fornecedores o cumprimento dos direitos humanos e trabalhistas, mediante cláusulas contratuais, solicitando, para fins de registro cadastral e habilitação em licitações, uma declaração assinada pelo representante legal da empresa, comprovando que esta não possui no seu quadro funcional menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 anos em qualquer atividade, salvo como aprendiz, nem empregados executando trabalho



Serviços terceirizados

degradante ou forçado. Sem a apresentação desta declaração, a Eletrosul não firma contrato com a empresa, bem como não a habilita em processos licitatórios, nem mesmo emite Certificado de Registro Cadastral.

Em 2012 foram realizados 1.074 contratos, que somaram R\$ 152.654.200,00, todos contendo cláusulas relacionadas a direitos humanos, como a apresentação de declaração formal da não utilização de mão de obra escrava e/ou trabalho infantil (GRI HR1).

No intuito de promover a equidade de gênero e raça, a empresa realizou, em 2012, diversas ações desenvolvidas pelo Comitê de Gênero e Raça da Eletrosul, que não foram enquadradas formalmente como treinamento, mas que seguem as diretrizes da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

Mais do que garantir os direitos trabalhistas aos seus empregados, a empresa aplica o mesmo aos fornecedores, incluindo os de organização e

associação, conforme previsto na Constituição Brasileira e no artigo 9º da Lei de Greve, nº 7.783, de 28/06/1989. Nos casos de greve, a Eletrosul negocia com os sindicatos a permanência dos empregados necessários para que o fornecimento de energia seja mantido. Assim, até hoje não foi identificada nenhuma ação quanto ao cerceamento desse direito aos empregados, bem como aos fornecedores (GRI HR5).

6.15.1 Fornecedores (GRI EC6)

Os critérios para seleção de fornecedores adotados pela Eletrosul abrangem requisitos jurídicos, fiscais, trabalhistas, econômico-financeiros e técnicos, em consonância com a Lei nº 8.666/93. Esta determina a garantia da isonomia no processo de contratação de serviços e produtos para as empresas estatais, e por isso a Eletrosul não tem autonomia para privilegiar os fornecedores locais nos processos de contratação.

Além dos critérios definidos na Lei 8.666/93, a Eletrosul seleciona tecnicamente seus

fornecedores de materiais críticos através da qualificação dos mesmos. Esta qualificação, quando aplicável, é complementada por meio da avaliação técnica atendendo à NBR 12.966 – Avaliação técnica de fornecedores e da exigência de Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), segundo os requisitos da norma NBR ISO 9001 para os fornecedores de materiais abrangidos pelo Projeto NBR 19000, das empresas Eletrobras. A análise de protótipos também é um recurso utilizado em complementação às avaliações.

6.16 Responsabilidade pelo produto (GRI EU25)

Apesar de a Eletrosul divulgar informações sobre segurança relacionada ao produto, em 2012 foram registrados dois acidentes e duas ações referentes a acidentes de trabalho, nas quais a Eletrosul é acionada de forma subsidiária em processo movido por empregado de empresa contratada para implantação da UHE Passo São João.

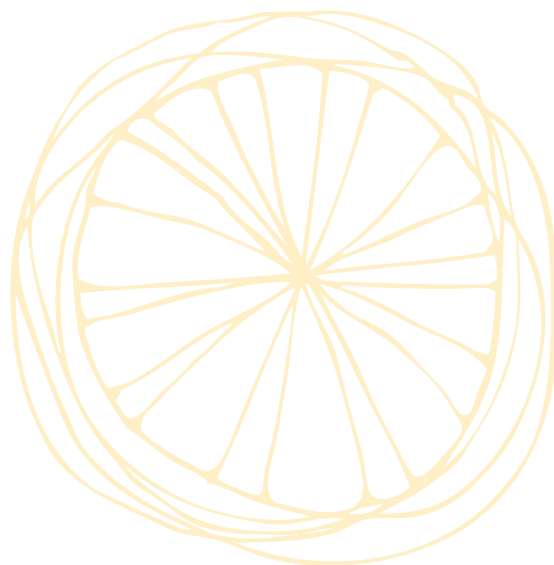




Araucária – Paraná

7. Dimensão Ambiental

Araucária é a espécie arbórea dominante da floresta ombrófila mista, ocorrendo majoritariamente na região Sul do Brasil. É conhecida por diversos nomes populares, entre eles pinheiro-brasileiro e pinheiro-do-paraná. É também chamada pelo nome de origem indígena, curi. Sua origem remonta mais de 200 milhões de anos atrás quando sua população se disseminava pelo Nordeste brasileiro. Pode atingir 50 metros de altura, com um diâmetro de tronco de 2,5 metros à altura do peito. Sua forma é única na paisagem brasileira, parecendo uma taça ou guarda-chuva.



A Eletrosul, com base em seu posicionamento estratégico, tem trabalhado intensamente para diversificar as fontes de energia geradas pela empresa, sempre privilegiando as renováveis para, assim, obter melhor aproveitamento energético com menor impacto socioambiental.

Tendo como política o compromisso de implantar e manter seus ativos operacionais com absoluta observância às legislações ambientais e respeito às populações abrangidas pelos seus empreendimentos, desenvolve suas atividades priorizando a prática do bom relacionamento com todas as partes interessadas.

Para tanto, a Eletrosul atua na elaboração e execução de projetos, obtenção de licenças ambientais para a implantação de empreendimentos e gestão dos ativos, levantamentos físicos, avaliação de terras e benfeitorias, negociação e regularização de bens imóveis e acompanhamento de obras.

A Política Ambiental do Sistema Eletrobras estabelece princípios para o tratamento das questões socioambientais associadas aos empreendimentos de energia elétrica das empresas que o integram. A premissa fundamental de sua formulação é a conformidade com as diretrizes das políticas públicas relativas a meio ambiente, recursos hídricos e bem-estar social, bem como com os acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, como a Convenção do Clima, a Agenda 21, o Protocolo de Quioto e outros.

A política traz princípios de articulação interna, para que seja assegurada a incorporação da dimensão ambiental aos processos da empresa, e externa, para a implantação de programas e ações ambientais articuladas com outros setores e instituições, além de princípios de relacionamento com a sociedade, uso sustentável dos recursos energéticos locais e regionais, apoio ao desenvolvimento tecnológico

e científico aplicado às questões ambientais e integração dos sistemas da gestão ambiental das empresas Eletrobras.

A Eletrosul investiu em 2012 o valor de R\$ 943,31 mil em preservação da biodiversidade, R\$ 7.570 mil em recuperação de áreas degradadas e mais R\$ 7.044 mil em outros projetos ambientais, totalizando o valor de R\$ 14.614 mil em investimentos e gastos em proteção ambiental (**GRI EN30**).

Em 2012, a empresa recebeu uma sanção administrativa de multa referente ao empreendimento UHE São Domingos, no valor de R\$ 30.000,00, sendo esta objeto de discussão na esfera administrativa, em fase de recurso. Também recebeu notificação de embargo ambiental que determinou a paralisação das obras e atividades do citado empreendimento. Em seguida, uma solução administrativa determinou a cessação dos efeitos do embargo – sem custos associados. Na esfera judicial, em 2012, não houve ocorrências (**GRI EN28**).

7.1 Licenciamentos ambientais

Em 2012 foram obtidas 33 licenças ambientais, sendo 4 Licenças Prévias (LP), 12 Licenças de Instalação (LI) e 17 Licenças de Operação (LO). Também foram emitidas 7 isenções de licenciamento. Além dessas licenças, foram

obtidas outras 39 autorizações, sendo 3 emitidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), 7 Autorizações de Resgate de Fauna e 6 Declarações de Utilidade Pública (DUP). Ao montante foram incluídas, ainda, Autorizações Ambientais, Autorizações de Corte, Alvarás Florestais, entre outros.

7.2 Emissões atmosféricas

A Eletrosul, como uma das empresas Eletrobras participa da elaboração do inventário desde 2009, assumindo conjuntamente com a Eletrobras o compromisso de demonstrar transparência da atuação empresarial, em relação as suas responsabilidades, no que tange as suas emissões.

A partir do diagnóstico garantido pelo inventário e conhecendo o perfil das suas emissões, a empresa poderá estabelecer estratégias, planos e metas para redução e gestão das emissões de gases de efeito estufa, engajando-se na solução desse desafio para a sustentabilidade global.

Os inventários seguem a metodologia do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas – IPCC (2006) e as diretrizes do GHG Protocol, padrão corporativo de contabilização e reporte de emissões. A empresa declara em seus inventários as suas emissões diretas



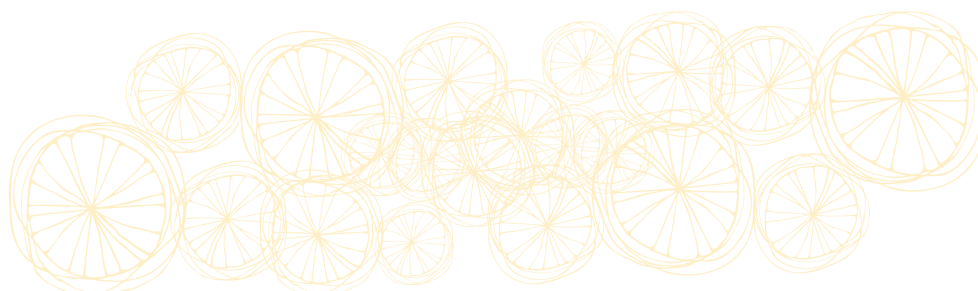
São Domingos – fauna e flora

(escopo 1) e indiretas (escopo 2 e 3). No escopo 1 foram consideradas as emissões diretas provenientes dos grupos geradores de emergência que operam na sede da empresa e nas subestações, do consumo de GLP em cozinhas, da queima de combustíveis por veículos próprios ou controlados pela empresa, da queima de combustíveis por aeronaves alugadas para uso exclusivo da empresa, do gás SF₆ utilizado como isolante elétrico em disjuntores e transformadores, do gás consumido em recargas de extintores de incêndio e do gás consumido em recargas de equipamentos de ar condicionado. No escopo 2 foram consideradas as emissões indiretas do consumo de energia elétrica adquirida da rede distribuidora e das perdas no sistema

de transmissão (**GRI EN16**). No escopo 3 foram consideradas as emissões indiretas do consumo de combustível para o transporte de equipamentos, de empregados no trajeto residência-trabalho e das viagens aéreas nacionais e internacionais realizadas por empregados à serviço. (**GRI EN17 e EN29**)

A partir do estabelecimento de uma rotina para elaboração e publicação dos inventários de gases de efeito estufa, todos os anos têm sido publicados uma edição sendo que o conteúdo inventariado vem sendo ampliado a cada edição, na medida em que novas fontes passam a ser incorporadas. A tabela 1 resume os inventários publicados e a evolução das fontes inventariadas.

EDIÇÃO	2010	2011	2012	2013
Abrangência	ano 2009	ano 2010	ano 2011	ano 2012
Conteúdo	Escopo 1: Fontes Fixas; Fontes Móveis; Fugitivas de SF ₆	Escopo 1: Fontes Fixas; Fontes Móveis; Fugitivas de SF ₆ ; Fug. extintores	Escopo 1: Fontes Fixas; Fontes Móveis; Fugitivas de SF ₆ ; Fug. extintores	Escopo 1: Fontes Fixas; Fontes Móveis; Fugitivas de SF ₆ ; Fug. extintores; Fug. Refrigeração
	Escopo 2: EE adquirida	Escopo 2: EE adquirida; Perdas na transmissão	Escopo 2: EE adquirida; Perdas na transmissão	Escopo 2: EE adquirida; Perdas na transmissão
			Escopo 3: Viagens aéreas; Transporte e distribuição; Transporte de ida e volta ao trabalho	Escopo 3: Viagens aéreas; Transporte e distribuição; Transporte de ida e volta ao trabalho
Gases EE	CO ₂ CH ₄ N ₂ O SF ₆	CO ₂ CH ₄ N ₂ O SF ₆	CO ₂ CH ₄ N ₂ O SF ₆	CO ₂ CH ₄ N ₂ O SF ₆ HFCs PFCs

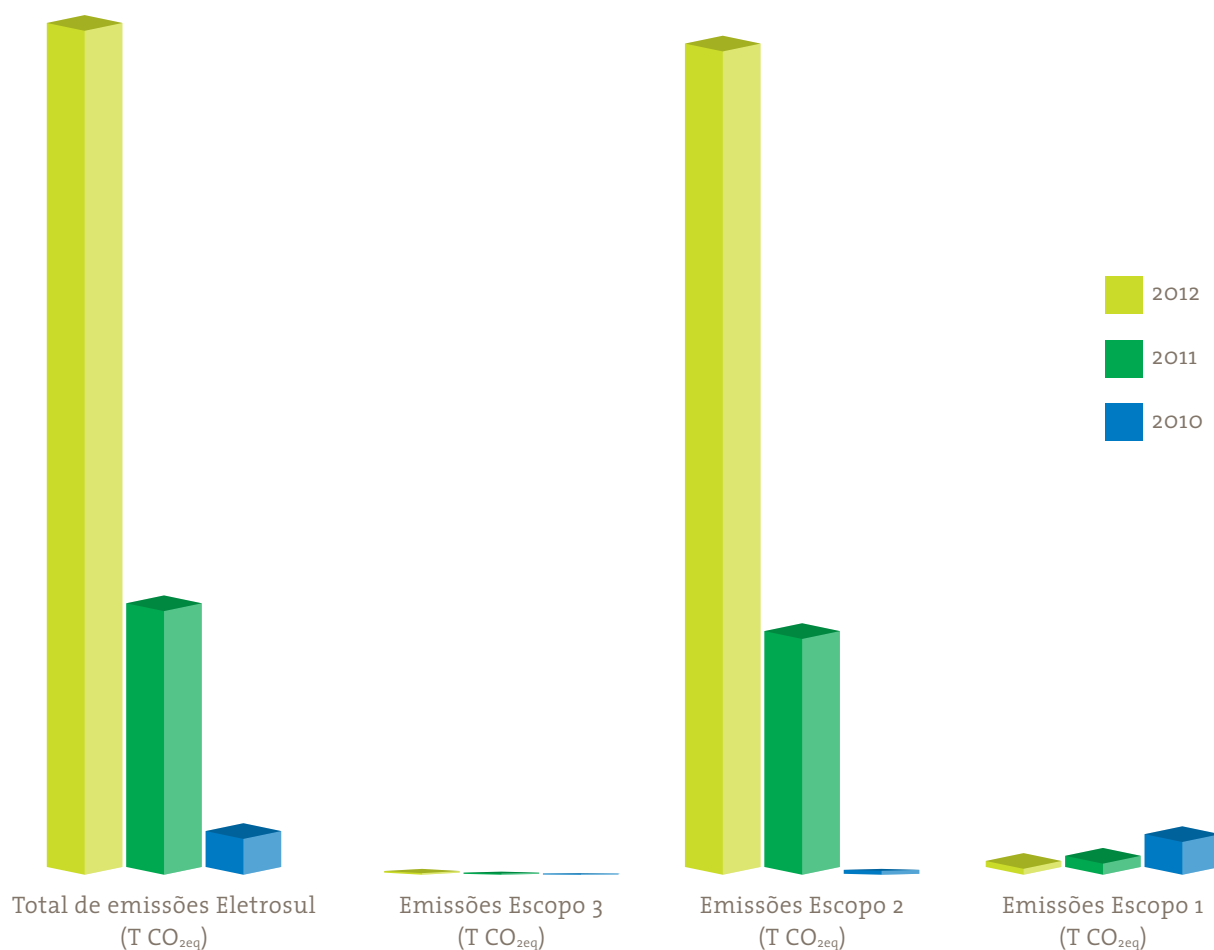


O total das emissões da empresa no ano de 2012, bem como um comparativo com

os anos anteriores está apresentado na tabela 2 e gráfico, a seguir:

Ano Base	Emissões Escopo 1 (T CO _{2eq})	Emissões Escopo 2 (T CO _{2eq})	Emissões Escopo 3 (T CO _{2eq})	Total de emissões Eletrosul (T CO _{2eq})
2010	10.464,3	883,24	–	11.347,54
2011	5.456,3	55.856,00	535,00	61.847,30
2012	4.484,94	186.133,00	305,11	190.923,05

Comparativo de Emissões de Gases de Efeito Estufa – Eletrosul



O detalhamento das emissões por escopo está apresentado na tabela 3 (**GRI EN16 e GRI EN17**), a seguir:

	Escopo 1				Escopo 2				Escopo 3				TOTAL	
	Fixas, Geradores e Outras	Móveis (Rodoviárias, e Aeroviárias)	Fugitivas (SF6, Refrigeração e Extintores)	Subtotal Escopo 1	Consumo de Eletricidade	Perdas na Transmissão	Perdas na Distribuição	Subtotal Escopo 2	Produtores Independentes de Energia – PIEs	Viagens Aéreas	Transporte de Colaboradores	Logística Terrestre		Subtotal Escopo 3
TOTAL 2010 (t CO _{2e})	100,01	1.657,06	8.707,23	10.464,30	883,24	v.c.	n.a.	883,24	n.a.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	11.347,54
TOTAL 2011 (t CO _{2e})	61,00	1.716,00	3.679,3	5.456,30	435,00	55.421,00	n.a.	55.856,00	n.a.	223,00	312,00	n.d.	535,00	61.847,30
TOTAL 2012 (t CO _{2e})	66,32	1.787,57	2.631,05	4.484,94	691,30	185.441,70	n.a.	186.133,00	n.a.	140,39	162,74	1,98	305,11	190.923,05

Legenda:

n.a. Não se aplica

n.d. Não disponível

n.e. Não especificado

v.c. Valor informado somente para o conjunto das empresas

O aumento das emissões de 2012 em relação aos anos anteriores deve-se a estratégia de gradativamente aumentar o número de fontes inventariadas de modo a consolidar as metodologias utilizadas e também as emissões indiretas relativas às perdas na transmissão.

O maior despacho das térmicas, em 2012, influenciou fortemente o fator de emissão do SIN, o que, por sua vez, afetou o cálculo das emissões de GEE referentes às parcelas “consumo de eletricidade” e “perdas na transmissão”, já que este fator é utilizado na metodologia de cálculo destas emissões. Por este motivo, houve aumento significativo na parcela de perdas na transmissão em relação ao ano de 2011. Convém salientar que estas emissões são indiretas, pois de fato ocorrem quando a energia é gerada.

Verificou-se uma redução nas emissões de SF₆, considerada a maior emissão direta da Eletrosul, em virtude de ações voluntárias implementadas, visando manter um processo sistemático de melhoria contínua. Como exemplo deste processo, podemos citar o tratamento/regeneração do gás SF₆, a instalação permanente de manômetros para supervisão da pressão do gás e aprimoramento das especificações técnicas de artefatos de vedações, bem como do processo de inspeção dos mesmos.

Outro mecanismo utilizado pela empresa para reduzir emissões está relacionado às alternativas tecnológicas de comunicação. As videoconferências têm se mostrado uma ferramenta eficaz, sobretudo quando o número de empregados a serem deslocados e o tempo gasto em transporte se mostram inviáveis, tanto sob o ponto de vista operacional quanto do ambiental. Em 2012, houve uma redução de aproximadamente 59% nas emissões decorrentes de viagens aéreas a serviço. **(GRI EN 18)**

Com relação às substâncias químicas que destroem a Camada de Ozônio – SDOs, a Eletrosul utiliza nos aparelhos de ar condicionado da sede o gás HFC-134^a e o R22. Em 2012, as emissões foram de 130 TCO_{2eq}.

Nas áreas descentralizadas a reposição do gás dos aparelhos de ar condicionado ainda não é computada. (GRI EN19)

Atualmente, a Eletrosul não possui alocação de permissões de emissões de equivalentes de CO₂ para crédito de carbono de seus empreendimentos próprios, sendo contemplado apenas para a Usina Eólica Cerro Chato, empreendimento na modalidade Sociedade de Propósito Específico. (GRI EU5)

7.3 Eficiência energética (GRI EN5; EN6; EN7; EN26)

Apesar da Eletrosul não se enquadrar nas empresas com obrigatoriedade da lei de cumprir o Programa de Eficiência Energética da ANEEL, a empresa faz investimentos na área, conforme os citados a seguir:

Etiquetagem das novas instalações – A Eletrosul tem por objetivo tornar todas as instalações eficientes, obtendo a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia para Edificações Comerciais, tanto para o projeto quanto para a construção.

Novas Tecnologias – A Eletrosul investe no estudo de aplicações de novas tecnologias nas áreas-fim da empresa, subestações, usinas, linhas de transmissão e PCHs, com o objetivo de aumentar a eficiência do sistema e tornar a empresa mais competitiva. Atualmente está sendo elaborado um parecer técnico acerca da viabilidade de aplicação da norma IEC61850 em Sistemas de Proteção e Controle de Subestações existentes e futuras.

Educação – Os profissionais de eficiência energética da empresa apresentam em eventos e escolas, por meio de palestras, os projetos realizados e os conceitos de eficiência energética e de conservação de energia. Além disso, a Eletrosul atende diariamente visitantes na Casa Eficiente, que é uma casa construída com o objetivo de tornar-se uma vitrine de conceitos de eficiência energética, sustentabilidade, adequação climática e uso racional da água, não só para a comunidade

acadêmica, mas também para os profissionais que atuam no mercado da construção civil e comunidade em geral. Localizada no pátio da Sede, em Florianópolis (SC), a Casa Eficiente contou, em 2012, com um público de 2.763 visitantes de diversas instituições como RBS TV, Unioeste, Instituto Federal de Santa Catarina, entre outros, além de ter sido indicada como uma das três finalistas do Prêmio Fundação COGE 2012 na categoria “Ações de Responsabilidade Ambiental”.

PROCEL – A Eletrosul, enquanto integrante das empresas Eletrobras, também trabalha, na área da eficiência energética, com programas do PROCEL, tais como o ReLuz, o Edifica (Prédios Públicos), o Educação, etc.

Entre as últimas realizações da área de eficiência energética estão os seguintes projetos:

2011/2012 – Reluz Novo Hamburgo: A Eletrosul participou, como mediadora, do Projeto ReLuz de Novo Hamburgo (RS), que contou com investimentos da prefeitura municipal na ordem de 25% de entrada e 75% de financiamento por meio da RGR (Reserva Global de Reversão). O valor total do projeto é de R\$ 9.538.195,20 e a economia de energia final prevista por ano é de 8.613.680 kWh. O projeto engloba a instalação de 22.852 pontos de iluminação pública e 3.119,65 kW instalados.

2012 – Prédio do Setor de Manutenção de Campos Novos: a ser inaugurado oficialmente em 2013, mas já em uso, seu projeto foi direcionado para atender a diversos conceitos de sustentabilidade, como: eficiência energética, conservação de energia e utilização racional de água.

No local, a energia economizada não pode ser comprovada através de simples comparação antes e depois por tratar-se de um prédio novo. Por isso, foi realizado um processo comparativo com o consumo da antiga sede do Setor e a medição dos últimos quarenta dias do novo prédio. Como a estrutura do prédio mais recente é maior e possui oficinas, que não existiam no anterior, foi utilizada a medição



de novembro de 2012 e, baseada no perfil de uso da edificação antiga, feita uma previsão de consumo dos outros meses.

Prevista a redução e considerando-se os conceitos de sustentabilidade utilizados na construção, foi estimado um consumo até 50% menor em relação àquele que se teria caso a construção do prédio com a mesma infraestrutura e os mesmos ambientes, ocupação e tipo de trabalho não tivesse levado em conta os conceitos utilizados.

Juntamente à aplicação das estratégias e conceitos acima citados, o prédio também passou pelo processo de etiquetagem pelo Organismo de Inspeção de Eficiência Energética em Edificações, da Fundação CERTI. Este processo, como parte do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE/INMETRO), objetivou a obtenção da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), em duas fases: primeiramente, antes do início da obra, quando o projeto todo foi avaliado e obteve a classificação máxima de eficiência energética–

nível A. Após a obra ter sido concluída, em outra avaliação, foi feita uma inspeção no local pela Fundação CERTI, que classificou o prédio como sendo eficiente ao máximo, emitindo a etiqueta nível A para “Edificação Construída”. Dentre os diferenciais desta obra, sob os aspectos da sustentabilidade, podemos destacar: o uso de condicionadores *split* do tipo inverter, a iluminação eficiente com lâmpadas fluorescentes tubulares T5, o aproveitamento da luz natural, o aproveitamento da água da chuva, o aquecimento da água por coletor solar e o tratamento de águas residuais por tanque de zona de raízes (*wetland*).

Quanto aos indicadores da ANEEL referentes a Projetos de Eficiência Energética (PEEs) destinados à formação da cultura em conservação e uso racional de energia elétrica, por envolverem unidades consumidoras não são aplicáveis à Eletrosul.

Com relação a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&Ds) voltados ao meio ambiente, em 2012 foram aplicados R\$ 1.404.728,12,

em 2011 R\$ 742.919,84 e em 2010 R\$ 1.267.052,28. Neste período não foi registrada nenhuma patente no INPI. Em 2012 também não tivemos nenhuma ocorrência de ações de P&D que favoreçam a prevenção da poluição.

7.4 Projeto Megawatt Solar (GRI EN6)

A implantação do Megawatt Solar pode representar um novo momento para a energia solar no Brasil, que já estuda a inclusão da fonte nos leilões a partir de 2013. A usina coloca a Eletrosul em evidência nesse setor, haja vista que será o maior projeto brasileiro integrado a uma edificação.

Lançado em fevereiro de 2012, o edital de concorrência internacional nº 91320120044 para contratar a implantação da SOL Megawatt Solar, teve como vencedor o consórcio EFACEC MEGAWATT SOLAR. O projeto conceitual, que segue o modelo BIPV (sigla em inglês para Sistema Fotovoltaico Integrado à Edificação), prevê a instalação de módulos fotovoltaicos na cobertura do prédio e nos estacionamentos da sede da Eletrosul, em Florianópolis, totalizando uma área de aproximadamente 10 mil metros quadrados. A usina fotovoltaica, com capacidade instalada de 1 megawatt-pico (MWp), utilizará tecnologia de módulos de silício cristalino.

É esperada a produção de 1.063 MWh de energia no primeiro ano de operação – equivalente ao consumo de 489 residências –, evitando a emissão anual de 260 teqCO₂ na atmosfera. A entrada em operação comercial está prevista para o primeiro semestre de 2013 e sua energia será comercializada por 10 anos para consumidores livres. Como a Eletrosul está buscando se tornar consumidor livre de energia, entre 10% e 20% da energia da SOL Megawatt Solar será contratada pela própria Eletrosul para suprir seu edifício-sede, aumentando tanto a sua geração como também a sua utilização de energia de fontes limpas e renováveis.

A licitação encerrou com o lance de R\$ 8.099.637,28, um deságio de 14% frente ao orçado, sendo que parte deste valor virá

de um financiamento não reembolsável do banco alemão KfW Bankengruppe. O projeto conta com apoio técnico da agência alemã de cooperação internacional GIZ (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e do Instituto Ideal.

Como forma de estimular o crescimento de um mercado de energia verde no país e agregar valor à energia fotovoltaica produzida, será vinculada à comercialização dessa energia a emissão de um Selo Solar, sob gestão do Instituto Ideal. Esse selo poderá ser utilizado em diversos mecanismos de comunicação da empresa compradora da energia como uma ferramenta de marketing, dando ao cliente final a visão sustentável da empresa. Em função dessa estratégia, a energia produzida pela usina será comercializada no Ambiente de Contratação Livre.

Além dessa usina comercial, o edital prevê a instalação de uma planta experimental de 8 kW de potência, contemplando outras tecnologias fotovoltaicas instaladas em estruturas metálicas ajustáveis em inclinação e orientação solar, permitindo o estudo comparativo de desempenho desses sistemas perante diversas condições de operação. A energia gerada por esta planta experimental será absorvida pelo edifício-sede da Eletrosul. O Megawatt Solar demonstra a destacada atuação da Eletrosul em projetos fotovoltaicos e plantas comerciais empregando essa tecnologia.

No estacionamento do edifício-sede da Eletrosul encontra-se em operação, desde fevereiro de 2009, a Planta-Piloto Fotovoltaica. Como o próprio nome diz, seu objetivo foi servir como piloto para empreendimentos maiores, como o Projeto Megawatt Solar, a fim de desenvolver competência técnica e avaliar os impactos da inserção dessa fonte na rede elétrica. Com potência instalada de 11,97 kWp e uma área de cobertura de 228 m², produziu, em 2012, cerca de 12,7 MWh, que foram absorvidos pelo edifício-sede. Estima-se que essa geração seja equivalente ao consumo anual de 5,8 residências

da Região Sul do Brasil. O investimento para sua implantação foi de R\$ 397.627,73.

Integralmente implantados nas dependências da sede da Eletrosul, estes projetos comporão um grande complexo fotovoltaico superior a 1.000 kW, que, além de se tornar uma possibilidade de receita para a empresa, também formará competência técnica própria para futuros projetos no país.

A empresa vem desenvolvendo pesquisa em diversas frentes nesse segmento desde 2004, quando foi uma das financiadoras do projeto Eletrisol, desenvolvido pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) para a implantação de uma planta-piloto de fabricação de células e módulos fotovoltaicos.

Com a mesma instituição, a Eletrosul contratou a elaboração de um Plano de Negócios para implantação de uma indústria de produção de células e módulos fotovoltaicos, contemplando todo o conhecimento técnico obtido com o Eletrisol e agregando os aspectos legais, fiscais e tributários envolvidos. Atualmente, executa um projeto de P&D ANEEL para purificação do silício em grau solar e pretende colocar o Brasil entre os poucos países que têm pleno domínio da cadeia de produção de módulos fotovoltaicos.

Com essas ações, a empresa se solidifica como uma das principais protagonistas na utilização dessa tecnologia tão promissora no nosso país. Buscando se tornar uma das maiores empresas brasileiras com geração de energia a partir de fontes limpas e renováveis, a Eletrosul está investindo fortemente em usinas eólicas por meio de SPEs, atualmente com três usinas em operação, totalizando 90MW de potência instalada, e 19 em construção, totalizando 446MW.

7.5 Materiais e insumos (GRI EN1; EN2)

Embora em quantidade mínima (partes por milhão – ppm), o insumo utilizado pela empresa que representa risco ambiental significativo é o óleo mineral isolante contaminado com Ascarel, um tipo de Bifenila Policlorada – PCB.

A Convenção de Estocolmo, da qual o Brasil é membro signatário, propôs uma meta de eliminação dos PCBs até 2025.

A Eletrosul já está desenvolvendo seu inventário de PCBs: em 2007, teve início o trabalho de levantamento da quantidade de óleo mineral isolante contaminado pelo Ascarel, completando em 2012 um total de 489 transformadores de força e reatores avaliados. A avaliação do nível de contaminação do óleo dos transformadores auxiliares e de instrumentos ainda está em andamento.

Além disso, foram substituídos 249 isoladores e 4,08 toneladas de bauxita ativada contaminada com óleos. Para minimizar o impacto ambiental causado pela utilização desses materiais, a Eletrosul regenerou 135.000 litros de óleo mineral isolante. Há registro de aquisição de 200 kg de gás SF₆ para reposição em equipamentos. Em novos disjuntores, foram adquiridos 1521,50 Kg de gás SF₆ (não se trata de consumo operacional). O principal solvente utilizado nas atividades de manutenção é a benzina. Há registro da aquisição de 4.200 litros. A Eletrosul não fez aquisições de novas cargas de óleo mineral para reposição em equipamentos.

No ano de 2012 foram adquiridas, pela Eletrosul, 12,083 toneladas de papel branco, enquanto que o consumo foi de 11,313 toneladas. Neste mesmo ano foram adquiridas 2,451 toneladas de copos plásticos descartáveis, sendo que o consumo foi de 2,344 toneladas. Também foram adquiridas 4,484 toneladas de papel reciclado, representando aproximadamente 37% do total de papel adquirido. O consumo foi de 4,644 toneladas de papel reciclado, representando cerca de 41% do total. A quantidade de papel reciclado consumida em 2012, 958.500,00 folhas, corresponde à área de 5,59 campos oficiais de futebol. Não houve aquisição de papel A3 reciclado.

7.6 Energia elétrica

Grande parte do consumo de energia indireta da Eletrosul (energia elétrica) é realizada nas funções de climatização, iluminação e tomadas

de instalações como salas de comando das subestações, setores de manutenção e sedes (principal e regionais). Em poucas instalações, a empresa está conectada à concessionária de distribuição local, sendo que na maioria

a alimentação de energia elétrica é feita diretamente do transformador de força da subestação. A energia elétrica utilizada pela Eletrosul provém majoritariamente do Sistema Interligado Nacional (SIN).

	2012	2011	2010
Consumo de energia elétrica (em kWh)	9.950.851,93*	20.079.374,00**	17.319.842,00**

* proveniente de concessionárias, em kWh. Fonte: Consulta ao *software* ambiental da Eletrosul SMAA em 08/01/2013.

** proveniente de fontes próprias e de concessionárias, em kWh. Fonte: Consulta ao *software* ambiental da Eletrosul SMAA em 08/01/2013.

Para o ano de 2012 foi considerado apenas o consumo de energia elétrica proveniente de concessionárias, tendo sido desconsideradas fontes próprias de consumo. Como prática de gestão, destacamos o desenvolvimento anual de inventário de gases de efeito estufa (GEE) das empresas Eletrobras (GRI EN4).

O consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária não se aplica à Eletrosul. Trata-se da energia utilizada para produção do produto principal de uma empresa. A Eletrosul atua na Geração e Transmissão de energia elétrica. No caso da transmissão não há um consumo para a produção e como geração (empreendimentos próprios) a Eletrosul tem somente geração hídrica, não havendo também um consumo energético, exceto a energia

potencial gravitacional motivada pela queda d'água (GRI EN3).

7.7 Água

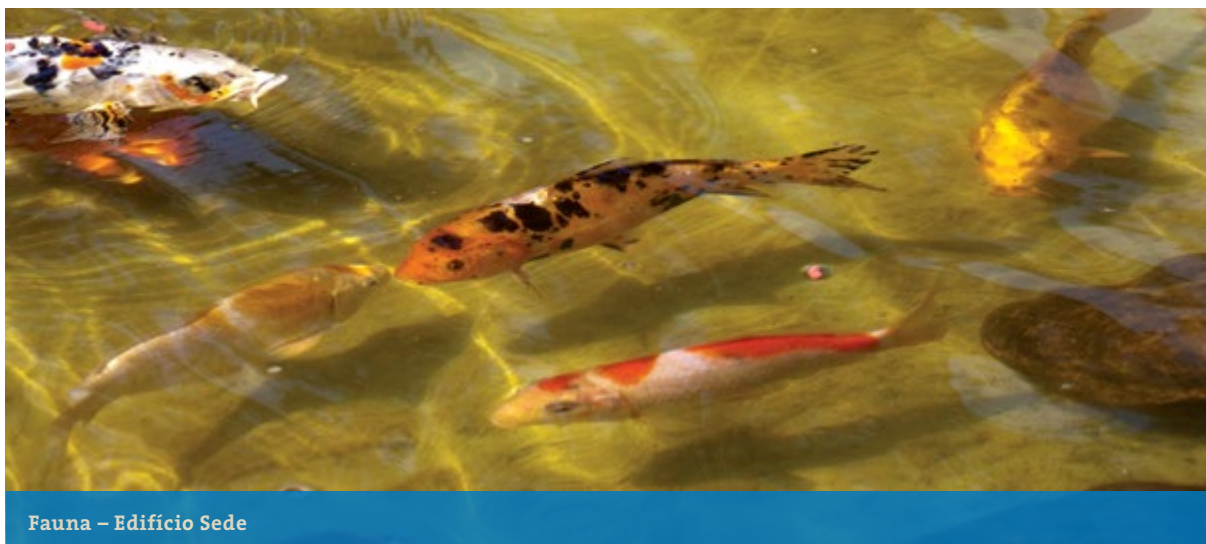
Nas unidades da empresa onde há o consumo de água, este ocorre basicamente por três meios:

- aquisição da concessionária pública;
- captação de poços artesianos;
- captação superficial de corpos d'água.

O monitoramento do consumo de água na Eletrosul é realizado com apoio do *software* ambiental Sistema de Monitoramento das Ações Ambientais (SMAA). Em operação desde 2008, abrangendo a totalidade de suas unidades, tem por objetivo o monitoramento das ações ambientais por meio de indicadores selecionados e pode ser acessado internamente via aplicativo eletrônico.

	2012	2011	2010
Abastecimento (rede pública) (em m³)	28.696,80	27.335,53	26.397,30
Fonte subterrânea (poço)(em m³)	41.969,00	47.801,00	37.951,00
Captação superficial (cursos d'água) (em m³)	1.317,00	3.024,00	6.097,00
Captação de águas de chuva(em m³)	14,90	NA	NA
Consumo total de água (em m³)	85.208,00 + 14,9 (chuva) = 85.222,90	91.421,00	82.782,00
Consumo de água por empregado (em m³)	55,1151	58,7916	51,5454

Fonte: Consulta ao *software* ambiental da Eletrosul SMAA em 08/01/2013.



No caso de abastecimento por rede (concessionária pública), não é possível identificar a fonte hídrica afetada. Já os casos de abastecimento por captação de poços artesianos são mais comuns, ocorrendo em subestações de energia elétrica, tendo seu consumo monitorado pelo software SMAA. Os casos de abastecimento por captação superficial de corpos d'água são excepcionais e não cotidianos, visando suprir apenas alguns dos sistemas anti-incêndio de subestações de energia elétrica, quando necessário – não considerado, portanto significativo (**GRI EN9**).

Dos quatro empreendimentos hidrelétricos da Eletrosul, em cumprimento às Leis Federais e Estaduais que regem o uso de recursos hídricos, a Usina Hidrelétrica Passo São João, em operação, conta com outorga emitida para uso da água autorizando a captação de 333m³/s de água do Rio Ijuí (RS) e a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Barra do Rio Chapéu, em construção, tem a outorga para o Rio Braço do Norte (SC), sem estipular a vazão definida. Os demais empreendimentos, em construção, já tiveram as respectivas outorgas requeridas aguardando a manifestação dos órgãos competentes.

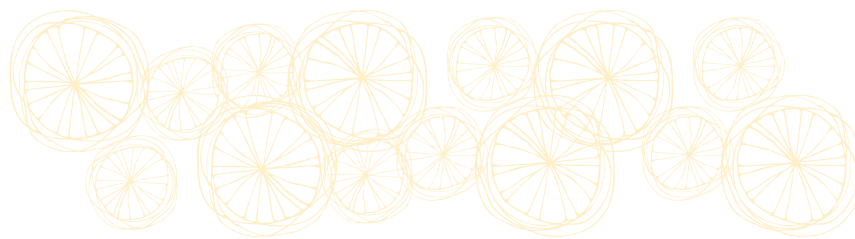
Para discussão sobre questões hídricas, a Eletrosul, sempre que convidada, participa de reuniões de comitês de bacias. Como seu produto principal é a transmissão e a geração de energia hidrelétrica, a Eletrosul não utiliza água

para resfriamento, processamento e consumo em usinas térmicas e nucleares, incluindo o uso de água em manuseio de cinzas (**GRI EN8**).

Sendo a Eletrosul uma empresa que atua no segmento de Geração (Hidrelétrica e Eólica) e Transmissão de Energia Elétrica, o uso da água não é utilizado na cadeia produtiva do serviço disponibilizado, portanto não afeta significativamente as fontes hídricas por retirada de água.

Entre iniciativas de sua política de responsabilidade socioambiental a Eletrosul desenvolveu projetos de reutilização de água pluviais. O aproveitamento de água da chuva na unidade Divisão Regional do Oeste (DROE) está em funcionamento desde janeiro de 2012, sendo atualmente utilizada para a irrigação de uma horta comunitária vizinha. Os 45 mil litros da cisterna e os 5 mil litros do reservatório da horta comunitária são suficientes para irrigar toda a área plantada – cerca de 8 mil m² – durante 20 dias. Segundo informações da companhia responsável pelo abastecimento de água na região, esse volume corresponde ao consumo de água de uma família de três pessoas, de consumo moderado, por um período de cinco meses.

O prédio administrativo do Setor de Manutenção de Campos Novos (SMCNO), desde outubro de 2012 conta com uma torre sustentável com altura total de 8,25 metros e diâmetro de 1,91 m buscando



eficiência energética e uso racional da água, que é o principal diferencial em relação às propostas convencionais que agrupa em um único elemento um sistema de aquecimento solar de água e um sistema de aproveitamento de água da chuva com capacidade de 10 mil litros para fins não potáveis. Na torre ainda está inserida a caixa de água fornecida pela concessionária pública. O sistema da torre é autônomo, quando falta água da chuva os pontos de consumo de água não potável serão supridos com água do sistema de abastecimento público. A torre proporciona ainda vantagens quanto ao efeito estético da edificação e diminui os riscos com vazamentos e manutenções. Seu projeto já participou de mostras, eventos e recebeu premiações.

O reaproveitamento de águas pluviais ainda não é mensurado na DROE (ação com previsão de início para 2013). Em 2012 o consumo de águas pluviais na unidade SMCNO foi de 14,9 m³ (meses de novembro e dezembro), enquanto que o de água potável foi de 42,7 m³. No período, o consumo de água da chuva representa uma economia ou aproveitamento de 25% da necessidade total de água para o prédio. A água da chuva é utilizada nos banheiros (vaso sanitário e mictório), para lavar calçadas e pisos e regar o jardim (**GRI EN10**).

7.8 Gestão de Resíduos (GRI EN22, EN23, EN24)

Os resíduos sólidos gerados pelas atividades de escritório da Eletrosul, tanto no edifício-sede da empresa quanto nas demais instalações administrativas, são recolhidos pelas empresas municipais de coleta e, quando recicláveis, destinados às associações de catadores de resíduos recicláveis dos municípios interessados, via convênio – ação já em vigor na unidade Sede, na Subestação e Setor de Manutenção

de Joinville, Dourados e Santo Ângelo e nas Divisões Regionais do Paraná, do Mato Grosso do Sul, de Santa Catarina e do Oeste e em processo de implantação nas demais áreas da empresa. Desta forma, além de contribuir significativamente para a redução do volume de resíduos destinados ao meio ambiente, contribui também para a sociedade, por meio da geração de empregos para muitas famílias.

Os resíduos sólidos gerados pelas atividades de manutenção e operação do sistema de transmissão propriamente ditas, caracterizados como resíduos perigosos, são coletados e armazenados seletivamente nas fontes, segundo sua característica principal (resíduos oleosos, contaminados com solventes etc.), e encaminhados para empresas especializadas em transporte, tratamento e disposição final desta categoria de resíduos. Para acompanhar esse processo, a empresa tem a prática de exigir Certificados de Destinação, que contemplam todas as informações necessárias para esse controle.

A gestão dos resíduos é realizada de maneira eletrônica e com alimentação de informações descentralizada. Além disso, a empresa formalizou sua preocupação com o transporte correto de produtos perigosos entre as suas áreas, elaborando e distribuindo material instrutivo aos envolvidos.

Em 2012 não foi registrada nenhuma ocorrência de vazamento de óleos, segundo os registros de contingência. Em 2011 foram registradas 14 ocorrências, totalizando um volume de 600 litros.

A seguir, apresentamos o quadro com o peso total dos resíduos perigosos e totais da empresa por ano.

	2012	2011	2010
TOTAL resíduos Eletrosul (kg)	191.927,55	62.339,70	110.013,40
Peso total dos resíduos perigosos transportados (Aterro Sanitário Industrial) (Kg)	1.764,80	51.146,80	15.698,65
Peso total dos resíduos perigosos tratados (Incineração) (Kg)	3,80	5,21	9,20
Peso total dos resíduos perigosos importados (Kg)	0	0	0
Peso total dos resíduos perigosos exportados (Kg)	0	0	0

Fonte: Consulta ao software ambiental da Eletrosul SMAA em 09/01/2013.

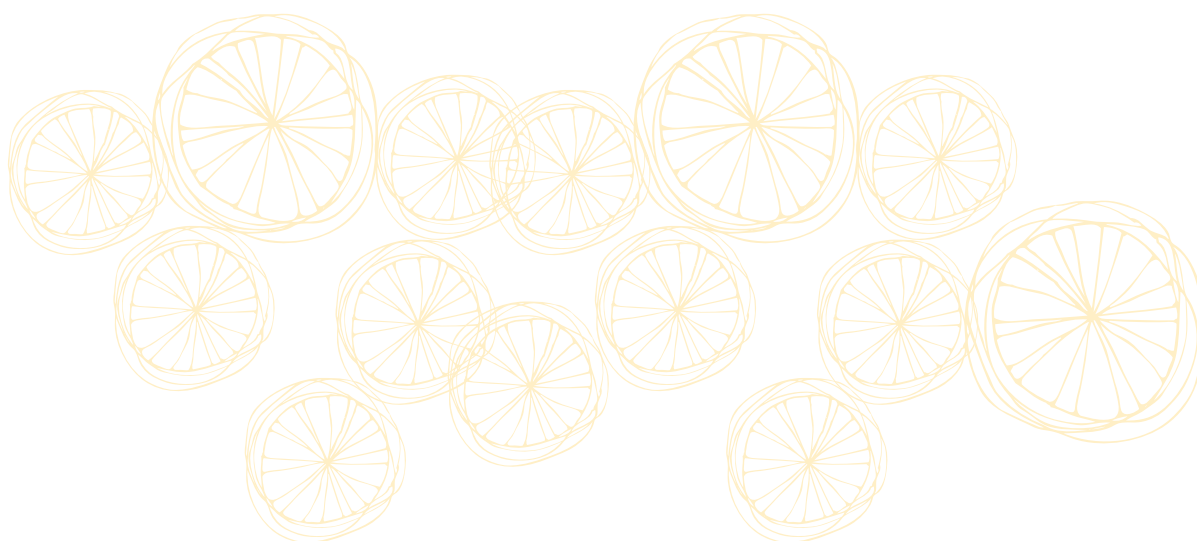
Para todos os resíduos acima demonstrados, quando da realização dos serviços de transporte e destinação por empresa contratada, é solicitado Certificado de Destinação contemplando as principais informações acerca do processo (como local e data da destinação, peso e tipo do resíduo destinado, dentre outros), apoiando juridicamente a Eletrosul.

A Eletrosul é uma empresa que atua nas áreas de transmissão e geração de energia elétrica, prioritariamente nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul. O transporte de resíduos perigosos decorrentes das contratações de destinação em aterro industrial ou, em menor escala, incineração (resíduos de saúde), não ultrapassa o limite territorial destes estados. A destinação do resíduo perigoso gerado sempre ocorre no aterro industrial ou incinerador mais próximo.

O transporte de resíduos perigosos decorrentes das contratações de destinação em aterro industrial ou, em menor escala, incineração (resíduos de saúde), não ultrapassa o limite territorial dos estados onde a empresa atua.

A empresa já formalizou a questão do transporte de produtos perigosos entre suas áreas para todos os tipos de resíduos gerados e elaborou e distribuiu um manual instrutivo, amplamente divulgado às unidades envolvidas com esse assunto.

Atualmente, a contratação e gestão do processo de destinação final dos resíduos sólidos, tanto de Classe I quanto de Classe II, ocorrem de modo pulverizado e descentralizado, sob responsabilidade das unidades geradoras. A seguir o quadro com o peso total dos resíduos por tipo.



Resíduos Eletrosul	2012	Métodos de destinação	Quantidade destinada (Kg)
TOTAL Classe I – perigosos (Kg)	4.090,90	Alienação	0,10
		Aterro Sanitário Industrial	1.613,80
		Incineração	3,80
		Reciclagem	2.473,20
TOTAL Classe IIA – não perigosos (Kg)	100.334,65	Alienação	14.376,00
		Aterro Sanitário Comum	47.146,00
		Coleta Municipal	31.307,75
		Compostagem	1.461,00
		Reciclagem	3.559,10
		Reutilização	2.484,80
TOTAL Classe IIB – não perigosos (Kg)	87.502,00	Aterro Sanitário Industrial	151,00
		Coleta Municipal	16.351,00
		Outros	71.000,00
TOTAL (kg)	191.927,55		

Fonte: Consulta ao *software* ambiental da Eletrosul SMAA em 09/01/2013.

Em 2012, os gastos com tratamento e destinação de resíduos tóxicos somaram R\$ 8.308,30. Já em 2011 foram R\$ 16.387,41 e em 2010 foram R\$ 28.150,00. Em 2012, os gastos com a destinação de resíduos não perigosos foram R\$ 10.637,40. Já em 2011 foram R\$ 1.440,00 e, em 2010, R\$ 2.382,38.

A Eletrosul não possui equipamentos contendo Ascarel puro, apenas óleo mineral isolante contaminado com este composto. Em 2012 não houve registros de destinação de resíduos sólidos contaminados com Bifenilas Policloradas – PCBs.

A gestão dos resíduos sólidos gerados é realizada de maneira eletrônica por meio do *software* ambiental da Eletrosul–Sistema de Monitoramento das Ações Ambientais (SMAA). Em operação desde julho de 2008, conta com alimentação descentralizada e subsidia as ações de monitoramento ambiental necessárias. Não há registros de resíduos desagregados e/

ou excluídos da rotina de operações. Não há aplicabilidade para barragem de rejeitos e resíduos para empresas com areias, petrolíferas e/ou operações de mineração de areias.

Quanto a indicadores referentes à substituição de Ascarel em equipamentos e percentual de lâmpadas descontaminadas em relação ao total substituído nas unidades consumidoras, não são aplicáveis à Eletrosul.

7.9 Biodiversidade e Unidades de Conservação (GRI EN11; EN12; EN13; EN14; EN15; EU13)

Os empreendimentos de geração da Eletrosul não estão localizados em áreas de Unidades de Conservação. Em outras localidades, nas estreitas faixas de servidão, os impactos na biodiversidade não são tão significativos quanto aqueles causados pelos empreendimentos de geração, devido à característica linear das Linhas de Transmissão.

Nas áreas onde os empreendimentos elétricos são implantados, para mitigar os impactos ambientais como supressão da vegetação, inundação e modificações na composição da flora e fauna, a Eletrosul desenvolve Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/Rimas) ou Relatórios Ambientais Simplificados (RAS), para empreendimentos de pequeno porte, e executa todas as medidas ambientais necessárias.

É prática da empresa desenvolver ações de recuperação de áreas degradadas, reposição florestal e monitoramento, gerenciamento de resíduos e controle de processos erosivos. Geralmente, essas práticas são executadas pelas empreiteiras contratadas para execução das obras, sob coordenação e responsabilidade da Eletrosul.

Para as áreas onde é realizada a supressão vegetal, a empresa faz um intenso trabalho de reposição florestal. Para se ter uma ideia, em 2012, 1.600 mudas nativas foram plantadas na Área de Preservação Permanente (APP) da PCH Barra do Rio Chapéu. Além disso, a Eletrosul promove campanhas de monitoramento de fauna antes da implantação do empreendimento, o que permite realizar levantamento das espécies existentes no local anteriormente à intervenção; salvamento de flora antes da supressão de vegetação e reposição florestal visando à manutenção da variabilidade genética das populações e resgate e afugentamento de fauna para salvar os espécimes durante o enchimento do reservatório. Também são previstos programas de monitoramento para o período após a conclusão das obras, a fim de se obter um comparativo da biodiversidade antes, durante e após a implantação do empreendimento.

A área de atuação da Eletrosul envolve os biomas Cerrado (Região Centro-Oeste), Mata Atlântica (Sul), Pampas (Sul) e Floresta Amazônica (Norte), onde existem diversas espécies ameaçadas de extinção. Para que haja a preservação dessas espécies, os estudos ambientais desenvolvidos pela empresa listam e monitoram seus hábitos durante as obras.

Quanto aos indicadores da ANEEL referentes a redes de distribuição, arborização urbana e recuperação de áreas degradadas neste âmbito, não são aplicáveis à Eletrosul.

Em 2012, o total de vegetação nativa suprimida em decorrência das atividades de manutenção de Linhas de Transmissão foi 2.776,2 mst, o total de vegetação nativa suprimida relacionada aos empreendimentos de transmissão foi de 126,10 mst e 185,05 m³, e o total de vegetação nativa suprimida relacionada aos empreendimentos de geração foi 79.611,378 mst, totalizando 82.513,678 mst e 185,05 m³. Em 2011 o total de vegetação nativa suprimida em decorrência das atividades de manutenção de Linhas de Transmissão foi 2.774,20 mst, e em 2010 foi 2.025,8 mst.

7.9.1 Áreas de Proteção Ambiental (GRI EN13)

As diretrizes defendidas pela Eletrosul na manutenção de APPs priorizam a utilização de modelos de conservação da biodiversidade. Essa visão prima em refazer processos naturais da sucessão, direcionando a comunidade para a sua integração com a paisagem que a rodeia, refletindo sobre seus processos e sua atual capacidade de campo. Dentro desse contexto, a empresa já está utilizando nas APPs o processo de nucleação, que consiste na criação de pequenas áreas ambientais a fim de aguardar que os grandes espaços desocupados entre elas sejam lentamente ocupados por uma diversidade compatível com o conjunto de aptidões bióticas e abióticas da área em questão. Como resultado, essas técnicas produzem uma variedade de fluxos naturais sobre o ambiente degradado, mantendo processos-chave e contribuindo para resgatar a complexidade de condições dos sistemas naturais.

7.10 Gestão Ambiental da Eletrosul (GRI EN26)

Além das ações realizadas nos Programas Ambientais de cada empreendimento, em 2012 foram realizadas outras iniciativas com o objetivo de mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços da empresa:



Programa Queimadas

Campanha Anual Contra Queimadas

Desde 1995, a Eletrosul desenvolve a campanha em caráter preventivo/educativo com o objetivo de informar aos proprietários rurais que possuem áreas junto às linhas de transmissão e subestações, bem como à população em geral, sobre os riscos das queimadas perto desses locais. A campanha é constituída por jingle de 60 segundos, veiculado em rádios AM, principalmente do interior, outdoors, cartazes, folderes, bonés e sacolas para utilização em armazéns. Este material é distribuído aos proprietários, sindicatos, prefeituras e outras entidades com as quais o público alvo se relaciona.

Programa Hortas Comunitárias

Desde 2001, a Eletrosul desenvolve o programa como estratégia de gerenciamento das áreas de segurança das linhas de transmissão localizadas, especialmente, em grandes centros urbanos. Além de conscientizar as comunidades sobre os riscos da ocupação irregular, o programa dá oportunidade para que elas possam produzir, diversificar a alimentação e reforçar a renda. A iniciativa tem como meta beneficiar as famílias contempladas por meio da educação, do empreendedorismo e da qualificação profissional. Além das definições técnicas sobre os locais a serem implantadas,

promove o cadastramento de famílias, palestras e capacitações, acompanhamento do projeto e monitoramento dos resultados. A integração entre comunidade, poder público e iniciativa privada tem sido a base para o sucesso das ações. Nos quatro estados de atuação da Eletrosul existem 32 hortas comunitárias em funcionamento.

Programas Ambientais de Empreendimentos

É prática da Eletrosul realizar ações de recuperação de áreas degradadas, gerenciamento de resíduos, reposição florestal, educação ambiental e monitoramento e controle de processos erosivos quando da implantação de seus empreendimentos que, geralmente, são executadas pelas empreiteiras de obras contratadas pela empresa por meio de licitação pública, segundo a Lei nº 8.666/1993, ficando a coordenação e o acompanhamento das atividades sob a responsabilidade da Eletrosul.

Reciclagem de Resíduos

Os resíduos recicláveis são destinados às Associações de Catadores de Resíduos Recicláveis dos municípios interessados, via Convênio – ação a ser estendida futuramente em todas as áreas da empresa. Os percentuais de resíduos gerados pela Eletrosul reciclados e reutilizados em 2012 foram

3,14% e 8,78%, respectivamente. Os gastos com reciclagem de resíduos em 2012 foram R\$ 6.768,10 e, em 2011, R\$ 2.588,10. O percentual de resíduos encaminhados para reciclagem sem vínculo com a empresa é nulo.

Gestão Patrimonial da Eletrosul

Os processos de instituição de servidão ou desapropriação de áreas para implantação de empreendimentos envolvem estabelecer melhor relacionamento com a comunidade local. Nesse processo se promove um cadastramento com dados pessoais do proprietário, dos documentos comprobatórios de posse ou domínio da área em questão, um inventário das terras e benfeitorias para correta avaliação de valores e uma negociação coerente com o proprietário. Para os casos de instituição de faixas de servidão para as linhas de transmissão há um registro da faixa para restrições de uso, mediante indenização correspondente. Em caso de desapropriações (subestações e usinas de geração), ocorre a desapropriação mediante a aquisição da propriedade. No caso de reservatórios, é analisada a viabilidade da área remanescente e a possibilidade do proprietário continuar residindo e/ou utilizando o local. Além disso, acontece o pagamento das despesas legais (taxas, certidões, escrituras, registros, impostos, etc.) de responsabilidade da Eletrosul e também um diligenciamento da construção que consiste no acompanhamento, com vistas a propiciar um relacionamento harmônico com os proprietários, impedindo embargos e prejuízos ao bom andamento das obras.

7.11 Planejamento de contingências, plano de gestão e programas de treinamento para desastres/emergências (GRI EU21)

Nas atividades de transmissão de energia elétrica, todas as atividades de operação e de manutenção da Eletrosul encontram-se regidas por normativa interna, dentre os quais Manuais de Manutenção (MMs), Manuais de Operação (MOs) e Prontuários e Planos de Contingência (PPCs). Os Prontuários e Planos de Contingência são desenvolvidos de modo individual, para cada unidade de transmissão da empresa.

Com objetivo de atender às falhas de equipamentos em caráter emergencial, cada instalação tem seu próprio Plano de Contingências.

Já os Prontuários da Instalação atendem ao disposto ao item 10.2.4 da NR-10 e contêm diretrizes básicas para implementação de medidas de controle e sistema preventivos, destinados a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores que direta ou indiretamente interajam em instalações elétricas e serviços com eletricidade nos seus mais diversos usos e aplicações e quaisquer trabalhos realizados nas suas proximidades.

A Eletrosul dispõe de um aplicativo no Serv Notes Eletrosul, onde estão publicados os Prontuários e Planos de Contingências de suas instalações.

Para as atividades de geração de energia elétrica, retomadas pela Eletrosul ao longo do ano de 2012, os MMs e MOs estão em atual fase de desenvolvimento. Os PPCs ainda estão em fase de desenvolvimento para a usina hidrelétrica da empresa em operação, UHE Passo São João (Rio Ijuí, Rio Grande do Sul), que já conta com um programa de treinamento para emergências – PAE institucionalizado. A identificação da contingência e comunicação para as áreas afins é feita por meio do Centro de Operação do Sistema Eletrosul – COSE. A operação deve tomar as seguintes providências:

- acionar as equipes de manutenção de equipamentos e proteção e do setor responsável, conforme estabelecido nos Manuais de Manutenção – MMs, Manuais de Operação – MOs e Prontuários e Planos de Contingência – PPCs de cada unidade;
- identificar o equipamento reserva do PC através do banco BDE, transação SCE E solicitar ao operador/mantenedor que envie fotos do equipamento avariado para as equipes executivas;
- informar ao representante de seguros da Regional a ocorrência do sinistro para que tome as providências, formalizando o sinistro;

- informar ao Gerente da Regional correspondente e do Departamento de Manutenção do Sistema (DMO) a ocorrência da contingência e as providências até então adotadas.

Para os empreendimentos na área de transmissão, os Manuais de Manutenção – MMs, Manuais de Operação – MOs e Prontuários da Instalação encontram-se disponibilizados em aplicativo eletrônico disponível para consulta interna, e os Prontuários e Planos de Contingência – PPCs, além de em meio eletrônico, são disponibilizados em via impressa em cada uma das respectivas unidades, em local visível e de fácil acesso, para uso do público interno. Para as atividades de geração de energia elétrica, retomadas pela Eletrosul ao longo do ano de 2012, os MMs e MOs estão em atual fase de desenvolvimento (de modo individual, para cada nova unidade de geração da empresa) e tão logo sejam concluídos e formalmente aprovados serão incluídos no aplicativo eletrônico junto aos demais documentos desta esfera. Os PPCs ainda estão em fase de desenvolvimento para

a usina hidrelétrica da empresa em operação, UHE Passo São João (Rio Ijuí, Rio Grande do Sul), que já conta com um Plano de Atendimento a Emergências (PAE) institucionalizado.

Em 2012 tivemos 3 ocorrências de queimadas no estado do Rio Grande do Sul, na LT Campos Novos – Nova Santa Rita (09/01/2012 às 19:39h e às 19:46h, e 14/02/2012 às 13:22h). Tivemos ainda 3 ocorrências no estado do Paraná, na LT Areia – Ponta Grossa Norte (07/02/2012 às 15:19h), na LT Ivaiporã – Londrina 2 (18/09/2012 às 16:03h) e na LT Ivaiporã – Londrina 1 (18/09/2012 às 16:10h).

Em 2011 tivemos uma ocorrência motivada por queimada/fogo sob a linha Ivaiporã – Salto Santiago 2 525kV (17/12/2011, às 15:20h).

7.12 Educação e Conscientização Ambiental

O número de empregados treinados nos programas de educação ambiental na Eletrosul em 2012 foi 31, correspondendo a 2,00% do total de empregados. Já em 2011 foram 284 empregados, correspondendo a 18,21% do total e em 2010 foram 319 empregados, correspondendo



Barra do Rio Chapéu – Barragem e vazão sanitária

a 19,81% do total de empregados. Não houve recursos aplicados associados neste período.

As ações de educação ambiental promovidas pela Eletrosul voltadas à comunidade são basicamente o Programa Casa Aberta (tanto na unidade Sede quanto o itinerante) e programas de educação ambiental em decorrência da implantação de novos empreendimentos de geração e transmissão de energia. Em 2012 a empresa atendeu 338 unidades de Ensino Fundamental e Médio, 16.583 alunos e 1.215 professores foram capacitados. Em 2011 a empresa atendeu 493 unidades de ensino, 19.400 alunos e 21 professores foram capacitados, e em 2010 atendeu 2 unidades de ensino e 88 alunos. Unidades de Ensino Técnico e Superior não são contempladas, indicador não aplicável.

Quanto aos indicadores da ANEEL referentes a programas de Eficiência Energética destinados à formação da cultura em conservação e uso racional de energia, por envolverem unidades consumidoras, não são aplicáveis à Eletrosul.

7.13 Geração de energia

Em 2012, a geração de energia da Eletrosul foi na Usina Hidrelétrica Passo São João e na Pequena Central Hidrelétrica Barra do Rio Chapéu. Neste ano, o consumo de energia elétrica das unidades geradoras e auxiliares foi de 282 kWh.

O consumo de água por kWh gerado pode ser expresso em m^3/kWh (volume/energia) e depende da queda líquida verificada e da potência que o gerador operou no intervalo, não sendo, portanto, um valor fixo. Para a UHE Passo São João, considerando a queda e potência nominais, chega-se a $13,278 \text{ m}^3/\text{kWh}$.

O consumo de água em vazão (m^3/s) está associado à potência gerada (MW), e não à energia (MWh), e da mesma forma depende da queda líquida verificada e da potência que o gerador operou no intervalo. Quanto maior a queda, menor o consumo de água e, quanto maior a potência, menor o consumo proporcional (maior rendimento). Para a UHE

Passo São João, considerando-se a queda e potência nominais, chega-se a $3,688 \text{ m}^3/\text{s}/\text{MW}$ (equivalente a $0,003688 \text{ m}^3/\text{s}/\text{kW}$).

Os reservatórios da Eletrosul foram formados recentemente, e não foram identificadas ocorrências relativas à erosão de borda. Entretanto, as áreas suscetíveis à erosão foram mapeadas e estão sendo monitoradas.

Quanto à restauração de mata ciliar, o número de mudas plantadas em 2012 foi de 1.600 mudas nativas, na APP da PCH Barra do Rio Chapéu.

Quanto à qualidade de água e de sedimentos dos reservatórios, foram monitorados os parâmetros totais para as UHEs São Domingos e Passo São João. A PCH João Borges não teve campanhas de monitoramento de qualidade da água em 2012. Informações sobre resgate de peixes em turbinas ainda não são disponíveis, as ações serão iniciadas em 2013. Quanto ao repovoamento de peixes (quantidade de alevinos soltos em reservatórios por ano), seria aplicável à UHE Passo São João e à PCH Barra do Rio Chapéu, contudo a soltura de alevinos exóticos é proibida. Quanto aos alevinos da região, a questão ainda está em discussão com os órgãos ambientais.

Em 2012 o consumo de óleos e graxas lubrificantes (litros de óleo lubrificante utilizados mensalmente por água turbinada) foi de 1.500 litros por $2.252,83 \text{ hm}^3$ ($2.242,65 \text{ hm}^3$ de água turbinada na UHE Passo São João e $10,18 \text{ hm}^3$ de água turbinada na PCH Barra do Rio Chapéu). Ainda não foi necessária a realização de retirada de resíduos em reservatórios.

Em 2012 não houve registros de lançamento de efluentes sanitários sem tratamento, e não houve vazamento de óleos das turbinas.

Quanto aos indicadores da ANEEL referentes a geração termoeletrica e eólica de energia e ao uso de fontes de energia alternativa em áreas protegidas ambientalmente, não são aplicáveis à Eletrosul (em 2012, eólicas em Sociedades de Propósito Específico (SPEs) e/ou consórcios).



Pantanal – Mato Grosso do Sul

“O Pantanal é um dos
paraísos da mãe terra
Uma obra-prima do
Mato Grosso do Sul
É composto de rios,
alagados e densa flora
E de uma bela fauna e
um colossal céu azul !

Entre a diversidade
da fauna se destacam
A galante Ema e a
garbosa Arara azul
A graciosa e bela Garça
branca pantaneira
E o majestoso e
imponente Tuiuiú!
...”

Pantanal, um paraíso natural!

Edson Amorim



Pantanal – Mato Grosso do Sul

8. Premiações

(GRI 2.10)

Arara-azul é uma ave que habita principalmente a região Centro-Oeste do Brasil . Possui plumagem azul com uma pele nua amarela em torno dos olhos e fita da mesma cor na base da mandíbula. Seu bico é desmesurado, parecendo ser maior que o próprio crânio. Sua alimentação no habitat natural consiste de sementes de palmeiras (cocos), especialmente o licuri.



Eletrosul agraciada com o Troféu Transparência

A Eletrosul é uma das cinco empresas de capital fechado no Brasil agraciada com o Troféu Transparência da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC), em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e a empresa Serasa Experian. Essa é a segunda vez que a Eletrosul recebe a premiação.

Eletrosul recebe Prêmio Expressão de Ecologia

Em evento na Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, no dia 21/02/2012, foi realizada a entrega do Prêmio Expressão de Ecologia, a maior premiação ambiental da região Sul. Na ocasião, a Eletrosul recebeu o troféu Onda Verde, pelos projetos “Alto Uruguai”, na categoria “Tecnologia de Controle Ambiental”, e “Casa Eficiente”, na categoria “Tecnologias Socioambientais”.

Eletrosul recebeu Certificação ODM

Durante o II Simpósio Estadual dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, realizado em Florianópolis, a Eletrosul recebeu a Certificação ODM 2012. A empresa é uma das poucas organizações que têm todas as suas ações enquadradas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Casa Eficiente foi um dos finalistas do Prêmio Fundação COGE 2012

Na 12ª edição do Prêmio Fundação COGE, a Eletrosul foi uma das três finalistas classificadas, com a “Casa Eficiente”, na categoria “Ações de Responsabilidade Ambiental”. Concorrem 35 empresas do setor de energia elétrica, inscritas em quatro categorias – “Ações de Responsabilidade Social”; “Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas”; “Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho” e “Ações de Responsabilidade Ambiental”.

Eletrosul entre as maiores da revista *Amanhã*

A Eletrosul está entre as maiores empresas do Sul do país, de acordo com o *ranking* 500 Maiores do Sul, realizado pela revista *Amanhã* em parceria com a empresa de auditoria PricewaterhouseCoopers (PwC). A estatal alcançou a 7ª posição entre as 100 maiores de Santa Catarina e o 28º lugar na região Sul. A revista analisou o Valor Ponderado de Grandeza (VPG) de cada empresa, índice que resulta do balanço patrimonial e das demonstrações dos resultados: o patrimônio líquido (com peso de 50%), a receita bruta (40%) e o resultado – lucro líquido ou prejuízo (10%), utilizando como fonte os balanços oficiais divulgados pelas companhias. Segundo o *ranking*, o VPG da Eletrosul chegou a R\$ 1,92 bilhão.

Prédio do Setor de Manutenção de Campos Novos recebe etiqueta A de eficiência energética

As novas instalações do Setor de Manutenção de Campos Novos – o primeiro prédio comercial sustentável da Eletrosul – obtiveram a etiqueta “Nível A” em eficiência energética, em conformidade com o Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE).

O prédio, que tem dois pavimentos, totalizando 560 metros quadrados de área construída, contempla, entre outras soluções, uma torre sustentável, buscando eficiência energética e uso racional da água. A torre sustentável contém um reservatório elevado de água potável, de três mil litros, um sistema de aquecimento solar de água e um sistema de aproveitamento de água da chuva, com um reservatório de aproximadamente 10 mil litros. O projeto já participou de mostras e de eventos e recebeu premiações.

Eletrosul recebe o prêmio Brasil de Ação Ambiental

O prêmio Brasil de Ação Ambiental homenageou as principais personalidades e empresas que contribuíram para a preservação do meio ambiente e promoção de inovações em diversos setores da economia. A Eletrosul recebeu a premiação pelo projeto Alto Uruguai (1ª fase), na categoria “Melhor Trabalho em Eficiência Energética”. O Alto Uruguai é um projeto da Eletrobras, em parceria com a Eletrosul, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Unochapecó, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ) e prefeituras.







Pantanal – Mato Grosso do Sul

9. IBASE

Jacaré-do-pantanal é um réptil que mede de 2 a 3 metros de comprimento e vive majoritariamente no Pantanal, região Centro-Oeste do Brasil. Seu padrão de coloração é bastante variado, sendo o dorso particularmente escuro, com faixas transversais amarelas, principalmente na região da cauda. Mesmo com a boca fechada deixa ver muitos dentes, motivo pelo qual é, por vezes, também chamado jacaré-piranha. Sua dieta é constituída de peixes, moluscos e crustáceos. As fezes desse jacaré servem de alimento para diversos peixes.



(Valores expressos em milhares de reais)

1 – Geração e distribuição de riqueza	Em 2012			Em 2011		
Distribuição do Valor Adicionado	-21,5% governo 46,4% empregados			19,3% governo 35,7% empregados		
A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) está apresentada, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Financeiras.	11,2% acionistas 63,9% financiadores			12,4% acionistas 32,6% financiadores		
2 – RECURSOS HUMANOS	Em 2012			Em 2011		
2.1 – Remuneração						
Folha de pagamento bruta (FPB)	206.138			204.619		
Empregados	203.967			202.690		
Administradores	2.171			1.930		
Relação entre a maior e a menor remuneração:						
Empregados	16,02			16,10		
Administradores	1,05			1,00		
2.2 – Benefícios Concedidos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Encargos Sociais	72.661	35,25%	6,31%	70.074	34,25%	8,29%
Alimentação	19.021	9,23%	1,65%	19.234	9,40%	2,28%
Transporte	299	0,15%	0,03%	197	0,10%	0,02%
Previdência privada	25.745	12,49%	2,24%	58.631	28,65%	6,94%
Saúde	19.128	9,28%	1,66%	16.665	8,14%	1,97%
Segurança e medicina do trabalho	2.089	1,01%	0,18%	1.796	0,88%	0,21%
Educação ou auxílio-creche	4.119	2,00%	0,36%	3.933	1,92%	0,47%
Cultura	–	0,00%	0,00%	–	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	3.063	1,49%	0,27%	4.085	2,00%	0,48%
Participação nos lucros ou resultados	31.772	15,41%	2,76%	33.196	16,22%	3,93%
Outros	6.270	3,04%	0,54%	5.931	2,90%	0,70%
Total	184.167	89,35%	16,00%	213.742	104,46%	25,29%

Continua...

...continuação

2.3 – Composição do Corpo Funcional	Em 2012	Em 2011
Nº de empregados no final do exercício	1.546	1.555
Nº de admissões	9	83
Nº de demissões	18	134
Nº de estagiários no final do exercício	219	124
Nº de empregados portadores de necessidade especiais no final do exercício	26	31
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	469	404
Nº de empregados por sexo:		
Masculino	1.278	1.288
Feminino	268	267
Nº de empregados por faixa etária:		
Menores de 18 anos	–	–
De 18 a 35 anos	494	551
De 36 a 60 anos	1.019	983
Acima de 60 anos	33	21
Nº de empregados por nível de escolaridade:		
Analfabetos	–	–
Com Ensino Fundamental	14	14
Com Ensino Médio	143	144
Com Ensino Técnico	570	575
Com Ensino Superior	528	530
Pós-graduados	291	292
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:		
Masculino	86,67%	81,48%
Feminino	13,33%	18,52%
2.4 – Contingências e passivos trabalhistas:	Em 2012	Em 2011
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	1.255	1.193
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	41	75
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	82	81
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da Justiça	1.208	737

Continua...

...continuação

3 – Interação da Entidade com o Ambiente Externo	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
3.1 – Relacionamento com a Comunidade						
Totais dos investimentos em:						
Educação	1.959	-0,82%	0,17%	2.052	1,77%	0,24%
Cultura	885	-0,37%	0,08%	362	0,31%	0,04%
Saúde e infraestrutura	4.116	-1,71%	0,36%	6.085	5,27%	0,72%
Esporte e lazer	675	-0,28%	0,06%	654	0,57%	0,08%
Alimentação	–	0,00%	0,00%	–	0,00%	0,00%
Geração de trabalho e renda	1.340	-0,56%	0,12%	1.352	1,17%	0,16%
Outros	1.528	-0,64%	0,13%	2.515	2,17%	0,30%
Total dos investimentos	10.503	-4,38%	0,92%	13.020	11,26%	1,54%
Tributos (excluídos encargos sociais)	139.429	-58,04%	12,11%	119.293	103,14%	14,12%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	–	0,00%	0,00%	–	0,00%	0,00%
Total – Relacionamento com a Comunidade	149.932	-64,42%	13,03%	132.313	114,40%	15,66%
3.2 – Interação com os Fornecedores	<p>Nos critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores, são exigidos controles os quais seguem legislação e normas específicas com ênfase na Lei das Licitações nº 8.666, de 21/06/1993, Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 5.450, de 31/05/2005. São realizadas pesquisas de satisfação abordando o sistema de cadastramento de fornecedores e o sistema de pregão. É fiscalizado o cumprimento de questões como treinamento e pagamento de pessoal, uniforme, alimentação, saúde e segurança de pessoal e de terceiros.</p>					

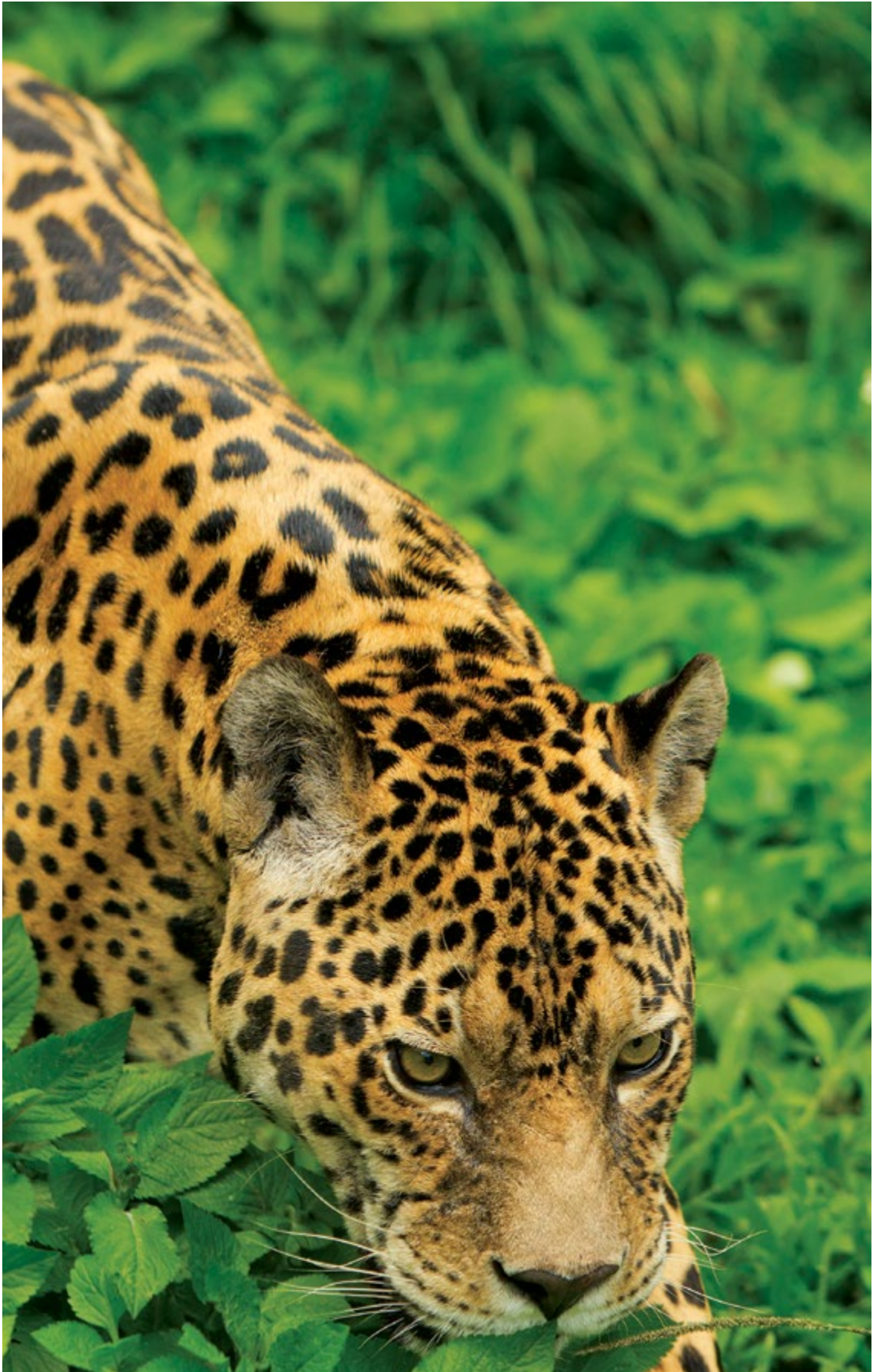
Continua...



...continuação

4 – Interação com o Meio Ambiente	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	%sobre RL
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	6.311	-2,63%	0,55%	154	0,13%	0,00%
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	7.570	-3,14%	0,66%	3.063	2,64%	0,36%
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	38	-0,02%	0,00%	3	0,00%	0,00%
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	1	0,00%	0,00%	124	0,11%	0,01%
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	7.044	-2,93%	0,61%	6.623	5,73%	0,78%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	–	0,00%	0,00%	–	0,00%	0,00%
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente	–	0,00%	0,00%	–	0,00%	0,00%
Passivos e contingências ambientais	–	0,00%	0,00%	–	0,00%	0,00%
Total da Interação com o meio ambiente	20.934	-8,72%	1,82%	9.967	8,60%	1,15%
5 – Outras informações						
Receita Líquida (RL)	1.151.122			844.917		
Resultado Operacional (RO)	-240.214			115.659		

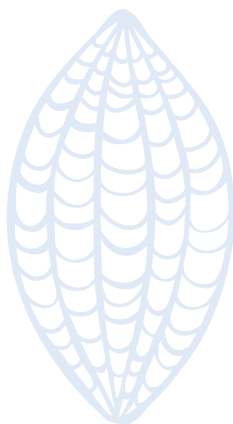




Pantanal – Mato Grosso do Sul

10. Perspectivas

Onça-pintada é um felino encontrado majoritariamente em locais com grande presença de água. É conhecido por gostar de nadar e anda geralmente sozinho. É um importante predador, desempenhando um papel fundamental na estabilização dos ecossistemas e na regulação das populações de diversas espécies de presas.



Considerando os resultados positivos obtidos em 2012, ano marcado pela conclusão e pelo avanço das obras de importantes empreendimentos de transmissão e geração de energia, é ainda mais promissor o cenário para a Eletrosul em 2013. Para o primeiro semestre do ano está previsto o início da geração comercial da Usina Hidrelétrica São Domingos, no Mato Grosso do Sul, e das Pequenas Centrais Hidrelétricas Barra do Rio Chapéu e João Borges, em Santa Catarina.

Também para o próximo ano as primeiras turbinas da Usina Hidrelétrica Jirau, no Rio Madeira, em Rondônia, deverão entrar em operação com 3.750 MW de capacidade instalada, aumentando a segurança energética do país.

Ainda para o primeiro semestre de 2013, a previsão é de que o Complexo Eólico Livramento, no Rio Grande do Sul, esteja aproveitando todo o potencial dos ventos da região para gerar energia limpa, com capacidade instalada de 79 MW. Para esse período, a estimativa é dar início às obras dos Complexos Eólicos Geribatu e Chuí que, juntamente com o Complexo Eólico Cerro Chato, em ampliação, irão reafirmar a marcante presença da Eletrosul no mercado de energias renováveis. Também com foco na sustentabilidade e aplicação de alternativas para

diversificar a matriz energética brasileira, a expectativa gira em torno da implantação do projeto Megawatt Solar, a primeira usina solar de grande porte em prédio público, que poderá estar em plena operação a partir do primeiro semestre.

A partir do anúncio da Medida Provisória n.º 579, ao longo de 2013, a Eletrosul, bem como as demais concessionárias do setor, terá que se adaptar a essa nova realidade, ajustar-se à redução de suas receitas, sem deixar de lado os investimentos nos empreendimentos que estão em implantação e são de extrema importância para a segurança energética do nosso país.

Entre 2013 e 2016 a Eletrosul deve investir perto de R\$ 2 bilhões em empreendimentos próprios e em parcerias. São mais de R\$ 1,5 bilhão em obras de geração e R\$ 572 milhões em transmissão, contribuindo para a expansão e confiabilidade do setor energético brasileiro.

Por meio desse trabalho incessante e inovador a Eletrosul seguirá desempenhando papel fundamental para o setor elétrico brasileiro e também para toda a sociedade. Afinal, para nós, promover o desenvolvimento sustentável faz parte do nosso negócio.



Pantanal – Mato Grosso do Sul

11. Agradecimentos

Tuiuiú é uma ave pernalta. A plumagem do corpo é branca e a das pernas é preta. Tem pescoço preto e papo vermelho. Chega a ter 1,4 metros de comprimento, 1,60 de altura e pesar 8 quilos. Pode chegar a quase 3 metros de envergadura (medido de uma ponta da asa aberta à outra). O bico chega a ter 30 centímetros, é preto e muito forte. A fêmea, geralmente, é menor que o macho.



Diante das conquistas alcançadas em 2012, a Administração da empresa agradece especialmente a todos os empregados, cuja dedicação foi determinante na consolidação da Eletrosul como geradora e transmissora de energia, se tornando referência no setor. Também agradecemos aos acionistas, em especial à Eletrobras, pela confiança depositada na empresa. Pelo apoio, aos clientes, fornecedores

e à sociedade, registramos a nossa gratidão. A trajetória de sucesso que vem sendo trilhada pela Eletrosul é decorrente da união de esforços e da crença na importância desse trabalho para o crescimento e desenvolvimento do país. Assim, contamos com a continuidade dessa parceria para fazer da Eletrosul uma empresa cada vez mais justa, ética e sustentável.



Prédio sede



Vitória-régia – Rondônia

12. Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas

Sumário

Relatório dos Auditores Independentes	180
Parecer do Conselho Fiscal	183
Balanço Patrimonial	185
Demonstração de Resultados	186
Demonstração de Resultados Abrangentes	187
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	188
Demonstração dos Fluxos de Caixa	190
Demonstração do Valor Adicionado	193
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	195

* Informações Não Auditadas Pelos Auditores Independentes.

Vitória-régia é uma planta cuja a flor pode ser branca, lilás, roxa, rosa ou amarela. Expele uma fragrância noturna chamada pelos europeus de “rosa lacustre”, mantendo-se aberta até aproximadamente as 9 horas da manhã do dia seguinte. Assim que as flores se abrem, seu forte odor atrai besouros polinizadores, que pousam nela e ficam prisioneiros.

Relatório dos Auditores Independentes



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e suas controladas (Consolidado) em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 1 d, em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a medida provisória nº 579, que trata das prorrogações de concessões de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica, e sobre a redução dos encargos setoriais. Tal medida provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei nº 12.783/2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto 7.891/2013 de 23 de janeiro de 2013. As novas tarifas e o valor da indenização foram divulgadas pela Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 579 e a Portaria Interministerial do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Fazenda nº 580, publicadas em edição extraordinária do Diário Oficial da União do dia 1º de novembro de 2012.

A Companhia aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na Medida Provisória 579 (Lei 12.783/13), assinando em 4 de dezembro de 2012 os contratos de prorrogação das concessões afetadas, passando todos os bens vinculados ao respectivo contrato para a União, sob a administração da Companhia.

O Decreto nº 7.891/2013 em seu artigo 15, § 2º, autoriza o poder concedente a pagar, na forma de regulamento, para as concessionárias que optarem pela prorrogação das concessões de transmissão de energia elétrica alcançadas pelo § 5º do art. 17 da Lei nº 9.074, de 1995, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000, registrados pela concessionária e reconhecidos pela Aneel. Adicionalmente, o Decreto nº 7.850/2013 em seu artigo 2º estipula que até 31 de dezembro de 2013 deve ser submetida à ANEEL as informações complementares, excetuando o projeto básico para o cálculo dos investimentos não amortizados até 31 de dezembro de 2012.

Os valores dos ativos de transmissão e geração abrangidos nessa situação correspondem a R\$ 514.924 e R\$ 519.413, respectivamente, em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e foram determinados pela administração a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação acima, conforme descrito na Nota 1 d, podendo sofrer alterações até a homologação final dos mesmos.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela Companhia.



Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Florianópolis, 21 de março de 2013

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5 "F" SC

Emerson Lima de Macedo

Emerson Lima de Macedo

Contador CRC 1BA022047/O-1 "S" SC

Guilherme Naves Valle

Guilherme Naves Valle

Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" SC

Parecer do Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Eletrosul Centrais Elétricas S.A., abaixo assinados, após examinarem o Relatório Anual de Administração e as Demonstrações Financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2012, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração dos Fluxos de Caixa e respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do parecer emitido, em 21 de março de 2013, sem ressalvas, pela empresa de auditoria PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, e da proposta de destinação do lucro líquido, sendo: R\$ 3.292 mil para constituição de reserva legal; R\$ 15.635 mil para pagamento aos acionistas a título de dividendos mínimos relativos ao exercício de 2012 e R\$ 46.906 mil a título de dividendos adicionais propostos; entendem que as Demonstrações acima referidas representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Eletrosul Centrais Elétricas S.A., naquela data, e que a proposta de destinação do lucro líquido está em consonância com a legislação e o Estatuto Social da Companhia, estando em condições de serem submetidas, juntamente com o Relatório Anual de Administração, à aprovação dos Acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Florianópolis, 22 de março de 2013.


Sônia Regina Jung


Suzana Teixeira Braga


Antônio Gomes de Faria Neto

Balanço Patrimonial

em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro 2011

(em milhares de reais)

ATIVO	Controladora			Consolidado	
	Notas	2012	2011	2012	2011
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	87.454	257.339	612.806	624.187
Clientes	6	141.835	107.185	169.037	127.475
Ativo financeiro - concessão de serviço público	7	16.434	118.851	57.232	152.543
Créditos indenizatórios - Lei 12.783/13	8	1.404.632	–	1.404.632	–
Créditos de energia renegociados - Lei 8.727/93	9	140.068	127.639	140.068	127.639
Dividendos a receber	10	23.052	10.493	–	–
Tributos a recuperar	12	29.582	30.983	51.593	42.509
Almoxarifado		32.318	30.767	32.318	30.767
Cauções e depósitos vinculados	5	55.352	2.019	57.985	27.311
Outros ativos	14	69.410	75.031	114.058	76.720
		2.000.137	760.307	2.639.729	1.209.151
NÃO CIRCULANTE					
Ativo Realizável a longo prazo					
Créditos indenizatórios - Lei 12.783/13	8	620.651	–	620.651	–
Créditos de energia renegociados - Lei 8.727/93	9	438.586	479.752	438.586	479.752
Tributos a recuperar	12	41.435	62.463	153.752	131.960
Ativo fiscal diferido, líquido	15	319.214	–	322.302	–
Cauções e depósitos vinculados	5	45.718	29.514	61.675	45.911
Adiantamento para aumento de capital	13	31.898	367.527	–	–
Ativo financeiro - concessão de serviço público	7	969.776	2.400.742	2.672.826	3.618.110
Outros ativos	14	41.014	16.819	59.549	21.253
		2.508.292	3.356.817	4.329.341	4.296.986
Investimentos	16	2.547.215	1.348.816	3.277	3.281
Imobilizado	17	2.012.129	1.538.955	5.464.638	3.735.612
Intangível	18	83.274	79.795	230.848	228.760
		7.150.910	6.324.383	10.028.104	8.264.639
TOTAL DO ATIVO		9.151.047	7.084.690	12.667.833	9.473.790

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço Patrimonial

em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro 2011

(em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		Controladora		Consolidado	
		Notas	2012	2011	2012
CIRCULANTE					
Financiamentos e empréstimos	21	180.526	149.408	479.567	265.903
Fornecedores	20	70.540	109.546	210.590	325.022
Folha de pagamento		36.775	52.049	37.670	52.686
Tributos a recolher	22	45.329	46.324	63.770	61.303
Dividendos a pagar	45	15.636	24.552	16.272	24.552
Obrigações estimadas	23	64.942	63.388	247.360	65.574
Benefício pós-emprego	30	13.158	13.534	13.158	13.534
Pesquisa e desenvolvimento	26	26.331	29.477	29.557	31.887
Provisão para contratos onerosos	24	28.673	7.215	28.673	7.215
Outros passivos	28	168.781	41.899	213.711	56.779
		650.691	537.392	1.340.328	904.455
NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos e empréstimos	21	1.852.407	1.692.082	4.566.505	3.639.933
Tributos a recolher	22	109.762	136.476	109.762	136.476
Passivo fiscal diferido, líquido	15	–	118.001	–	112.972
Provisões para riscos	25	120.366	52.235	170.068	52.545
Benefício pós-emprego	30	239.011	71.574	239.011	71.574
Adiantamento para aumento de capital	13	554.930	1.810.793	554.930	1.833.233
Provisão para contratos onerosos	24	930.327	–	930.327	–
Concessões a pagar - Uso do Bem Público	27	26.507	21.200	68.867	58.416
Outros passivos	28	7.269	13.659	14.797	19.136
		3.840.579	3.916.020	6.654.267	5.924.285
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31			
Capital social		3.740.410	1.577.686	3.740.410	1.577.686
Reservas de lucros		1.059.172	1.055.880	1.059.172	1.055.880
Ajuste de avaliação patrimonial		(186.711)	(75.940)	(186.711)	(75.940)
Dividendos adicionais propostos		46.906	73.652	46.906	73.652
		4.659.777	2.631.278	4.659.777	2.631.278
Participação de não controladores		–	–	13.461	13.772
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			7.084.690	12.667.833	9.473.790

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	38	1.151.122	844.917	1.824.859	1.360.393
CUSTO OPERACIONAL					
Custo com Energia Elétrica		(166.241)	(110.583)	(166.247)	(110.583)
Energia comprada para revenda	41	(159.526)	(124.603)	(159.532)	(124.603)
Provisão (reversão) perdas contrato oneroso	24	(6.715)	14.020	(6.715)	14.020
Custo de Operação	41	(255.117)	(219.650)	(285.432)	(223.125)
Pessoal, material e serviços de terceiros		(224.953)	(213.270)	(230.702)	(214.343)
Depreciação e amortização		(12.245)	–	(33.994)	–
Provisões para créditos de liquidação duvidosa		(9.477)	(2.247)	(9.405)	(2.511)
(-) Recuperação de despesas		4.444	3.152	4.444	3.560
Outros		(12.886)	(7.285)	(15.775)	(9.831)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	41	(9.405)	(10.312)	(16.183)	(10.312)
Custo de Construção	41	(82.730)	(92.201)	(557.410)	(514.193)
		637.629	412.171	799.587	502.180
Despesas Operacionais	41	(281.391)	(216.995)	(302.419)	(234.239)
RESULTADO DO SERVIÇO		356.238	195.176	497.168	267.941
Outras receitas e despesas operacionais					
Resultado de Participações Societárias	39	49.700	33.675	–	–
Resultado Financeiro	43	(163.703)	(122.246)	(227.751)	(144.696)
Valor recuperável de ativos (Impairment)	19	(149.672)	(41.587)	(149.672)	(41.587)
Contratos Onerosos	24	(896.494)	–	(896.494)	–
Outras Receitas/Despesas, Líquido	44	(14.084)	50.641	(14.339)	50.649
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA LEI 12.783/13		(818.015)	115.659	(791.088)	132.307
Indenizações Lei 12.783/13	1d, 8	577.802	–	577.802	–
LUCRO OPERACIONAL APÓS A LEI 12.783/13		(240.213)	115.659	(213.286)	132.307
Imposto de renda e contribuição social	45	306.046	(12.287)	281.797	(27.677)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		65.833	103.372	68.511	104.630
Atribuível a:					
Acionistas controladores		65.833	103.372	65.833	103.372
Acionistas não controladores		–	–	2.678	1.258
Número de ações ordinárias		90.261.115	48.906.141	90.261.115	48.906.141
Lucro básico por ação ordinária		0,73	2,11	0,73	2,11
Média ponderada de ações ordinárias		52.871.686	48.906.141	52.871.686	48.906.141
Lucro diluído por ação ordinária		1,25	2,11	1,25	2,11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	65.833	103.372	68.511	104.630
Ajustes de hedges de fluxo de caixa	12.701	2.310	12.701	2.310
Ajuste de ganhos (perdas) atuariais	(178.246)	(33.746)	(178.246)	(33.746)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	54.774	5.501	54.774	5.501
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(44.938)	77.437	(42.260)	78.695

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Dividendos Adicionais Propostos	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido dos Sócios da Controladora	Participação dos não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
SALDOS EM 31/12/2010	1.577.686	1.050.711	(50.005)	57.991	-	2.636.383	(31)	2.636.352
Resultado abrangente do exercício								
Ajuste de ganhos (perdas) atuariais	-	-	(28.566)	-	-	(28.566)	-	(28.566)
Ajustes de hedges de fluxo de caixa	-	-	2.631	-	-	2.631	-	2.631
Dividendos aprovados AGO	-	-	-	(57.991)	-	(57.991)	-	(57.991)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	103.372	103.372	-	103.372
Destinação para AGO								
Reserva Legal	-	5.169	-	-	(5.169)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,50 por ação)	-	-	-	-	(24.551)	(24.551)	-	(24.551)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	73.652	(73.652)	-	-	-
	1.577.686	1.055.880	(75.940)	73.652	-	2.631.278	(31)	2.631.247
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	13.803	13.803
SALDOS EM 31/12/2011	1.577.686	1.055.880	(75.940)	73.652	-	2.631.278	13.772	2.645.050

Continua...

...continuação

Resultado abrangente do exercício						
Ajuste de ganhos (perdas) atuariais	-	-	(119.075)	-	-	(119.075)
Ajustes de hedges de fluxo de caixa	-	-	8.304	-	-	8.304
Incorporação do AFAC ao capital	2.162.724	-	-	-	-	2.162.724
Dividendos aprovados AGO	-	-	-	(73.652)	-	(73.652)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	65.833	65.833
Destinação para AGO						
Reserva Legal	-	3.292	-	-	(3.292)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,17 por ação)	-	-	-	-	(15.635)	(15.635)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	46.906	(46.906)	-
	3.740.410	1.059.172	(186.711)	46.906	-	4.659.777
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	(311)
SALDOS EM 31/12/2012						4.673.238

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(240.213)	115.659	(213.286)	132.307
Despesas (receitas) que não afetam o caixa				
Receita de Ativo Financeiro	(423.875)	(320.932)	(566.199)	(396.684)
Amortização de Ativo Financeiro	534.939	422.587	659.155	323.520
Depreciação e amortização	14.340	2.542	36.172	2.557
Amortização ágio investimentos	8.937	22.336	9.037	22.336
Variação monetária	(9.009)	14.360	(5.727)	14.360
Encargos financeiros gerados	252.082	165.928	439.250	284.577
Resultado de equivalência patrimonial	(49.700)	(33.675)	–	–
Ajuste a valor presente de tributos	(631)	5.085	(631)	5.085
Redução do valor recuperável de ativos (Impairment)	149.672	41.587	149.672	41.587
Indenizações Lei 12.783/13	(577.802)	–	(577.802)	–
Perdas do ativo permanente	5.147	328	5.981	328
Provisões para contingências	67.227	(4.718)	67.227	(4.718)
Provisões para crédito de liquidação duvidosa	9.477	2.247	9.405	2.511
Comp. Aposent. Especial/passivo atuarial	1.053	14.321	1.053	14.321
Provisão para perdas com contrato oneroso	903.209	(14.020)	903.209	(14.020)
Ganho na avaliação da participação anteriormente detida	–	(74.166)	–	(74.166)
Passivo atuarial (CVM 695)	(4.213)	(18.510)	(4.213)	(18.510)
Outros	13.775	16.590	15.661	(1.445)
	894.628	241.890	1.141.250	201.639

Continua...

...continuação

(Acréscimo) decréscimo nos ativos operacionais				
Clientes	(44.907)	(18.287)	(51.756)	(30.728)
Créditos de energia renegociados recebidos	144.211	178.512	144.211	178.512
Tributos a recuperar	82.044	(37.445)	28.739	(52.415)
Ativo fiscal diferido	(260.043)	16.087	(263.328)	9.071
Almoxarifado	185	581	185	581
Cauções, depósitos e fundos vinculados	(69.538)	21.422	(46.442)	28.539
Outros créditos	(15.320)	(10.656)	(47.533)	(17.869)
	(163.368)	150.214	(235.924)	115.691
Acréscimo (decréscimo) nos passivos operacionais				
Fornecedores	(39.006)	(6.045)	(135.163)	144.285
Folha de pagamento	(15.274)	12.448	(15.031)	12.646
Tributos a recolher	285.222	(24.252)	275.610	(14.125)
Passivo fiscal diferido	(118.001)	(35.302)	(112.775)	(33.572)
Obrigações estimadas	(30.218)	(94.470)	150.014	(94.292)
Entidade de previdência complementar	5.180	28.399	5.180	28.399
Pesquisa e desenvolvimento	(3.146)	5.463	(2.330)	7.205
Outros passivos	118.306	35.384	203.014	43.986
	203.063	(78.375)	368.519	94.532
Caixa proveniente das atividades operacionais	694.110	429.388	1.060.559	544.169
Pagamento de encargos financeiros	(138.587)	(117.801)	(188.129)	(134.284)
Recebimento de encargos financeiros	175	49	175	49
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(57.424)	(33.075)	(70.485)	(34.879)
Depósitos Judiciais	8.920	(6.976)	8.920	(6.976)
Caixa líquido das atividades operacionais	507.194	271.585	811.040	368.079

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Ativo Financeiro	(82.730)	(92.201)	(557.410)	(514.193)
Em ativo imobilizado	(515.362)	(501.425)	(1.793.004)	(1.596.740)
Em ativo intangível	(1.820)	(81.062)	(1.904)	(80.208)
Em participações societárias	(842.595)	(662.399)	-	26.284
Recebimento de remuneração dos investimentos societários	18.791	24.093	-	-
Outros investimentos	36	27	36	60
Caixa líquido das atividades de investimentos	(1.423.680)	(1.312.967)	(2.352.282)	(2.164.797)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Empréstimos e financiamentos obtidos	241.427	365.368	1.173.271	1.290.708
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	728.630	972.279	706.130	990.009
Pagamento de empréstimos e financiamento-principal	(102.754)	(73.165)	(226.713)	(117.276)
Pagamento de remuneração aos acionistas	(106.501)	(86.293)	(108.626)	(86.293)
Pagamento dívida Previdência Complementar	(14.201)	(15.028)	(14.201)	(15.028)
Total das atividades de financiamento	746.601	1.163.161	1.529.861	2.062.120
Variação				
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(169.885)	121.779	(11.381)	265.402
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	257.339	135.560	624.187	358.785
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	87.454	257.339	612.806	624.187

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(em milhares de reais)

	Controladora				Consolidado			
	2012	%	2011	%	2012	%	2011	%
01 - CÁLCULO DO VALOR ADICIONADO								
Receita								
Receita de transmissão, geração e serviços	2.297.428		1.479.312		3.805.730		2.669.471	
(-) Insumos adquiridos de terceiros								
Materiais	10.324		9.755		11.221		10.141	
Serviço de terceiros	79.613		69.109		737.855		657.511	
Custo de construção transmissão	82.730		92.201		557.410		514.193	
Custo de construção geração	467.083		489.194		467.083		489.194	
Energia elétrica comprada para revenda	159.526		124.603		159.532		124.603	
Seguros	2.736		2.515		2.949		2.853	
Valor recuperável de ativos (Impairment)	149.672		41.587		149.672		41.587	
Provisão (reversão) perdas na comercialização	6.715		(14.020)		6.715		(14.020)	
Provisão (reversão) para contingências	46.324		(16.450)		46.324		(16.450)	
Provisão (reversão) contrato oneroso compra de energia	896.494		-		896.494		-	
Outros	52.610		24.544		57.165		26.765	
	1.953.827		823.038		3.092.420		1.836.377	
(=) Valor adicionado bruto	343.601		656.274		713.310		833.094	
(-) Depreciação e amortização	14.340		2.542		36.172		2.557	
(=) Valor adicionado líquido	329.261		653.732		677.138		830.537	
(+) Valor adicionado recebido em transferência								
Resultado de participações societárias	49.700		33.675		-		-	
Receita aplicação financeira	28.693		29.762		41.071		43.850	
Rendas sobre créditos de energia renegociados	115.472		113.226		115.472		113.226	
Outras receitas financeiras	65.471		4.158		69.300		5.853	
	259.336		180.821		225.843		162.929	
(=) Valor adicionado total a distribuir	588.597		834.553		902.981		993.466	

Continua...

		Controladora			Consolidado		
		2012	%	2011	%	2011	%
02 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO							
Pessoal							
Remuneração/benefícios/FGTS	251.248	42,68		272.271	32,62	263.245	29,15
Contingência/indenização trabalhista	20.653	3,51		11.732	1,41	20.653	2,29
Aposentadoria especial/passivo atuarial	1.053	0,18		14.321	1,72	1.053	0,12
	272.954	46,37		298.324	35,75	284.951	31,56
Governo							
Tributos (PIS/PASEP, COFINS, ISS)	97.507	16,57		68.115	8,16	166.112	18,39
Encargos Regulatórios	36.533	6,21		36.091	4,32	42.347	4,69
Encargos sociais	45.546	7,74		44.552	5,34	47.995	5,32
Contribuição social	(80.445)	(13,67)		3.799	0,46	(73.765)	(8,17)
Imposto de renda	(225.601)	(38,33)		8.488	1,02	(208.032)	(23,04)
	(126.460)	(21,48)		161.045	19,30	(25.343)	(2,81)
Financiadores							
Encargos sobre tributos	5.676	0,96		7.379	0,88	5.740	0,64
Encargos de dívidas	93.415	15,87		77.395	9,27	163.774	18,14
Variações monetárias	35.835	6,09		37.915	4,54	41.244	4,57
Aluguel	2.931	0,50		2.420	0,29	4.411	0,49
Outras despesas financeiras	238.413	40,51		146.703	17,58	359.693	39,83
	376.270	63,93		271.812	32,56	574.862	63,67
Acionistas							
Dividendos mínimos obrigatórios	15.635	2,66		24.551	2,94	15.635	1,73
Dividendos adicionais propostos	46.906	7,96		73.652	8,83	46.906	5,19
Lucros retidos	3.292	0,56		5.169	0,62	5.970	0,66
	65.833	11,18		103.372	12,39	68.511	7,58
Valor adicionado distribuído	588.597	100,00		834.553	100,00	902.981	100,00
						993.466	100,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Controladora e Consolidado)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 – Informações Gerais

a) A Companhia

A Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (“Eletrosul”, “Companhia” ou “Controladora”) é uma sociedade de economia mista federal, de capital fechado, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) e tem sede na Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 999, Bairro Pantanal, CEP 88040-901, em Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Foi constituída em 23 de dezembro de 1968 e tem como atividades preponderantes a transmissão e a geração de energia elétrica através de investimentos próprios e de suas empresas controladas, estando presente nos estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará e Rondônia.

O sistema de transmissão de energia elétrica da Eletrosul possui 10.382,1 km de linhas de transmissão e potência de transformação de 23.087,0 MVA em 39 subestações e uma conversora de frequência na fronteira do Brasil com a Argentina. Além das instalações próprias, a Companhia possui equipamentos ou presta serviços de operação e/ou manutenção em mais 31 subestações e nos sistemas de integração com o Uruguai (Rivera) e a Argentina (Garabi).

O parque gerador próprio é formado por 3 (três) hidrelétricas e 2 (duas) PCH's. Além dos sistemas de transmissão e parque gerador próprio, a Companhia participa em outras sociedades, para implantação e operação de sistemas de transmissão compostos por 4.448,3 km de linha, 11 subestações com capacidade de transformação de 3.064 MVA, 1 subestação coletora com capacidade de transmissão de 800 MW, 2 usinas hidrelétricas com capacidade instalada de 5.570 MW e 24 parques eólicos com capacidade instalada de 570,0 MW.

b) Operação comercial de empreendimentos de geração e transmissão

Usina Hidrelétrica Passo São João

A Usina Passo São João iniciou as operações comerciais em 24 de março de 2012 com a primeira unidade geradora e em 06 de julho de 2012 com sua segunda unidade geradora. A Usina está localizada no estado do Rio Grande do Sul, possui potência instalada de 77 MW e 39 MW de energia assegurada.

Usina Hidrelétrica Mauá

A Usina Mauá iniciou as operações comerciais em 22 de novembro de 2012 com a primeira unidade geradora, em 14 e 22 de dezembro de 2012, com a terceira unidade geradora de um total de 5 unidades. A Usina está localizada no Rio Tibaji, no estado do Paraná em consórcio com a Copel. A Eletrosul participa com 49% do empreendimento que possui potência instalada total de 363 MW e 197,7 MW de energia assegurada.

Pequena Central Hidrelétrica

Barra do Rio Chapéu

A PCH Barra do Rio Chapéu iniciou as operações em fase de testes em 19 de dezembro de 2012. A PCH está localizada no sul do estado de Santa Catarina e tem potência instalada de 15,1 MW e 8,6 MW de energia assegurada.

Porto Velho Transmissora de Energia S/A

A subestação coletora Porto Velho desde o dia 28 de agosto de 2012 está totalmente em operação comercial. A subestação coletora com capacidade de transmissão de 800 MVA está localizada em Porto Velho, estado de Rondônia.

c) Novas participações societárias

Transmissora Sul Litorânea de Energia S/A

Constituída em julho de 2012 com participação acionária de 51% da Eletrosul e 49% da CEEE, tem

como objetivo exclusivo a construção, operação e manutenção da linha de Transmissão 525 kV Nova Santa Rita – Povo Novo – Marmeleiro – Santa Vitória do Palmar em circuito simples; SE 525/230 kV Povo Novo de 672 MVA; SE 525 kV Marmeleiro; SE 525/138 kV Santa Vitória do Palmar de 75 MVA e Seccionamento da LT 230 kV Camaquã 3 – Quinta na SE Povo Novo em circuito duplo, todos localizados no estado do Rio Grande do Sul.

Teles Pires Participações S/A

Em 5 de dezembro de 2012 foi concretizada a transferência das ações equivalentes a 24,50% que a Eletrosul possuía na Companhia Teles Pires para a Teles Pires Participações S/A (TPP), que tem por objeto social participação na Companhia Hidrelétrica Teles Pires, proprietária da usina Teles Pires. Com a transferência das ações da acionista Eletrosul e da acionista Furnas, a composição do capital da TPP passou a ser a seguinte: Neenergia, 50,56%, Eletrosul, 24,72% e Furnas 24,72%. Com isso, a participação da TPP na Companhia Teles Pires passou a ser de 99,10%, permanecendo a Odebrecht com participação de 0,90% do capital social.

d) Prorrogação das Concessões de Serviço Público de Energia Elétrica – Lei 12.783/13

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a medida provisória nº 579, sobre as prorrogações concessões de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica, e sobre a redução dos encargos setoriais visando a modicidade tarifária. Tal medida provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei nº 12.783/2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto 7.891/2013 de 23 de janeiro de 2013. As medidas adotadas pelo Governo Federal visam, também, beneficiar os consumidores de energia elétrica através de redução de três componentes tarifárias: custo de geração, custo de transmissão e encargos setoriais.

Por meio da aludida Lei, o Governo pretendeu encerrar as discussões sobre se as concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, §5º, 19 e 22 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995,

cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, poderiam ser prorrogadas por mais até 20 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos Contratos de Concessão, ou se estas seriam licitadas.

Assim, a Lei nº 12.783/2013, ao tratar das prorrogações das concessões de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica, alcançadas pelos artigos listados acima, impôs novas condições de prorrogação às concessionárias, permitindo a prorrogação por um prazo de até 30 anos, com a antecipação do vencimento dessas concessões e assinatura de Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente estabelecendo as novas condições.

As novas tarifas e o valor da indenização foram divulgados pela Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 579 e a Portaria Interministerial do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Fazenda nº 580, publicadas em edição extraordinária do Diário Oficial da União do dia 1º de novembro de 2012.

Impactos no negócio transmissão afetados diretamente pela Lei nº 12.783/13

A Eletrosul aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na medida provisória 579 (Lei 12.783/13), assinando em 4 de dezembro de 2012 o contrato de prorrogação da concessão nº 057/2001, passando todos os bens vinculados ao respectivo contrato para a União, sob a administração da Companhia.

Conforme facultado pelo artigo 4º da Portaria 580, supracitada, a Eletrosul solicitou o recebimento da indenização de acordo com a seguinte alternativa: 50% à vista, a ser paga em até 45 dias da data de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão e 50% em 31 parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação da respectiva Portaria, e acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão.

13. Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas

As concessionárias de transmissão deverão encaminhar à ANEEL as informações relativas aos ativos adquiridos anteriormente a 31 de maio de 2000 (RBSE), ainda não depreciados ou amortizados, necessárias para o cálculo da indenização complementar, em prazo a ser definido pelo poder concedente, conforme § 8º do artigo 15 da Lei nº 12.783/2013, que quando homologada será paga em 30 anos, atualizada na forma de regulamento.

A tarifa (nova Receita Anual Permitida – RAP) será calculada com base nos custos de O&M acrescidos da taxa de 10% (empresa eficiente). Adicionalmente, futuramente poderá ser incluída parcela de ativos ainda não amortizados ou depreciados, desde que homologados pela ANEEL. Os novos

investimentos (repotencialização e expansão) ocorridos a partir de 31 de dezembro de 2012, desde que aprovados formalmente, deverão ser contemplados em tarifas futuras, sendo seu critério de remuneração ainda não definido.

Os encargos regulatórios (RGR) relativos ao contrato de concessão prorrogado foi eliminado.

Informações e Decisões da Companhia

A Eletrosul detém uma única concessão afetada pela Lei 12.783/13, o contrato de Concessão nº 57/2001, composto por 37 subestações de transmissão e 9.413 km de linhas de transmissão. As empresas controladas pela Eletrosul não possuem contratos de concessão afetados pela renovação.

Efeitos da Lei 12.783/2013 e MP 591/2012

	Efeitos Patrimoniais				DRE
	Valor Contábil (líquido)	Impairment	Saldo Líquido	Indenização	Superávit Indenizatório (Lei 12.783/2013)
TRANSMISSÃO					
Empreendimentos já prorrogados					
Parcela Indenizada					
Contratos afetados					
057/2001 - Rede básica - novos empreendimentos (RBNI)	1.430.866	-	1.430.866	2.008.668	577.802
Parcela não Indenizada					
Contratos não afetados					
057/2001 - Rede básica - serviços existentes (RBSE)	514.924	-	514.924	-	-
Empreendimentos prorrogáveis (após 2017)					
057/2001 - Novas autorizações	5.494	-	5.494	-	-
010/2005 - Projeto básico	390.904	-	390.904	-	-
004/2008 - Projeto básico	71.658	-27.117	44.541	-	-
005/2009 - Projeto básico	35.345	-4.998	30.347	-	-
	2.449.191	-32.115	2.417.076	2.008.668	577.802

O montante original dos créditos e a apuração do superávit indenizatório são demonstrados como segue:

Valor da indenização proposta	(=)	1.985.495
Atualização até a data da assinatura do aditivo:	(+)	23.173
Subtotal	(=)	2.008.668
Saldo do ativo financeiro baixado	(-)	1.430.866
Superávit indenizatório reconhecido no resultado:	(=)	577.802

A Companhia não realizou a baixa contábil do saldo do ativo financeiro relativo aos ativos existentes em 31 de maio de 2000 no montante de R\$ 514.924 mil, face a previsão de indenização contida na lei 12.783/13 considerando a estimativa de prazo de amortização de 30 anos que resultaria em VNR superior ao valor contábil.

A medida provisória nº 579/2012 foi convertida na Lei nº 12.783/2013 em 11 de janeiro de 2013 e regulamentada pelo Decreto nº 7.891/2013 em seu artigo 15, § 2º, autoriza o poder concedente a pagar, na forma de regulamento, para as

concessionárias que optarem pela prorrogação das concessões de transmissão de energia elétrica alcançadas pelo § 5º do art. 17 da Lei nº 9.074, de 1995, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000, registrados pela concessionária e reconhecidos pela ANEEL.

Os valores dos ativos de transmissão abrangidos nessa situação correspondem em 31 de dezembro de 2012 o montante de R\$ 514.924 mil (R\$ 519.413 mil em 2011) e foram determinados pela administração a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação acima, conforme descrito com base nas estimativas e premissas da administração descritas na nota 3.4, podendo sofrer alterações até a homologação final dos mesmos.

Conforme determina o Despacho nº 155 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), de 23 de janeiro de 2013, os ativos não contemplados com indenização previstos no anexo II da Portaria Interministerial nº 580, de 1º de novembro de 2012, a que se referem aos ativos não depreciados existentes em 31 de maio de 2000, deverão ser mantidos no ativo imobilizado até que esses investimentos sejam submetidos à avaliação e homologação da ANEEL, quando a partir deste momento será constituído um contas a receber pelo valor homologado.

Receita Anual Permitida - RAP prevista para 2013 (afetados e não afetados)

Contratos	Sem efeitos da Lei 12.783/2013	Com efeitos da Lei 12.783/2013	Redução da RAP em R\$ mil	Redução % da RAP
057/2001	896.208	447.503	(448.705)	-50,1%
010/2005**	86.542	86.542	-	0,0%
004/2008**	5.605	5.605	-	0,0%
005/2009**	4.448	4.448	-	0,0%
Total da RAP	992.803	544.098	(448.705)	-50,1%

** Contratos não afetados pela Lei 12.783/13.

e) Aspectos Tributários da Lei 12.783/2013

A medida provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, dispôs que a critério da União poderia ser prorrogada a exploração da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica. Em aceite às condições impostas pelo poder concedente, a Companhia e a União pactuaram, em 4 de dezembro de 2012, a prorrogação da vigência do contrato de concessão nº 57/2001, mediante definição a cerca do pagamento a realizar à Eletrosul quanto à indenização dos ativos não amortizados, indenização essa advinda dos recursos da Reserva Global de Reversão (RGR), recursos esses destinados por Lei ao

custeio da reversão de bens no encerramento e encampação das concessões do setor elétrico, bem quanto ao valor das novas tarifas advindas da prorrogação do contrato de concessão.

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião dos seus advogados internos e externos, considera que o recurso monetário oriundo da reversão dos bens à União, tem natureza jurídica indenizatória, face à recomposição da perda patrimonial desta concessionária por desapropriação, inexistindo à incidência dos tributos PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

f) Empresas controladas

Participações em SPE's	% de Participação	% de capital votante	Localização da sede	Atividade principal
Controladas				
Artemis*	100,0%	100,0%	Florianópolis - SC	Transmissão de energia
Cerro Chato I	100,0%	100,0%	Florianópolis - SC	Geração de energia
Cerro Chato II	100,0%	100,0%	Florianópolis - SC	Geração de energia
Cerro Chato III	100,0%	100,0%	Florianópolis - SC	Geração de energia
RS Energia	100,0%	100,0%	Florianópolis - SC	Transmissão de energia
Porto Velho	100,0%	100,0%	Florianópolis - SC	Transmissão de energia
Uirapuru	75,0%	75,0%	Florianópolis - SC	Transmissão de energia
Controladas com controle compartilhado				
Chuí	49,0%	49,0%	Florianópolis - SC	Geração de energia
Costa Oeste	49,0%	49,0%	Curitiba - PR	Transmissão de energia
ESBR Participações	20,0%	20,0%	Rio de Janeiro - RJ	Geração de energia
Etau	27,4%	27,4%	Rio de Janeiro - RJ	Transmissão de energia
Integração	24,5%	24,5%	Rio de Janeiro - RJ	Construção
Livramento	49,0%	49,0%	Florianópolis - SC	Geração de energia
Marumbi	20,0%	20,0%	Curitiba - PR	Transmissão de energia
Norte Brasil	24,5%	24,5%	Rio de Janeiro - RJ	Transmissão de energia
Santa Vitória do Palmar	49,0%	49,0%	Florianópolis - SC	Geração de energia
TSBE**	80,0%	80,0%	Curitiba - PR	Transmissão de energia
TSLE**	51,0%	51,0%	Florianópolis - SC	Transmissão de energia
Teles Pires Participações	24,7%	24,7%	Rio de Janeiro - RJ	Geração de energia

* Incorporada em 11/01/2013.

** Controle compartilhado entre as acionistas.

NOTA 2 – Concessões

2.1 Concessões e autorizações próprias

a) Transmissão

A Companhia possui concessão para construção e operação de subestações e linhas de transmissão, a seguir discriminadas:

Linhas de Transmissão/Subestações	Data da concessão	Vencimento da concessão
Contrato de Concessão nº 057/2001-ANEEL 37 subestações de transmissão, 1 conversora de frequência e 9.413 km de linhas de transmissão em 525 kV, 230 kV e 138 kV	04/12/2012	31/12/2042
Contrato de Concessão nº 004/2004-ANEEL Linhas de transmissão 525 kV Salto Santiago (PR) – Ivaiporã (PR) 167 km e Ivaiporã (PR) – Cascavel D'Oeste (PR) 209 km	18/02/2004	17/02/2034
Contrato de Concessão nº 010/2005-ANEEL Linha de Transmissão 525 Kv Campos Novos - Blumenau com 360 km de extensão e 1 subestação de transmissão	04/03/2005	03/03/2035
Contrato de Concessão nº 004/2008-ANEEL Linha de Transmissão 230 kV Presidente Médice - Santa Cruz com 233 km de extensão	17/03/2008	16/03/2038
Contrato de Concessão nº 005/2009-ANEEL Subestação Missões em 230/69 kV (150 MVA)	28/01/2009	27/01/2039

b) Geração

A Companhia possui concessão/autorização para construção e operação das Usinas

Hidroelétricas (UHE) e das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), a seguir discriminadas (ver nota 16):

	Operação comercial	Rio	Potência instalada	Concessão/ Permissão	Vencimento da concessão
Usinas Hidrelétricas (UHE)			(não auditado)		
UHE Passo São João	2012	Rio Ijuí (RS)	77,0 MW	15/08/2006	14/08/2041
UHE Mauá - equivalente a 49% - consórcio	2012	Rio Tibaji (PR)	177,9 MW	03/07/2007	02/07/2042
UHE São Domingos	2013	Rio Verde (MS)	48,0 MW	11/12/2002	10/12/2037
Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)					
PCH Barra do Rio Chapéu	2013	Rio Braço do Norte (SC)	15,1 MW	05/05/2004	04/05/2034
PCH João Borges	2013	Rio Caveiras (SC)	19,0 MW	21/12/2005	20/12/2035
PCH Santo Cristo	2014	Rio Pelotinhas (SC)	19,5 MW	26/11/2007	25/11/2037
PCH Coxilha Rica	2014	Rio Pelotinhas (SC)	18,0 MW	01/03/2007	28/02/2037
Total			374,5 MW		

Quando todos os empreendimentos próprios e em parcerias entrarem em operação, a Companhia terá uma potência instalada na geração de 1.895,6 MW.

2.2 Concessões e autorizações da controladas e controladas em conjunto

a) Linhas de Transmissão:

SPE's	Partic.	Linha de Transmissão	Extensão (KM)	Data da Concessão	Vencimento da Concessão
Etau	27,40%	LT 230 kV Campos Novos (SC) – Barra Grande (SC) – Lagoa Vermelha (RS) – Santa Marta (RS)	187	18/12/2002	17/12/2032
Uirapuru	75,00%	LT 525 kV Ivaiporã (PR) – Londrina (PR)	120	04/03/2005	03/03/2035
RS Energia	100,00%	LT 525 kV Campos Novos (SC) – Nova Santa Rita (RS)	260	27/04/2006	26/04/2036
		LT 230 kv Monte Claro – Garibaldi (RS)*	33	06/10/2010	05/10/2040
Norte Brasil*	24,50%	LT Coletora Porto Velho (RO) – Araraguara 2 (SP), em CC, + 600 kV	2.375	26/02/2009	25/02/2039
Porto Velho	100,00%	Linha de Transmissão Coletora Porto Velho – Porto Velho	17	26/02/2009	25/02/2039
Costa Oeste*	49,00%	LT 230 kV Cascavel Oeste - Umuarama (PR)	143	12/01/2012	12/01/2042
Marumbi*	20,00%	LT 525 kV Curitiba - Curitiba Leste (PR).	28	10/05/2012	10/04/2042
TSBE*	80,00%	LT 230 kV Nova Santa Rita - Camaquã 3; LT 230 kV Camaquã 3-Quinta; LT 525 kV Salto Santiago - Itá; LT 525 kV Itá - Nova Santa Rita.	798	10/05/2012	10/04/2042
TSLE*	51,00%	LT 525 kV Nova Santa Rita - Povo Novo; LT 525 kV Povo Novo - Marmeleiro; LT 525 kV Marmeleiro - Santa Vitória do Palmar, Seccionamento da LT 230 Kv Camaquã 3	487	01/08/2012	01/07/2042
Construtora Integração	24,50%	Construção da LT Coletora Porto Velho (RO) – Araraguara 2 (SP), montagem e serviços associados.	–	–	–

* Em fase pré-operacional.

b) Subestações

SPE's	Partic.	Subestação	Capac. Transf.	Data da Concessão	Vencimento da Concessão
Porto Velho	100,00%	Subestação Coletora Porto Velho 500/230 kV. Duas Estações Conversoras CA/CC/CA Back-to-Back em 400 MW.	800 MW	26/02/2009	25/02/2039
RS Energia*	100,00%	SE Foz do Chapecó 230/138 kv (ampliação),	100 MVA	06/10/2010	05/10/2040
		SE Caxias 6 203/69 kv	330 MVA	06/10/2010	05/10/2040
		SE Ijuí 2 230/69 kv	300 MVA	06/10/2010	05/10/2040
		SE Lageado Grande 230/69 kv	83 MVA	06/10/2010	05/10/2040
		SE Nova Petrópolis 2 230/69 kv	166 MVA	06/10/2010	05/10/2040
Costa Oeste*	49,00%	SE Umuarama 230/138 kv	300 MVA	12/01/2012	12/01/2042
Marumbi*	20,00%	SE Curitiba leste 525/230 kV (3+1 res.) x 224 MVA	672 MVA	10/05/2012	10/04/2042
TSBE*	80,00%	SE Camaquã 3 230/69 kv	166 MVA	10/05/2012	10/04/2042
TSLE*	51,00%	SE Povo Novo 525/230 kv	672 MVA	01/08/2012	01/07/2042
		SE Marmeleiro 525 kv	200 MVA	01/08/2012	01/07/2042
		SE Santa Vitória do Palmar 525/138 kv	75 MVA	01/08/2012	01/07/2042

* Em fase pré-operacional.

c) Usinas Hidrelétricas e Eólicas

SPE's	Partic.	Usinas	Localização	Potência Instalada	Operação comercial	Concessão/ Permissão	Vencimento Concessão/ Permissão
Usinas Hidrelétricas							
ESBR Participações*	20,00%	UHE Jirau	Rio Madeira (RO)	3.750 MW	04/2013	13/08/2008	12/08/2043
Teles Pires Participações*	24,72%	UHE Teles Pires	Rio Teles Pires (MT)	1.820 MW	04/2015	07/06/2011	06/06/2046
Usinas Eólicas							
Eólica Cerro Chato I	100,00%	Cerro Chato I (RS)	Sant'Ana do Livramento (RS)	30 MW	11/2011	25/08/2010	24/08/2045
Eólica Cerro Chato II	100,00%	Cerro Chato II (RS)	Sant'Ana do Livramento (RS)	30 MW	09/2011	25/08/2010	24/08/2045
Eólica Cerro Chato III	100,00%	Cerro Chato III (RS)	Sant'Ana do Livramento (RS)	30 MW	05/2011	25/08/2010	24/08/2045
Chui*	49,00%	Chui I	Chui (RS)	24 MW	12/2013	08/03/2012	08/02/2047
		Chui II	Chui (RS)	22 MW	12/2013	21/03/2012	21/02/2047
		Chui IV	Chui (RS)	22 MW	12/2013	24/02/2012	24/01/2047
		Chui V	Chui (RS)	30 MW	12/2013	02/03/2012	02/02/2047
		Chui VI	Chui (RS)	24 MW	12/2013	03/04/2012	13/03/2047
		Chui VII	Chui (RS)	22 MW	12/2013	21/03/2012	21/02/2047
		Cerro Chato IV	Sant'Ana do Livramento (RS)	10 MW	03/2013	16/03/2012	26/02/2047
Livramento*	49,00%	Cerro Chato V	Sant'Ana do Livramento (RS)	12 MW	03/2013	16/03/2012	16/02/2047
		Cerro Chato VI	Sant'Ana do Livramento (RS)	24 MW	03/2013	24/02/2012	24/01/2047
		Cerro dos Trindade	Sant'Ana do Livramento (RS)	8 MW	03/2013	06/03/2012	06/02/2047
		Ibirapuitã	Sant'Ana do Livramento (RS)	24 MW	03/2013	22/02/2012	22/01/2047

Continua...

...continuação

SPE's	Partic.	Usinas	Localização	Potência Instalada	Operação comercial	Concessão/ Permissão	Vencimento Concessão/ Permissão
Santa Vitória do Palmar*	49,00%	Geribatu I	Santa Vitória do Palmar (RS)	20 MW	11/2013	22/02/2012	22/01/2047
		Geribatu II	Santa Vitória do Palmar (RS)	20 MW	11/2013	15/02/2012	15/01/2047
		Geribatu III	Santa Vitória do Palmar (RS)	26 MW	11/2013	22/02/2012	22/01/2047
		Geribatu IV	Santa Vitória do Palmar (RS)	30 MW	11/2013	15/02/2012	15/01/2047
		Geribatu V	Santa Vitória do Palmar (RS)	30 MW	11/2013	05/04/2012	05/03/2047
		Geribatu VI	Santa Vitória do Palmar (RS)	18 MW	11/2013	15/02/2012	15/01/2047
		Geribatu VII	Santa Vitória do Palmar (RS)	30 MW	11/2013	22/02/2012	22/01/2047
		Geribatu VIII	Santa Vitória do Palmar (RS)	26 MW	11/2013	24/02/2012	24/01/2047
		Geribatu IX	Santa Vitória do Palmar (RS)	30 MW	11/2013	22/02/2012	22/01/2047
		Geribatu X	Santa Vitória do Palmar (RS)	28 MW	11/2013	22/02/2012	22/01/2047

* Em fase pré-operacional

NOTA 3 – Apresentação das Demonstrações Financeiras

3.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando o custo histórico com base de valor, bem como o valor justo para alguns ativos e passivos financeiros, compreendendo as disposições da legislação societária prevista na Lei nº 6.404/76 com as alterações das Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09, e as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como os demais pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2012.

A Administração da Companhia aprovou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 21 de março de 2013.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia e de todas as suas empresas controladas e/ou controladas em conjunto. As informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$ mil), exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Controladas em conjunto (Joint Ventures)

As controladas em conjunto (*joint ventures*) são todas as entidades (incluindo as entidades de

propósito específico) nas quais a Companhia não tem o poder individual de determinar as políticas financeiras e operacionais, as quais são tomadas conjuntamente com os demais acionistas. As controladas em conjunto são consolidadas proporcionalmente à participação acionária da companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas, controladas em conjunto e coligadas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

Composição da participação societária				Participação Direta (%)		Participação Indireta (%)	
Coligadas, Controladas diretas e/ou em conjunto				2012	2011	2012	2011
Consolidação							
Em operação							
Transmissão							
Artemis	Integral	100,0%	100,0%	100,0%	–	–	–
Etau	Proporcional	27,4%	27,4%	27,4%	–	–	–
RS Energia	Integral	100,0%	100,0%	100,0%	–	–	–
Uirapuru	Integral	75,0%	75,0%	75,0%	–	–	–
Porto Velho	Integral	100,0%	100,0%	100,0%	–	–	–
Integração	Proporcional	24,5%	24,5%	24,5%	–	–	–
Geração							
Cerro Chato I	Integral	100,0%	100,0%	90,0%	–	–	–
Cerro Chato II	Integral	100,0%	100,0%	90,0%	–	–	–
Cerro Chato III	Integral	100,0%	100,0%	90,0%	–	–	–
Em fase pré-operacional							
Transmissão							
Costa Oeste	Proporcional	49,0%	49,0%	49,0%	–	–	–
Marumbi	Proporcional	20,0%	20,0%	20,0%	–	–	–
Norte Brasil	Proporcional	24,5%	24,5%	24,5%	–	–	–
TSBE	Proporcional	80,0%	80,0%	80,0%	–	–	–
TSLE	Proporcional	51,0%	51,0%	–	–	–	–
Geração							
Chuí Holding	Proporcional	49,0%	49,0%	49,0%	–	–	–
Chuí I	Proporcional	–	–	–	49,0%	49,0%	49,0%
Chuí II	Proporcional	–	–	–	49,0%	49,0%	49,0%

Continua...

...continuação

Chuí IV	Proporcional	–	–	49,0%	49,0%
Chuí V	Proporcional	–	–	49,0%	49,0%
Chuí VI	Proporcional	–	–	49,0%	49,0%
Chuí VII	Proporcional	–	–	49,0%	49,0%
ESBR Participações	Proporcional	20,0%	20,0%	–	–
Energia Sustentável	Proporcional	–	–	20,0%	20,0%
Livramento Holding	Proporcional	49,0%	49,0%	–	–
Ibirapuitã I	Proporcional	–	–	49,0%	49,0%
Cerro Chato IV	Proporcional	–	–	49,0%	49,0%
Cerro Chato V	Proporcional	–	–	49,0%	49,0%
Cerro Chato VI	Proporcional	–	–	49,0%	49,0%
Cerro dos Trindade	Proporcional	–	–	49,0%	49,0%
Santa Vitória do Palmar Holding	Proporcional	49,0%	49,0%	–	–
Geribatu I	Proporcional	–	–	49,0%	49,0%
Geribatu II	Proporcional	–	–	49,0%	49,0%
Geribatu III	Proporcional	–	–	49,0%	49,0%
Geribatu IV	Proporcional	–	–	49,0%	49,0%
Geribatu V	Proporcional	–	–	49,0%	49,0%
Geribatu VI	Proporcional	–	–	49,0%	49,0%
Geribatu VII	Proporcional	–	–	49,0%	49,0%
Geribatu VIII	Proporcional	–	–	49,0%	49,0%
Geribatu IX	Proporcional	–	–	49,0%	49,0%
Geribatu X	Proporcional	–	–	49,0%	49,0%
Teles Pires Participações	Proporcional	24,7%	–	–	–
Companhia Teles Pires	Proporcional	–	–	24,5%	24,5%

Os ativos e passivos nessa data foram considerados de forma integral ou proporcional nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a forma de controle. As receitas e despesas foram incluídas a partir da aquisição do controle acionário. Adicionalmente, os seguintes procedimentos foram adotados:

- ✓ eliminação das participações no patrimônio líquido das controladas;
- ✓ eliminação do resultado de equivalência; e
- ✓ eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas.

3.4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Essas estimativas incluem: ativo financeiro da concessão, *impairment*, ajustes a valor presente, provisões para riscos, tributos diferidos e benefícios pós-emprego.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* com resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Quando houver perdas, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

Para fins de avaliação, os ativos são agrupados

em grupos de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidade geradora de caixa).

Ativos do sistema existente (RBSE)

Para fins de estimativa, a Companhia adotou como premissa que os bens existentes até 31 de maio de 2000 serão indenizados com base no VNR ou valor residual contábil, a ser calculado pelo órgão regulador. A Companhia mantém os valores contabilizados pelo valor residual contábil uma vez que, em sua estimativa, os valores contábeis estão registrados por valores inferiores se estiverem reconhecidos com base no VNR.

Contratos onerosos

Representam os compromissos compulsórios contratados pela Companhia referente compra de energia elétrica, cujos custos excedem os benefícios econômicos que se esperam. O montante relativo ao período de longo prazo estão reconhecidos a valor presente, com base em taxa de desconto pós-impostos (*wacc pós-tax*) aprovados pela administração, conforme descrito na nota 24.

A estimativa crítica na determinação do montante de provisão para a venda futura do contrato é o PLD médio histórico aprovado pelo Sistema Eletrobras como premissa para o cálculo da provisão do contrato oneroso, exclusivamente para fins contábeis. Utilizando o PLD médio histórico, de R\$ 67,00 MWh, foi reconhecida no Balanço de 2012 provisão contábil no montante de R\$ 896.404 mil. Aplicando a análise de sensibilidade utilizando o valor de R\$ 88,60 MWh relativo ao custo marginal de operação da EPE para os próximos 5 anos, a provisão seria de R\$ 634.067 mil. Num outro cenário, utilizando o preço de R\$ 100,00 o MWh, a provisão estimada seria de R\$ 488.000 mil.

3.5 Principais Práticas Contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerários em caixa, saldos em contas bancárias, aplicações financeiras e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em

um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Cauções e depósitos vinculados

Representam aplicações financeiras mantidas para pagamentos futuros específicos. Os saldos são mantidos até o total cumprimento de determinadas obrigações contratuais por parte dos fornecedores. Após seu reconhecimento inicial, esses investimentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

c) Clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de energia, prestação de serviços e uso do sistema de transmissão. Estão reconhecidos com base no regime de competência, atualizados quando aplicável e contratualmente exigido. As contas a receber de clientes são apresentadas ajustadas pela provisão para créditos de liquidação duvidados "PCLD".

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis na realização das contas a receber com base em julgamento sobre o valor individual de cada crédito, para créditos vencidos a mais de 6 meses ou, quando inferior, mediante análise dos casos específicos.

e) Ativo financeiro da concessão

Refere-se ao ativo financeiro a receber pela Companhia no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica. O ativo financeiro inclui ainda a indenização que será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

f) Créditos indenizatórios – Lei 12.783/13

Representam os créditos indenizatórios a receber da União, previstos na MP 579/2012,

face a opção realizada pela Companhia em 4 de dezembro de 2012 pela renovação antecipada da prorrogação das concessões relativas ao contrato de concessão nº 057/2001.

g) Créditos de energia renegociados com a União – Lei 8.727/93

Representam créditos a receber da União conforme estabelecido na Lei 8.727/93, decorrentes da assunção dos haveres que a Companhia possuía nas concessionárias estaduais de energia elétrica.

h) Outros ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

i) Ativo e Passivo fiscal diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social sobre o lucro líquido.

j) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial (demonstrações individuais), conforme CPC 18, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas coligadas e equiparadas são eliminados na medida da participação da Companhia; quando necessário, as práticas contábeis das controladas e coligadas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

k) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção. Os ativos das concessões de transmissão são reconhecidos na contabilidade societária como ativo financeiro, conforme o ICPC 01 e OCPC 05, ficando o registro como ativo imobilizado e a respectiva depreciação restrita à escrituração exigida pelo órgão regulador. Os ativos de geração são depreciados com base no período da concessão, face a não previsão contratual de reversão dos bens ao final da concessão, ainda não depreciados e/ou amortizados.

l) Intangível

i) Programas de computador (softwares)

Os gastos inerentes à obtenção de ativos incorpóreos são reconhecidos como ativo intangível, em especial as licenças de programas de computador que são capitalizadas e amortizadas pelo tempo da licença. Os gastos associados à manutenção dos programas de computador são reconhecidos quando incorridos, como despesa do exercício.

ii) Ágio

O ágio resultante da aquisição de participação acionária em controladas é representado pela diferença entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio é fundamentado em expectativas de resultado futuro e por possuir tempo de vida definido devido ao fato de estar relacionado com o prazo determinado nos contratos de concessão, é amortizado no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados. O ágio alocado a ativos e passivos identificáveis é amortizado na proporção em que esses ativos e passivos na controlada são realizados.

iii) Direitos de uso de bem público

São os valores contratados relativos ao direito do uso de bem público para exploração do potencial de energia hidráulica, decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e

atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do balanço, ajustados a valor presente, com base em uma taxa de desconto aprovada pela diretoria da Companhia.

m) Financiamentos e empréstimos

Os financiamentos e empréstimos são reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquido dos custos da transação e passam a ser mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescido de encargos, juros e variações monetárias nos termos contratuais, incorridos até a data do balanço.

n) Fornecedores

São as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, ou por estimativa, com base nos valores contratados.

o) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada. São reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação futura, com probabilidade de saída de recursos e seu valor pode ser estimado com segurança. Dessa forma, o valor constituído como provisão é a melhor estimativa de liquidação de uma provável obrigação na data das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e as incertezas relacionadas.

p) Benefícios pós-emprego

i) Plano de complementação de aposentadoria e pensão

A Companhia participa do plano de aposentadoria e pensão, administrado pela Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social, que provê a seus empregados pensões e outros benefícios pós-emprego.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida

na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: (i) por ganhos e perdas atuariais; (ii) pelas regra de limitação do valor do ativo apurado; e (iii) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação do benefício é calculada anualmente por atuários independentes usando o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, usando-se as taxas de juros condizentes com o rendimento de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

As dívidas contratadas referem-se aos requisitos de fundamentos mínimos e são consideradas na determinação de um passivo adicional referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados diretamente ao patrimônio líquido em outros resultados abrangentes no período em que ocorrerem. Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições à Fundação Elos em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias.

ii) Plano de benefícios de assistência médica aos aposentados

Além do programa de aposentadorias e pensões, a Companhia suporta, igualmente, um programa de assistência médica aos empregados aposentados por invalidez e seus dependentes, durante os primeiros 5 anos, sem que o vínculo empregatício com a Eletrosul tenha cessado. As obrigações com esse programa também foram calculadas atuarialmente, demonstradas no mesmo laudo já citado.

q) Receitas, custos e despesas

As receitas, os custos e as despesas são contabilizados pelo regime de competência. A receita de geração é reconhecida com base nos contratos de CCEAR e/ou bilaterais. A receita de transmissão é reconhecida com base no ICPC 01 e OCPC 05, com base no modelo financeiro.

O resultado financeiro líquido é composto basicamente por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, parcelamento de tributos e créditos de energia renegociados. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

r) Questões ambientais

A Companhia capitaliza os gastos relativos às demandas ambientais consubstanciadas nas “condicionantes ambientais” exigidos pelos órgãos públicos do meio ambiente para a concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos nas áreas de geração e transmissão. Os “condicionantes ambientais” correspondem a compensações que devem ser realizadas para a execução do projeto, visando reparar ou evitar danos ao meio ambiente no local da realização dos empreendimentos, limitados até o final da construção do empreendimento.

s) Consórcios

A Companhia possui investimento em consórcio para exploração da UHE Mauá, no qual os sócios mantêm acordo para controle compartilhado das operações. As operações compartilhadas envolvem a ativação de ativos para geração de energia elétrica, operação e manutenção. A Companhia registra em sua contabilidade os ativos, passivos, receitas e despesas proporcionais a sua participação no consórcio.

3.6 Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Novas normas e interpretações que afetam a Companhia emitidas pelo IASB (*International Accounting Standards Board*) ainda não entram em vigor para o exercício encerrado em 31.12.2012, a seguir relacionadas.

IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros”.

Estabelece duas categorias de mensuração principais para os ativos financeiros. Aplicável a partir de 1.01.2015.

IFRS 10 – “Demonstrações Financeiras Consolidadas”.

Define que existe apenas uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: (a) poder sobre uma investida; (b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida; e (c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 10. Aplicável a partir de 1.01.2013.

IFRS 11 – “Acordos em Conjunto”. Aborda como um acordo de participação onde duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificado. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto – ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e as obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado – ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. Aplicável a partir de 1.01.2013.

IFRS 12 – “Divulgações de Participações em Outras Entidades”. Esta norma trata da divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de

participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. Aplicável a partir de 1.01.2013.

IFRS 13 – “Mensuração de Valor Justo”.

Define valor justo, explica como mensurá-lo e determina o que deve ser divulgado sobre essa forma de mensuração. Aplicável a partir de 1.01.2013.

Emenda ao IAS 1 – “Apresentação de outros resultados abrangentes”.

Aborda aspectos relativos à divulgação de itens de outros resultados abrangentes e estabelece a necessidade de segregar os itens que podem e não podem ser potencialmente reclassificáveis para o resultado, quando determinadas condições forem cumpridas. Aplicável a partir de 1.01.2013.

Emenda ao IAS 19 – “Benefícios a empregados”.

Elimina a abordagem do método “corredor”, que permite o diferimento do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais no resultado. De acordo com o IAS 19 revisado, os ganhos ou perdas atuariais avaliados anualmente pelos atuários deverão ser reconhecidos na rubrica “outros resultados abrangentes”, no Patrimônio Líquido. A Companhia eliminou a adoção do método corredor no exercício de 2010. Aplicável a partir de 1.01.2013.

Emenda ao IFRS 7 – “Instrumentos Financeiros: Divulgações”.

Estabelece regras para divulgação de acordos de compensação de ativos e passivos financeiros. Aplicável a partir de 1.01.2013.

Emenda ao IAS 16 – “Imobilizado”.

Revisão visa esclarecer que as principais peças de reposição e equipamentos de prestação de serviços que se enquadram no conceito de imobilizado não fazem parte dos estoques. A Administração entende que essa revisão não deverá causar algum impacto sobre a posição financeira após 1.01.2013. Aplicável a partir de 1.01.2013

Emenda ao IAS 32 – “Esclarecem os requisitos para compensação de instrumentos financeiros”.

A emenda visa esclarecer os critérios de compensação da IAS 32 para os sistemas de liquidação (sistemas de câmaras de liquidação). A Administração entende que essas revisões não deverão causar algum impacto sobre a posição financeira, pois não se aplicam à Companhia. Aplicável a partir de 1.01.2014. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia, exceto quanto à consolidação proporcional das controladas em conjunto.

NOTA 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa**a) Aplicações no mercado**

As aplicações financeiras da Companhia, em consonância com a Resolução nº 2.917, de 19.12.2001, do Banco Central do Brasil, encontram-se aplicadas no fundo de FAE do Banco do Brasil S.A., que tem como meta de rentabilidade 98% da Taxa Média da SELIC (TMS). São operações que têm como características liquidez diária, baixo risco e remuneração; em dezembro de 2012, a rentabilidade bruta média da Eletrosul nas aplicações no Banco do Brasil atingiu 9,16% ou 95,71% da TMS.

Caixa e equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Caixa e depósitos bancários à vista	18.193	10.948	100.130	99.893
Aplicações financeiras	69.261	246.391	512.676	524.294
Total	87.454	257.339	612.806	624.187

O detalhamento das aplicações financeiras se dá como se segue:

Instituição Financeira	Tipo Aplicação	Indexador	Controladora		Consolidado	
			2012	2011	2012	2011
ABN	CDB	CDI	—	—	—	156
Banco do Brasil	CDB	CDI	—	—	177.223	180.547
Banco do Brasil	Fundo Exclusivo	CDI	—	117.547	—	117.547
Banco do Brasil	Fundo FAE	CDI	—	128.844	—	128.844
Banco do Brasil	Fundo FAE	IRF-M1	69.261	—	69.261	—
Banco Itaú	CDB	CDI	—	—	88.268	45.589
Bradesco	CDB	CDI	—	—	11.697	12.277
CEF	CDB	CDI	—	—	138.473	—
HSBC	CDB	CDI	—	—	—	368
Safra	CDB	CDI	—	—	—	10.013
Santander	CDB	CDI	—	—	5.698	—
Votorantin	CDB	CDI	—	—	268	27.781
Votorantin	Fundo Vintage	CDI	—	—	21.788	1.172
			69.261	246.391	512.676	524.294

A partir do dia 27 de fevereiro de 2012 entrou em vigor a resolução nº 4034, de 30.11.2011, do Banco Central do Brasil, que define a nova política de investimento dos Fundos Extramercado, cujo rendimento deverá ser referenciado a um dos Índices de Mercado Anbima. Diante disto, a Companhia optou por

somente aplicar os recursos disponíveis em Fundo FAE referenciado ao Índice IRF-M1.

b) Títulos e valores mobiliários

A seguir os títulos e valores mobiliários são apresentados por natureza (ver nota 14):

Títulos e valores mobiliários	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Não Circulante				
Ações	39	39	39	39
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	100	97	100	97
Total	139	136	139	136

O detalhamento dos títulos e valores mobiliário se dá como se segue:

Títulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	Controladora		Consolidado	
				2012	2011	2012	2011
NTN-P	Banco do Brasil	21/03/2018	TR+6% aa	2	2	2	2
NTN-P	Banco do Brasil	28/12/2015	TR+6% aa	95	92	95	92
NTN-P	Banco do Brasil	28/12/2014	TR+6% aa	3	3	3	3
				100	97	100	97

NOTA 5 – Cauções e Depósitos Vinculados

A seguir as cauções e depósitos vinculados são apresentados por natureza:

Cauções e depósitos vinculados	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Circulante				
Caução CEF - garantia ANEEL	9	9	9	9
Caução CEF - PCH São Mateus	13	13	13	13
Caução CEF - PCH Santo Cristo	10	–	10	–
Caução Bradesco - CBLC	3.641	319	3.641	319
Caução BB Eletronet	49.555	–	49.555	–
Fundo vinculado BB conv. SENAI 6246	87	14	87	14
Fundo vinculado BB conv. PRC-PRODEEM	1.220	1.137	1.220	1.137
Fundo vinculado BB conv. PROCEL ECV-042/04	–	136	–	136
Fundo vinculado BB conv. PROCEL ECV-028/05	–	249	–	249
Fundo vinculado BB conv. ECV-182/2006	–	142	–	142
Fundo vinculado - Compensação Ambiental	817	–	817	–
Fundo vinculado - Time Deposit - ESBR-P	–	–	2.633	25.283
Fundo vinculado garantia aluguéis	–	–	–	9
Subtotal	55.352	2.019	57.985	27.311
Não circulante				
Fundo vinculado BNDES Mauá	9.880	9.127	9.880	9.127
Fundo vinculado BB Mauá	10.300	9.269	10.300	9.269
Fundo vinculado BB São Domingos	7.556	–	7.556	–
Fundo vinculado BB Passo São João	7.084	–	7.084	–
Fundo vinculado BB O&M Aplicação Mauá	1.527	–	1.527	–
Fundo vinculado BB O&M Aplicação SC Energia	–	1.206	–	1.206
Fundo vinculado BB SC Energia	9.371	–	9.371	–
Fundo vinculado - Time Deposit - ESBR-P	–	–	5.139	3.867
Fundo vinculado garantia de financiamentos	–	9.912	10.818	22.442
Subtotal	45.718	29.514	61.675	45.911
Total	101.070	31.533	119.660	73.222

O valor de R\$ 49.555 mil, demonstrado na rubrica “Cauções BB Eletronet”, é decorrente do vencimento dos ativos CFT que estavam cedidos em comodato por força do contrato ECF-2799/2009 e que se encontravam ofertados como garantias no processo judicial da

Operação Eletronet. O mesmo valor encontra-se registrado no passivo não circulante na rubrica “outros passivos”, pois o mesmo será convertido em empréstimo financeiro de Longo Prazo junto a Eletrobras.

Os valores das rubricas “Fundo Vinculados BNDES Mauá e BB Mauá” referem-se à constituição da conta reserva de garantia dos contratos de financiamento da UHE Mauá junto ao BNDES e Banco do Brasil conforme cláusulas contratuais.

O valor na rubrica “Fundo Vinculado – Time Deposit– ESBRP” refere-se a aplicações financeiras em *time deposit* realizadas pela ESBR

com a finalidade de lastrear as garantias das cartas de crédito emitidas pelo Banco do Brasil e Banco Itaú em favor dos fornecedores *Dong Fang* e *Hyosung*. O prazo estimado de utilização destas aplicações para pagamentos aos fornecedores é calculado com base em cronogramas de fornecimento propostos pela *Dong Fang* e *Hyosung*, revisados ao menos trimestralmente. O detalhamento dos fundos vinculados se dá como se segue:

Instituição Financeira	Tipo Aplicação	Indexador	Controladora		Consolidado	
			2012	2011	2012	2011
Banco do Brasil	CDB	CDI	–	11.118	18.590	12.051
Banco do Brasil	Fundo Exclusivo	CDI	–	18.645	–	18.645
Banco do Brasil	Fundo FAE	CDI	–	1.429	–	1.429
Banco do Brasil	Fundo FAE	IRF-M1	97.397	–	97.397	–
Banco do Brasil	Time deposits	libor + spread	–	–	–	5.631
Banco Itaú	Time deposits	1,7%-2,0%	–	–	–	19.652
Bradesco	CDB	CDI	3.641	319	3.641	8.679
Caixa	Conta remunerada	TR	32	22	32	22
Citibank	Fundo	CDI	–	–	–	7.113
			101.070	31.533	119.660	73.222

NOTA 6 – Clientes

	Controladora			
	2012			2011
	vincendas	vencidas	total	total
Uso da rede elétrica	98.724	7.065	105.789	99.765
Conexão ao sistema de transmissão	8.664	–	8.664	8.161
Comercialização de energia	28.069	7.265	35.334	2.768
Suprimento de energia	5.814	–	5.814	–
(-) Prov. cré. liquid. duvidosa (nota 11)	–	(13.766)	(13.766)	(3.509)
	141.271	564	141.835	107.185

13. Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas

	Consolidado			
	2012			2011
	vincendas	vencidas	total	total
Uso da rede elétrica	121.599	8.269	129.868	114.986
Conexão ao sistema de transmissão	8.664	–	8.664	13.494
Comercialização de energia	28.069	7.265	35.334	2.768
Suprimento de energia	9.441	–	9.441	–
(-) Prov. cré. liquid. duvidosa (nota 11)	(6)	(14.264)	14.270	(3.773)
	167.767	1.270	169.037	127.475

Os valores de R\$ 13.766 mil na Controladora e R\$ 14.270 mil no Consolidado referem-se à provisão para créditos de liquidação duvidosa

de faturas vencidas há mais de seis meses e que se encontra em processo de cobrança/ negociação entre as partes envolvidas.

	Controladora				
	2012				2011
	vincendas	Vencidas até 90 dias	Vencidas há mais de 90 dias	total	total
Origem/Clientes	141.271	281	14.049	155.601	110.694
(-) Prov. cré. liquid. duvidosa (nota 11)	–	–	(13.766)	(13.766)	(3.509)
	141.271	281	283	141.835	107.185

	Consolidado				
	2012				2011
	vincendas	Vencidas até 90 dias	Vencidas há mais de 90 dias	total	total
Origem/Clientes	167.773	414	15.120	183.307	131.248
(-) Prov. cré. liquid. duvidosa (nota 11)	–	–	(14.270)	(14.270)	(3.773)
	167.773	414	850	169.037	127.475

A movimentação da provisão de créditos de liquidação duvidosa está apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Saldo inicial	3.509	1.299	3.773	1.499
Provisões	10.592	2.405	10.842	2.469
Reversões	(335)	(195)	(345)	(195)
Baixas para perdas	–	–	–	–
	13.766	3.509	14.270	3.773

NOTA 7 – Ativo Financeiro – Concessões de Serviço Público

Os contratos de concessão de transmissão da Companhia e das Controladas estão no âmbito

da Interpretação Técnica ICPC 01, decorrente da aplicação do modelo de ativo financeiro.

Ativo Financeiro	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Circulante				
Ativo Financeiro Amortizável RAP (I)	16.434	118.851	57.232	152.543
Subtotal	16.434	118.851	57.232	152.543
Não circulante				
Ativo Financeiro Amortizável RAP (I)	361.266	589.004	1.573.152	1.429.642
Ativo Financeiro Indenizável (II)	608.510	1.811.738	1.099.674	2.188.468
Subtotal	969.776	2.400.742	2.672.826	3.618.110
Total	986.210	2.519.593	2.730.058	3.770.653

Do saldo de R\$ 608.510 mil apresentado na rubrica “Ativo Financeiro Indenizável (II)” no ativo não circulante, o montante de R\$ 514.924 mil refere-se ao saldo do ativo financeiro

relativo ao sistema existente (RBSE), cujo valor da indenização encontra-se em avaliação pela ANEEL (ver nota 1, d).

13. Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas

A mutação da conta ativo financeiro é apresentada como segue:

Transmissão	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Saldo inicial em 1º de janeiro	2.519.593	2.529.047	3.770.653	3.183.296
(+) Receita de Construção	82.730	92.201	557.410	514.193
(+) Receita Financeira	423.875	320.932	566.199	396.684
(-) Baixa ativo financeiro Lei 12.783/13 (nota 1,d)	(1.430.868)	–	(1.430.868)	–
(-) Amortização, recebimentos, baixas e transferências	(534.939)	(422.587)	(659.155)	(323.520)
(-) <i>Impairment</i>	(32.115)	–	(32.115)	–
(-) Transferência para Imobilizado	(42.066)	–	(42.066)	–
Saldo final em 31 de dezembro	986.210	2.519.593	2.730.058	3.770.653

Composição dos saldos de ativo financeiro por contratos de concessão:

Empresa	Contrato de concessão	Consolidado	
		2012	2011
Eletrosul	nº 057/2001*	520.418	2.034.031
	nº 010/2005	390.904	378.091
	nº 004/2008	44.541	72.552
	nº 005/2009	30.347	34.919
Controladas			
Artemis	nº 004/2004	245.604	250.002
Costa Oeste	nº 001/2012	418	–
Étau	nº 082/2002	33.859	32.972
Marumbi	nº 008/2012	93	–
Norte Brasil	nº 016/2009	446.214	174.930
Porto Velho	nº 010/2009	553.343	427.248
RS Energia	nº 005/2006	336.059	275.010
TSBE	nº 004/2012	32.039	–
TSLE	nº 020/2012	6.812	–
Uirapuru	nº 002/2005	89.407	90.898
Total		2.730.058	3.770.653

* ver nota 1, d.

NOTA 8 – Créditos Indenizatórios – Lei 12.783/13

Os créditos indenizatórios referem-se ao valor da indenização prevista pela Lei 12.783/13, decorrente da renovação antecipada do contrato de concessão nº 57/2001, cujos valores foram divulgados pela Portaria MME nº 579/2012, tendo a Companhia optado pelo recebimento de 50% à vista atualizado pelo IPCA a partir de outubro de 2012, a ser recebido em até 45 dias após a

assinatura da opção e da prorrogação do contrato de concessão nº 57/2001, em 4 de dezembro de 2012, e o restante equivalente à 50% a ser recebido em 31 parcelas mensais até 07/2015, atualizados pelo IPCA e acrescidos por uma taxa de desconto (WACC) regulatório equivalente a 5,59% a.a.

A mutação da conta Créditos Indenizatórios é apresentada como segue:

Movimentação no período:	Controladora
	2012
Saldo final do período anterior	–
Reconhecimento da indenização	2.008.668
Recebimentos	–
Atualização monetária	12.052
Juros	4.563
Saldo do período final	2.025.283
Circulante	1.404.632
Não Circulante	620.651

O montante original dos créditos e a apuração do superávit indenizatório estão demonstrados na nota 1,d.

NOTA 9 – Créditos de Energia Renegociados com a União

Os créditos renegociados referem-se a créditos junto à União, atualizados pelo IGP-M e acrescidos de juros de 12,68% a.a., decorrentes da assunção dos haveres que a Companhia possuía nas concessionárias estaduais de energia elétrica. Sob a égide da Lei nº 8.727/93,

a União assumiu, refinanciou e reescalou a dívida em 240 parcelas, vencíveis a partir de abril de 1994. Vencido o prazo de 20 anos e remanescendo saldo a pagar, uma vez que a União repassa somente os recursos recebidos dos estados que, por sua vez, estão limitados por lei em níveis de comprometimento de receitas, o parcelamento será estendido por mais 120 meses. Os tributos incidentes sobre a receita decorrente da atualização desses créditos estão sendo diferidos. (ver nota 15)

Movimentação no período:	Controladora e Consolidado	
	2012	2011
Saldo final do período anterior	607.391	672.678
Recebimentos	(144.209)	(178.512)
Atualização monetária	43.907	32.944
Juros	71.565	80.281
Saldo do período final	578.654	607.391
Circulante	140.068	127.639
Não Circulante	438.586	479.752

NOTA 10 – Dividendos a Receber

Os valores apresentados nesta rubrica referem-se à estimativa dos dividendos mínimos obrigatórios a serem destinados pelas SPE's. Considerando que a consolidação

das informações das Controladas é feita com defasagem de 30 dias, os valores apresentados em 2012 estão baseados no lucro líquido constante nos Demonstrativos de Resultados das Investidas em 30 de novembro de 2012.

Dividendos		Controladora	
Sociedades de Propósito Específico (SPE)	% de participação	2012	2011
Artemis	100,00%	15.945	4.863
Cerro Chato III	100,00%	176	652
Etau	27,40%	535	513
Integração	24,50%	–	2.060
Norte Brasil	24,50%	805	250
Porto Velho	100,00%	1.351	–
RS Energia	100,00%	2.332	773
Uirapuru	75,00%	1.908	1.382
		23.052	10.493

NOTA 11 – Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

Com base na expectativa do provável recebimento dos créditos e também de avaliações jurídicas, a Companhia mantém provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa, concernentes a “clientes” (nota 6) registrados no ativo circulante, no valor de R\$ 13.766 mil, “devedores diversos” (nota 14), registrados no ativo circulante, no valor de R\$ 7.023 mil, referentes a créditos com a Eletropar, vinculados a créditos que a mesma detém na Eletronet, que

por sua vez teve a sua falência decretada e “outros créditos” (nota 14) registrados no ativo circulante, no valor de R\$ 3.830 mil.

Nessa mesma linha de avaliação, mantém, também, provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa, registrada no não circulante sob a rubrica de “Outros créditos”, no valor de R\$ 10.154 mil, concernentes à atualização monetária em litígio judicial, calculada sobre créditos de energia renegociados na vigência do Plano Real. (ver nota 14)

Movimentação da provisão para devedores duvidosos:

Consolidado						
2012						
Ativo Circulante	Nota	Saldo em 31.12.2011	Provisões	Reversões	Baixas para perdas	Saldo em 31.12.2012
Clientes	6	3.773	10.842	(345)	–	14.270
Devedores diversos	14.2	7.023	–	–	–	7.023
Créditos diversos	14.1	4.610	368	(1.148)	–	3.830
Ativo Não Circulante						
Créditos diversos	14.1	10.154	–	–	–	10.154

Consolidado						
2011						
Ativo Circulante	Nota	Saldo em 31.12.2010	Provisões	Reversões	Baixas para perdas	Saldo em 31.12.2011
Clientes	6	1.499	2.469	(195)	–	3.773
Devedores diversos	14.2	7.023	–	–	–	7.023
Créditos diversos	14.1	4.574	619	(583)	–	4.610
Ativo Não Circulante						
Créditos diversos	14.1	10.154	–	–	–	10.154

NOTA 12 – Tributos a Recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
ICMS	2.942	13.892	5.266	17.299
PIS	10.914	10.703	32.709	23.047
COFINS	50.272	49.305	50.667	106.166
Contribuição Social	–	5.885	1.156	6.121
Imposto de Renda	436	16.733	7.873	24.169
Outros créditos	8.372	1.038	9.593	1.777
(-) Ajustes a valor presente de tributos	(1.919)	(4.110)	(1.919)	(4.110)
	71.017	93.446	205.345	174.469
Circulante	29.582	30.983	51.593	42.509
Não circulante	41.435	62.463	153.752	131.960

ICMS, PIS e COFINS referem-se a créditos tomados na compra de ativo imobilizado e na formação do ativo financeiro da transmissão. Do total do crédito de PIS e COFINS, uma parte está disponível para compensação e o restante será apropriado a partir da entrada em

operação comercial das UHEs e PCHs.

NOTA 13 – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

a) Movimentações de AFAC no ativo

a.1) Composição dos saldos de AFAC por SPE:

	Controladora	
	2012	2011
Composição do saldo por empresa		
Cerro Chato I	–	86.760
Cerro Chato II	–	80.910
Cerro Chato III	–	74.790
Livramento	–	3.742
Porto Velho	–	50.000
RS Energia	–	66.258
Santa Vitória do Palmar	–	5.067
TSBE	31.898	–
TOTAL	31.898	367.527

a.2) Movimentação:

	Controladora	
	2012	2011
Saldo Inicial	367.527	42.390
(+) AFAC aportado no exercício	158.012	419.515
(-) Integralização de capital	(493.641)	(94.378)
Total	31.898	367.527

b) Movimentações de AFAC no passivo

O saldo da conta “adiantamento para futuro aumento de capital” no montante de R\$ 554.930

mil está composto por valores recebidos da acionista Eletrobras.

	Controladora	
	2012	2011
Saldo Inicial	1.810.793	724.125
(+) AFAC recebido exercício	728.630	972.279
(+) Atualização pela SELIC	178.231	114.389
(-) Incorporação ao Capital	(2.162.724)	–
Total	554.930	1.810.793

NOTA 14 – Outros Ativos

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Créditos diversos	55.071	27.563	116.915	33.222
Devedores diversos	13.845	31.505	15.184	31.969
Serviços em curso	21.913	27.916	21.913	27.916
Desativações em curso	18.507	3.651	18.507	3.651
Alienações em curso	1.088	1.215	1.088	1.215
	110.424	91.850	173.607	97.973
Circulante	69.410	75.031	114.058	76.720
Não circulante	41.014	16.819	59.549	21.253

14.1 Créditos diversos

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Títulos de cré.d.a receber/Alien., bens e direitos	2.794	3.493	2.794	3.493
Créditos por serviços prestados a terceiros	6.750	10.341	45.549	2.275
Títulos e valores mobiliários	139	136	139	136
Valores bloqueados judicialmente	175	20	344	61
Reserva Global de Reversão (RGR)	1.180	–	1.180	–
Dispêndios a reembolsar	11.364	7.734	11.364	7.756
Prêmio de seguro	615	382	10.982	14.006
Créditos em litígio	10.154	10.154	10.154	10.154
Depósitos vinculados a litígios	26.741	6.025	39.285	6.112
Empréstimo compulsório-aq. de combustível	2.024	1.876	2.024	1.876
Aplicação financeira - Teles Pires	–	–	25	–
Convênios prefeituras	4.252	734	4.252	734
Outros créditos a receber	2.867	1.432	2.807	1.383
(-) Prov. outros cré.d. liquid. Duvidosa (nota 11)	(13.984)	(14.764)	(13.984)	(14.764)
	55.071	27.563	116.915	33.222
Circulante	14.057	10.744	57.366	11.969
Não circulante	41.014	16.819	59.549	21.253

13. Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas

A Companhia registra na rubrica “Provisões para riscos”, evidenciada no Passivo Não circulante, apenas os valores dos depósitos

judiciais vinculados a provisões cujo parecer da área jurídica foi “Perda Provável”, reduzindo as provisões para contingências.

14.2 Devedores diversos

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Rendas a receber - encargos de dívidas	1.423	1.403	1.423	1.403
Adiantamentos a fornecedores	1.626	21.779	2.776	21.971
Eletrobrás Participações S.A. - Eletropar	7.023	7.023	7.023	7.023
Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.	280	280	280	280
Adiantamentos a empregados	5.077	4.199	5.159	4.226
Créditos com empregados	143	150	143	277
Credenciamento médico	2.383	2.332	2.383	2.332
Outros devedores	2.913	1.362	3.020	1.480
(-) Prov. créd. liquid. Duvidosa (nota 11)	(7.023)	(7.023)	(7.023)	(7.023)
	13.845	31.505	15.184	31.969

Os créditos com a Eletrobrás Participações S.A. (Eletropar), vinculados a créditos que a mesma detém na Eletronet, que, por sua vez, teve sua

falência decretada, estão incluídos na provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa. (ver nota 11).

14.3 Desativações, alienações e serviços em curso

Serviços em curso	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Construção da casa sustentável	–	126	–	126
Convênio MME - 009/2004 Evit. Capac. Prodee	156	151	156	151
Implantação LT 525 kV Campos Novos/Santa Rita-RS	27	16	27	16
Implantação novo Trafo p/ Gerdau - SE Charqueadas	156	508	156	508
Projeto Alto Uruguai	1	2.226	1	2.226
P&D ANEEL diversos	143	8.969	143	8.969
Substituição de transfor. III-GENVISA na SE Joinville	743	743	743	743
Análise de projeto acomp. Comis. das instalações	4.600	4.633	4.600	4.633
Licitações e Leilões ANEEL	606	230	606	230
Engenharia do proprietário UHE Mauá	2.197	1.936	2.197	1.936
Engenharia do proprietário CHUI I, II, IV, V	627	–	627	–
Engenharia do proprietário IBIRAPUITA, C. Chato IV, V	4.859	–	4.859	–
Engenharia do proprietário VERACE I A X	1.425	–	1.425	–
Sinistro transformador Siderópolis	1.009	872	1.009	872
Fontes alternativas geração de energia elétrica	–	2.199	–	2.199
Sinistro transformadores SE Curitiba	28	28	28	28
Troca sistema climatização Sertão do Maruim	1.818	1.818	1.818	1.818
Desenvolvimento de redes de sensores passivos	779	–	779	–
Utilização de tecnologia de plasma para bauxita	381	–	381	–
Estudo de expansão da UHE Belo Monte	300	208	300	208
Outros serviços	2.058	3.253	2.058	3.253
	21.913	27.916	21.913	27.916
Desativações em curso	18.507	3.651	18.507	3.651
Alienações em curso	1.088	1.215	1.088	1.215
	41.508	32.782	41.508	32.782

NOTA 15 – Tributos Diferidos

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e

fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Ativo não circulante				
Provisões cíveis e fiscais	27.136	8.670	27.136	8.670
Provisões trabalhistas	24.567	21.496	24.567	21.496
Passivo atuarial	64.442	6.702	64.442	6.702
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	7.247	4.025	7.327	4.025
Provisão para perdas contratos onerosos	309.543	2.453	309.543	2.453
Amortização ágio s/ investimento	9.488	8.480	9.488	8.480
Valor recuperável de ativos (Impairment)	90.528	48.575	90.528	48.575
Participação nos lucros e resultados (PLR)	10.717	11.287	10.717	11.287
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	–	–	7.733	4.633
Contribuição benefício geração atual	7.248	9.226	7.248	9.226
Derivativos	–	–	–	4.792
Ajuste valor presente de tributos e UBP	1.236	1.398	1.236	1.398
Outros	–	–	8.600	3.703
	552.152	122.312	568.565	135.440
Passivo não circulante				
Receita de atual. créditos energia renegociados (i)	195.554	205.469	195.554	205.469
Parcelamento Especial (PAES)	1.295	1.242	1.295	1.242
Provisão ajustes de adoção CPC's	3.042	11.427	8.648	12.582
Amortização ágio s/ investimento	5.992	–	5.992	–
Depreciação acelerada UHE Passo São João	4.366	–	4.366	–
Outros	22.689	22.175	30.408	29.119
	232.938	240.313	246.263	248.412
Tributos diferidos líquidos	319.214	(118.001)	322.302	(112.972)

(i) O diferimento dos tributos incidentes sobre a receita de atualização dos créditos de energia renegociados – Lei nº 8.727/93 foi iniciado em janeiro de 1999. Até dezembro de 1998, todos os tributos incidentes sobre tais receitas (juros e variação monetária) foram recolhidos pelo regime de competência. Todavia, os valores recolhidos até aquela

data já ultrapassavam aos valores efetivamente recebidos da União com o pagamento da dívida à Eletrosul, por conta da Lei nº 8.727/93. Destarte, de forma a preservar o patrimônio da Companhia, a Administração optou por diferir os tributos, a partir de janeiro de 1999, para recolhimento com base nos valores efetivamente recebidos.

Até dezembro de 2004, foram compensados os valores recolhidos até a competência dezembro de 1998. A partir de janeiro de 2005, passou-se a tributar e recolher sobre os valores efetivamente recebidos. Essa situação é decorrente do fato de que a União paga as parcelas mensais de sua dívida de acordo

com o que recebe dos Estados, que, por sua vez, estão limitados por lei em níveis de comprometimento de suas receitas, conforme descrito na nota 9.

A expectativa de compensações dos ativos e passivos fiscais diferidos são as seguintes:

Consolidado		
Ano	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
2013	52.413	10.272
2014	30.572	10.272
2015	36.831	11.039
2016	29.579	11.108
2017	24.732	11.108
Após 2017	378.025	179.139
Total	552.152	232.938

NOTA 16 – Investimentos

16.1 Investimentos nas controladas e controladas em conjunto

Controladora		
Participação societária permanente	2012	2011
Controladas	1.086.086	650.524
Controladas em conjunto	1.457.852	695.011
Outros	3.277	3.281
Total dos investimentos	2.547.215	1.348.816

16.2 Movimentação dos investimentos nas controladas e controladas em conjunto

No ano de 2012:

Sociedades de Propósito Específicos (SPE's)	Part. (%)	Saldos em 31/12/2011	Adições	Resultado de participação societária	Ajus. Aval. patrimonial	Destin./ Ajuste de Dividendos	Amort. do Ágio	Outros	Saldos em 31/12/2012
Em operação									
Artemis	100,0%	252.302	-	26.989	-	(20.582)	(5.738)	-	252.971
Cerro Chato I	100,0%	-	86.760	(261)	-	-	-	-	86.499
Cerro Chato II	100,0%	-	80.910	(904)	-	-	-	-	80.006
Cerro Chato III	100,0%	2.275	74.789	(1.721)	-	476	-	-	75.819
Etau	27,4%	21.840	-	4.793	-	(2.937)	-	-	23.696
RS Energia	100,0%	146.203	79.092	8.182	-	(1.558)	-	-	231.919
Porto Velho	100,0%	193.624	107.500	2.685	-	(1.351)	(18)	-	302.440
Uirapuru	75,0%	56.120	-	7.935	-	(6.902)	(721)	-	56.432
Integração	24,5%	8.898	-	9.197	-	2.060	-	-	20.155
Em fase pré-operacional									
Chuí	49,0%	-	33.887	(281)	-	-	-	-	33.606
Costa Oeste	49,0%	196	1.194	(252)	-	-	-	-	1.138
ESBR Participações	20,0%	554.408	390.001	(4.352)	(232)	-	-	-	939.825
Livramento	49,0%	-	36.055	(775)	-	-	-	-	35.280
Marumbi	20,0%	-	622	(52)	-	-	-	-	570
Norte Brasil	24,5%	16.119	166.110	3.414	8.536	(554)	-	-	193.625
Santa Vitória do Palmar	49,0%	-	97.551	(492)	-	-	-	-	97.059
TSBE	80,0%	-	6.408	(107)	-	-	-	-	6.301
TSLE	51,0%	-	17.345	(564)	-	-	-	-	16.781
Teles Pires Participações	24,7%	93.550	-	(3.734)	-	-	-	-	89.816
Outros investimentos		3.281	-	-	-	-	-	(4)	3.277
Totais		1.348.816	1.178.224	49.700	8.304	(31.348)	(6.477)	(4)	2.547.215

No ano de 2011:

Sociedades de Propósito Específicos (SPE's)	Part. (%)	Saldos em 31/12/2010	Adições	Resultado de participação societária	Ajus. Aval. patrimonial	Destin./ Ajuste de Dividendos	Amort. do Ágio	Outros	Saldos em 31/12/2011
Em operação									
Artemis	100,0%	77.177	173.989	13.602	-	(10.517)	(1.949)	-	252.302
Cerro Chato III	90,0%	-	-	2.927	-	(652)	-	-	2.275
Etau	27,4%	17.934	-	5.413	-	(1.507)	-	-	21.840
RS Energia	100,0%	142.646	-	3.253	-	304	-	-	146.203
Uirapuru	75,0%	24.455	30.584	4.474	-	(3.092)	(301)	-	56.120
Integração	24,5%	2.312	-	8.646	-	(2.060)	-	-	8.898
Em fase pré-operacional									
Costa Oeste	49,0%	-	196	-	-	-	-	-	196
ESBR Participações	20,0%	412.001	142.799	(3.646)	3.254	-	-	-	554.408
Norte Brasil	24,5%	9.434	6.394	1.164	(623)	(250)	-	-	16.119
Porto Velho	100,0%	194.186	-	(1.330)	-	768	-	-	193.624
Teles Pires	24,5%	-	94.378	(828)	-	-	-	-	93.550
Outros investimentos		3.307	(26)	-	-	-	-	-	3.281
Totais		883.452	448.314	33.675	2.631	(17.006)	(2.250)	-	1.348.816

16.3 Informações financeiras resumidas de controladas e controladas em conjunto

As principais informações financeiras dos balanços das controladas e controladas em conjunto estão

demonstradas a seguir, pelos valores originais sem considerar a proporcionalidade.

2012						
Sociedades de Propósito Específico (SPE's)	Part. (%) em 31.12.2012	Receita operacional	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Ativo total	Passivo	Patrimônio Líquido
Em operação						
Artemis	100,0%	66.555	27.140	283.250	117.865	165.385
Cerro Chato I	100,0%	11.614	639	158.955	72.456	86.499
Cerro Chato II	100,0%	12.432	(787)	153.187	73.181	80.006
Cerro Chato III	100,0%	13.022	(2.028)	149.816	73.997	75.819
Etau	27,4%	29.271	17.484	132.195	45.766	86.429
RS Energia	100,0%	93.886	8.182	388.128	156.209	231.919
Uirapuru	75,0%	21.949	10.713	98.729	44.886	53.843
Porto Velho	100,0%	142.664	2.685	612.217	311.187	301.030
Integração	24,5%	93.394	37.539	159.230	76.964	82.266
Em fase pré-operacional						
Chuí	49,0%	–	(574)	75.754	7.171	68.583
Costa Oeste	49,0%	–	(516)	2.391	70	2.321
ESBR Participações	20,0%	–	(21.786)	14.492.856	9.793.732	4.699.124
Livramento	49,0%	–	(1.581)	103.567	31.566	72.001
Marumbi	20,0%	–	(262)	2.892	43	2.849
Norte Brasil	24,5%	1.107.237	13.829	2.482.661	1.692.361	790.300
Santa Vitória do Palmar	49,0%	–	(1.004)	206.718	8.637	198.081
TSBE	80,0%	40.049	(134)	68.433	60.557	7.876
TSLE	51,0%	13.357	(1.106)	35.472	2.568	32.904
Teles Pires	24,7%	–	(15.241)	1.366.032	999.430	366.602

2011						
Sociedades de Propósito Específico (SPE's)	Part. (%) em 31.12.2011	Receita operacional	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Ativo total	Passivo	Patrimônio Líquido
Em operação						
Artemis	100,0%	47.746	20.447	275.812	111.969	163.843
Cerro Chato I	90,0%	5	(772)	148.348	149.228	(880)
Cerro Chato II	90,0%	1.363	4	155.261	155.358	(97)
Cerro Chato III	90,0%	6.620	3.357	164.024	160.771	3.253
Etau	27,4%	34.296	24.665	136.588	56.692	79.896
RS Energia	100,0%	65.097	3.254	329.664	132.429	197.235
Uirapuru	75,0%	16.213	7.756	100.411	46.237	54.174
Integração	24,5%	53.260	35.405	69.670	24.944	44.726
Em fase pré-operacional						
ESBR Participações	20,0%	87	(18.231)	10.002.312	7.230.271	2.772.041
Norte Brasil	24,5%	562.935	4.302	753.737	712.925	40.812
Porto Velho	100,0%	248.296	(1.329)	445.582	253.385	192.197
Teles Pires	24,5%	–	(3.381)	469.772	473.152	(3.380)

16.4 Informações das Sociedades Investidas

Sociedades de Propósito Específicos (SPE's)	% Part.	Acionistas	%	Início Construção	Início da operação	Término concessão
Em operação comercial						
Artemis*	100,0	–	–	2003	2004	2034
Etau	27,4	Transmissora Aliança	52,6			
		CEEE	10,0	2003	2004	2032
		DME Energética	10,0			
Uirapuru	75,0	ELOS	25,0	2004	2005	2035
RS Energia	100,0	–	–	2006	2009	2036
Porto Velho	100,0	–	–	2009	2012	2039
Cerro Chato I	100,0	–	–	2010	2012	2045
Cerro Chato II	100,0	–	–	2010	2012	2045
Cerro Chato III	100,0	–	–	2010	2011	2045
Construtora Integração	24,5	Eletronorte	24,5	–	–	–
		Abengoa Brasil	51,0			
Em fase pré-operacional						
Norte Brasil	24,5	Eletronorte	24,5	2009	2013	2039
		Abengoa Brasil	51,0			
Costa Oeste	49,0	Copel	51,0	2012	2014	2042
TSBE	80,0	Copel	20,0	2012	2014	2042
Marumbi	20,0	Copel	80,0	2012	2014	2042
TSLE	51,0	CEEE	49,0	2012	2013	2042
ESBR Participações	20,0	SUEZ	60,0			
		CHESF	20,0	2009	2013	2043
Teles Pires Participações	24,7	Neoenergia	50,6			
		Furnas	24,7	2011	2014	2045
Chuí	49,0	Rio Bravo Investimentos	51,0	2012	2013	2047
Livramento	49,0	Rio Bravo Investimentos	41,0	2012	2013	2047
		Fundação Elos	10,0			
Santa Vitória do Palmar	49,0	Rio Bravo Investimentos	51,0	2012	2013	2047

* Incorporada em 11/01/2013

As obras dos projetos em fase pré-operacional, previstos para início de operação em 2013

e 2014, estão dentro do cronograma de conclusão.

NOTA 17 – Imobilizado

a) Composição do imobilizado

Geração	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Imobilizações em serviço	590.156	–	996.933	–
(-) Depreciação acumulada	(11.502)	–	(33.251)	–
Imobilizações em curso	1.600.426	1.656.223	4.667.477	3.852.458
(-) Provisão valor recuperável dos ativos	(198.645)	(142.870)	(198.645)	(142.870)
Total Geração	1.980.435	1.513.353	5.432.514	3.709.588
Administração				
Imobilizações em serviço	42.104	36.151	42.590	36.493
(-) Depreciação acumulada	(16.062)	(14.743)	(16.129)	(14.769)
Imobilizações em curso	5.652	4.194	5.663	4.300
Total Administração	31.694	25.602	32.124	26.024
Total Imobilizado Líquido	2.012.129	1.538.955	5.464.638	3.735.612

b) Encargos financeiros capitalizados

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Total dos encargos financeiros	138.831	120.386	317.193	229.854
(-) Transferência para o imobilizado	(45.416)	(42.991)	(162.673)	(120.386)
Efeito líquido no resultado	93.415	77.395	154.520	109.468

c) Taxas de depreciação

Geração	Consolidado	
	2012	2011
Intangíveis	20,24%	19,64%
Reservatórios, barragens e adutoras	3,40%	3,40%
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,48%	4,13%
Máquinas e equipamentos	3,67%	4,24%
Administração		
Intangíveis	6,64%	6,64%
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,45%	4,17%
Máquinas e equipamentos	8,40%	6,54%
Veículos	9,78%	15,20%
Móveis e utensílios	5,12%	8,28%

13. Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas

Em 16 de fevereiro de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) publicou a Resolução Normativa nº 474/2012, que estabelece novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado do Setor Elétrico, taxas estas adotadas pela Companhia

para fins societários, por representar adequadamente a vida útil dos bens.

d) Movimentação do ativo imobilizado:

No ano de 2012:

	Controladora				
	31.12.2011	31.12.2012			
	Vlr líquido	Adições	Baixas	Transferências	Vlr líquido
Geração					
Em serviço	–	–	(18.755)	608.911	590.156
Depreciação acumulada	–	(11.899)	397	–	(11.502)
Em curso	1.656.223	613.410	(59.749)	(609.458)	1.600.426
Total	1.656.223	601.511	(78.107)	(547)	2.179.080
Administração					
Em serviço	36.151	5.753	(405)	605	42.104
Depreciação acumulada	(14.743)	(1.942)	397	226	(16.062)
Em curso	4.194	3.263	(11)	(1.794)	5.652
Total	25.602	7.074	(19)	(963)	31.694
<i>Impairment</i>	(142.870)	(84.706)	28.931	–	(198.645)
TOTAL	1.538.955	523.879	(49.195)	(1.510)	2.012.129

	Consolidado				
	31.12.2011	31.12.2012			
	Vlr líquido	Adições	Baixas	Transferências	Vlr líquido
Geração					
Em serviço	–	–	(18.755)	1.015.688	996.933
Depreciação acumulada	–	(33.648)	397	–	(33.251)
Em curso	3.852.458	1.890.908	(59.749)	(1.016.140)	4.667.477
Total	3.852.458	1.857.260	(78.107)	(452)	5.631.159
Administração					
Em serviço	36.493	5.892	(405)	610	42.590
Depreciação acumulada	(14.769)	(1.983)	397	226	(16.129)
Em curso	4.300	3.268	(11)	(1.894)	5.663
Total	26.024	7.177	(19)	(1.058)	32.124
<i>Impairment</i>	(142.870)	(84.706)	28.931	–	(198.645)
TOTAL	3.735.612	1.779.731	(49.195)	(1.510)	5.464.638

No ano de 2011:

	Controladora				
	31.12.2010	31.12.2012			
	Vlr líquido	Adições	Baixas	Transferências	Vlr líquido
Geração					
Em curso	1.159.297	581.432	(85.035)	529	1.656.223
Total	1.159.297	581.432	(85.035)	529	1.656.223
Administração					
Em serviço	35.327	-	(103)	927	36.151
Depreciação acumulada	(12.647)	(2.191)	62	33	(14.743)
Em curso	1.958	4.684	(6)	(2.442)	4.194
Total	24.638	2.493	(47)	(1.482)	25.602
<i>Impairment</i>	(135.138)	(35.206)	27.474	-	(142.870)
TOTAL	1.048.797	548.719	(57.608)	(953)	1.538.955

	Consolidado				
	31.12.2010	31.12.2012			
	Vlr líquido	Adições	Baixas	Transferências	Vlr líquido
Geração					
Em curso	2.260.495	1.676.481	(85.047)	529	3.852.458
Total	2.260.495	1.676.481	(85.047)	529	3.852.458
Administração					
Em serviço	35.486	198	(103)	912	36.493
Depreciação acumulada	(12.647)	(2.217)	62	33	(14.769)
Em curso	1.958	2.960	(6)	(612)	4.300
Total	24.797	941	(47)	333	26.024
<i>Impairment</i>	(135.138)	(35.206)	27.474	-	(142.870)
TOTAL	2.150.154	1.642.216	(57.620)	862	3.735.612

As principais adições no imobilizado consolidado referem-se basicamente aos investimentos realizados no período nas usinas Passo São João, São Domingos, Jirau, Mauá e Teles Pires.

e) Indisponibilidade de bens

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e as instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e inclusive

comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços públicos, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão do Poder Concedente.

A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para

desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que os recursos da alienação sejam depositados em conta bancária vinculada, para que sejam reaplicados na concessão.

f) Reversão de bens vinculados à concessão

Ao término dos contratos de concessão, todos os bens e instalações vinculados às usinas passarão a integrar o patrimônio da União. Os investimentos adicionais ao projeto

básico autorizado, realizados para garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido, terão a parcela não amortizada ou depreciada indenizada ao término da concessão.

Com a assinatura do aditivo contratual ao contrato de concessão nº 57/2001 em 04 de dezembro de 2012, a Companhia aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na Lei 12.783/13, passando todos os bens vinculados ao referido contrato para a União, sob administração da Companhia.

NOTA 18 – Intangível

		Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Intangível					
Softwares		4.252	4.252	4.530	4.443
Uso de bens públicos		25.636	21.200	67.996	58.416
Intangível - Direito de concessões		113.319	113.319	261.385	261.485
Ajuste a valor recuperável		–	–	(33.855)	(33.855)
		143.207	138.771	300.056	290.489
(-) Amortização acumulada					
Softwares	20%	(3.708)	(3.426)	(3.815)	(3.488)
Uso de bens públicos		(35)	–	(35)	–
Intangível - Direito de concessões		(58.785)	(56.325)	(67.953)	(59.016)
		(62.528)	(59.751)	(71.803)	(62.504)
Intangível em curso					
Softwares		2.595	775	2.595	775
Total Intangível		83.274	79.795	230.848	228.760

A movimentação do intangível está demonstrada abaixo:

	Controladora				
	Softwares	Uso de bens públicos	Ágio por expectativa de rentabilidade futura	Ajuste a valor recuperável	Total
Saldos em 31.12.2010	1.701	18.060	77.080	–	96.841
Adições	221	3.140	–	–	3.361
Alienação Baixa	–	–	–	–	–
Amortização	(321)	–	(20.086)	–	(20.407)
Saldos em 31.12.2011	1.601	21.200	56.994	–	79.795
Adições	1.820	4.436	–	–	6.256
Amortização	(282)	(35)	(2.460)	–	(2.777)
Saldos em 31.12.2012	3.139	25.601	54.534	–	83.274

	Consolidado				
	Softwares	Uso de bens públicos	Ágio por expectativa de rentabilidade futura	Ajuste a valor recuperável	Total
Saldos em 31.12.2010	2.717	35.868	79.898	–	118.483
Adições	383	22.548	145.668	(33.855)	134.744
Alienação Baixa	(1.016)	–	–	–	(1.016)
Amortização	(354)	–	(23.097)	–	(23.451)
Saldos em 31.12.2011	1.730	58.416	202.469	(33.855)	228.760
Adições	2.072	9.580	–	–	11.652
Amortização	(492)	(35)	(9.037)	–	(9.564)
Saldos em 31.12.2012	3.310	67.961	193.432	(33.855)	230.848

Os ágios pagos nas aquisições das controladas foram definidos com base no valor presente de projeções de fluxo de caixa futuro estimado, obtidas através de avaliações econômico-financeiras, e decorreram da aquisição da concessão outorgada pela ANEEL para o uso do sistema de transmissão de elétrica.

O valor registrado do ágio refere-se à aquisição da participação acionária na SC Energia em 11 de fevereiro de 2009, na Artemis em 11 de agosto

de 2011, na Uirapuru em 11 de agosto de 2011 e na Porto Velho em 12 de novembro de 2010. O ágio tem vida útil definida e está sendo amortizado de acordo com o período de concessão.

De acordo com a Orientação Técnica OCPC 05, os contratos de concessão das usinas estão reconhecidos no imobilizado e os valores relativos ao uso de bem público decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e

atualizados conforme dispõem os contratos. Assim, a Companhia e suas controladas contabilizaram os registros de uso de bem público, os quais foram descontados ao custo médio ponderado de capital. Os valores estão divulgados na nota 27.

NOTA 19 – Valor Recuperável dos Ativos (*Impairment*)

A Companhia e suas controladas testam anualmente a recuperabilidade para os seus ativos intangíveis, que se constituem basicamente da parcela de ágio por expectativa de resultados futuros advindos dos processos de combinação de negócios, com base em valor presente dos fluxos de caixas. Os ativos não financeiros de longa duração são revisados

anualmente ou sempre que houver indícios de que o valor contábil não seja recuperado.

A Companhia realizou, em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, avaliação individual de todas as suas unidades geradoras de caixa (UGC), inclusive as unidades que se encontram na fase pré-operacional e em projetos de implantação de novos negócios, quanto aos aspectos do *impairment*.

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso, através de fluxos de caixas projetados, após o imposto de renda e a contribuição social, baseados nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração.

a) Principais premissas adotadas:

	2012	2011
Taxa de desconto “pós-tax” - Geração	4,98%	5,49%
Taxa de desconto “pós-tax” - Transmissão	4,73%	5,28%
Preço por MWh gerado nas PCHs	R\$ 135,00	R\$ 155,00
Preço da energia gerada nas UHEs	Valor atualizado dos preços dos contratos vigentes no ambiente regulado.	
Encargos setoriais e fiscais	Taxas legais sobre o montante das receitas.	
Pessoal, Materiais, Serviços e Outros	Orçamento financeiro apurado por Unidade Geradora de Caixa (UGC).	
Prazos do Fluxo de Caixa	Prazos das concessões e/ou autorizações.	

b) Testes de *Impairment* do ativo imobilizado:

Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs

A Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2012 despesas de *impairment* no montante de R\$ 44.377 mil para a UGC João Borges e R\$ 44.329 mil para a UGC Rio Chapéu.

Foram reconhecidas ainda despesas de *impairment* por descontinuidade dos projetos das PCHs Pinheiro, R\$ 3.829 mil, e PCH Itararé, no montante de R\$ 4.256 mil. A Companhia reavaliou a implantação do projeto da

PCH Santo Cristo e foi reconhecida reversão de despesas de *impairment* reconhecidas em 2011 no montante de R\$ 8.035 mil.

Usinas Hidrelétricas – UHEs

Não foram detectados indícios de *impairment* nas unidades geradoras de caixa dos projetos de geração das Usinas Mauá e São Domingos.

Para a UGC UHE Passo São João foi reconhecido um ajuste para redução da provisão para *impairment* de R\$ 3.464 mil, registrado como reversão de despesas de *impairment*.

c) Testes de *Impairment* do Ativo Financeiro

Em 31 de dezembro de 2012, foram reconhecidas despesas de *impairment* do ativo financeiro nas UGC linha de transmissão Presidente Médice – Santa Cruz, no montante de R\$ 27.117 mil, e subestação Missões, no montante de R\$ 4.998 mil.

d) Testes de *Impairment* dos Ativos Intangíveis (Ágio)

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia realizou testes de recuperabilidade para o

seu investimento na Artemis, tendo apurado e reconhecido no resultado do exercício de 2011 desvalorização no montante de R\$ 33.855 mil, decorrente da diferença entre fluxos de caixa futuro descontado a valor presente e o valor total do investimento após a realização da combinação de negócios, reconhecido diretamente no resultado do exercício. Em 2012, não houve necessidade de reconhecimento adicional de *impairment*, conforme dispõe o CPC 04, não é permitido a reversão da provisão, permanecendo o valor apurado em 2011.

NOTA 20 – Fornecedores

Fornecedores	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Materiais e serviços	55.912	97.060	195.962	312.536
Encargos de uso da rede elétrica	1.079	-	1.079	-
Fornecimento de energia elétrica	13.549	12.486	13.549	12.486
Ajuste a valor recuperável	70.540	109.546	210.590	325.022
	143.207	138.771	300.056	290.489

NOTA 21 – Financiamentos e Empréstimos**a) Composição**

		Controladora							
		31.12.2012			31.12.2011				
		Encargos	Circulante	Não Circulante	Total	Encargos	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda estrangeira									
Partes relacionadas									
Eletrobras		–	–	35.831	35.831	–	–	32.359	32.359
Instituições financeiras									
BRDE		16	–	–	16	20	–	–	20
BNDES		28	–	–	28	34	–	–	34
		44	–	35.831	35.875	54	–	32.359	32.413
Moeda nacional									
Partes relacionadas									
Eletrobras		5.366	93.186	943.086	1.041.638	5.465	65.623	879.591	950.679
Instituições financeiras									
BRDE		83	4.309	23.231	27.623	115	4.227	27.135	31.477
BNDES		3.607	49.268	649.851	702.726	6.171	34.400	550.023	590.594
Banco do Brasil		5.438	19.225	200.408	225.071	5.892	27.461	202.974	236.327
		14.494	165.988	1.816.576	1.997.058	17.643	131.711	1.659.723	1.809.077
		14.538	165.988	1.852.407	2.032.933	17.697	131.711	1.692.082	1.841.490

Consolidado									
31.12.2012									
31.12.2011									
	Encargos	Circulante	Não Circulante	Total	Encargos	Circulante	Não Circulante	Total	
Moeda estrangeira									
Partes relacionadas									
Eletrobras	–	–	35.831	35.831	–	–	32.359	32.359	
Instituições financeiras									
BRDE	86	1.048	5.585	6.719	90	924	5.852	6.866	
BNDES	72	2.544	12.508	15.124	79	2.191	12.962	15.232	
	158	3.592	53.924	57.674	169	3.115	51.173	54.457	
Moeda nacional									
Partes relacionadas									
Eletrobras	5.366	93.186	943.086	1.041.638	5.465	65.623	879.591	950.679	
Instituições financeiras									
BRDE	611	8.901	47.681	57.193	667	8.828	56.227	65.722	
BNDES	28.828	298.471	2.422.664	2.749.963	16.246	132.437	1.791.057	1.939.740	
Banco do Brasil	6.323	19.225	453.015	478.563	5.892	27.461	386.771	420.124	
Banrisul	368	12.250	–	12.618	–	–	–	–	
Caixa	885	–	252.607	253.492	–	–	183.797	183.797	
Bradesco BBI	637	–	181.256	181.893	–	–	132.334	132.334	
Itaú BBA	597	–	169.796	170.393	–	–	124.061	124.061	
BNB	169	–	42.476	42.645	–	–	34.922	34.922	
	43.784	432.033	4.512.581	4.988.398	28.270	234.349	3.588.760	3.851.379	
	43.942	435.625	4.566.595	5.046.072	28.439	237.464	3.639.933	3.905.836	

b) Movimentação e saldo dos financiamentos e empréstimos:

	Controladora							
	Moeda nacional				Moeda estrangeira			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	Encargos	Principal	Total	Principal	Encargos	Principal	Total	Principal
Saldo em 31.12.2010	11.109	76.917	88.026	1.386.322	59	-	59	21.902
Ingressos	-	-	-	357.646	-	-	-	7.722
Refinanciamentos	(3.654)	222	(3.432)	5.238	(4.541)	-	(4.541)	2.735
Provisão de encargos	112.390	-	112.390	1.688	1.908	-	1.908	-
Variação monetária e cambial	2.659	1.308	3.967	35.257	4.540	-	4.540	-
Transferências	-	126.428	126.428	(126.428)	-	-	-	-
Amortizações/pagamentos	(104.861)	(73.164)	(178.025)	-	(1.912)	-	(1.912)	-
Saldo em 31.12.2011	17.643	131.711	149.354	1.659.723	54	-	54	32.359
Ingressos	-	-	-	241.427	-	-	-	-
Refinanciamentos	(3.285)	(80)	(3.365)	4.620	(4.727)	-	(4.727)	3.472
Provisão de encargos	122.557	-	122.557	11.647	2.113	-	2.113	-
Variação monetária e cambial	1.756	1.432	3.188	34.838	4.727	-	4.727	-
Transferências	-	135.679	135.679	(135.679)	-	-	-	-
Amortizações/pagamentos	(124.177)	(102.754)	(226.931)	-	(2.123)	-	(2.123)	-
Saldo em 31.12.2012	14.494	165.988	180.482	1.816.576	44	-	44	35.831

	Consolidado									
	Moeda nacional					Moeda estrangeira				
	Circulante			Não Circulante		Circulante			Não Circulante	
	Encargos	Principal	Total	Principal	Encargos	Principal	Total	Principal	Total	Principal
Saldo em 31.12.2010	23.225	106.202	129.427	2.414.716	124	1.412	1.536	31.571		
Ingressos	–	60.739	60.739	1.210.648	–	–	–	–	–	19.321
Refinanciamentos	(3.654)	222	(3.432)	5.238	(4.541)	–	(4.541)	2.735		
Provisão de encargos	211.568	–	211.568	17.482	3.503	–	3.503	–		
Variação monetária e cambial	2.829	1.308	4.137	35.257	4.540	66	4.606	1.847		
Transferências	(71.979)	166.560	94.581	(94.581)	67	4.234	4.301	(4.301)		
Amortizações/pagamentos	(133.719)	(100.682)	(234.401)	–	(3.524)	(2.597)	(6.121)	–		
Saldo em 31.12.2011	28.270	234.349	262.619	3.588.760	169	3.115	3.284	51.173		
Ingressos	645	197.985	198.630	974.641	–	–	–	–		
Refinanciamentos	(3.285)	(80)	(3.365)	4.620	(4.727)	–	(4.727)	3.472		
Provisão de encargos	297.722	–	297.722	21.937	3.826	–	3.826	–		
Variação monetária e cambial	1.967	1.432	3.399	34.838	4.727	484	5.211	2.587		
Transferências	(100.973)	213.188	112.215	(112.215)	–	3.308	3.308	(3.308)		
Amortizações/pagamentos	(180.562)	(214.841)	(395.403)	–	(3.837)	(3.315)	(7.152)	–		
Saldo em 31.12.2012	43.784	432.033	475.817	4.512.581	158	3.592	3.750	53.924		

c)Vencimentos de longo prazo:

Ano	Controladora		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
2014	219.238	149.127	432.819	306.396
2015	182.405	144.801	391.468	279.030
2016	152.427	144.801	360.126	279.030
2017	149.510	136.048	507.698	270.277
2018	148.688	133.131	331.066	267.360
Após 2018	1.000.139	984.174	2.543.327	2.237.840
Total não circulante	1.852.407	1.692.082	4.566.504	3.639.933

d) Condições contratuais dos financiamentos da controladora:

CONTROLADORA						
Credor	Moeda	Data da Assinatura	Objetivo	Juros	Vencimento Contrato	Saldo em 31.12.2012
Eletrobras/ RGR	Reais	12/01/2006	Reforço Energético Ilha - Continente	7,0% a.a	30/08/2019	105.224
Eletrobras/ RGR	Reais	04/08/2006	Iluminação e Climatização do Edifício Sede	6,50% a.a	30/01/2013	55
Eletrobras/ RGR	Reais	20/11/2008	Implantação da SE Joinville Norte	7,0% a.a	30/03/2016	39.131
Eletrobras/ RGR	Reais	14/03/2011	Reluz Novo Hamburgo RS	6,5% a.a.	30/11/2017	4.933
Eletrobras	Euros	01/07/2009	Complexo São Bernardo PCHs	Conversão da moeda + 2,2% a.a.	30/12/2038	35.832
Eletrobras	Reais	01/11/2009	Repactuação de dívidas (ECF 2626, ECF 2692 e ECF 2727)	7% a.a. + IPCA	30/03/2030	516.109
Eletrobras	Reais	04/03/2010	Programa de Obras de Transmissão	7% a.a. + IPCA	30/09/2021	90.525
Eletrobras	Reais	19/12/2012	Reinversões de dividendos a Eletrobrás relativos ao exercício de 2011; quitação do serviço da dívida do mês 12/2012; liberação de recursos para aplicação junto às SPE's.	0,5% a.a. + SELIC	20/04/2015	106.107
Eletrobras/FFC	Reais	17/08/2011	Aquisição da Artemis e Uirapuru	7% a.a. + IPCA	28/02/2024	179.553
BNDES/Banco do Brasil	Reais	31/10/2006	Ampliação Subestação Caxias 5	TJLP + 3,5% a.a	15/04/2013	818
BNDES/Banco do Brasil	Reais	27/03/2007	Ampliação B Subestação Caxias	TJLP + 3,8% a.a	15/04/2013	1.112
BNDES/Banco do Brasil	Reais	27/03/2007	Implantação da Subestação Nova Santa Rita	TJLP + 3,8% a.a	15/04/2013	2.465
BNDES/Banco do Brasil	Reais	16/04/2009	Implantação UHE Mauá	TJLP + 2,13 a.a.	15/01/2028	185.439

Continua...

...continuação

BNDÉS/Banco do Brasil	Reais	01/03/2011	Nota de Crédito Comercial - Subestação Biguaçu ampliação D	5,5% a.a.	15/03/2021	b	5.393
BNDÉS/Banco do Brasil	Reais	01/03/2011	Nota de Crédito Comercial - Subestação Biguaçu ampliação F	5,5% a.a.	15/03/2021	b	2.158
BNDÉS/Banco do Brasil	Reais	26/05/2006	Implantação Linha 525 kV Campos Novos - Blumenau	80% = TJLP + 4,5% a.a. 20% = Cesta de Moedas + 4,5% a.a.	15/05/2019	e	27.686
BNDÉS/BRDE	Reais	26/05/2006	Implantação Linha 525 kV Campos Novos - Blumenau	80% = TJLP + 4,5% a.a. 20% = Cesta de Moedas + 4,5% a.a.	15/05/2019	e	27.639
BNDÉS	Reais	24/05/2006	Implantação Linha 525 kV Campos Novos - Blumenau	80% = TJLP + 4,0% a.a. 20% = Cesta de Moedas + 4% a.a.	15/05/2019	e	55.982
BNDÉS	Reais	23/12/2008	Expansão da linha de transmissão Campos Novos - Blumenau	TJLP + 2,12% a.a.	15/03/2021	e	46.860
BNDÉS	Reais	04/03/2008	Implantação da UHE Passo São João	TJLP + 1,91% a.a.	15/07/2026	c	177.880
BNDÉS	Reais	20/06/2012	Implantação da UHE Passo São João	TJLP + 1,91% a.a.	15/07/2026	c	14.701
BNDÉS	Reais	16/04/2009	Implantação UHE Mauá	TJLP + 1,81 a.a.	15/01/2028	d	185.283
BNDÉS	Reais	10/03/2011	Implantação UHE São Domingos	TJLP + 1,72 a.a.	15/06/2028	c	222.048
Total							2.032.933

Garantias Controladora

- (a)** Receita própria, suportada por procuração para recebimentos dos valores vencidos e não pagos;
- (b)** Contrato de penhor de duplicatas, vencíveis a prazo de até 180 dias, não excedendo o vencimento deste contrato e cobrindo, no mínimo, 130% da dívida resultante do presente financiamento;
- (c)** Fiança da Eletrobras;

- (d)** Fiança da Eletrobras, com a cessão e vinculação de receitas;
- (e)** Penhor de ações.

Conforme demonstrado no item “g” desta nota, a Eletrosul Centrais Elétricas S/A entende que, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, além dos *covenants* financeiros, está atendendo a todos os demais *covenants* exigidos pelos contratos de financiamentos.

e) Condições contratuais dos financiamentos das controladas:

CONTROLADAS						
Credor	Moeda	Data da Assinatura	Objetivo	Juros	Vencimento Contrato	Saldo* em 31.12.2012
BNDES	Reais	20/12/2011	Implantação UHE Teles Pires (MT)	TJLP + 2,4%	15/06/2036	186.380
BNDES	Reais	05/08/2005	Implantação Linha de transmissão 535 kV, Salto Santiago (PR) - Ivaiporã (PR)	TJLP + 4,0%	15/10/2018	68.921
BNDES	Dólar	20/12/2005	Implantação Linha de transmissão 535 kV, Ivaiporã (PR) - Cascavel do Oeste (PR)	Cesta de Moedas + 4,0% a.a.	15/10/2018	15.096
BNDES	Reais	30/08/2005	Implantação de linha de transmissão 230 kV, Lagoa Vermelha (RS) - Santa Marta (RS)	Cesta de Moedas + 4,0% a.a. TJLP + 4,0% a.a.	15/01/2018	9.825
BRDE	Reais	15/10/2006	Implantação Linha de transmissão 535 kV, Ivaiporã (PR) - Londrina (PR)	TJLP + 4,50%	15/03/2019	29.571
BRDE	Dólar	15/10/2006	Implantação Linha de transmissão 535 kV, Ivaiporã (PR) - Londrina (PR)	Cesta de Moedas + 4,5% a.a.	15/03/2019	6.701
BNDES/Banco do Brasil	Reais	25/06/2010	Construção dos Aerogeradores	4,5% a.a.	01/07/2020	70.063
BNDES/Banco do Brasil	Reais	25/06/2010	Construção dos Aerogeradores	4,5% a.a.	01/07/2020	71.492
BNDES/Banco do Brasil	Reais	25/06/2010	Construção dos Aerogeradores	4,5% a.a.	01/07/2020	71.492
BNDES	Reais	07/05/2008	Implantação de linha de transmissão 525 kV, Campos Novos (SC) - Nova Santa Rita (RS)	TJLP + 3,00%	01/01/2021	101.508
BNDES	Reais	04/04/2012	SE Caxias 6, SE Ijuí 2, SE Nova Petrópolis 2 e SE Lajeado Grande	TJLP + 2,12%	01/03/2027	30.899
BNDES	Reais	30/04/2012	SE Foz de Chapecó	TJLP + 2,12%	01/03/2027	5.067
BNDES	Reais	04/03/2011	Financiamento de Obras SE Coletora Porto Velho	IPCA/TJLP + 2,12% a.a.	15/08/2028	302.006
BNDES	Reais	29/06/2009	Implantação UHE Jirau (RO)	TJLP + 2,08%	01/01/2033	907.095
Banco do Brasil	Reais	29/06/2009	Implantação UHE Jirau (RO)	TJLP + 2,65%	01/01/2033	253.492
CEF	Reais	29/06/2009	Implantação UHE Jirau (RO)	TJLP + 2,65%	01/01/2033	253.492
Bradesco BBI	Reais	29/06/2009	Implantação UHE Jirau (RO)	TJLP + 2,65%	01/01/2033	181.893
ITAU BBA	Reais	29/06/2009	Implantação UHE Jirau (RO)	TJLP + 2,65%	01/01/2033	170.393
BNB	Reais	29/06/2009	Implantação UHE Jirau (RO)	TJLP + 2,65%	01/01/2033	42.645
Barrisul	Reais	19/07/2012	Implantação Usina Eólica	112% da taxa CDI	01/01/2013	12.618
BNDES	Reais	09/11/2010	Implantação LT Porto Velho (RO) - Araraquara 2 (SP)	TJLP + 2,65%	29/09/2028	222.489
* Os saldos referem-se a proporção da participação da Eletrosul						Total 3.013.138

Garantias Controladas

- (a) Penhor de ações da Controlada;
- (b) Cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão e dos direitos creditórios;
- (c) Penhor de dividendos e de juros sobre capital próprio;
- (d) Cessão condicional dos contratos do projeto e garantias de execução;
- (e) Cessão fiduciária dos direitos emergentes do contrato de suporte e da conta de suporte para insuficiências;
- (f) Penhor dos direitos emergentes da Concessão da RS Energia, penhor de direito de crédito e penhor de ações ordinárias nominativas de propriedade dos Acionistas;
- (g) Penhor das ações ordinárias de propriedade dos Acionistas Eletrosul, TAESA, CEEE e DME. Além do penhor de ações, a receita própria de transmissão e os direitos de concessão da ETAU foram dados em garantia ao financiamento;
- (h) Penhor das ações ordinárias de propriedade da Acionista Eletrosul. Além do penhor de ações, os recebíveis e um fundo vinculado para garantir o pagamento do custo de O&M e o pagamento da dívida por três meses foram constituídos;
- (i) Aval parcial da Eletrobras e imobilizado da companhia em alienação fiduciária ao Banco do Brasil;
- (j) Cessão fiduciária da totalidade dos direitos emergentes da concessão de que é titular em decorrência do Contrato de Concessão de Transmissão nº 010/2009 – ANEEL;
- (k) Penhor dos direitos emergentes da concessão, a caução da totalidade das ações ordinárias nominativas de emissão da Companhia, a caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão e manter um índice de cobertura da dívida – ICSD superior a 1,3 durante a vigência do contato;
- (l) Carta-fiança emitida pelo Banco do Brasil;
- (m) Garantia real representada por alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Livramento Holding, detidas pelas acionistas conforme proporção de participação de cada uma delas no capital social da emissora;
- (n) Fiança Eletrobrás, cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão e dos direitos creditórios de contrato de prestação de serviços de transmissão.

f) Composição do saldo da dívida por indicador

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
IPCA	786.187	777.538	786.187	777.538
TJLP	947.913	856.744	3.926.636	2.707.660
SELIC	106.107	–	106.107	–
Cesta de moedas	35.832	32.359	57.630	51.172
Taxa CDI	–	–	12.618	–
Outros	156.894	174.849	156.894	369.466
Total	2.032.933	1.841.490	5.046.072	3.905.836
Principal	2.018.395	1.823.793	4.757.673	3.877.397
Encargos	14.538	17.697	288.399	28.439
Total	2.032.933	1.841.490	5.046.072	3.905.836

g) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD*

O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida é calculado pela divisão de geração de caixa operacional pelo serviço da dívida, com base em informações registradas

nas Demonstrações Financeiras.

Conforme o quadro apresentado abaixo, o ICSD calculado para a Eletrosul refere-se ao período de junho a dezembro de 2012, e apresenta valor acima do mínimo exigido pelo BNDES, que é 1,3.

CÁLCULO DO ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA (ICSD)	
Período: dezembro de 2012 e junho de 2012	
A) Geração de caixa da atividade	2.035.680
(+) Disponibilidade final no período imediatamente anterior	210.102
(+) LAJIDA (EBITDA)	370.578
(+) Lucro líquido	65.833
(+) Despesa (receita) financeira líquida	163.703
(+) Provisão para IR e CS	(306.046)
(+) Depreciação e amortização	14.340
(+) Outras despesas (receita) líquidas não operacionais	482.448
(+) Perdas (lucros) resultantes de equivalência patrimonial	(49.700)
(-) Imposto de Renda	225.601
(-) Contribuição Social	80.445
(+/-) Variação do Capital de Giro	1.148.954
(+)Necessidade de Capital de Giro no período t	1.442.518
(+) Ativo circulante menos disponibilidades	1.912.683
(-) Passivo circulante menos empréstimos, financiamentos, debêntures de curto prazo e adiantamentos para futuro aumento de capital	470.165
(-)Necessidade de Capital de Giro no período t-1	293.564
(+) Ativo circulante menos disponibilidades	648.961
(-) Passivo circulante menos empréstimos, financiamentos, debêntures de curto prazo e adiantamentos para futuro aumento de capital	355.397
B) Serviço da Dívida	229.053
(+) Amortização do principal	102.754
(+) Pagamento de juros	126.299
C) Índice de cobertura do serviço da dívida A/B	8,9
Meta	= ou > que 1,3

* Informações não auditadas pelos auditores independentes.

NOTA 22 – Tributos a Recolher

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Passivo Circulante				
PIS	261	459	503	616
COFINS	1.203	2.117	2.317	2.850
Parcelamento especial (PAES)	31.015	30.055	31.015	30.055
Encargos sociais (folha de pagamento)	6.579	6.490	6.891	6.871
IRPJ/CSLL/PIS/COFINS - Lei 10.833/03	2.185	3.151	2.185	3.360
Contribuição social	18	–	3.076	2.806
Imposto de Renda	–	–	8.879	7.816
ICMS	41	47	41	796
Outros tributos e contribuições	4.027	4.005	8.863	6.133
	45.329	46.324	63.770	61.303
Passivo Não Circulante				
Parcelamento especial (PAES)	109.762	136.476	109.762	136.476
	109.762	136.476	109.762	136.476
	155.091	182.800	173.532	197.779

a) A movimentação dos valores devidos ao PAES é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Saldo final do período anterior	166.531	184.260	166.531	184.260
Atualização monetária	5.559	6.911	5.559	6.911
Pagamentos efetuados	(31.158)	(29.663)	(31.158)	(29.663)
Ajuste a valor presente (AVP)	(155)	5.023	(155)	5.023
Saldo do período final	140.777	166.531	140.777	166.531
Circulante	31.015	30.055	31.015	30.055
Não circulante	109.762	136.476	109.762	136.476

O valor de R\$ 140.777 mil refere-se ao saldo, em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 166.531 mil em dezembro de 2011) do Parcelamento Especial (PAES), Lei nº 10.684/03, obtido em agosto de 2003, perante a Secretaria da Receita Federal, no valor de R\$

238.717 mil, para pagamento em 180 meses. O débito em questão teve origem quando a Companhia, por determinação expressa no tratado firmado entre Brasil e Paraguai e na Lei nº 5.899/73, respondia pelo repasse, às distribuidoras, de parte da energia gerada pela

Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional, e oferecia à tributação de PIS/PASEP e COFINS somente a margem bruta obtida na operação (valor do repasse menos valor da aquisição da energia ITAIPU), o que, à luz do entendimento da Secretaria da Receita Federal, não era aceitável. Assim, a questão passou a ser discutida por via judicial, resultando em decisão desfavorável do Tribunal Regional Federal da 4ª região em Porto Alegre e, conseqüentemente, no reconhecimento, pela Companhia, do citado débito.

b) Ajuste a valor presente do parcelamento especial PAES

Consoante programa de parcelamento fiscal, os valores em aberto vêm sendo quitados em parcelas mensais, as quais foram fixadas no início do contrato e atualizadas pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), com vencimento final em julho de 2018. O valor presente desse passivo foi calculado considerando a projeção de atualização da dívida à taxa de 5,50% a.a., trazida a valor presente a uma taxa de desconto de 4,73% a.a. Por ter aderido ao programa, a Companhia obriga-se ao pagamento regular das parcelas.

Parcelamento Especial PAES	Controladora e Consolidado	
	2012	2011
Valor nominal do parcelamento	144.587	170.185
(-) Ajuste a valor presente	(3.810)	(3.654)
Valor Líquido	140.777	166.531

c) O montante original das dívidas incluídas no PAES, segregado por tipo de tributo e natureza (principal e juros), pode ser demonstrado como segue:

PIS	29.774
COFINS	134.880
Parcelamento	917
Juros	73.146
Total do parcelamento original	238.717

De acordo com o art. 15 da Lei nº 11.941/2009, que institui o Regime Tributário de Transição ("RTT") de apuração do Lucro Real, a Companhia e suas Controladas consideraram a opção pelo RTT aplicável ao biênio 2008-2009, por meio do envio da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ 2009, relativo ao ano calendário 2008. A partir do ano calendário 2010, a adoção ao RTT passou a ser obrigatória.

NOTA 23 – Obrigações Estimadas

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Prov. encargos sociais e trabalhistas	33.170	29.918	33.687	30.155
Contribuição social	–	–	1.553	295
Imposto de Renda	–	–	5.429	1.620
Provisões fase de construção - Norte Brasil	–	–	174.481	–
Participação nos lucos e resultados	31.772	33.470	31.772	33.470
Outras	–	–	438	34
	64.942	63.388	47.360	65.574

O valor de R\$ 174.481 mil, na rubrica “Provisões fase de construção – Norte Brasil” no consolidado, refere-se a compromissos contratados e ainda não faturados, que estão vinculados à finalização de pendências de conclusão de obra na SPE Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. Os serviços foram prestados e estão registrados com base

nas medições físicas realizadas pelos termos contratuais, restando o recebimento das notas fiscais/faturas do fornecedor.

NOTA 24 – Contratos Onerosos

O montante provisionado a título de contratos onerosos é apresentado a seguir:

	Consolidado			
	31.12.2012		31.12.2011	
Usina	Período	Valores totais*	Período	Valores totais
UHE Jirau (a)	2013-2032	896.494	–	–
UHE São Domingos (b)	2013	13.930	2012	4.857
UHE Mauá - Klabin (c)	2013-2016	48.576	–	–
UHE Mauá	–	–	2012	311
UHE Passo São João	–	–	2012	2.047
Total		959.000		7.215

* a preços de 2012

a) Compra de energia de empresas controladas

A Eletrosul possui contrato de compra e venda de energia firmado com sua controlada em conjunto, a Energia Sustentável do Brasil S/A (UHE Jirau), tendo sido garantida ao agente financiador do respectivo empreendimento, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a aquisição, pela Eletrosul, da energia não comercializada no Ambiente de Contratação Regulado (“ACR”) pelo empreendimento, proporcionalmente à sua participação acionária, pelo período de vigência do contrato de financiamento (contrato de 2012), cujo valor médio de aquisição com base no contrato firmado é de aproximadamente R\$ 152,00 o MWh.

A provisão para contrato oneroso contempla a valoração a valor presente, à taxa de desconto de 4,98% a.a. (taxa “wacc”), da obrigação de aquisição com base nos preços de venda contratuais, e a venda desse mesmo montante, pela Eletrosul, tendo como referência o preço de R\$ 67,00/MWh, apurado com base no PLD

médio histórico dos últimos dez anos, para fins exclusivamente contábeis.

Foi também computado na projeção o benefício futuro decorrente do contrato na proporção de 20%, ou seja, a participação da Eletrosul no resultado estimado desse contrato a ser apurado pela ESBR em decorrência do PPA (*power purchase agreement*). O resultado foi trazido a valor presente pela mesma taxa de desconto anteriormente citada, que resultou no reconhecimento, em 2012, de provisão para perdas com o contrato oneroso no montante de R\$ 896.494 mil.

Apesar de ser constituída e reconhecida no balanço, a provisão para contrato oneroso relativo ao PPA (*power purchase agreement*) firmado com a Energia Sustentável do Brasil proporcionará à Companhia o benefício dos dividendos que serão gerados no futuro.

b) Compra de energia para suprimento da UHE São Domingos

Em face do atraso da operação comercial da UHE

São Domingos, a Companhia estima adquirir energia para cumprimento do lastro dos contratos firmados no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), cujo montante provisionado no balanço de 2012 é de R\$ 13.930 mil.

c) Ressarcimento de energia Klabin

A Companhia efetuou provisão para ressarcimento de energia à empresa Klabin S.A. pela perda da geração que ocorrerá na Companhia Hidrelétrica Salto Mauá para o período 2012 a 2016, devido a formação do reservatório da UHE Mauá. Em 31 de dezembro de 2012 o saldo da provisão era de R\$ 48.576 mil. A provisão foi constituída com base no custo total estimado de compra de energia para indenização à empresa Klabin S.A. para o período 2013 a 2016.

NOTA 25 – Provisões para Riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas a certos riscos, representados em processos tributários e reclamações trabalhistas e cíveis na esfera judicial com vários estágios de julgamento. A classificação dos processos é realizada de acordo com as expectativas de perda como provável, possível ou remota.

25.1 Processos Judiciais provisionados

As provisões demonstradas a seguir, cujos desfechos desfavoráveis para a companhia sejam considerados prováveis, estão reconhecidas nas demonstrações financeiras e embasadas em parecer da área jurídica da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Passivo Não Circulante				
Trabalhistas				
Periculosidade	6.786	6.173	6.786	6.173
Horas extras	1.006	804	1.006	804
Reenquadramento salarial	25.773	12.776	25.773	12.776
Indenizações danos morais/ materiais	2.607	1.195	2.607	1.195
FGTS/Expurgos inflacionários	339	386	339	386
Responsabilidade solidária/ Verbas RCT	14.480	13.041	14.480	13.041
Diferenças benefícios ELOS	4.044	4.080	4.044	4.080
Outros	17.219	24.764	17.219	24.764
Depósitos vinculados a litígios	(24.679)	(31.057)	(24.679)	(31.057)
	47.575	32.162	47.575	32.162
Cíveis				
Indenizações	26.295	21.037	26.383	21.125
Depósitos vinculados a litígios	(527)	(1.099)	(527)	(1.099)
	25.768	19.938	25.856	20.026
Tributárias				
Notificações	47.616	5.154	47.616	5.376
ICMS - ESBR	-	-	49.614	-
Depósitos vinculados a litígios	(593)	(5.019)	(593)	(5.019)
	47.023	135	96.637	357
	120.366	52.235	170.068	52.545

Os valores de R\$ 24.679 mil, R\$ 527 mil e R\$ 593 mil (R\$ 30.057 mil, R\$ 1.099 mil e R\$ 5.019 mil em dezembro de 2011) apresentados, no quadro acima, na rubrica “Depósitos vinculados a litígios”, correspondem a depósitos judiciais vinculados a processos trabalhistas, cíveis e tributários, que estão sendo demonstrados como redutores das provisões, em conformidade com o CPC 25.

Do valor de R\$ 17.219 mil (R\$ 24.764 mil em dezembro de 2011) demonstrado na rubrica “Outros”, R\$ 13.870 mil (R\$ 19.489 mil em dezembro de 2011) referem-se a depósitos judiciais pendentes de alvarás de diversos processos. Do valor de R\$ 47.616 mil (R\$ 5.554 mil em dezembro de 2011) demonstrado na rubrica “notificações”, R\$ 46.430 mil referem-se à autuação de contribuições previdenciárias sobre o PREQ relativo ao período 2006 a 2009.

Essa autuação teve origem em 17 de outubro de 2010 quando a Receita Federal do Brasil expediu auto de infração reclamando que o PREQ não se enquadra como plano indenizatório e que por consequência as contribuições previdenciárias são devidas.

A exação fiscal em questão compreende o período de 2006 a 2009. Todavia, a Companhia impugnou os lançamentos fiscais de ofício requerendo a nulidade e insubsistência dos respectivos autos de infração quanto às Contribuições Previdenciárias da Empresa, de Terceiros e dos Empregados sobre a verba indenizatória do PREQ recebidas e/ou a receber pelos segurados empregados, bem como aquelas incidentes para Financiamento de Benefícios pela Incapacidade Laborativa.

As peças impugnatórias da Companhia requerendo da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento a revisão de ofício dos atos de lançamentos fiscais, desde 18 de janeiro de 2011, em primeira instância foram denegadas em 28 de junho de 2012, conforme teor das decisões proferidas por meio dos Acórdãos nº 07-29.406, 07-29.407,

07-29.725 e 07-29.727, todos da 6ª Turma, de cujas manifestações esta Companhia, tempestivamente em 16 de agosto de 2012 e 25 de setembro de 2012, interpôs recursos em âmbito administrativo ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, os quais recepcionados tempestivamente em 28 de setembro de 2012 aguardam manifestação recursal da PGFN desde 15 de janeiro de 2013, e que posteriormente serão distribuídos à turma de julgamento.

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de sua assessoria jurídica interna, optou por reconhecer o provisionamento do auto de infração da Receita Federal do Brasil ao Balanço. A Companhia julga que o montante provisionado é considerado adequado para cobrir perdas prováveis com estas questões.

Na rubrica “ICMS – ESBR” no consolidado, o valor de R\$ 49.614 mil refere-se à provisão para contingência na controlada Energia Sustentável do Brasil referente a ICMS devido nas importações de máquinas, aparelhos e equipamentos industriais, suas partes e peças, sem similar no país, aplicados na construção da UHE Jirau. Os efeitos do Convênio ICMS nº 47/2011 e da Lei RO nº 2.538/11 encontram-se suspensos por forças de medida liminar concedida pelo Presidente do Tribunal de Justiça do estado de Rondônia em Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pelo Procurador Geral de Justiça de Rondônia. Em 27 de setembro de 2012 a Energia Sustentável do Brasil protocolou Ação Declaratória, com pedido de liminar, visando obter confirmação da aplicação do benefício de isenção de ICMS prevista no item 74 da tabela 1 do anexo 1 do Decreto 8.321/98, aguardando o exame do mérito em primeira instância.

Em 16 de outubro de 2012, a Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (FIERO) protocolou Ação Direta de Inconstitucionalidade, com pedido de liminar, visando a anulação do Decreto 15.858/2011 e a

imediate restauração do benefício de isenção outrora previsto no item 74 da tabela 1 do Decreto 8.321/98. Em 16/11/2012 foi concedida liminar suspendendo os efeitos retroativos do referido Decreto 15.858/2011. Em função da Ação Declaratória protocolada no último trimestre de 2012, a ESBR reclassificou o ICMS registrado

no passivo circulante para Contingências prováveis no não circulante, totalizando o valor de R\$ 49.614 mil em 30 de novembro de 2012 (data base da consolidação).

A movimentação da provisão no exercício de 2012 e 2011 está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	76.790
Adições	33.540
Baixas	(60.549)
Atualização monetária	2.454
Saldo em 31 de dezembro de 2011	52.235
Adições	77.122
Baixas	(21.626)
Atualização monetária	1.259
Reclassificação de dep. Judiciais para o Ativo (nota 14)	11.376
Saldo em 31 de dezembro de 2012	120.366

A Companhia registra na rubrica “Provisões para contingências”, apenas os valores dos depósitos judiciais vinculados a provisões cujo parecer da área jurídica foi “Perda Provável”, reduzindo as provisões para contingências. Os demais depósitos judiciais, aqueles considerados “Perda Possível” e “Perda Remota”, estão evidenciados no Ativo Não Circulante.

25.2 Processos Judiciais de risco possível não provisionados

25.2.1 Controladora

A Companhia possui ainda ações não provisionadas com risco de perda possível, conforme distribuição a seguir:

Contingências	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Cíveis	63.528	56.106	63.528	56.106
Trabalhistas	12.987	13.362	24.616	24.844
Tributárias	956	788	21.630	20.216
Total	77.471	70.256	109.774	101.166

O valor de R\$ 63.528 mil, demonstrado como passivo cível, classificado pela assessoria jurídica como possível, refere-se, basicamente, a processos de: indenização no valor de R\$ 5.111 mil, nulidade de processo de licitação no valor de R\$ 6.222 mil, revisão contratual no valor de R\$ 7.493 mil e anulação de contrato no valor de R\$ 28.652 mil.

25.2.2 ESBR Participações S/A Causas Tributárias

Refere-se ao recolhimento de ISSQN relativo ao contrato de construção das obras civis da Usina Hidrelétrica de Jirau, firmado junto ao fornecedor Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A., que é realizado com a redução da base de cálculo do imposto em 60%.

Apesar de a Secretaria Municipal de Fazenda do Município de Porto Velho – RO ter emitido parecer considerando válida a dedução da base de cálculo do ISS, o processo existente não foi extinto face que, ajuizada a questão, a mesma passa a ser de competência da procuradoria do Município. Assim, em controvérsia à Secretaria Municipal de Fazenda, a 1ª Vara de Fazenda Pública de Rondônia proferiu sentença em primeira instância em favor do Município de Porto Velho. A decisão está sendo objeto de recurso pela ESBR. O referido saldo, atualizado monetariamente, monta R\$ 20.674 mil em 31 de dezembro de 2012 (R\$19.428 mil em 31 de dezembro de 2011).

Consubstanciada na evolução dos fatos acima e na opinião de seus advogados internos e externos, a Companhia entende que o risco de perda da causa é possível. Sendo assim, efetuou provisão dos honorários de êxito de advogados externos, cujo saldo em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 864 mil.

Causas trabalhistas

A Companhia figura no pólo passivo de 114 reclamações trabalhistas, das quais todas estão relacionadas a empregados ou ex-empregados das empresas contratadas e subcontratadas pela Companhia, que figura como responsável solidária. Estas reclamações totalizam um valor aproximado de R\$ 11.629 mil em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 11.482 mil em 31 de dezembro de 2011).

Deste valor, R\$ 9.556 mil (R\$ 7.016 mil em 31 de dezembro de 2011) estão relacionados a causas com risco de perda classificadas como possível e R\$ 506 mil (R\$ 506 mil em 31 de dezembro de 2011) estão provisionados por serem classificados como riscos prováveis.

25.3 Processos Administrativos de risco possível

25.3.1 Companhia Hidrelétrica Teles Pires Causas Ambientais

A Companhia Hidrelétrica Teles Pires, controlada pela TP Participações S/A, é parte envolvida em quatro processos legais, com natureza

de Ação Cível Pública, no que tange a parte ambiental do empreendimento. Tais processos têm prognóstico de perda possível, conforme avaliação da Administração, consubstanciada pelos seus consultores jurídicos externos.

Os valores (*) destacados no quadro abaixo foram fixados unilateralmente pelo Ministério Público e são considerados pela administração como meramente informativos, não necessariamente atribuíveis ao valor de uma possível perda.

- a)** Ausência do estudo do componente indígena (Nº 0005891-81.2012.4.01.3600) – valor R\$ 3.600.000 mil*.
- b)** Ausência de consulta livre prévia dos povos indígenas afetados pelo empreendimento (Nº 0003947-44.2012.4.01.3600) – valor R\$ 3.600.000 mil*.
- c)** Situação irregular dos termos de pactuação com municípios (Nº 8006-03.2011.4.01.3603) – valor R\$ 16.500 mil*.
- d)** Situação irregular com relação à legislação estadual do Mato Grosso (Nº 0007742-83.2011.4.01.3603) – valor R\$ 1.000 mil*.

25.4 Processos Administrativos fiscais de risco remoto não provisionados

25.4.1 Controladora

A Companhia encontra-se em litígio administrativo-fiscal com a Receita Federal do Brasil pelos seguintes fatos:

a) Lei 8.727/93 – Créditos Renegociados com a União – imposto de renda da pessoa jurídica / contribuição social sobre o lucro líquido

Em 17 de dezembro de 2010, a Receita Federal do Brasil expediu auto de infração demandando de que a sistemática de diferimento do recolhimento dos tributos incidentes sobre a diferença não recebida dos créditos renegociados com a União não encontra amparo legal. A respectiva Exatonia Fiscal Federal impugnou a sistemática de recolhimento adotada pela Companhia no período 2005 a

2009, notificando os tributos como devidos pelo regime de competência, desconsiderando inclusive os recolhimentos efetivados pela Companhia no período da exação. Entretanto, essa mesma Receita Federal do Brasil em 2001 requereu desta Companhia esclarecimentos sobre a sistemática adotada, não havendo sequer manifesto em contrário ao procedimento.

Consecutivamente, a Companhia compreendeu que tacitamente ocorrera, pela entidade exatora, a homologação da forma de recolhimento tributário. Todavia, a Companhia impugnou o lançamento fiscal de ofício requerendo a nulidade e insubsistência do auto de infração, tributos esses requeridos sobre as receitas financeiras originadas pelo parcelamento da Lei nº 8.727/1993.

A peça impugnatória da Companhia requerendo da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento a revisão de ofício do ato de lançamento fiscal, desde 18 de janeiro de 2011, em primeira instância, foi denegada em 28 de junho de 2011 conforme teor da decisão proferida por meio do Acórdão nº 07-25-226 da 3ª Turma, de cuja manifestação esta Companhia, tempestivamente em 2 de setembro de 2011, interpôs recurso em âmbito administrativo ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF. O montante atualizado do auto de infração em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 432.485 mil.

A Administração da Companhia consubstanciada na manutenção de opinião de sua assessoria jurídica e consultores jurídico-tributaristas externos, os quais atribuem grau de risco remoto à perda da impugnação, inclusive em âmbito judicial, opta por manter o não reconhecimento do provisionamento contábil do auto de infração da Receita Federal do Brasil ao Balanço.

b) PIS e COFINS – Contratos anteriores a 31/10/2003 – não cumulatividade x cumulatividade

Em 7 de janeiro de 2011, a Receita Federal do Brasil expediu auto de infração referente aos

tributos PIS/COFINS, decidindo que os referidos tributos, no período fiscalizado de 2006 a 2007, devem incidir sobre as receitas decorrentes dos contratos assinados até 31 de outubro de 2003 pelo regime de não cumulatividade, ao contrário do regime de cumulatividade. Contudo, nos termos do Art. 10, inciso XI e Art. 15 da Lei nº 10.833/2003, c/c Art. 109 da Lei nº 11.196/2005, tais receitas são conceituadas como de “preço pré-determinado” e, portanto, permanecem tributadas no regime de cumulatividade.

Apesar da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL não ter suplementado tarifa à Companhia quanto ao PIS/COFINS não-cumulativo por entender que os contratos que originam tais receitas se enquadram no conceito de preço pré-determinado e de que também a atualização monetária dos contratos por índices contratuais não configura a descaracterização do preço pré-determinado, conforme a Nota Técnica nº 224/2006-SFF-ANEEL, a Receita Federal do Brasil não reconheceu as respectivas assertivas da Companhia. Dessa forma, as receitas decorrentes dos contratos públicos de serviço de transmissão de energia elétrica anteriores a 31 de outubro de 2003, que ora tributadas pelo PIS/COFINS cumulativos na ordem de 3,65% pela Companhia, foram requeridas pela Receita Federal do Brasil no regime tributário não-cumulativo em 9,25%. Todavia, a Companhia impugnou o lançamento fiscal de ofício requerendo a nulidade e insubsistência do auto de infração de PIS e COFINS.

A peça impugnatória da Companhia requerendo da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento a revisão de ofício do ato de lançamento fiscal, desde 7 de janeiro de 2011, em primeira instância, foi denegada em 10 de agosto de 2011 conforme teor da decisão proferida por meio do Acórdão nº 07-25-585 da 4ª Turma, de cuja manifestação esta Companhia, tempestivamente em 17 de outubro de 2011, interpôs recurso em âmbito administrativo ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, sendo que em 28

de novembro de 2012 o recurso voluntário da Companhia foi negado por voto de qualidade, pelo que se aguarda desde 8 de janeiro de 2013 a intimação, pela Delegacia da Receita Federal do Brasil, do Acórdão decorrente da decisão nº 3302-001.896 para fins de interposição de embargos e/ou recurso especial. O montante atualizado do auto de infração em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 133.210 mil.

A Administração da Companhia consubstanciada na manutenção de opinião de sua assessoria jurídica e consultores jurídico-tributaristas externos, os quais atribuem grau de risco remoto à perda da impugnação, inclusive em âmbito judicial, optou por manter o não reconhecimento do provisionamento contábil do auto de infração da Receita Federal do Brasil ao Balanço.

NOTA 26 – Pesquisa e Desenvolvimento

	Controladora			
	2012	2011	2012	2011
Fundo Nac. de Des. Cient. e Tecnológico (FNDCT)	607	544	798	623
Empresa de Pesquisa Energética (EPE)	330	299	398	339
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	25.394	28.634	28.361	30.925
Total	26.331	29.477	29.557	31.887

A Lei 9.991, de julho de 2000, estabelece que as empresas detentoras de concessão para exploração de serviços de energia elétrica são obrigadas a realizar investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), visando o aperfeiçoamento tecnológico da atividade, em montante equivalente a 1% da ROL, sendo 0,40% para Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), 0,40% para Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e 0,20% destinados à Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

NOTA 27 – Concessões a Pagar – Uso de Bem Público

A Companhia e suas controladas têm contratos de concessão onerosos com a União para a utilização do bem público para a geração de energia elétrica nas usinas Passo São João, Mauá e São Domingos e empreendimentos através das Sociedades de Propósito Específicos (SPE's) nas usinas Jirau e Teles Pires.

As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e intenção das partes de executá-los integralmente.

Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores das concessões foram registrados no intangível em contrapartida do passivo não circulante.

Os valores identificados nos contratos estão a preços futuros e, portanto, a Companhia ajustou a valor presente esses contratos com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação.

A atualização da obrigação em função da taxa de desconto e da variação monetária está sendo capitalizada no ativo durante a construção das usinas e, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida diretamente no resultado.

13. Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas

Uso do Bem Público	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Ativo não circulante (intangível)				
Usina Passo São João	4.021	4.069	4.021	4.069
Usina Mauá (Consórcio Cruzeiro do Sul - 49%)	12.352	12.357	12.352	12.357
Usina São Domingos	9.228	4.774	9.228	4.774
Usina Jirau (SPE ESBRP - 20%)	–	–	22.436	19.888
Usina Teles Pires (SPE Teles Pires - 24,5%)	–	–	19.924	17.328
	25.601	21.200	67.961	58.416
Passivo circulante				
Usina Passo São João	285	–	285	–
Usina Mauá (Consórcio Cruzeiro do Sul - 49%)	854	–	854	–
Usina São Domingos	731	–	731	–
	1.870	–	1.870	–
Passivo não circulante				
Usina Passo São João	4.122	4.069	4.122	4.069
Usina Mauá (Consórcio Cruzeiro do Sul - 49%)	12.547	12.357	12.547	12.357
Usina São Domingos	9.838	4.774	9.838	4.774
Usina Jirau (SPE ESBRP - 20%)	–	–	22.436	19.888
Usina Teles Pires (SPE Teles Pires - 24,5%)	–	–	19.924	17.328
	26.507	21.200	68.867	58.416
	28.377	21.200	70.737	58.416

Os pagamentos da UBP serão realizados em parcelas mensais a partir do início da operação

comercial até o final do prazo de concessão, e estão assim previstos:

Usinas	Período de pagamento	Valores originais		Valores atualizados	
		Pagamento anual	Pagamento total	Pagamento anual	Pagamento total
Usina Passo São João	04/2012 a 08/2041	200	5.944	285	8.170
Usina Mauá*	10/2012 a 07/2042	618	18.855	854	25.264
Usina São Domingos	02/2012 a 12/2037	260	6.717	730	18.250
Usina Jirau*	01/2013 a 08/2043	1.575	48.420	2.018	62.067
Usina Teles Pires*	04/2015 a 06/2046	1.351	42.223	1.387	42.997

* refere-se a participação da Eletrosul no Consórcio ou na SPE.

NOTA 28 – Outros Passivos

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Circulante				
Indenizações / desapropriações	2.440	2.120	2.453	2.017
MME-PRODEEM-Convênio n° 009/2004	1.376	1.287	1.376	1.287
Convênios Eletrobras	989	4.590	989	4.590
Taxa de fiscalização - ANEEL	422	337	880	593
Reserva Global de Reversão (RGR)	–	1.397	1.529	2.095
Valores a reembolsar - Copel	4.349	27.381	4.349	27.381
Provisões pré-operacionais	–	–	217	–
Caução em garantia Eletronet	48.367	–	48.367	–
Concessões a pagar - Uso do Bem Público	1.870	–	1.870	–
Derivativos (nota 47)	–	–	–	12.934
Provisionamento UHE Passo São João	15.932	–	15.932	–
Provisionamento UHE Mauá	88.969	–	88.969	–
Outros	4.067	4.787	46.780	5.882
	168.781	41.899	213.711	56.779
Não Circulante				
Plano de read. Progr. do quadro de pessoal	7.212	13.604	7.212	13.604
Seguros	–	–	1.030	2.059
Outros	57	55	6.555	3.473
	7.269	13.659	14.797	19.136
	176.050	55.558	228.508	75.915

O valor de R\$ 2.440 mil na rubrica “Indenizações/desapropriações” refere-se a valores provisionados para pagamento de indenizações e desapropriações em áreas consideradas de utilidade pública para construções de linhas, subestações e usinas, em função da liquidação dos processos de indenização.

O valor de R\$ 7.212 mil demonstrado no Não Circulante na rubrica “Plano de Readequação Programada do Quadro de Pessoal (PREQ)” refere-se à obrigação da Eletrosul com os aposentados que optaram por receber o benefício em parcelas superiores há doze meses.

Os saldos nas rubricas “Provisionamento” referentes à UHE Passo São João, no valor de R\$ 15.932 mil e à UHE Mauá, no valor de R\$ 88.969 mil, correspondem, basicamente, ao provisionamento dos saldos contratuais com fornecedores para término da construção das usinas, reconhecidos no ativo imobilizado.

NOTA 29 – Obrigações de Longo Prazo*

A Eletrosul e suas controladas possuem contratos de compra e venda de energia no ambiente regulado e contratos bilaterais, conforme demonstrado a seguir.

a) Vendas de energia

Controladora						
Posições compradas	2013	2014	2015	2016	2017	Após 2017
Volume MW	1.463.620,80	1.463.620,80	1.463.620,80	1.463.620,80	1.463.620,80	33.654.518,40
Preço MWh	159,05	159,05	159,05	159,05	159,05	159,12
Total	232.791	232.791	232.791	232.791	232.791	5.355.266

Consolidado						
Posições compradas	2013	2014	2015	2016	2017	Após 2017
Volume MW	3.308.595,41	5.853.476,09	8.049.608,04	8.278.456,06	8.273.073,50	189.242.283,65
Preço MWh	140,37	133,42	114,82	112,95	111,71	107,15
Total	464.440	780.978	924.229	935.011	924.179	20.277.668

b) Compras de energia

Controladora						
Posições compradas	2013	2014	2015	2016	2017	Após 2017
Volume MW	185.077,00	105.120,00	105.120,00	5.472,00	–	–
Preço MWh	135,00	135,00	135,00	135,05	–	–
Total	24.985	14.191	14.191	739	–	–

Consolidado						
Posições compradas	2013	2014	2015	2016	2017	Após 2017
Volume MW	1.087.098,32	1.927.883,28	1.505.432,96	1.246.291,06	1.240.011,14	23.128.334,93
Preço MWh	148,50	155,54	161,03	162,82	154,55	145,81
Total	161.431	299.854	242.425	202.919	191.649	3.372.272

A diferença entre o preço de compra e venda no consolidado refere-se basicamente aos contratos

de PPA da Usina Jirau, cujo efeito desse contrato oneroso está apresentado na nota 24.

* Informações não auditadas pelos auditores independentes.

NOTA 30 – Benefício Pós-Emprego

a) Obrigações de benefícios de aposentadoria

Em consonância com a Deliberação CVM nº 695 de 13 de dezembro de 2012, a Companhia reconhece os ganhos e perdas atuariais

dos programas de benefícios pós-emprego no próprio exercício em que ocorrem, em “Outros Resultados Abrangentes”, de acordo com as orientações CPC 33 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e IAS 19 do International Accounting Standards.

Obrigações registradas no balanço patrimonial		
Passivo	2012	2011
Plano previdenciário*	187.290	14.390
Plano de saúde (nota 30,e)	6.457	5.324
Dívida contratada (nota 30, d)	48.982	22.682
Total das obrigações registradas	242.729	42.396
Circulante	4.705	3.661
Não Circulante	238.024	38.735

Receitas (despesas) reconhecidas no resultado		
	2012	2011
Plano previdenciário	12.689	(1.500)
Plano de saúde	386	599
	13.075	(901)

Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos em outros resultados abrangentes		
	2012	2011
Ganhos (perdas) atuariais do exercício:		
Plano previdenciário	176.862	32.900
Plano de saúde	1.384	846
Total	178.246	33.746

Outros resultados abrangentes acumulados (líquidos de impostos diferidos)		
	2012	2011
Plano previdenciário	12.689	(1.500)
Plano de saúde	386	599
	13.075	(901)

b) Plano de aposentadoria e pensões

A Companhia é patrocinadora da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS), uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, que tem como objetivo básico a complementação do salário real médio dos últimos 36 meses de atividade do empregado, em relação ao valor do benefício de

aposentadoria da Previdência Oficial, para o Plano de Benefício Definido (BD) e em 1º de janeiro de 2010 passou a vigorar o Plano de Contribuição Definida (CD), que foi ofertado de forma optativa aos empregados. O plano CD foi aprovado pela portaria nº 3253 de 23 de dezembro de 2009 da Secretaria de Previdência Complementar (SPC).

O Plano de Contribuição Definida (CD) garante benefícios similares ao anterior, todavia como resultado da conversão das reservas acumuladas durante o período ativo, sem vínculo salarial, salvo pelas definições atuariais que objetivam atingi-lo no momento da aposentadoria. As contribuições são acumuladas em contas individuais de participantes e patrocinadora e decorrem de plano de custeio pré-estabelecido, anualmente, pelo atuário responsável pelo programa que é

também administrado pela Fundação ELOS. Ao final do exercício de 2011, dos 1.566 empregados ativos, 866 deles já haviam aderido ao novo plano, representando pouco mais de 50% da massa do plano anterior. Os já aposentados antes do Plano CD permaneceram no Plano BD.

Os planos patrocinados, que são da modalidade de benefício definido e de contribuição definida, contavam, em 31 de dezembro de 2012, conforme quadro abaixo, com o seguinte perfil populacional:

DADOS POPULACIONAIS PLANO BD	2012	2011
1. Participantes ativos		
1.1. Participantes - nº	672	700
1.2. Idade Média	48,3	47,0
1.3. Serviço Creditado	19,7	18,1
1.4. Tempo para Aposentadoria	11,0	13,5
1.5. Salário Médio em R\$	8.446,83	7.760,34
2. Aposentados		
2.1. Participantes Aposentados - nº	511	548
2.2. Idade Média	60,2	59,3
2.3. Benefício Médio em R\$	5.779,06	5.418,81
3. Pensionistas		
3.1. Participantes Pensionistas - nº	43	33
3.2. Idade Média	51,8	54,0
3.3. Benefício Médio em R\$	2.510,61	2.293,76
População Total	1.226	1.281

*Fonte: Laudo atuarial, data base outubro/12

A partir de 15 de dezembro de 2000, o custeio do plano passou a ser paritário entre patrocinadora e empregados, excetuando-se o ônus decorrente da conversão de aposentadorias especiais em aposentadorias por tempo de serviço. A contribuição normal da patrocinadora para cobertura do serviço corrente no exercício de 2011 foi de R\$ 23.976 mil (R\$ 21.578 mil em 2011), valor equivalente à contribuição dos participantes.

Conforme prevê o Regulamento do Plano de Benefícios da Fundação, a Companhia é responsável pelo ônus decorrente da conversão de aposentadorias especiais em aposentadorias

por tempo de serviço concernente aos seus empregados. O término desses compromissos cessa quando o aposentado concluir o tempo de aquisição, sendo o benefício atualizado pelo INPC. O montante desse compromisso, relativamente aos empregados aposentados, encontra-se provisionado sob o título de "Aposentadoria especial – SB 40". Em 2012 essa provisão foi complementada em R\$ 1.053 mil (R\$ 14.321 mil em 2011), em razão da concessão de novas aposentadorias. As obrigações relativas a esses programas foram estimadas atuarialmente por consultoria independente e representam o valor atual dos benefícios concedidos e a conceder aos beneficiários.

c) Programa de assistência à saúde

Além do programa de aposentadorias e pensões, a Companhia suporta, igualmente, um programa de assistência médica aos empregados e respectivos dependentes aposentados por invalidez mediante a utilização do sistema de credenciamento médico, na fase em que esteja em gozo de benefício de aposentadoria por invalidez, sem que o vínculo empregatício com a Eletrosul tenha cessado, durante os primeiros cinco

anos, avaliados atuarialmente, com base no estabelecido pela Deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012.

As obrigações com esse programa também foram calculadas atuarialmente, demonstradas no mesmo laudo já citado.

O saldo provisionado do programa de assistência à saúde esta apresentado abaixo:

	Controladora			
	2012			
	circulante	não circulante	total	
Passivo atuarial despesas médicas	–	6.457	6.457	5.324
Total	–	6.457	6.457	5.324

d) Obrigações da patrocinadora

As obrigações da patrocinadora para com a Fundação, incluindo a complementação para cobertura do passivo atuarial e respeitando a

paridade contributiva definida no artigo 21 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e no estatuto da Fundação, estão a seguir demonstradas:

	Controladora			
	2012			2011
	circulante	não circulante	total	total
Aposentadoria especial - SB 40	4.647	987	5.634	12.203
Cont. adicional/averbação tempo de serviço	2.989	3.173	6.162	8.731
Contribuição suplementar	649	8.564	9.213	9.194
Contribuição sobre benefício da geração atual	933	27.925	28.858	27.137
Diferença reserva matemática	134	4.615	4.749	4.756
Subtotal	9.352	45.264	54.616	62.021
Contribuição normal	3.806	–	3.806	3.373
Passivo atuarial previdenciário	–	187.290	187.290	14.390
Total	13.158	232.554	245.712	79.784

O montante de R\$5.634 mil na rubrica “Aposentadoria especial – SB 40” refere-se a ônus decorrente da conversão de aposentadorias especiais em aposentadorias por tempo de serviço concernente aos seus empregados. Estes compromissos cessam quando o aposentado concluir o tempo de aquisição, sendo o benefício atualizado pelo INPC.

O montante de R\$6.162 mil na rubrica “Contribuição adicional” refere-se a instrumento particular de confissão e parcelamento de dívidas para cobertura do cadastramento por tempo de serviço, firmado em 20 de dezembro de 1993, com liquidação em 240 parcelas mensais até dezembro de 2014.

O montante de R\$ 9.213 mil na rubrica “Contribuição suplementar” refere-se a Reserva Matemática Contratada – Serviço Passado, contratado em 1º de abril de 2008,

para ser liquidado em 192 parcelas mensais, até dezembro de 2023. Ambos os valores são atualizados pelo INPC + 6% de juros ao ano.

A provisão das contribuições da Patrocinadora sobre os Benefícios da Geração Atual dos empregados inscritos no Plano BD, que até 31 de dezembro de 2012 migraram para o novo plano Contribuição Definida – CD, avaliadas atuarialmente, atingiram o montante de R\$ 28.858 mil, sendo R\$ 788 mil reconhecidos no resultado de 2012 e R\$ 22.284 mil no resultado de 2011.

e) Cálculo atuarial do programa de benefícios

Os valores apurados em laudo atuarial, relativo ao Programa, separadamente para os benefícios de aposentadorias e de assistência à saúde, reconhecidos no balanço patrimonial, são os seguintes:

PLANO PREVIDENCIÁRIO	2012	2011
Valor presente das obrigações atuariais	(1.157.165)	(741.299)
Valor justo dos ativos do plano	920.893	726.909
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(236.272)	(14.390)
Passivo atuarial reconhecido no balanço	(236.272)	(14.390)
Dívida Contratada - passivo reconhecido no balanço	(48.982)	(22.682)

PLANO DE SAÚDE	2012	2011
Valor presente das obrigações atuariais	(6.457)	(5.324)
Valor justo dos ativos do plano	–	–
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(6.457)	(5.324)
Ativo de benefício - Asset Celling - IAS 19 - regra 58	–	–
Ativo (Passivo) Atuarial	(6.457)	(5.324)

O aumento do passivo atuarial deve-se basicamente às alterações da taxa de desconto, conforme item “h” desta nota.

A movimentação relativa às obrigações e ativos em cada exercício foi a seguinte:

Plano Previdenciário	2012	2011
Valor das obrigações atuariais no início do ano	741.299	775.906
Custo de serviço corrente	10.620	8.034
Juros sobre a obrigação atuarial	74.368	66.347
Benefícios pagos no ano	(40.520)	(35.913)
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	371.398	(73.075)
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	1.157.165	741.299
Valor justo dos ativos no início do ano	726.909	849.593
Benefícios pagos durante o exercício	(40.520)	(35.913)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	10.225	11.251
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	16.652	17.011
Rendimento efetivo dos ativos no ano	207.627	(115.033)
Valor justo dos ativos ao final do ano	920.893	726.909

Plano de Saúde	2012	2011
Valor das obrigações atuariais no início do ano	5.324	4.147
Custo de serviço corrente	–	281
Juros sobre a obrigação atuarial	386	318
Benefícios pagos no ano	(637)	(268)
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	1.384	846
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	6.457	5.324
Valor justo dos ativos no início do ano	–	–
Benefícios pagos durante o exercício	(637)	(268)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	–	–
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	637	268
Rendimento efetivo dos ativos no ano	–	–
Valor justo dos ativos ao final do ano	–	–
(Ganho)/Perda sobre os ativos do Plano	–	–
Rendimento esperado dos ativos no ano	–	–

f) Ativos garantidores

Os ativos garantidores do programa de benefícios estão assim compostos:

ATIVOS GARANTIDORES	2012	%
Renda Fixa - Títulos Públicos Federais	470.136	51,1%
Renda Fixa - Bancos	25.491	2,8%
Renda Variável - Ações	19.895	2,2%
Renda Variável - Bancos	357.768	38,9%
Imóveis	28.401	3,0%
Empréstimos	17.021	1,8%
Ativo Disponível	274	0,0%
Contrib. a Receber de Participantes	1.343	0,1%
Contrib. a Receber de Patrocinadoras	1.564	0,2%
Outros Ativos a Receber	52	0,0%
(-) Passivo de Benefícios	(1.052)	-0,1%
Total	920.893	100,0%

g) Valores reconhecidos como resultados dos exercícios

Os valores reconhecidos diretamente na demonstração de resultados, como Outras

Despesas (ou Receitas) Operacionais, estão demonstrados abaixo:

Plano Previdenciário - BD	2012	2011
Custo de serviço corrente	10.620	8.034
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	74.368	66.347
Contribuições esperadas de participante	—	—
Rendimento esperado dos ativos	(72.289)	(75.880)
Total	12.699	(1.499)

Plano Previdenciário - CD	2012	2011
Custo de serviço corrente	4.146	1.313
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	—	—
Rendimento esperado dos ativos	—	—
Total	4.146	1.313

Plano de Saúde	2012	2011
Custo de serviço corrente	—	281
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	386	318
Rendimento esperado dos ativos	—	—
Total	386	599

h) As premissas atuariais e financeiras utilizadas nas projeções foram:

HIPÓTESES ECONÔMICAS	2012	2011
Taxa anual de juros atuarial real	3,49%	5,53%
Taxa anual de inflação projetada	4,89%	4,50%
Taxa anual real de evolução salarial	2,00%	2,00%
Taxa anual real de evolução custos médicos	3,50%	1,00%
Taxa real de evolução de benefícios	0,00%	0,00%
Taxa real de evolução de benefícios do regime geral	0,00%	0,00%
Fator de capacidade de Benefícios	98,00%	100,00%
Fator de capacidade de Salários	98,00%	100,00%
Fator de Incremento de Custos da Saúde	3,50%	1,00%
HIPÓTESES ECONÔMICAS	2012	2011
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83
Tábua de invalidez	LIGHT F	LIGHT F
% de casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos

Taxa de juros de longo prazo

A partir de 2012, a taxa de juros utilizada foi a do mercado dos títulos do governo federal, conforme critério recomendado pelas normas de contabilidade, para prazos similares aos dos fluxos de obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito “Duration”. Essas taxas foram respectivamente de 3,49% (5,53% em 2011).

i) Contribuições patronais esperadas para o próximo exercício

A Companhia espera contribuir com R\$ 18.077 mil com o Plano de Benefício Definido.

j) Análise de sensibilidade

Os efeitos da variação de 1 p.p. nas premissas e taxas de descontos são apresentados a seguir:

	Plano BD		Plano de Saúde	
	+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p.	- 1 p.p.
Obrigação atuarial	(149.836)	158.089	305	(294)
Custo do serviço e juros	(4.753)	2.334	27	(24)

k) histórico dos ajustes pela experiência

As variações dos ajustes pela experiência entre os valores estimados e incorridos, nos últimos 4 anos, são apresentados a seguir:

Plano Previdenciário	2009	2010	2011	2012
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	777.295	775.906	741.299	1.157.165
Valor justo dos ativos do plano	(806.719)	(849.593)	(726.909)	(920.893)
Superávit/déficit	(29.424)	(73.687)	14.390	236.272

	2009	2010	2011	2012
Ajustes pela experiência nos passivos do plano	40.450	(47.434)	(23.820)	93.851
Efeito da alteração da taxa de desconto	–	–	(49.255)	277.547
Ajustes pela experiência nos ativos do plano	44.917	(35.699)	(200.427)	135.348

Plano de Saúde	2009	2010	2011	2012
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	3.173	4.146	5.324	6.458
Valor justo dos ativos do plano	–	–	–	–
Superávit/déficit	3.173	4.146	5.324	6.458

	2009	2010	2011	2012
Ajustes pela experiência nos passivos do plano	(869)	942	1.200	(165)
Efeito da alteração da taxa de desconto	–	–	(354)	1.549
Ajustes pela experiência nos ativos do plano	–	–	–	–

NOTA 31 – Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2012, o Capital Social da Eletrosul é de R\$ 3.740.410 mil, representado por 90.261.115 ações ordinárias nominativas

sem valor nominal. A composição acionária da Companhia nessa mesma data é a seguinte:

Acionistas:	Quantidade de Ações	Capital Social	% de Participação
ELETOBRAS	90.136.442	3.735.244	99,8619
USIMINAS	57.901	2.398	0,0641
CEEE	49.519	2.053	0,0549
COPEL	14.195	587	0,0157
CELESC	1.544	64	0,0017
CSN	1.194	49	0,0013
OUTROS	320	15	0,0004
Total	90.261.115	3.740.410	100,00

O valor patrimonial da ação em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 51,63 (em 2011 R\$ 53,80).

b) Aumento de capital

Em 27 de novembro de 2012, a acionista Centrais Elétricas Brasileiras S.A. efetuou a integralização de R\$ 2.162.724 mil, que correspondem a um aumento de 41.354.974 ações. O montante aportado estava

anteriormente classificado na conta de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), dentro do passivo não circulante, conforme nota 13. Os demais acionistas não exerceram seus direitos de preferência, conforme legislação vigente. Com estas alterações a mutação do Capital Social em 2012 pode ser assim apresentada:

	Capital Social	Quantidade de Ações
Saldo em 31.12.2011	1.577.686	48.906.141
Integralização	2.162.724	41.354.974
Saldo em 31.12.2012	3.740.410	90.261.115

c) Reservas de lucros

	Controladora e Consolidado		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Reserva legal	102.528	99.236	102.528	99.236
Reserva para investimento	956.644	956.644	956.644	956.644
	1.059.172	1.055.880	1.059.172	1.055.880

d) Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo de ajuste de avaliação patrimonial, de R\$ 186.711 mil, compreende o ajuste do valor justo de *hedge accounting* da SPE controlada em conjunto ESBR Participações S/A, no valor de R\$ 466 mil e o reconhecimento de ganhos e perdas atuariais no valor de R\$ 187.177 mil.

e) Determinações do estatuto social

Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas: (i) a Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva; (ii) em cada exercício será realizada distribuição de um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei.

f) Lucro básico e diluído por ação ordinária

	2012	2011
Lucro líquido atribuído aos acionistas da controladora	65.833	103.372
Número de ações ordinárias	90.261.115	48.906.141
Lucro básico por ação ordinária	0,73	2,11
Média ponderada de ações ordinárias	52.871.686	48.906.141
Lucro diluído por ação ordinária	1,25	2,11

O cálculo dos dividendos está demonstrado na nota 32.

NOTA 32 – Dividendos Propostos

A Companhia provisionou em 2012 o valor de R\$ 15.635 mil a título de dividendos mínimos obrigatórios e contabilizou no patrimônio líquido o valor de R\$ 46.906 mil como dividendos adicionais propostos, que serão

submetidos à Assembleia Geral Ordinária (AGO). Em 2011, foi provisionado o valor como dividendos mínimos de R\$ 24.551 mil e como dividendos adicionais excedente ao mínimo obrigatório de R\$ 73.652 mil.

a) Os dividendos em 2012 e em 2011 foram calculados conforme segue:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	65.833	103.372
Reserva legal sobre o lucro líquido (5%)	(3.292)	(5.169)
Base de cálculo para os dividendos mínimos	62.541	98.203
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	15.635	24.551
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	46.906	73.652
Dividendos propostos	62.541	98.203

b) Movimentação dos dividendos em 2012:

Saldo no exercício anterior	24.552
Dividendos adicionais propostos exercício anterior	73.652
Atualização SELIC	8.298
Pagamentos	(106.501)
Dividendos mínimos obrigatórios	15.635
Saldo no final do exercício	15.636

NOTA 33 – Remuneração dos Administradores e Empregados

A maior e menor remuneração paga aos empregados, de acordo com a política salarial praticada pela Companhia, tomando-se por base a realizada no mês de dezembro de 2012, foram de R\$ 37.825,88 e de R\$ 2.360,54, respectivamente. Esses valores incluem os salários, gratificações e

anuênios. O honorário atribuído a cada diretor, tomando-se por base o mesmo mês, foi de R\$ 32.726,63 para o Diretor-Presidente e R\$ 31.168,22 para os demais Diretores.

O total da remuneração atribuída aos Diretores e Conselheiros de Administração está demonstrado a seguir:

	Controladora			
	2012		2011	
	Diretores	Conselheiros	Diretores	Conselheiros
Remuneração	1.324	244	1.157	222
Encargos Sociais	409	48	370	45
Participação nos Lucros	253	–	274	–
Total	1.986	292	1.801	267

A Companhia contava, em 31 de dezembro de 2012, com 1.751 empregados (sendo 1.546 no quadro próprio aprovado pelo DEST e 205 reintegrados), sendo que o quadro próprio está dividido em 876 vinculados às atividades operacionais e 670 às atividades administrativas. A remuneração média dos

empregados, tomando-se por base o mês de dezembro de 2012, foi de R\$ 7.882,33.

NOTA 34 – Partes Relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas são como segue:

Controladora								
31.12.2012			31.12.2011					
ATIVO	Contas a receber	Dividendos	AFAC	Total	Contas a receber	Dividendos	AFAC	Total
Controladores								
União (Governo Federal)	2.603.937	-	-	2.603.937	607.391	-	-	607.391
Eletrobras	747			747	747	-	-	747
Partes Relacionadas								
CEAL	496	-	-	496	322	-	-	322
CELG Distribuição	2.065	-	-	2.065	1.215	-	-	1.215
CEPISA	1.525	-	-	1.525	373	-	-	373
CERON	118	-	-	118	148	-	-	148
CGTEE	252	-	-	252	89	-	-	89
Chesf	7.802	-	-	7.802	7.951	-	-	7.951
Eletroacre	9	-	-	9	25	-	-	25
Eletronorte	5.650	-	-	5.650	5.943	-	-	5.943
Eletronuclear	470	-	-	470	461	-	-	461
Furnas	3.697	-	-	3.697	3.728	-	-	3.728
ITAIPU	193	-	-	193	(3)	-	-	(3)
Controladas								
Artemis	537	15.945	-	16.482	501	4.863	-	5.364
Cerro Chato I	7	-	-	7	4	-	-	4
Cerro Chato II	6	-	-	6	4	-	-	4
Cerro Chato III	7	176	-	183	4	652	-	656
Etau	58	534	-	592	55	513	-	568
Integração	-	-	-	-	-	2.060	-	2.060
Livramento	20	-	-	20	-	-	3.742	3.742
Norte Brasil	-	804	-	804	-	250	-	250
Porto Velho	6	1.351	-	1.357	5	-	50.000	50.005
RS Energia	1	2.331	-	2.332	3.502	773	66.258	70.533
Santa Vitória do Palmar	-	-	-	-	-	5.067	-	5.067
TSBE	-	-	31.898	31.898	-	-	-	-
Uirapuru	5.127	1.908	-	7.035	4.825	1.382	-	6.207
TOTAL DO ATIVO	2.632.730	23.049	31.898	2.687.677	637.290	15.560	120.000	772.850

Consolidado								
31.12.2012				31.12.2011				
ATIVO	Contas a receber	Dividendos	AFAC	Total	Contas a receber	Dividendos	AFAC	Total
Controladores								
União (Governo Federal)	2.603.937	-	-	2.603.937	607.391	-	-	607.391
Eletrobras	747	-	-	747	747	-	-	747
Partes Relacionadas								
CEAL	496	-	-	496	322	-	-	322
CELG Distribuição	2.065	-	-	2.065	1.215	-	-	1.215
CEPISA	1.525	-	-	1.525	373	-	-	373
CERON	118	-	-	118	148	-	-	148
CGTEE	252	-	-	252	89	-	-	89
Chesf	7.802	-	-	7.802	7.951	-	-	7.951
Eletroacre	9	-	-	9	25	-	-	25
Eletronorte	5.650	-	-	5.650	5.943	-	-	5.943
Eletronuclear	470	-	-	470	461	-	-	461
Furnas	3.697	-	-	3.697	3.728	-	-	3.728
ITAIPU	193	-	-	193	(3)	-	-	(3)
Controladas								
Etau	42	-	-	42	40	-	-	40
Livramento	10	-	-	10	-	-	-	-
Uirapuru	1.282	-	-	1.282	1.206	-	-	1.206
TOTAL DO ATIVO	2.628.295	-	-	2.628.295	629.636	-	-	629.636

Controladora								
		31.12.2012			31.12.2011			
PASSIVO	Contas a pagar	Dividendos	AFAC	Total	Contas a pagar	Dividendos	AFAC	Total
Controladores								
Eletrobras	1.126.905	15.614	554.930	1.697.449	977.573	24.551	1.696.404	2.698.528
Partes Relacionadas								
Chesf	74	-	-	74	-	-	-	-
Eletronorte	63	-	-	63	-	-	-	-
Furnas	101	-	-	101	9	-	-	9
Controladas								
Artemis	2	-	-	2	-	-	-	-
ESBR	466	-	-	466	698	-	-	698
Etau	1	-	-	1	-	-	-	-
Norte Brasil	-	-	-	-	(8.536)	-	-	(8.536)
Porto Velho	2	-	-	2	-	-	-	-
RS Energia	1	-	-	1	-	-	-	-
Uirapuru	1	-	-	1	-	-	-	-
TOTAL DO PASSIVO	1.127.616	15.614	554.930	1.698.160	969.744	24.551	1.696.404	2.690.699

Consolidado								
	31.12.2012				31.12.2011			
PASSIVO	Contas a pagar	Dividendos	AFAC	Total	Contas a pagar	Dividendos	AFAC	Total
Controladores								
Elektrobras	1.126.905	15.614	554.930	1.697.449	979.220	24.551	1.696.404	2.700.175
Partes Relacionadas								
Chesf	74	-	-	74	-	-	-	-
Eletronorte	63	-	-	63	-	-	-	-
Furnas	101	-	-	101	9	-	-	9
Controladas								
Etau	1	-	-	1	-	-	-	-
TOTAL DO PASSIVO	1.127.144	15.614	554.930	1.697.688	979.229	24.551	1.696.404	2.700.184

Controladora						
31.12.2012			31.12.2011			
RESULTADO	Receitas	Encargos e Serviços	Resultado Financeiro	Total	Receitas	Encargos e Serviços
Controladores						
União (Governo Federal))	-	-	132.087	132.087	-	-
Eletrobras	222	-	(292.780)	(292.558)	872	(255)
Partes Relacionadas						
CEAL	4.388	(4)	-	4.384	2.599	(20)
CELG Distribuição	19.816	-	-	19.816	11.636	-
CEPISA	13.349	-	-	13.349	3.819	-
CERON	1.305	(58)	-	1.247	1.319	-
Chesf	77.035	(318)	-	76.717	65.290	(156)
Eletroacre	194	-	-	194	218	-
Eletronorte	56.161	(397)	-	55.764	56.150	(565)
Eletronuclear	4.540	-	-	4.540	3.811	-
Furnas	35.632	(321)	-	35.311	30.345	(108)
ITAIPU	57	-	-	57	-	-
Controladas						
Artemis	6.263	(9)	-	6.254	6.067	-
Cerro Chato I	66	-	-	66	22	-
Cerro Chato II	66	-	-	66	30	-
Cerro Chato III	65	-	-	65	37	-
Etau	806	(4)	-	802	670	-
Livramento	110	-	-	110	-	-
Marumbi	262	-	-	262	-	-
Porto Velho	61	(8)	-	53	58	-
RS Energia	1.343	(4)	-	1.339	1.969	-
Santa Vitória do Palmar	242	-	-	242	-	-
TSBE	131	-	-	131	-	-
Uirapuru	2.305	(3)	-	2.302	2.159	(22)
TOTAL DO RESULTADO	226.185	(1.126)	(160.693)	64.366	188.421	(1.126)
					11.282	198.577

Consolidado								
	31.12.2012			31.12.2011				
RESULTADO	Receitas	Encargos e Serviços	Resultado Financeiro	Total	Receitas	Encargos e Serviços	Resultado Financeiro	Total
Controladores								
União (Governo Federal)	-	-	132.087	132.087	-	-	113.225	113.225
Eletrobras	222	-	(292.780)	(292.558)	872	(255)	(101.943)	(101.326)
Partes Relacionadas								
CEAL	4.388	(4)	-	4.384	2.599	(20)	-	2.579
CELG Distribuição	19.816	-	-	19.816	11.636	-	-	11.636
CEPISA	13.349	-	-	13.349	3.819	-	-	3.819
CERON	1.305	(58)	-	1.247	1.319	-	-	1.319
CGTEE	1.766	-	-	1.766	1.350	-	-	1.350
Chesf	77.035	(318)	-	76.717	65.290	(156)	-	65.134
Eletroacre	194	-	-	194	218	-	-	218
Eletronorte	56.161	(397)	-	55.764	56.150	(565)	-	55.585
Eletronuclear	4.540	-	-	4.540	3.811	-	-	3.811
Furnas	35.632	(321)	-	35.311	30.345	(108)	-	30.237
ITAIPU	57	-	-	57	-	-	-	-
Controladas								
Cerro Chato I	-	-	-	-	2	-	-	2
Cerro Chato II	-	-	-	-	3	-	-	3
Cerro Chato III	-	-	-	-	4	-	-	4
Etau	585	(3)	-	582	482	-	-	482
Livramento	110	-	-	110	-	-	-	-
Marumbi	210	-	-	210	-	-	-	-
Santa Vitória do Palmar	123	-	-	123	-	-	-	-
TSBE	26	-	-	26	-	-	-	-
Uirapuru	576	(3)	-	573	2.159	(22)	-	2.137
TOTAL DO RESULTADO	216.095	(1.104)	(160.693)	54.298	180.059	(1.126)	11.282	190.215

As principais operações com partes relacionadas são as seguintes:

- a) União Federal:** créditos de energia renegociados (Lei 8.727/93) e créditos indenizatórios (MP 579);
- b) Eletrobras:** empréstimos e financiamentos, AFAC, dividendos e encargos financeiros;
- c) Empresas controladas e/ou controladas**

em conjunto: dividendos, AFAC, receitas de transmissão e comercialização, encargos do sistema de transmissão (EUST), serviços de terceiros;

- d) Partes relacionadas:** clientes, créditos diversos, fornecedores, receitas de transmissão e prestação de serviços, encargos do sistema de transmissão (EUST), serviços de terceiros.

NOTA 35 – Receita Anual Permitida (RAP)

Controladora			
Empresa	Contrato de Concessão ANEEL	Valor da RAP Anual 2012/2013	Reajuste Anual 07/2012
Eletrosul	057/2001 - Diversos Empreendimentos*	447.504	IGPM - 4,26%
	010/2005 - LT Campos Novos - Blumenau C2**	86.542	IGPM - 4,26%
	004/2008 - LT P. Médici - Santa Cruz 1 230kV**	5.605	IPCA - 4,99%
	005/2009 - SE Missões - 230/69 kV (150 MVA)**	4.448	IPCA - 4,99%
		544.099	

* Resolução ANEEL nº 1.395/2013

** Resolução ANEEL nº 1.313/2012

Investidas			
Empresa	Contrato de Concessão ANEEL	Valor da RAP Anual 2012/2013**	Reajuste Anual 07/2012
Artemis	004/2004 -LT Salto Santiago -Ivaiporã -Cascavel Oeste	71.743	IGPM - 4,26%
Etau	082/2002 -LT Campos Novos -Lagoa Vermelha -Santa Marta	32.230	IGPM - 4,26%
PVTE	010/2009 - SE Coletora Porto Velho 500/230 kV 2 Estações Conversoras	61.256	IPCA - 4,99%
RS Energia	005/2006 -LT Campos Novos -Pólo 525kV	33.305	IPCA - 4,99%
	011/2010 - Subestações diversas	10.530	IPCA - 4,99%
	012/2010 - LT Monte Claro - Garibaldi 230 kV	2.838	IPCA - 4,99%
	002/2011 - SE Foz do Chapecó 230/138 kV	2.304	IPCA - 4,99%
Uirapuru	002/2005 -LT Ivaiporã -Londrina	23.096	IGPM - 4,26%
		237.302	

** Resolução ANEEL nº 1.313/2012

De acordo com o ICPC 01 e OCPC 05, a receita a ser contabilizada no resultado não corresponde à RAP homologada pela ANEEL e administrada pelo Operador Nacional do Sistema – ONS, mas sim às receitas com o Ativo Financeiro, de O&M

e de Construção. A RAP continua representando o montante a ser recebido pela Companhia, amortizando o Ativo Financeiro, conforme descrito na nota 7.

NOTA 36 – Treinamentos e Desenvolvimento de Pessoal*

A Companhia tem como política permanente a qualificação dos dirigentes e empregados, tendo apresentado os seguintes indicadores:

Controladora		
Indicadores	2012	2011
Empregados treinados	1.427	1.494
Homem hora treinados	121.248	117.677
Média hora treinamento	85,00	65,00
Índice empregados treinados (%)	91,00%	82,90%
Força de trabalho treinada (%)	4,00%	3,40%
Investimento total (mil)	2.833	4.004
Valor médio investido por empregado (mil)	2,0	2,7

* Informações não auditadas pelos auditores independentes.

NOTA 37 – Resultado por Segmento de Negócio

A Companhia adota para gestão dos seus negócios a apuração do resultado por segmento de negócio a seguir demonstrado:

Controladora						
	Notas	2012			2011	
		Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	38	269.990	881.132	1.151.122	-	844.917
CUSTO OPERACIONAL						
Custo com Energia Elétrica		(166.241)	-	(166.241)	-	(110.583)
Energia comprada para revenda	41	(159.526)	-	(159.526)	-	(124.603)
Provisão (reversão) perdas contrato oneroso	24	(6.715)	-	(6.715)	-	14.020
Custo de Operação	41	(30.694)	(224.423)	(255.117)	-	(219.650)
Pessoal, material e serviços de terceiros		(6.188)	(218.765)	(224.953)	-	(213.270)
Depreciação e amortização		(12.245)	-	(12.245)	-	-
Provisões para créditos de liquidação duvidosa		(7.264)	(2.213)	(9.477)	-	(2.247)
(-) Recuperação de despesas		304	4.140	4.444	-	3.152
Outros		(5.301)	(7.585)	(12.886)	-	(7.285)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	41	(52)	(9.353)	(9.405)	-	(10.312)
Custo de construção	41	-	(82.730)	(82.730)	-	(92.201)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		73.003	564.626	637.629	-	412.171
Despesas operacionais	41	(8.891)	(272.500)	(281.391)	-	(216.995)
RESULTADO DO SERVIÇO		64.112	292.126	356.238	-	195.176
Outras receitas e despesas operacionais						
Resultado de participações societárias	39	(12.520)	62.220	49.700	-	33.675
Resultado Financeiro	43	(12.543)	(151.160)	(163.703)	-	(122.246)
Valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>)	19	(81.242)	(68.430)	(149.672)	-	(41.587)
Contratos Onerosos	24	(896.494)	-	(896.494)	-	-
Outras receitas/despesas	44	(857)	(13.227)	(14.084)	-	50.641
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA LEI 12.783/13		(939.544)	121.529	(818.015)	-	115.659
Indenizações Lei 12.783/13	1d, 8	-	577.802	577.802	-	-
LUCRO OPERACIONAL APÓS A LEI 12.783/13		(939.544)	699.331	(240.213)	-	115.659
Imposto de renda e contribuição social	45	351.514	(45.468)	306.046	-	(12.287)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(588.030)	653.863	65.833	-	103.372

Consolidado							
		2012			2011		
	Notas	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	38	305.687	1.519.172	1.824.859	7.924	1.352.469	1.360.393
CUSTO OPERACIONAL							
Custo com Energia Elétrica		(166.247)	-	(166.247)	-	(110.583)	(110.583)
Energia comprada para revenda	41	(159.532)	-	(159.532)	-	(124.603)	(124.603)
Provisão (reversão) perdas contrato oneroso	24	(6.715)	-	(6.715)	-	14.020	14.020
Custo de Operação	41	(58.947)	(226.485)	(285.432)	(608)	(222.517)	(223.125)
Pessoal, material e serviços de terceiros		(9.593)	(221.109)	(230.702)	(21)	(214.322)	(214.343)
Depreciação e amortização		(33.994)	-	(33.994)	-	-	-
Provisões para créditos de liquidação duvidosa		(7.264)	(2.141)	(9.405)	-	(2.511)	(2.511)
(-) Recuperação de despesas		304	4.140	4.444	-	3.560	3.560
Outros		(8.400)	(7.375)	(15.775)	(587)	(9.244)	(9.831)
Custo do serviço prestado a terceiros	41	(52)	(16.131)	(16.183)	-	(10.312)	(10.312)
Custo com construção	41	-	(557.410)	(557.410)	-	(514.193)	(514.193)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		80.441	719.146	799.587	7.316	494.864	502.180
Despesas Operacionais	41	(25.589)	(276.830)	(302.419)	(10.909)	(223.330)	(234.239)
RESULTADO DO SERVIÇO		54.852	442.316	497.168	(3.593)	271.534	267.941
Outras receitas e despesas operacionais							
Resultado Financeiro	43	(18.271)	(209.480)	(227.751)	955	(145.651)	(144.696)
Valor recuperável de ativos (Impairment)	19	(81.242)	(68.430)	(149.672)	-	(41.587)	(41.587)
Contratos Onerosos	24	(896.494)	-	(896.494)	-	-	-
Outras receitas/despesas	44	(806)	(13.533)	(14.339)	-	50.649	50.649
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA LEI 12.783/13		(941.961)	150.873	(791.088)	(2.638)	134.945	132.307
Indenizações Lei 12.783/13	1d, 8	-	577.802	577.802	-	-	-
LUCRO OPERACIONAL APÓS A LEI 12.783/13		(941.961)	728.675	(213.286)	(2.638)	134.945	132.307
Imposto de renda e contribuição social	45	354.266	(72.469)	281.797	753	(28.430)	(27.677)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(587.695)	656.206	68.511	(1.885)	106.515	104.630

NOTA 38 – Receita Operacional Líquida

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Receita de geração de energia	31.432	–	68.500	8.486
Receita de comercialização de energia	266.012	33.721	266.012	33.721
Receita do serviço de O&M	447.697	470.923	473.706	481.861
Receita com o ativo financeiro	423.875	320.932	566.199	396.684
Receita de construção transmissão	82.730	92.201	557.410	514.193
Receita do serviço prestado a terceiros	16.901	19.127	30.578	28.232
Outras receitas	7.457	4.820	7.295	4.705
	1.276.104	941.724	1.969.700	1.467.882
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL				
Impostos e contribuições				
COFINS	(75.935)	(52.950)	(87.137)	(59.189)
PIS/PASEP	(16.479)	(11.489)	(18.909)	(12.856)
ICMS/ISS	(589)	(486)	(1.553)	(490)
	(93.003)	(64.925)	(107.599)	(72.535)
Encargos setoriais				
Reserva global de reversão (RGR)	(22.731)	(23.418)	(26.645)	(25.684)
P&D	(9.248)	(8.464)	(10.597)	(9.270)
	(31.979)	(31.882)	(37.242)	(34.954)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.151.122	844.917	1.824.859	1.360.393

Os montantes na rubrica “Receita de geração de energia” na Controladora, no valor de R\$ 18.306 mil, referem-se ao faturamento da UHE Passo São João e da UHE Mauá e no Consolidado, no valor de R\$ 44.418 mil, referem-se ao faturamento das SPEs Eólica Cerro Chato I S/A, Eólica Cerro Chato II S/A e Eólica Cerro Chato III S/A.

Basicamente, a variação na rubrica “Receita de comercialização de energia” é decorrente do faturamento autorizado pela ANEEL, relativo à UHE Mauá, no montante de R\$ 97.172 mil relativo ao período de janeiro de 2011 a fevereiro de 2012, o qual foi recebido em julho de 2012.

38.1 Fornecimento de energia*

	Controladora e Consolidado			
	2012		2011	
	Quantidade (MWh)	Valor (R\$ mil)	Quantidade (MWh)	Valor (R\$ mil)
Energia vendida*	2.752.512,853	266.012	528.468,374	33.721
Energia gerada	268.576,040	31.432	–	–
Energia gerada - Controladas	286.058,538	39.342	43.207,483	10.520

* Na rubrica "Energia vendida" está computado faturamento, autorizado pela ANEEL, de R\$ 97.172 mil, referente a UHE Mauá do período de janeiro de 2011 a fevereiro de 2012.

* Informações não revisadas pelos auditores independentes.

NOTA 39 – Resultado de Participações Societárias

Composição do saldo por empresa	Controladora	
	2012	2011
Artemis	26.989	13.602
Cerro Chato I	(261)	–
Cerro Chato II	(904)	–
Cerro Chato III	(1.721)	2.927
Chuí	(281)	–
Costa Oeste	(252)	–
ESBR	(4.352)	(3.646)
Etau	4.793	5.413
Integração	9.197	8.646
Livramento	(775)	–
Marumbi	(52)	–
Norte Brasil	3.414	1.164
Porto Velho	2.685	(1.330)
RS Energia	8.182	3.253
Santa Vitória do Palmar	(492)	–
TSBE	(107)	–
TSLE	(564)	–
Teles Pires	(3.734)	(828)
Uirapuru	7.935	4.474
TOTAL	49.700	33.675

NOTA 40 – Encargos Setoriais

	Controladora			
	2012	2011	2012	2011
Reserva Global de Reversão (RGR)	22.731	23.418	26.645	25.684
Taxa de Fiscalização ANEEL	4.554	4.209	5.105	4.320
Fundo Nac. de Des. Cient. e Tecnológico (FNDCT)	3.699	3.386	3.699	3.386
Empresa de Pesquisa Energética (EPE)	1.850	1.693	1.850	1.693
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	3.699	3.385	5.048	4.191
Total	36.533	36.091	42.347	39.274

A contribuição setorial para a Reserva Global de Reversão (RGR) foi extinta a partir de 2013.

NOTA 41 – Custos e Despesas Operacionais do Serviço

a) Distribuição por natureza

2012							
Natureza	Controladora				Consolidado		
	Custo da geração	Custo da transmissão	Despesas operacionais	Total	Custo da geração	Custo da transmissão	Despesas operacionais
Pessoal	3.963	183.798	109.033	296.794	3.963	185.288	119.534
Material	2	7.551	2.771	10.324	62	7.612	3.547
Serviço de terceiro	2.224	36.713	40.676	79.613	5.569	42.358	48.082
Prov. cré. liquid. duvidosa	7.264	2.213	–	9.477	7.264	2.141	–
Custo de construção transmissão	–	82.730	–	82.730	–	557.410	–
Energia comprada para revenda	159.526	–	–	159.526	159.532	–	–
Prov. (reversão) contratos onerosos	6.715	–	–	6.715	6.715	–	–
Depreciação e amortização	12.245	–	2.095	14.340	33.994	–	2.178
Taxa de fiscalização ANEEL	–	–	4.554	4.554	–	–	5.105
EUSD	2.733	–	–	2.733	2.733	–	–
EUST	1.380	–	–	1.380	3.623	–	–
CFURH	1.013	–	–	1.013	1.013	–	–
Prov. (Reversão) para contingências	–	–	66.977	66.977	–	–	66.977
Aposen. especial / Passivo atuarial	–	–	1.053	1.053	–	–	1.053
Participação nos lucros e resultados	–	–	31.772	31.772	–	–	31.772
(-) Recuperação de despesas*	(304)	(4.140)	(10.462)	(14.906)	(304)	(4.140)	(10.462)
Outras despesas	175	7.692	32.922	40.789	1.015	9.424	34.633
Total	196.936	316.557	281.391	794.884	225.179	800.093	302.419
							1.327.691

* Contempla basicamente créditos de PIS e COFINS sobre a depreciação.

2011									
Natureza	Controladora				Consolidado				
	Custo da geração	Custo da transmissão	Despesas operacionais	Total	Custo da geração	Custo da transmissão	Despesas operacionais	Total	
Pessoal	-	184.825	131.998	316.823	-	185.541	137.833	323.374	
Material	-	6.712	3.043	9.755	-	6.767	3.374	10.141	
Serviço de terceiro	-	31.989	37.120	69.109	21	32.270	46.660	78.951	
Prov. cré. liquid. duvidosa	-	2.247	-	2.247	-	2.511	-	2.511	
Custo de construção transmissão	-	92.201	-	92.201	-	514.193	-	514.193	
Energia comprada para revenda	-	124.603	-	124.603	-	124.603	-	124.603	
Prov. (reversão) contratos onerosos	-	(14.020)	-	(14.020)	-	(14.020)	-	(14.020)	
Depreciação e amortização	-	-	2.542	2.542	-	-	2.557	2.557	
Taxa de fiscalização ANEEL	-	-	4.209	4.209	-	-	4.320	4.320	
EUST	-	-	-	-	-	-	-	-	
Prov. (Reversão) para contingências	-	-	(4.718)	(4.718)	-	-	(4.718)	(4.718)	
Aposen. especial / Passivo atuarial	-	-	14.321	14.321	-	-	14.321	14.321	
Participação nos lucros e resultados	-	-	33.470	33.470	-	-	33.470	33.470	
(-) Recuperação de despesas*	-	(3.152)	(28.440)	(31.592)	-	(3.560)	(28.440)	(32.000)	
Outras despesas	-	7.341	23.450	30.791	587	9.300	24.862	34.749	
Total	-	432.746	216.995	649.741	608	857.605	234.239	1.092.452	

* Contempla basicamente créditos de PIS e COFINS sobre a depreciação.

b) Distribuição por tipo de gasto

Pessoal	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Remunerações	98.990	93.468	105.816	97.450
Periculosidade	19.944	18.705	19.944	18.705
Hora extra	14.346	13.496	14.346	13.496
Provisão de 13º salário	12.592	11.926	13.017	12.073
Gratificação e provisão de férias	22.192	22.085	23.397	22.572
Encargos sociais	58.631	56.549	61.085	57.839
Ajudas de custo	1.911	3.051	2.164	3.057
Benefícios	43.008	42.790	43.836	43.429
Contribuições ELOS	17.170	15.482	17.170	15.482
Plano readequação do quadro de pessoal (PREQ)	26	8.977	26	8.977
Extensão licença maternidade Lei 11.770/08	93	113	93	113
Provisão Contrib. Patroc. s/ benefício da geração atual*	758	22.284	758	22.284
Custo do serviço prestado	7.276	8.150	7.276	8.150
Transferência para ordem em curso	(143)	(253)	(143)	(253)
Total	296.794	316.823	308.785	323.374

* Refere-se aos empregados que optaram pela migração do plano previdenciário BD para o plano previdenciário CD.

Material	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Combustível e lubrificantes para veículos	2.130	2.253	2.379	2.334
Peças e acessórios para veículos	954	1.105	954	1.113
Expediente, consumo, limpeza e reposição	4.105	3.708	4.633	3.939
Operação e manutenção do sistema elétrico	2.050	1.256	2.124	1.309
Lubrificantes para veículos	50	29	50	29
Pneus e camaras	147	114	147	114
Refeições e lanches	108	136	144	149
Combustível veículos locados em viagens	42	49	42	49
Material a ser requisitado aos estoques	1.075	1.398	1.075	1.398
Custo do serviço prestado	84	117	92	117
Transferência para ordem em curso	(421)	(410)	(419)	(410)
Total	10.324	9.755	11.221	10.141

13. Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
Serviço de terceiros	2012	2011	2012	2011
Auditoria externa	313	162	722	280
Frete e carretos	723	587	742	592
Vigilância	7.708	6.391	8.329	7.168
Limpeza, manut. cons. de edifícios e instalações em geral	6.303	6.336	7.546	6.387
Manut. e conservação de veículos	831	793	844	806
Manut. e conservação de instalações elétricas	1.087	958	733	1.214
Manut. e conservação de equipamentos - móveis e utensílios	437	409	425	421
Manut. e conservação de equipamentos - proc. eletr. de dados	114	346	135	350
Energia elétrica	2.970	2.868	3.017	2.893
Água e esgoto	172	214	178	220
Outros serviços de terceiros*	34.459	24.452	39.276	29.007
Taxi, ônibus e similares	1.743	1.662	2.123	1.699
Passagens aéreas	2.806	2.661	2.994	2.832
Comunicação	1.898	1.979	2.457	2.757
Hospedagem, refeições e lanches	5.875	5.901	6.767	6.358
Uso de condução própria	97	140	150	163
Gastos com processos judiciais	315	321	661	1.868
Publicidade Institucional	4.952	3.770	4.921	3.862
Publicidade de Utilidade Pública	259	657	272	703
Publicidade Legal (Compulsório)	1.699	1.913	1.889	1.947
Custo do serviço prestado	1.939	1.989	5.164	1.855
Outros serviços	3.073	4.771	6.489	5.740
Transferência para ordem em curso	(160)	(171)	175	(171)
Total	79.613	69.109	96.009	78.951

* Substancialmente são contabilizados gastos com serviço de recepção, serviços de portaria, serviços de manutenção diversos, postos de serviços, dentre outros.

	Controladora		Consolidado	
Outras despesas	2012	2011	2012	2011
IPVA	291	301	291	301
ICMS	3.310	1.585	3.310	1.585
ISS	51	–	51	–
IPTU	482	730	485	736
Taxas	370	567	1.104	946
Doações, contribuições e subvenções	16.391	14.644	16.566	14.860
Arrendamentos e aluguéis	2.931	2.420	4.411	3.171
Seguros	2.736	2.515	2.954	2.929
Jornais, revistas, livros técnicos e CD-ROM	167	163	163	168
Software	498	318	543	351
Baixa de Créditos Fiscais / Perdas*	7.651	79	7.651	79
Anuidades a conselhos de classe	3	40	13	40
Despesas com estagiários	780	847	780	847
Participantes assistidos	3.184	2.816	3.184	2.816
Benefícios a Aposentados	9	52	9	52
Royalties (CFURH)	1.013	–	1.013	–
EUSD	2.733	–	2.733	–
EUST	1.380		3.623	
Outras despesas	1.938	3.715	3.560	5.869
(-) Transferencia para ordem em curso	(3)	(1)	(3)	(1)
Total	45.915	30.791	52.441	34.749

* Substancialmente, refere-se ao valor baixado de créditos fiscais sem previsão de recuperabilidade.

c) Energia comprada para revenda*

	Controladora e Consolidado			
	2012		2011	
	Quantidade (MWh)	Valor (R\$ mil)	Quantidade (MWh)	Valor (R\$ mil)
Energia comprada para revenda	1.283.925,500	185.586	1.200.120,000	135.711

* Informações da quantidade comprada não revisadas pelos auditores independentes.

NOTA 42 – PIS/COFINS Sobre a Receita Financeira

Em 9 de novembro de 2005, em sessão plenária, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucional, em quatro recursos individuais, o parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98, o qual definiu como base de incidência das contribuições ao PIS e à COFINS a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica. O STF entendeu que a citada Lei, quando de sua edição, era incompatível com o texto constitucional então vigente, que previa a incidência das contribuições sociais apenas sobre o faturamento das pessoas jurídicas e não sobre a totalidade das suas receitas. Ocorre que as decisões do STF não foram proferidas em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN); portanto, beneficiando apenas e tão somente as partes envolvidas nos recursos mencionados. Em razão do exposto, a Companhia ajuizou

ação ordinária postulando a declaração de inexigibilidade do PIS e da COFINS relativo ao período de fevereiro de 1999 a julho de 2004, sendo julgado parcialmente procedente o pedido relativo aos recolhimentos efetuados, considerando prescritos os recolhimentos anteriores a 23 de fevereiro de 2011. Inconformada, a Companhia impetrou ação judicial garantindo a não prescrição dos valores recolhidos a maior que, em 31 de dezembro 2012, totalizavam aproximadamente R\$ 108,6 milhões.

Em dezembro de 2012, foi negado provimento à ação da Companhia, estando a área jurídica adotando as medidas cabíveis, com vistas ao ressarcimento e/ou compensação dos valores em questão. Por apresentar natureza de Ativo Contingente, os valores não estão refletidos nas demonstrações financeiras em virtude da ausência de decisão favorável definitiva.

NOTA 43 – Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
a) Receitas financeiras				
Renda sobre aplicações financeiras	28.693	29.762	41.071	43.850
Créditos de energia renegociados - Juros	71.565	80.281	71.565	80.281
Créditos de energia renegociados - Variação M.	43.907	32.945	43.907	32.945
Créditos indenizatórios concessão - Variação M.	16.615	–	16.615	–
Juros	786	687	1.073	1.072
Multas	3.351	757	3.351	757
Variação Monetária sobre Depósitos Judiciais	2.323	2.042	2.323	2.043
Ajuste a valor presente de tributos/UBP	11.393	1.582	11.393	1.582
Atualização Títulos CFT-Eletronet/Eletronbras*	26.078	–	26.078	–
Diversas	4.925	(910)	8.467	399
Subtotal	209.636	147.146	225.843	162.929
b) Despesas financeiras				
Encargos de dívidas (financiamentos)	93.415	77.395	163.774	109.468
Variação monetária (financiamentos)	35.835	37.915	41.244	40.349
Encargos sobre tributos e contribuições sociais	5.676	7.379	5.740	10.356
Multas diversas	1.036	542	1.321	661
Juros diversos	2.618	2.007	3.982	2.141
Despesas bancárias	151	106	346	165
Imposto sobre operações financeiras (IOF)	2.302	3.920	2.483	4.225
Variação Monetária - Contingências/ELOS	5.311	3.830	5.311	3.830
Atualização pela SELIC dos dividendos	8.298	8.971	8.298	8.971
Atualização pela SELIC do AFAC Eletronbras	178.231	114.389	178.231	114.389
Atualização pela SELIC do PREQ	2.272	2.833	2.272	2.833
Ajuste a valor presente de tributos/UBP	10.762	9.914	10.762	9.914
Atualização Títulos CFT-Eletronet/Eletronbras*	26.078	–	26.078	–
Variação Monetária - Outras	1.354	191	3.752	323
Subtotal	373.339	269.392	453.594	307.625
Resultado Financeiro	(163.703)	(122.246)	(227.751)	(144.696)

* Basicamente, ao registro contábil da atualização ativa e passiva dos títulos da Eletronet ora resgatados (R\$ 48.916 mil), decorrente do vencimento dos ativos CFT que estavam cedidos em comodato pela Eletronbras, ofertados como garantia no processo judicial da Operação Eletronet. Pelo resgate, os títulos foram registrados no ativo na rubrica “Cauções e depósitos vinculados” e no passivo não circulante na rubrica “Outros passivos”. O valor atualizado dos títulos será convertido em empréstimo financeiro junto à Eletronbras.

NOTA 44 – Outras Receitas e Despesas, Líquido

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Ganhos/perdas na desativação de bens e direitos	(4.629)	(716)	(4.629)	(755)
Ganhos/perdas na alienação de bens e direitos	423	403	423	403
Mensuração de ganhos com participação societária	–	74.166	–	74.166
Amortização do ágio	(8.937)	(20.505)	(8.937)	(20.505)
Provisão (reversão) para perdas	(887)	–	(887)	–
Outras despesas	(54)	(2.707)	(1.137)	(2.894)
Outras receitas	–	–	828	234
Total	(14.084)	50.641	(14.339)	50.649

O montante de R\$ 74.166 mil constante na rubrica “Mensuração de ganhos com participação societária” em 2011 refere-se ao resultado apurado em 11.08.2011, relativo à

participação anterior detida na Artemis (49%) e na Uirapuru (49%), nos valores respectivos de R\$ 63.012 mil e R\$ 11.154 mil.

NOTA 45 – Efeitos Tributários no Resultado

	Controladora			
	2012			
	Imp. Renda	Contr. Social		
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	(240.213)	(240.213)	115.659	115.659
Adições	40.890	40.890	54.376	54.376
Exclusões	(697.394)	(694.512)	(130.707)	(127.825)
Lucro (prejuízo) real/base da contribuição social	(896.717)	(893.835)	39.328	42.210
Alíquotas dos tributos	15%+10%	9%	15%+10%	9%
Imposto de renda e contribuição social	(224.203)	(80.445)	9.808	3.799
Incentivo fiscal*	(1.398)	–	(1.320)	–
Imposto de renda e contribuição social do período	(225.601)	(80.445)	8.488	3.799
Imposto de renda e contribuição social correntes	52.373	19.625	16.740	6.770
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(277.974)	(100.070)	(8.252)	(2.971)
Imposto de renda e contribuição social do período	(225.601)	(80.445)	8.488	3.799

* Lei Rouanet, Lei do Esporte e FIA.

As adições e exclusões na base do Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se às adições e exclusões permanentes, tais como

patrocínios e doações, equivalência patrimonial e amortização de ágio.

	Consolidado			
	2012		2011	
Controladas	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
RS Energia*	1.789	796	3.022	1.095
ESBR	(1.388)	(498)	(1.372)	(494)
Artemis	10.502	3.830	4.718	1.733
Etau*	241	119	322	155
Norte Brasil	1.454	523	341	205
Porto Velho*	(1.270)	(453)	1.764	635
Uirapuru*	587	305	379	188
Cerro Chato I	(110)	(32)	–	–
Cerro Chato II	(225)	(73)	–	–
Cerro Chato III	(318)	(108)	814	299
Integração	6.305	2.270	1.164	422
Costa Oeste	2	1	–	–
Controladora	(225.601)	(80.445)	8.488	3.799
Totais	(208.032)	(73.765)	19.640	8.037
Imposto de renda e contribuição social correntes	71.219	26.621	25.975	10.224
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(279.251)	(100.386)	(6.335)	(2.187)
Totais	(208.032)	(73.765)	19.640	8.037

*Tributação pelo Lucro Presumido

NOTA 46 – Seguros

Riscos	Vigência		Importância Segurada	Prêmio
	Início	Final		
Seguro de riscos nomeados (i)	27/02/2012	27/02/2013	1.819.900	2.289
Seguro de riscos operacionais (ii)	07/09/2012	07/09/2013	235.606	319
Seguro de transporte internacional	11/06/2012	11/06/2013	30.000	48
Seguro de transporte nacional	18/03/2012	18/03/2013	113.125	110

i) Seguro de riscos nomeados

Na apólice contratada foram destacadas as instalações das subestações e instalações em geral, exceto as instalações das linhas de transmissão, nomeando os equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui

cobertura securitária básica, tais como: incêndio, queda de raios, explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos.

ii) Seguro de riscos operacionais

Refere-se ao seguro de risco operacional da Usina Passo São João.

NOTA 47 – Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos

a) Instrumentos Financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores e financiamentos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata

ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores há três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, estão descritos a seguir:

		Consolidado		Consolidado	
Ativos financeiros	Nota	2012	2011	2012	2011
a.1) Mensurados ao custo amortizado					
Recebíveis					
Clientes	6	141.835	107.185	169.037	127.475
Ativo financeiro - concessão de serviço público	7	986.210	2.519.593	2.730.058	3.770.653
Créditos indenizatórios	8	2.025.283	–	2.025.283	–
Créditos de energia renegociados	9	578.654	607.391	578.654	607.391
Cauções e depósitos vinculados	5	101.070	31.533	119.660	73.222
Mantidos até o vencimento					
Títulos e valores mobiliários	4	139	136	139	136
a.2) Mensurados ao valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa	4	87.454	257.339	612.806	624.187
		3.920.645	3.523.177	6.235.637	5.203.064
Passivos financeiros					
a.3) Mensurados ao custo amortizado					
Fornecedores	20	70.540	109.546	210.590	325.022
Financiamentos e empréstimos	21	2.032.933	1.841.490	5.046.072	3.905.836
Dividendos a pagar	45	15.636	24.552	16.272	24.552
		2.119.109	1.975.588	5.272.934	4.255.410

b) Gestão De Riscos

b.1) Risco com taxa de câmbio

A Companhia possui um contrato de financiamento em moeda estrangeira (euro) obtido junto à Eletrobras por meio de repasse

do banco KfW para realizar investimentos no complexo de PCHs São Bernardo. Sobre estas operações não foram contratadas operações de *hedge* (proteção).

	Controladora			
	2012		2011	
Passivo	Moeda Estrangeira	Reais	Moeda Estrangeira	Reais
Empréstimos em Euro	13.293	35.831	13.293	32.359
Exposição Líquida	13.293	35.831	13.293	32.359

b.2) Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxa de juros cause um aumento

na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
IPCA	786.187	777.538	786.187	777.538
TJLP	947.913	856.744	3.926.636	2.707.660
SELIC	106.107	–	106.107	–
Cesta de moedas	35.832	32.359	57.630	51.172
Taxa CDI	–	–	12.618	–
Outros	156.894	174.849	156.894	369.466
Total	2.032.933	1.841.490	5.046.072	3.905.836

b.3) Risco de crédito

Salvo pelas contas clientes, cauções e depósitos vinculados, o ativo financeiro de transmissão, os créditos de energia renegociados e os créditos indenizatórios, a Companhia não possui outros saldos significativos a receber de terceiros contabilizados neste exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

O poder concedente delegou a geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; deste modo, o risco de crédito é baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários de transmissão de alguns valores específicos: (i) a RAP de todas as transmissoras; (II) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios.

b.4) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

13. Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas

Eventual excesso de caixa gerado pelas operações da Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Destes valores apresentados, estão excluídos os financiamentos concedidos pela controladora Eletrobras.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento,

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

	Controladora			
	< 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	> 5 anos
Em 31 de dezembro de 2012				
Financiamentos e empréstimos	142.599	135.869	374.375	749.297
Fornecedores	70.540	–	–	–
Concessões a pagar – UBP	1.776	1.883	6.231	92.977
Em 31 de dezembro de 2011				
Financiamentos e empréstimos	139.209	129.747	344.245	713.777
Fornecedores	109.546	–	–	–
Concessões a pagar – UBP	1.427	1.502	4.925	76.710

	Consolidado			
	< 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	> 5 anos
Em 31 de dezembro de 2012				
Financiamentos e empréstimos	471.552	572.853	1.559.575	3.467.303
Fornecedores	210.590	–	–	–
Concessões a pagar – UBP	1.776	3.901	17.291	248.387
Em 31 de dezembro de 2011				
Financiamentos e empréstimos	534.406	296.727	1.145.853	2.925.638
Fornecedores	325.022	–	–	–
Concessões a pagar – UBP	1.427	3.472	14.246	296.508

b.5) Riscos trabalhistas

São constituídas provisões para as contingências de demandas judiciais de riscos trabalhistas reconhecidas pela empresa, que representam o universo de perdas prováveis, cujos pedidos judiciais se constituem em pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e verbas devidas em

razão da responsabilidade subsidiária, que são quantificadas ao valor presente quando da efetiva liquidação desta obrigação.

O provisionamento contábil destas demandas está seguindo as orientações do Pronunciamento Técnico CPC 25 e os impactos para a Companhia estão apresentados na nota 25.

b.6) Riscos ambientais

As ações de caráter socioambiental constituídas para provisões de contingências de riscos ambientais nas unidades de negócio da empresa asseguram o compromisso da obtenção de emissões de Licenças Ambientais, bem como autorização para corte de vegetação, com o respaldo do Ministério público, que fiscaliza a edificação desses investimentos.

c) Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2012	2011	2012	2011
Total dos financiamentos e empréstimos	21	2.032.933	1.841.490	5.046.072	3.905.836
(-) Caixa e equivalentes de caixa	4	(87.454)	(257.339)	(612.806)	(624.187)
(=) Dívida líquida		1.945.479	1.584.151	4.433.266	3.281.649
Total do patrimônio líquido	31	4.659.777	2.631.278	4.659.777	2.631.278
AFAC's	13	554.930	1.810.793	554.930	1.810.793
Total dos investimentos em SPE's		—	—	2.575.836	1.713.062
(=) Total do capital		7.160.186	6.026.222	12.223.809	9.436.782
Índice de alavancagem financeira		27%	26%	36%	35%

d) Estimativa de Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber e contas a pagar pelo valor contábil menos a perda *impairment* estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, como derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos da Companhia pelo valor justo em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011. A Companhia não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

13. Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas

31 de dezembro de 2012		Consolidado			
Ativos	Nota	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Aplicações financeiras	4	–	512.676	–	512.676
Cauções e depósitos vinculados	5	–	119.660	–	119.660
Títulos e valores mobiliários	4	–	139	–	139
Total do Ativo		–	632.475	–	632.475

31 de dezembro de 2012		Consolidado			
Ativos	Nota	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Aplicações financeiras	4	–	524.294	–	524.294
Cauções e depósitos vinculados	5	–	73.222	–	73.222
Títulos e valores mobiliários	4	–	136	–	136
Total do Ativo		–	597.652	–	597.652

31 de dezembro de 2012		Controladora			
Ativos	Nota	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Aplicações financeiras	4	–	69.261	–	69.261
Cauções e depósitos vinculados	5	–	101.070	–	101.070
Títulos e valores mobiliários	4	–	139	–	139
Total do Ativo		–	170.470	–	170.470

31 de dezembro de 2012		Controladora			
Ativos	Nota	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Aplicações financeiras	4	–	246.391	–	246.391
Cauções e depósitos vinculados	5	–	31.533	–	31.533
Títulos e valores mobiliários	4	–	136	–	136
Total do Ativo		–	278.060	–	278.060

e) ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

e.1) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos. As sociedades de propósitos específicos (SPE) controladas em conjunto, Energia Sustentável do Brasil S/A, controlada pela ESBR Participações S/A e a Norte Brasil Transmissora de Energia S/A, possuem operações de *hedge accounting*.

Os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Norte Brasil, chamados *hedge*, têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e variação do preço do alumínio no mercado internacional, que tem peso significativo no plano de investimentos. O referido *hedge* foi liquidado em 2012.

Os instrumentos financeiros derivativos contratados pela ESBR Participações têm o intuito de reduzir a exposição cambial de determinadas parcelas do contrato de fornecimento de turbinas para a UHE Jirau com as empresas *Dong Fang* e *Hyosung*. Essas operações visam reduzir a exposição cambial e as alterações bruscas em preços de *commodities*.

As empresas controladas não possuem instrumentos financeiros com fins especulativos.

Os referidos valores foram reconhecidos não líquidos de impostos por reflexo como ajuste de avaliação patrimonial no grupo investimentos, tendo como contrapartida o patrimônio líquido.

e.2) Saldos de hedge accounting reconhecidos por reflexo no Patrimônio Líquido:

	Consolidado	
	2012	2011
Norte Brasil	–	(8.536)
ESBR	466	698
	466	(7.838)

e.3) Efeito dos derivativos no Balanço Patrimonial:

Efeitos dos derivativos no Balanço Patrimonial

Consolidado						
ATIVO	2012			2011		
Derivativos designados como hedge	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Risco de câmbio e taxa de juros						
SPE: ESBR Participações S/A						
Contrato 1: Banco do Brasil	2.633	–	2.633	5.631	–	5.631
Contrato 2: Banco Itaú	–	–	–	19.652	–	19.652
SPE: Norte Brasil Transmissora						
Contrato 1: Citibank LME	–	–	–	2.751	–	2.751
Total	2.633	–	2.633	28.034	–	28.034

Consolidado						
PASSIVO	2012			2011		
Derivativos designados como hedge	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
SPE: Norte Brasil Transmissora						
Contrato 1: Societe Generale NDF	–	–	–	6.520	–	6.520
Contrato 2: Berclays NDF	–	–	–	3.663	–	3.663
Total	–	–	–	10.183	–	10.183

e.4) Mutação dos derivativos:

Consolidado		
Derivativos designados como hedge	2012	2011
Saldo Inicial	7.838	10.469
Variação cambial sobre principal	(1.793)	(2.098)
Transferência do ajuste de avaliação patrimonial para o ativo imobilizado	2.025	(1.156)
Transferência para ajuste de avaliação patrimonial (parte coberta pelo hedge)	–	1.975
Imposto de Renda Diferido	–	(1.352)
Descontinuidade de hedge accounting	(8.536)	–
Saldo Final	(466)	7.838

e.5) Análise de sensibilidade moeda estrangeira

Depreciação dos índices		Consolidado				
		31.12.2012				
Contrato	Valor Justo dos Derivativos em 31.12.2012	Índice em 31.12.2012	Cenário I (-25%) Índice	Cenário II (-50%) Índice	Cenário I (-25%) Valor	Cenário II (-50%) Valor
ATIVO						
SPE: ESBR Participações						
Risco de câmbio e taxa de juros						
Contrato 1: Banco do Brasil	2.633	2,0435	1,53263	1,02175	1.975	1.317
Total	2.633				1.975	1.317

Apreciação dos índices		Consolidado				
		31.12.2012				
Contrato	Valor Justo dos Derivativos em 31.12.2012	Índice em 31.12.2012	Cenário I (+25%) Índice	Cenário II (+50%) Índice	Cenário I (+25%) Valor	Cenário II (+50%) Valor
ATIVO						
SPE: ESBR Participações						
Risco de câmbio e taxa de juros						
Contrato 1: Banco do Brasil	2.633	2,0435	2,55438	3,06525	3.291	3.950
Total	2.633				3.291	3.950

Depreciação dos índices		Consolidado				
		31.12.2011				
Contrato	Valor Justo dos Derivativos em 31.12.2011	Índice em 31.12.2011	Cenário I (-25%) Índice	Cenário II (-50%) Índice	Cenário I (-25%) Valor	Cenário II (-50%) Valor
ATIVO						
SPE: ESBR Participações						
Risco de câmbio e taxa de juros						
Contrato 1: Banco do Brasil	5.631	1,8758	1,40685	0,93790	4.223	2.816
Contrato 2: Banco Itaú	19.652	1,8758	1,40685	0,93790	14.739	9.826
SPE: Norte Brasil						
Risco de câmbio e taxa de juros						
Contrato 1: Cityibank LME	2.751	1,8758	1,40685	0,93790	2.063	1.376
Total	28.034				21.025	14.018
PASSIVO						
SPE: Norte Brasil						
Risco de câmbio e taxa de juros						
Contrato 1: Societe Generale NDF	6.520	1,8758	1,40685	0,93790	4.890	3.260
Contrato 2: Barclays NDF	3.663	1,8758	1,40685	0,93790	2.747	1.832
Total	10.183				7.637	5.092

Apreciação dos índices				Consolidado			
				31.12.2011			
Contrato	Valor Justo dos Derivativos em 31.12.2011	Índice em 31.12.2011	Cenário I (+25%) Índice	Cenário II (+50%) Índice	Cenário I (+25%) Valor	Cenário II (+50%) Valor	
ATIVO							
SPE: ESRB Participações							
Risco de câmbio e taxa de juros							
Contrato 1: Banco do Brasil	5.631	1,8758	2,34475	2,81370	7.039	8.447	
Contrato 2: Banco Itaú	19.652	1,8758	2,34475	2,81370	24.565	29.478	
SPE: Norte Brasil							
Risco de câmbio e taxa de juros							
Contrato 1: Cityibank LME	2.751	1,8758	2,34475	2,81370	3.439	4.127	
Total	28.034				35.043	42.052	
PASSIVO							
SPE: Norte Brasil							
Risco de câmbio e taxa de juros							
Contrato 1: Societe Generale NDF	6.520	1,8758	2,34475	2,81370	8.150	9.780	
Contrato 2: Barclays NDF	3.663	1,8758	2,34475	2,81370	4.579	5.495	
Total	10.183				12.729	15.275	

e.6) análise de sensibilidade da taxa de juros

Depreciação dos índices		Controladora			
		31.12.2012			
Moeda (Risco)	Saldo	Indexador Provável 2013	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%) Cenário II (-50%)
PASSIVO					
Financiamentos e empréstimos					
IPCA	786.187	5,65%	4,24%	2,83%	752.853 763.938
TJLP	947.913	5,00%	3,75%	2,50%	912.366 924.215
SELIC	106.107	7,25%	5,44%	3,63%	100.335 102.255
Total	1.840.207				1.765.554 1.790.408

Apreciação dos índices		Controladora			
		31.12.2012			
Moeda (Risco)	Saldo	Indexador Provável 2013	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%) Cenário II (+50%)
PASSIVO					
Financiamentos e empréstimos					
IPCA	786.187	5,65%	7,06%	8,48%	730.682 719.518
TJLP	947.913	5,00%	6,25%	7,50%	888.668 876.820
SELIC	106.107	7,25%	9,06%	10,88%	96.494 94.563
Total	1.840.207				1.715.844 1.690.900

Depreciação dos índices		Consolidado			
		31.12.2012			
Moeda (Risco)	Saldo	Indexador Provável 2013	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário II (-50%)
PASSIVO					
Financiamentos e empréstimos					
IPCA	786.187	5,65%	4,24%	2,83%	763.938
TJLP	3.926.636	5,00%	3,75%	2,50%	3.828.470
SELIC	106.107	7,25%	5,44%	3,63%	102.255
CDI	12.618	7,25%	5,44%	3,63%	12.160
Total	4.831.548			4.644.506	4.706.823

Apreciação dos índices		Consolidado			
		31.12.2012			
Moeda (Risco)	Saldo	Indexador Provável 2013	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário II (+50%)
PASSIVO					
Financiamentos e empréstimos					
IPCA	786.187	5,65%	7,06%	8,48%	719.518
TJLP	3.926.636	5,00%	6,25%	7,50%	3.632.138
SELIC	106.107	7,25%	9,06%	10,88%	94.563
CDI	12.618	7,25%	9,06%	10,88%	11.245
Total	4.831.548			4.519.872	4.457.464

NOTA 48 – Bens e Direitos da União

A Companhia mantém, em registros auxiliares, o montante de R\$ 5.199 mil a título de Bens da União sob Administração (BUSA), relativo aparte da subestação – SE Alegrete, Linha de Transmissão de 138 kV Jupiá/Mimoso I, Linha de Transmissão de 138 kV Mimoso/Campo Grande I, Linha de Transmissão de 230 kV Assis/Londrina, Linha de Transmissão de

230 kV Londrina/Apucarana e um terreno situado no município de Capivari de Baixo.

NOTA 49 – Gastos Ambientais*

Durante o exercício, a Companhia realizou os seguintes investimentos e gastos ambientais, reconhecidos no imobilizado e no resultado do exercício, conforme a seguir demonstrado:

	Controladora			
	2012		2011	
	Investimento	Resultado	Investimento	Resultado
Investimentos ambientais	17.658	–	5.860	–
Gastos ambientais	–	3.276	–	4.107
Total	17.658	3.276	5.860	4.107

Os investimentos e gastos ambientais, no montante de R\$ 20.934 mil em 2012 (R\$ 9.967 mil em 2011), referem-se a programas de recuperação de áreas degradadas e à preservação da biodiversidade, além de programas de educação ambiental e outros projetos ambientais, e estão relacionados à construção dos empreendimentos de geração: UHE Passo São João, UHE São Domingos, UHE Mauá, PCH João Borges e PCH Barra do Rio Chapéu, bem como à manutenção das linhas de transmissão.

* Informações não auditadas pelos auditores independentes.

NOTA 50 – Leilões de Geração e Transmissão

Por meio de leilão de energia da ANEEL, proveniente de novos empreendimentos, que segue as regras estabelecidas pela Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004,

a Companhia conquistou, em 2012, o leilão 005/2012 para a construção, operação e manutenção da linha de Transmissão 525 kV Nova Santa Rita – Povo Novo – Marmeleiro – Santa Vitória do Palmar em circuito simples; SE 525/230 kV Povo Novo de 672 MVA; SE 525 kV Marmeleiro; SE 525/138 kV Santa Vitória do Palmar de 75 MVA; e Seccionamento da LT 230 kV Camaquã 3 – Quinta na SE Povo Novo em circuito duplo, todos localizados no estado do Rio Grande do Sul. O empreendimento tem custo previsto de R\$ 710,0 milhões e Receita Anual Permitida de R\$ 77,4 milhões. Para implantar o empreendimento foi constituída a SPE Transmissora Sul Litorânea de Energia S/A, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, tendo como acionistas a Eletrosul com 51% e a Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul S/A (CEEE) com 49%.

NOTA 51 – Eventos Após a Data do Balanço

Aportes de capital nas Sociedades Investidas

Data	SPE	Evento	Valor
14/01/2013	Livramento	AFAC	13.905
15/01/2013	Marumbi	AFAC	71
15/01/2013	Costa Oeste	AFAC	589
15/01/2013	Santa Vitória	Aporte	21.241
15/01/2013	Chuí	Aporte	22.565
25/01/2013	ESBR	Aporte	30.000
31/01/2013	TSLE	AFAC	6.120
15/02/2013	ESBR	Aporte	58.000
15/02/2013	Santa Vitória	Aporte	54
15/02/2013	Chuí	Aporte	7.431
15/02/2013	Costa Oeste	AFAC	648
15/02/2013	Marumbi	AFAC	295
26/02/2013	TSBE	AFAC	30.756
27/02/2013	Costa Oeste	AFAC	192
05/03/2013	Costa Oeste	AFAC	1.246
05/03/2013	Marumbi	AFAC	1.023
08/03/2013	PVTE	AFAC	15.000
Total			209.136

Recebimento de créditos indenizatórios – Lei 12.783/2013

Em 18 de janeiro de 2013 foi creditado o pagamento equivalente a 50% do montante da indenização dos ativos de concessão prevista na MP 579 (Lei 12.783/13), conforme opção assinada em 4 de dezembro de 2012 no valor de R\$ 1.014.994 mil e o pagamento da primeira parcela do total de 31 no montante de R\$ 45.368 mil, relativo a opção de recebimento parcelado.

Em 15 de fevereiro de 2013 foi creditado o pagamento da segunda parcela do total de 31 no montante de R\$ 45.443 mil, relativo ao parcelamento dos créditos indenizatórios da Lei 12.783/2013.

Em 15 de março de 2013 foi creditado o

pagamento da terceira parcela do total de 31 no montante de R\$ 42.557 mil, relativo ao parcelamento dos créditos indenizatórios da Lei 12.783/2013.

Usina Hidrelétrica Mauá

Em 4 de janeiro de 2013 entrou em operação comercial a 4ª unidade geradora e em 30 de janeiro de 2013 a 5ª e última unidade geradora deu início às operações comerciais.

Pequena Central Hidrelétrica Barra do Rio Chapéu

Conforme Despacho nº 380 da ANEEL, a partir do dia 19 de fevereiro de 2013, foi autorizado o início da operação comercial, estando a energia produzida por suas unidades geradoras disponível no sistema.

13. Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas

Incorporação da Artemis Transmissora de Energia S/A

Em 11 de janeiro de 2013, a Assembleia Geral Extraordinária da Eletrosul aprovou o processo de incorporação da subsidiária

integral Artemis Transmissora de Energia S/A, sem aumento de capital.

A incorporação do acervo líquido da Artemis está apresentada a seguir:

ARTEMIS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. BALANÇO PATRIMONIAL EM 11 DE JANEIRO DE 2013

ATIVO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
CIRCULANTE	39.436	CIRCULANTE	47.194
Caixa e equivalentes de caixa	22.884	Empréstimos e financiamentos	14.908
Concessionárias e permissionárias	8.152	Fornecedores	538
Outros créditos a receber	204	Impostos a recolher	12.289
Ativo financeiro amortizável pela RAP	8.196	Dividendos a pagar	15.649
		Taxas regulamentares	2.868
		Outras provisões e contas a pagar	942
NÃO CIRCULANTE	247.080	NÃO CIRCULANTE	70.047
Fundos vinculados	7.815	Empréstimos e financiamentos	67.623
Impostos diferidos	2.310	Impostos diferidos	2.424
Ativo financeiro amortizável pela RAP	169.939		
Ativo financeiro indenizável	67.016		
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	169.275
		Capital social	139.734
		Reservas legal	6.143
		Reserva de retenção de lucros	22.417
		Lucros acumulados	981
TOTAL DO ATIVO	286.516	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	286.516

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Valter Luiz Cardeal de Souza
Presidente

Eurides Luiz Mescolotto
Conselheiro

Cláudia Hofmeister
Conselheira

Willian Rimet Muniz
Conselheiro

Dinovaldo Gilioli
Conselheiro

Celso Knijnik
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Eurides Luiz Mescolotto
Diretor Presidente

Antonio Waldir Vituri
Diretor Financeiro e
Diretor Administrativo

Ronaldo dos Santos Custódio
Diretor de Engenharia e
Diretor de Operação

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Sandro Rodrigues da Silva
Gerente do Departamento de Contabilidade
Contador CRC-SC 15360/O-9

Florianópolis, 21 de março de 2013.



Índice GRI

INDICADOR		PÁGINA / COMENTÁRIOS
PERFIL		
1	Estratégia e Análise	
1.1	Declaração da Presidência	
1.2	Principais impactos, riscos e oportunidades	
2	Perfil Organizacional	
2.1	Nome da organização	
2.2	Principais marcas, produtos e/ou serviços	
2.3	Estrutura operacional	
2.4	Localização da sede da organização	
2.5	Atuação geográfica	
2.6	Natureza jurídica da propriedade	
2.7	Mercados atendidos	
2.8	Porte da organização	
2.9	Principais mudanças no ano	
2.10	Prêmios	
3	Parâmetros para o relatório	
	Perfil do Relatório	
3.1	Período coberto pelo relatório	
3.2	Data do relatório anterior	
3.3	Periodicidade	
3.4	Dados para contato	
	Escopo e Limite do Relatório	
3.5	Definição do conteúdo	
3.6	Limite do relatório	
3.7	Limitações quanto ao escopo ou ao limite do relatório	
3.8	Base para a elaboração do relatório	

3.9	Técnicas de medição de dados e bases de cálculos	Os métodos de cálculo estão descritos ao longo do relatório, sempre que necessário para apoiar algum dado.
3.10	Consequências de reformulações de informações	Não houveram reformulações durante o ano relatado neste relatório.
3.11	Mudanças significativas	
	Sumário de Conteúdo da GRI	
3.12	Sumário GRI	
	Verificação	
3.13	Verificação Externa	
4	Governança, compromissos e engajamento	
	Governança	
4.1	Estrutura de governança	
4.2	Indicação caso o presidente do mais alto órgão de governança também seja um diretor executivo	www.eletrosul.gov.br/home/conteudo.php?cd=165
4.3	Declaração do número de membros independentes ou não executivos no mais alto órgão de governança	www.eletrosul.gov.br/home/conteudo.php?cd=165
4.4	Mecanismos para que acionistas e empregados façam recomendações ao mais alto órgão de governança	
4.5	Relação entre remuneração para membros do mais alto órgão de governança, diretoria executiva e demais executivos (incluindo acordos rescisórios) e o desempenho da organização (incluindo desempenho social e ambiental)	
4.6	Processos em vigor no mais alto órgão de governança para assegurar que conflitos de interesse sejam evitados	
4.7	Processo para determinação das qualificações e conhecimento dos membros do mais alto órgão de governança para definir estratégias da organização para questões relacionadas e temas econômicos, ambientais e sociais	

4.8	Missão, valores, códigos de conduta e princípios internos relevantes para o desempenho econômico, ambiental e social	
	Compromissos com iniciativas externas	
4.11	Princípio de precaução	
4.12	Cartas, princípios e iniciativas	
4.13	Participação em associações	
	Engajamento dos stakeholders	
4.14	Relação de grupos de stakeholders engajados pela organização	
4.15	Base para a identificação e seleção de stakeholders com os quais se engajar	
4.16	Engajamento dos stakeholders	
4.17	Principais temas e preocupações dos stakeholders	
5	Forma de Gestão e Indicadores de Desempenho	
	Desempenho Econômico	
EC1	Valor econômico gerado e distribuído	
EC2	Mudanças climáticas	
EC3	Plano de pensão	
EC5	Proporção entre o salário mais baixo da organização e o salário mínimo local	
EC6	Políticas, práticas e proporção de gastos em fornecedores locais	
EC7	Contratação local	As contratações são realizadas via concurso público conforme legislação nacional vigente, incompatível com qualquer forma de direcionamento na seleção, o que impossibilita a preferência na contratação de profissionais das regiões onde a empresa atua.
EC8	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infra-estrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie ou atividades pro bono	

EC9	Impactos econômicos indiretos	
	Desempenho Ambiental	
EN1	Materiais usados	
EN2	Materiais usados provenientes de reciclagem	
EN3	Consumo de energia direta discriminada por fonte de energia primária	
EN4	Energia indireta	
EN5	Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência	
EN6	Produtos e serviços com baixo consumo de energia	
EN7	Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta	
EN8	Total de retirada de água por fonte	
EN9	Fontes hídricas significativas afetadas por retirada de água	
EN10	Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada	
EN11	Localização dentro de áreas protegidas ou de alto índice de biodiversidade	
EN12	Impactos na biodiversidade	
EN13	Habitats protegidos ou restaurados	
EN14	Gestão de impactos na biodiversidade	
EN15	Lista Vermelha da IUCN	
EN16	Emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa	
EN17	Outras emissões indiretas de gases de efeito estufa	
EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa	
EN19	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio	
EN21	Descarte total de água, por qualidade e destinação	Não se aplica.

EN22	Peso total de resíduos	
EN23	Derramamentos significativos	
EN24	Resíduos perigosos transportados	
EN25	Indentificação, tamanho, status de proteção e índice de biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descartes de água e drenagem realizada pela organização relatora	Não se aplica.
EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços	
EN27	Percentual de produtos e suas embalagens recuperadas em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto	Não se aplica.
EN28	Valor de multas e sanções resultantes da não conformidade com leis	
EN29	Impactos ambientais significativos do transporte	
EN30	Investimentos e gastos em proteção ambiental	
	Desempenho Social	
	Práticas Trabalhistas	
LA1	Total de trabalhadores	
LA2	Número total e taxa de contratações e rotatividade de empregados	
LA3	Benefícios	
LA4	Negociação coletiva	
LA5	Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais	
LA6	Percentual dos empregados representados em comitês de segurança e saúde	
LA7	Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos	

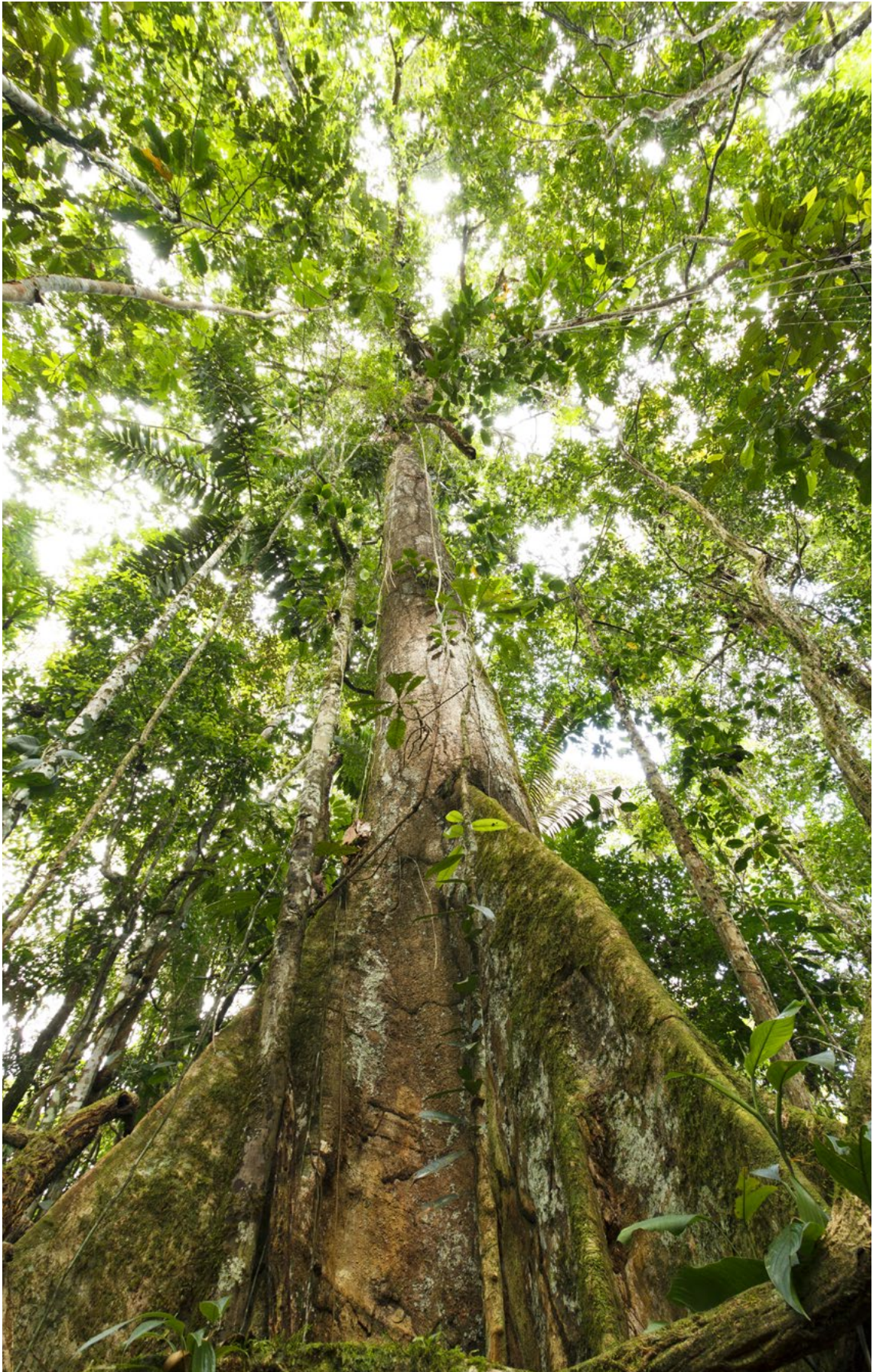
LA8	Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção relacionados a doenças graves
LA9	Segurança e saúde em acordos com sindicatos
LA10	Horas de treinamento
LA11	Gestão de competências e aprendizagem contínua
LA12	Análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira
LA13	Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e de minorias
LA14	Proporção de salário-base e remuneração de mulheres para homens
LA15	Retorno ao trabalho e taxas de retenção após licença-maternidade/paternidade
	Direitos Humanos
HR1	Investimentos e contratos que incluam cláusulas sobre direitos humanos
HR2	Fornecedores avaliados e as medidas tomadas
HR3	Total de horas de treinamento para empregados em políticas e procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações, incluindo o percentual de empregados que recebeu o treinamento
HR4	Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas
HR5	Operações e fornecedores com risco à liberdade de associação e a negociação
HR9	Violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas
HR11	Número de queixas relacionadas com os direitos humanos arquivados, tratadas e resolvidas através de mecanismos de reclamação formais
	Responsabilidade sobre o produto

PR1	Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos.	Não se aplica.
PR3	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a tais exigências.	Não se aplica.
PR4	Número total de casos de não-conformidade de regulamentos e códigos voluntários relacionados a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado.	Não se aplica.
PR5	Práticas relacionadas à satisfação do cliente	
PR6	Programas de adesão a leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing	
PR7	Não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing	
PR8	Número total de reclamações comprovadas relativas a violação de privacidade e perda de dados de cliente.	Não se aplica.
PR9	Multas relacionadas ao fornecimento e uso de produtos e serviços	
	Sociedade	
SO1	Operações com engajamento da comunidade local, avaliações de impactos e programas de desenvolvimento	
SO2	Avaliações de riscos relacionados a corrupção	
SO3	Empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização	
SO4	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção	
SO5	Posição quanto a políticas públicas e participações na elaboração de políticas públicas e lobbies	

SO6	Contribuições a partidos políticos	Por serem de capital misto, as empresas Eletrobras são legalmente impedidas de fazer contribuições financeiras a partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas.
SO7	Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio	Não há ações judiciais abertas contra a empresa.
SO9	Operações com impacto negativo sobre as comunidades locais	
SO10	Medidas de prevenção e mitigação implementadas nas operações com impactos negativos sobre comunidades locais	
	Setoriais – Energia	
EU1	Capacidade instalada	
EU2	Energia enviada para a rede, detalhada por fonte privada de energia e regime regulatório	Não se aplica.
EU3	Número de unidades consumidoras residenciais, industriais, institucionais e comerciais	Não se aplica.
EU4	Comprimento de Linhas de Transmissão e distribuição aéreas e subterrâneas	
EU5	Alocação de permissões de emissões de equivalentes de CO2, discriminadas por estrutura do mercado de créditos de carbono.	
EU6	Forma de gestão para assegurar a disponibilidade e confiabilidade do fornecimento de eletricidade no curto e longo prazo	
EU7	Programas de gerenciamento pelo lado da demanda, incluindo programas residencial, comercial, institucional e industrial	Não se aplica.
EU8	Atividades e despesas referentes a pesquisa e desenvolvimento visando à confiabilidade do fornecimento de eletricidade e à promoção do desenvolvimento sustentável	
EU10	Capacidade planejada contra a demanda de energia projetada a longo prazo, discriminada por fonte de energia e regime regulatório	

EU12	Perdas na transmissão e distribuição de energia como porcentagem do total de energia	
EU13	Biodiversidade de habitats de substituição	
EU14	Programas e processos que asseguram a disponibilização de mão de obra qualificada	
EU15	Porcentagem de empregados com direito a aposentadoria nos próximos 5 e 10 anos	
EU16	Políticas e exigências referentes a saúde e segurança de empregados e de trabalhadores terceirizados e subcontratados	
EU17	Dias trabalhados por empregados contratados e terceirizados na construção, operação e manutenção das atividades	
EU18	Porcentagem de trabalhadores terceirizados e subcontratados submetidos a treinamento relevante de saúde e segurança	
EU19	Participação de stakeholders em processos decisórios relacionados a planejamento energético de desenvolvimento de infraestrutura	
EU20	Abordagem para gestão de impactos de deslocamento	
EU21	Planejamento de medidas de contingência, calamidade/plano de gestão de emergência e programas de treinamento, e recuperação/planos de restauração	
EU22	Número de pessoas deslocadas física e economicamente e indenização	
EU23	Programas, incluindo os realizados em parceria com o governo, para melhorar ou manter o acesso à energia elétrica e serviços de suporte ao cliente	
EU24	Práticas para lidar com barreiras relacionadas a idioma, cultura, baixa escolaridade e necessidades especiais que dificultam o acesso a eletricidade e os serviços de assistência ao consumidor, assim como ao seu uso seguro.	Não se aplica.

EU25	Número de acidentes e óbitos do público envolvendo bens da empresa, entre os quais decisões e acordos judiciais, além de casos judiciais pendentes relativos a doenças	
EU28	Frequência de interrupção de energia	Não se aplica.
EU29	Duração média de interrupção de energia	Não se aplica.
EU30	Fator de disponibilidade média por fonte de energia e regime regulatório	



Floresta Amazônica - Rondônia

Créditos

A Eletrosul expressa seus agradecimentos a todas as pessoas envolvidas na elaboração do Relatório Anual e de Sustentabilidade 2012. Este documento é resultado do comprometimento e do trabalho colaborativo de todas as áreas da empresa, onde os envolvidos compartilharam a gestão do conhecimento e agregaram informações importantes que relatam nossas ações e compromissos para com a sustentabilidade. Reconhecemos o empenho pessoal na coleta de dados e no levantamento de informações relativas aos aspectos operacionais, econômicos, sociais e ambientais. Atitudes como esta estimulam o crescimento de todos.

Coordenação Geral

Assessoria de Gestão Empresarial - ASG

Formatação e Revisão

Assessoria de Comunicação Social e Marketing - ACS

Projeto Gráfico e Diagramação

Horus Conteúdo Ltda

Fotografias

Alexandre Carvalho, Banco de Imagens da Eletrosul,
Anísio Elias Borges, Hermínio Pires Nunes, Nélcio Catarina Pinto,
Vivianne Nunes Santos



Eletrobras
Eletrosul

Ministério de
Minas e Energia

